

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ELEI CHAVIER MARTINS

**TRABALHO ASSOCIADO E SUAS DIMENSÕES EDUCATIVAS EM UMA
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO DA
COOPERTAN**

**Cáceres-MT
2016**

ELEI CHAVIER MARTINS

**TRABALHO ASSOCIADO E SUAS DIMENSÕES EDUCATIVAS EM UMA
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO DA
COOPERTAN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Sandro Benedito Sguarezi.

**Cáceres-MT
2016**

Martins, Elei Chavier

Trabalho associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis: o caso da COOPERTAN./Elei Chavier Martins. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016. 225f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.
Orientador: Sandro Benedito Sguarezi

1. Trabalho e educação. 2. Princípio educativo do trabalho. 3. Cultura do trabalho. 4. Catadores(as) – materiais recicláveis. I. Título.

CDU: 37.015.6

ELEI CHAVIER MARTINS

**TRABALHO ASSOCIADO E SUAS DIMENSÕES EDUCATIVAS EM UMA
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO DA
COOPERTAN**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Orientador – PPGEduc/UNEMAT)

Dra. Lia Vargas Tiriba (MEMBRA – PPGEduc/UFF)

Dr. Odimar João Peripolli (MEMBRO – PPGEduc/UNEMAT)

Dra. Heloisa Salles Gentil (SUPLENTE – PPGEduc/UNEMAT)

Dr. Edson Caetano(SUPLENTEEXTERNO– PPGEduc/UFMT)

APROVADA EM: 16/12/2016.

Dedico aos meus pais José Vasco Chavier Martins e Maria Madalena Martins de Sousa, minhas referências, meu alicerce, por devotarem suas vidas a me amar, educar, cuidar, proteger e me apoiar em todas as minhas escolhas pessoais e profissionais, sempre me estendendo a mão nos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos meus filhos Maria Luísa Lucas Chavier e João Lucas Chavier, por darem um sentido e propósito para minha vida, por me ensinarem o verdadeiro significado da prática do verbo amar, por me mostrarem uma outra dimensão do conceito de família e a cada dia me ajudarem a ser um pai melhor, um filho melhor e um ser humano melhor para todos aqueles que amo.

À grande Educadora Neusa Ana Alves da Silva (Em memória, 08/07/1957-31/10/2014). Minha primeira professora e madrinha que me ensinou a empunhar o lápis e a caneta, a produzir e ler os textos, mas também o próprio mundo. Uma trabalhadora-educadora do campo que dedicou toda uma vida, desde os 16 anos de idade, para o exercício da docência com amor e compromisso.

Ao Educador e fonte de inspiração Rodrigo Nei Chrysosthemos (Em memória, 24/04/1972-23/06/2010), o querido “Gauchinho”. Ser humano e educador admirável que teve sua vida ceifada no exercício da docência em uma viagem de trabalho pela UNEMAT. Não teve a oportunidade de concluir o seu curso de mestrado, mas será sempre lembrado como um grande mestre da escola da vida pelos amigos, alunos e colegas de trabalho.

Ao Educador Carlos Alberto Reyes Maldonado (Em memória, 04/02/1961-30/01/2016), primeiro Reitor e um dos idealizadores da UNEMAT. Uma referência como educador que tive o privilégio de ter como colega de mestrado e que infelizmente nos deixou no meio da jornada. Sua visão crítica de mundo, inteligência e generosidade intelectual continuará sempre a nos inspirar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter colocado em meu caminho àqueles que, através de seu amor, carinho, amizade e companheirismo, contribuíram direta ou indiretamente para que eu conseguisse galgar diversas conquistas em minha vida pessoal e profissional e que me fizeram chegar até aqui.

Aos meus pais, “Seu Vasco” e “Dona Lena”, minha eterna gratidão, que, diante dos poucos recursos, não mediram esforços e por muitas vezes abdicaram de si próprios para que este filho tivesse a oportunidade de ter acesso a uma educação básica e de nível superior, da qual infelizmente foram privados já nos primeiros anos do processo de educação formal. Entretanto, sua leitura de mundo, seu amor, carinho e proteção, princípios, valores, o ensinar pelo exemplo e pelo trabalho me proporcionaram uma educação riquíssima, sem a qual a educação da escola, da universidade e dos livros seriam menos profícuas.

Aos meus filhos João e Malu, meus agradecimentos e admiração, por ainda muito pequenos terem tido a capacidade de conviver, superar e compreender a ausência deste pai, ainda que presente fisicamente em alguns momentos, para que a conclusão deste trabalho fosse possível. Por nos momentos de ansiedade, angústia e desânimo me revigorarem com seu carinho, com seus beijos e abraços, e serem minha fonte de inspiração e persistência. À minha esposa Francisca, pelo apoio, compreensão, por ter sido minha companheira, confidente, conselheira e por privar-se de si, de suas vontades, de seus objetivos, assumindo a responsabilidade pelo cuidado de nossos filhos durante a minha ausência e por proporcionar condições para que eu me fizesse sempre presente junto a eles, mesmo que distante geograficamente.

Às trabalhadoras e trabalhadores da família COOPERTAN, principais coautores deste trabalho, pela acolhida, pelo carinho dispensado em todo este período, pelas aprendizagens proporcionadas, pelas amizades construídas e por, pela luta e resistência, nos ensinarem que outras economias e outros mundos do trabalho são possíveis. Muito obrigado!

Ao mestre, amigo e militante Prof. Dr. Sandro B. Sguarezi, pela confiança, serenidade e respeito. Pela construção de uma relação dialógica no processo de orientação, por compreender minhas limitações e particularidades, auxiliando na definição dos contornos desta pesquisa me dando todo o suporte e amparo necessário e ao mesmo tempo sendo receptivo e respeitoso para com os posicionamentos e autonomia deste orientado. Agradeço a toda a equipe NECOMT/IOCASS e ao Prof. Neuri E. Senger, Coordenador do NUPES, pelo apoio e colaboração nesta pesquisa.

Ao Campus de Juara da UNEMAT, através do Prof. Ms. Gildete e da Prof. Ma. Cleuza, aos professores e alunos do Curso de Administração, através da Prof. Ma. Sirlene, meus sinceros agradecimentos pela compreensão, flexibilização e apoio, indispensáveis para a conclusão desta pós-graduação. Agradeço também Howenda e Alberto pelo suporte e colaboração no relacionamento com os alunos durante as minhas ausências.

Aos professores do PPGedu UNEMAT pela generosidade e amorosidade com a qual me trataram no processo de mediação do conhecimento. Agradeço em especial à Prof. Dra. Lia V. Tiriba (PPGEdu/UFF), ao Prof. Dr. Edson Caetano (PPGEdu/UFMT), ao Prof. Dr. Odimar J. Peripolli e Prof. Dra. Heloísa Salles Gentil por contribuírem comigo e com o Prof. Sandro na construção desta pesquisa.

Aos amigos da turma “Querido Amado Maldonado” do PPGedu/UNEMAT 2015-2016, pela convivência, amizades construídas, pelo auxílio nos momentos em que precisei, pelos aprendizados proporcionados, seja em sala de aula e em outros momentos de nossa convivência. Em especial às amigas Marina e Matilde pela prazerosa companhia, regada sempre com bom humor e sábios conselhos daquelas que pela sua sabedoria e persistência se tornaram uma fonte de inspiração. À minha amiga Tida, exemplo de solidariedade e generosidade humana, pela atenção, carinho e disposição em ajudar este amigo e por me ensinar, independente dos problemas e dificuldades, a colocar um sorriso no rosto e seguir em frente sempre.

Obrigado a todos os professores-trabalhadores com os quais tive o privilégio de conviver e aprender nesta vida, aos familiares e amigos pelo carinho, apoio e palavras de incentivo que me fizeram persistir até aqui. A história de minha chegada e passagem pelo PPGedu/UNEMAT e este próprio trabalho de pesquisa foi escrita a muitas mãos, porta sujeitos e histórias, e infelizmente não tenho condições de citar todos nestas poucas linhas, mas aos quais sempre serei grato e os trago com muito carinho em minhas lembranças e coração.

Muito obrigado a todas e a todos!!!

Acreditamos que ninguém forma teoricamente o cidadão, ele se faz na prática e é aí que ganha mais que a percepção, o entendimento do seu papel como agente histórico

Carlos Alberto Reyes Maldonado

RESUMO

O presente trabalho tece uma discussão sobre a relação trabalho e educação no contexto de um Empreendimento Econômico Solidário (EES) constituído por Catadores e Catadoras, a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN), abordando a concepção e cultura do trabalho que vem sendo construída a partir desta experiência e qual a formação por meio do trabalho que se tem proporcionado aos sujeitos engajados na mesma. Tem como objetivo geral analisar as dimensões educativas do trabalho associado que vem sendo desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN. Compreende um estudo desenvolvido através da análise das produções acadêmicas sobre esta cooperativa; das atas de assembleias e reuniões; entrevistas em profundidade com cooperados mais antigos e/ou que tenham transitado pela gestão; entrevista não estruturada com representantes das organizações parceiras do processo de incubação e formação, UNEMAT/NECOMT/IOCASS e Prefeitura Municipal/NUPEs; questionário aberto-fechado e a observação participante via imersão na cooperativa para vivenciar e apreender as instâncias e formas de produção e socialização de saberes instituídos por estes trabalhadores e trabalhadoras. Os dados levantados foram operacionalizados e analisados com o auxílio do *software* NVivo 11 Pro sob a perspectiva da Análise de Conteúdo. Os desafios enfrentados por estes Catadores e Catadoras, suas histórias, discutidos neste texto, sinalizam que a COOPERTAN e seus atores são expressões da nova dinâmica do antagonismo de classes materializada na cadeia produtiva dos resíduos sólidos. Ainda que internamente busquem instituir novas relações de trabalho entre si, mediados pelos princípios da Economia Solidária e da autogestão, as relações entre estes e os demais agentes desta atividade econômica ainda continuam alicerçadas na desigualdade, na espoliação e na exploração do trabalho. Entretanto, esse processo aí instituído, ainda que incipiente e permeado de contradições, se constitui em um espaço de gestação de uma nova cultura do trabalho, tendo como elementos constitutivos as relações de trabalho, a origem de classe, as relações de parentesco e as relações afetivas. Mediada pelos processos educativos, esta cooperativa é um espaço que propicia maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho e com a própria organização, o que imprime diferentes significados para cada trabalhador ou trabalhadora. A apropriação coletiva dos meios de produção tem lhes possibilitado exercer sua atividade laboral criativa, mas ainda carecem da apropriação dos fundamentos científico-tecnológicos que dão sentido a seu trabalho, isto é, precisam avançar na articulação entre os conhecimentos científicos e o exercício operacional. Os processos educativos têm criado espaços de trabalho mais democráticos, proporcionando aprendizados tanto técnicos quanto de gestão, contudo é preciso tornar o processo de formação um processo contínuo e avançar na formação política articulando-a com um projeto maior de transformação social. Para muitos destes trabalhadores e trabalhadoras os tempos e espaços de trabalhos equivalem aos seus tempos e espaços de vida, onde se desenvolvem, criam e se apropriam de saberes. Tendo o trabalho como princípio e fim educativo, buscam, a partir das condições objetivas dadas, construir sua formação multidimensional.

Palavras-Chave: Trabalho e Educação, Princípio Educativo do Trabalho, Cultura do Trabalho, Catadores (as), Autogestão.

ABSTRACT

The present work discusses the relationship between work and education in the context of a Solidarity Economic Enterprise (SEE) made up of Male and Female Collectors, the Cooperative of Production of Recyclable Material of Tangará da Serra (COOPERTAN), addressing the conception and culture of work which has been built from this experience and which training through the work that has been provided to the individuals engaged in it. Its general aim is to analyze the educational dimensions of the associated work that is being developed by COOPERTAN male and female workers. It comprises a study developed through the analysis of the academic productions about this cooperative ; Minutes of meetings and assemblies; In-depth interviews with older co-workers and / or with those who have gone through management; Non-structured interview with representatives of the partner organizations of the process of incubation and formation, UNEMAT / NECOMT / IOCASS and City Hall / NUPES; Open-ended questionnaire and participative observation through immersion in the cooperative to experience and apprehend the instances and ways of production and socialization of knowledge instituted by these male and female workers. The obtained data were operationalized and analyzed with the aid of NVivo 11 Pro software from the perspective of Content Analysis. The challenges faced by these Male and Female Recyclable Material Collectors, their stories, discussed in this text, indicate that COOPERTAN and its actors are expressions of the new dynamics of class antagonism materialized in the solid waste production chain. Although internally they seek to establish new working relations among themselves, mediated by the principles of Solidarity Economy and self-management, the relations among these and the other agents of this economic activity still continue based on inequality, the spoliation and the exploitation of work. However, this process, in spite of being incipient and permeated by contradictions, constitutes a space for the creation of a new culture of work, having as its constitutive elements labor relations, class origin, family relations and emotional relations. Mediated by educational processes, this cooperative is a space that provides ways/space to think, feel and relate to work and to the organization itself, which implies different meanings for each male and female worker. The collective appropriation of the means of production has enabled them to exercise their creative labor activity, but they still lack the appropriation of the scientific-technological foundations that give meaning to their work, that is, they need to advance in the articulation between scientific knowledge and the operational exercise. Educational processes have created more democratic work spaces, which may provide both technical and managerial learning, but it is necessary to make the training process an ongoing process and to advance in political formation by articulating it with a larger project of social transformation. For many of these male and female workers, the times and spaces of work are equivalent to their times and spaces of life, where they develop, create and acquire knowledge. Having the work as a principle and educational aim, they seek, from the objective conditions given, to build their multidimensional formation.

Keywords: Labor and Education, Labor Educational Principle, Culture of Work, Collectors, Self-management

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASCAMARTAS - Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra

ASSCAVAG - Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAJA - Catadores Andando Juntos Ambientalmente

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEA - Centro de Apoio e Formação

COMSOL - Conselho Municipal de Economia Solidária

CONTAC - Conselho Tangaraense de Associações Comunitárias

COOPCHAMAR - Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis

COOPERAT- Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra

COOPERTAN - Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra

CRB - Curso Realidade Brasileira

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DRS - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMESOL - Encontro Mato-grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária

ESS - Empreendimento Econômico Solidário

FAEST - Faculdade de Educação de Tangará da Serra – MT

FBB - Fundação Banco do Brasil

FBP - Frente Brasil Popular

FESOL - Feira de Economia Solidária

FRS-UVA - Fundo Rotativo Solidário Unidos Vivendo em Ação

IEES - Incubadoras Universitárias de Empreendimentos de Economia Solidária

INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

IOCASS- Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis

ITCP – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

JUCEMAT – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

MP – Medida Provisória

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NECOMT - Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho

NEED - Núcleo de Atividades, Estudos e Pesquisas sobre a Educação, Ambiente e Diversidade

NUPES –Núcleo de Políticas para Economia Solidária.

ONG - Organização Não Governamental

PEC – Projeto de Emenda à Constituição

PLS - Plano de Logística Solidária

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Administração

Rede CATAMATO - Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso

SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UNISERRA - Unidade de Ensino Superior de Tangará Da Serra Ltda

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

5S – 5 Sentos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Layout do barracão da COOPERTAN	133
Figura 2 – Fluxograma do processo de coleta separação e processamento de materiais na COOPERTAN	135
Figura 3 - Organograma da COOPERTAN.....	146
Figura 4 – Saberes produzidos pelos Trabalhadores e Trabalhadoras da COOPERTAN.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estratégias e critérios para a coleta dos dados da pesquisa	25
Quadro 2 – Cooperados participantes da Entrevista em Profundidade	26
Quadro 3 – Calendário de vivência e trabalho junto aos trabalhadores da COOPERTAN.....	28
Quadro 4 – Correlações estabelecidas entre as respostas do questionário	31
Quadro 5 - Diferenças entre a divisão do trabalho no interior da sociedade e no interior da fábrica	56
Quadro 6 - Características autogestionárias nas unidades produtivas e seus elementos constituintes	86
Quadro 7 – Marco histórico dos principais eventos relacionados à COOPERTAN e os Catadores de Tangará da Serra-MT.....	124
Quadro 8 – Principais produtos comercializados pela COOPERTAN.....	129
Quadro 9 – Principais atribuições dos cargos do Conselho de Administração	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação da faixa etária com o sexo e escolaridade dos cooperados	158
Gráfico 2 – Tempo de vínculo dos trabalhadores com a COOPERTAN	160
Gráfico 3 – Principal motivo de ingresso na COOPERTAN	161
Gráfico 4 – Atividade de trabalho desenvolvida antes de entrar na COOPERTAN	162
Gráfico 5 – O que a COOPERTAN representa para os seus cooperados.....	170
Gráfico 6 – Percepção da diferença entre trabalhar na COOPERTAN e em outras empresas	171
Gráfico 7 – Principais contribuições que a COOPERTAN tem promovido na vida de seus trabalhadores.....	174
Gráfico 8 – Principais mudanças que a COOPERTAN tem promovido em seus trabalhadores	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Contextualizando a nossa problemática de pesquisa	16
Definindo os contornos da materialidade do estudo.....	24
O Tratamento da materialidade da pesquisa.....	30
O desvelar das inter-relações entre o todo e as partes, entre o texto e o contexto.....	32
CAPÍTULO I	
AS DIMENSÕES ONTOLÓGICAS E SOCIOLÓGICAS DO TRABALHO	37
1.1 O Ser Humano, o trabalho, suas relações sociais e sua história	37
1.2 Relações sociais de produção	41
1.3 O trabalho no contexto da economia do capital	43
1.4 A riqueza (des)construída pelo capital: um novo sentido para o trabalho e para o seu resultado	46
1.5 Divisão social do trabalho, heterogestão e cooperação objetivada: do ser genérico ao trabalhador especialista abstrato	54
1.6 A relação trabalho e educação na pedagogia do capital	60
1.6.1 A escola e a pedagogia da formação unilateral na ponta do lápis.....	60
1.6.2 A pedagogia da formação unilateral e o aprisionamento ideológico do trabalhador	63
CAPÍTULO II	
O TRABALHO NO CONTEXTO DE UMA OUTRA ECONOMIA	71
2.1 A Economia Solidária e um novo olhar sobre as relações, a produção e o consumo	74
2.2 Os Atores e os Agentes da Economia Solidária	77
2.3 Autogestão: a fissura, o solo fértil e o nascer de uma possibilidade	82
2.4 A Autogestão dos Processos Pedagógicos Autogestionários nos Empreendimentos de Economia Solidária	87
2.5 Riquezas e relações produzidas pelo trabalhador que já não é mais mercadoria	91
2.6 Pedagogias da Produção Associada	97
2.7 Uma Educação Unitária além do capital e pela reunificação da ciência com a técnica..	107
CAPÍTULO III	
DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO ASSOCIADO DESENVOLVIDO PELOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA COOPERTAN	112
3.1 O contexto da constituição da COOPERTAN.....	112
3.1.1 De uma perspectiva de sobrevivência individual para uma perspectiva de emancipação coletiva	112
3.1.2 A Política Pública de Economia Solidária em Tangará da Serra.....	125

3.2 A organização do trabalho na COOPERTAN	128
3.2.1 O processo de coleta, separação e processamento de materiais na COOPERTAN.....	131
3.2.2 Uma forma de produzir onde o próprio trabalhador define a dimensão financeira do valor de seu trabalho	137
3.2.3 Educar-se para a cooperação pelo exercício do trabalho associado: os desafios iniciais da organização do trabalho na COOPERTAN.....	141
3.2.4 Uma organização do trabalho alheia à hierarquização de Seres, Saberes e Poderes	145
3.3 Os Construtores de um novo Mundo do Trabalho	149
3.3.1 A Reunião de Catadores, Assalariados e Excluídos no trem do trabalho cooperado: encontros e despedidas	149
3.3.2 Entre encontros, despedidas e reencontros: os trabalhadores que tem permanecido na estação.	156
3.3.3 A tessitura de novas e velhas relações e concepções de trabalho.	164
3.4 Espaços e tempos de produção de saberes na COOPERTAN.....	174
3.4.1 Espaços e tempos do cotidiano de trabalho.....	174
3.4.2 Espaços e tempos da formação continuada.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	207
APÊNDICES	217
APÊNDICE A – PRODUÇÕES ACADÊMICAS RELACIONADAS À COOPERTAN	218
APÊNDICE B – ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE REALIZADA JUNTO AOS MEMBROS DA COOPERTAN	222
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO REALIZADO JUNTO AOS MEMBROS DA COOPERTAN	223

INTRODUÇÃO

Contextualizando a nossa problemática de pesquisa

As experiências de Economia Solidária desenvolvidas no Brasil têm se apresentado como uma resposta importante de trabalhadores e trabalhadoras às transformações no mundo do trabalho. Representam uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças (BRASIL, 2015). Estas iniciativas, de origem rural e urbana, se expressam de diversas formas organizativas como:

[...] associações e grupos de produtores ou consumidores; cooperativas de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária; cooperativas de prestação de serviços; empresas recuperadas que foram assumidas por trabalhadores em sistemas de autogestão; redes de produção, comercialização e consumo; instituições de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito); clubes de trocas; entre outras (BRASIL, 2015, p. 03).

Conforme dados do último levantamento nacional sobre os Empreendimentos de Economia Solidária, coordenado por Gaiger (2014) e realizado entre os anos de 2011 e 2013, 19.708 empreendimentos foram confirmados neste mapeamento. A partir destes dados é possível fazer uma caracterização dos empreendimentos, dos quais 60% são associações, 30,5% são grupos informais, 8,9% cooperativas e 0,6% empresas mercantis. As atividades coletivas que se mostram mais comuns na pesquisa foram a produção (56,2%); o consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%); a comercialização (13,3%) e a prestação de trabalho ou serviços a terceiros (6,6%). Com menor destaque, também se mostraram presentes as atividades de troca (2,2%) e a poupança, crédito e finanças solidárias (1,7%).

O movimento da Economia Solidária, enquanto proposta de outra(s) economia(s), se estabelece em paralelo ao sistema socioeconômico capitalista e suas mazelas como a exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, a busca da superação da forma de produção e consumo a serviço da reprodução ampliada do capital e a precarização do trabalho. Ao mesmo tempo em que se assume como uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo constitui-se também um projeto, ainda frágil e incipiente, que objetiva a construção de uma nova forma de produção e consumo, alicerçada na autogestão e produção de bens e

serviços, que satisfaçam às necessidades populares, ou seja, que tenham valores de uso (NOVAES, 2009).

Singer (1998) compreende a Economia Solidária como o ressurgir do cooperativismo, uma forma de resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. Ela se constituiu por uma diversidade de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar. Nasce, algumas vezes, como solução emergencial na luta contra o desemprego. Além disso, compreendem formas de luta direta contra a exclusão social, fundamentando-se na construção de uma Economia Solidária formada por unidades produtivas autogestionárias.

Segundo Nascimento (2005), a Economia Solidária representa, a partir da busca dos trabalhadores pela sua auto-emancipação, uma reinvenção de novas formas para a expressão de suas lutas pela autogestão. Desenvolve-se por meio de organizações de produção associada, cooperativismo e associativismo. Para Brasil (2015), ela constitui uma estratégia de desenvolvimento antagônica ao capitalismo, pois coloca o ser humano na centralidade do processo, ao considerá-lo na sua integridade como sujeito e finalidade da atividade econômica, e isso inverte o nexo do modelo hegemônico.

A emancipação social, discutida aqui, tem seus possibilitadores na emancipação econômica. Ou seja, a emancipação econômica é condição necessária para a emancipação social (MARX, 1996). O pressuposto deste argumento, conforme Marques (2006), surge no bojo da análise materialista da história, isto é, a compreensão do processo histórico a partir do modo de produção dos homens, o que produzem e como produzem, assim como as relações sociais e políticas que nascem deste processo.

Desta forma, ao discutir a possibilidade de emancipação dos sujeitos através de práticas autogestionárias, nestes empreendimentos caracterizados pela produção associada, deve-se considerar que a “concretização de uma sociabilidade emancipada passa, fundamentalmente, pela efetivação do trabalho emancipado, que somente tem sentido no contexto da perspectiva de uma nova sociabilidade” (MARQUES, 2006, p. 14). Faremos aqui, ainda com base neste mesmo autor, um esclarecimento acerca do conceito de emancipação, sobretudo com relação às concepções antagônicas em torno do conceito de emancipação social. De um lado há aquelas identificadas com valores hegemônicos como a concepção liberal, baseadas nos pressupostos da liberdade individualista, e que constituem a base ideológica do neoliberalismo. De outro lado, existem as ideias de sentido contra-hegemônico, calçadas na igualdade e na busca da superação das relações capitalistas de produção, ou seja, a emancipação social.

Aos tratarmos de emancipação social neste trabalho estaremos coadunando com esta segunda concepção, tendo a autogestão como princípio básico e fundamental para o processo de emancipação na produção associada. Assim, entendemos que a autogestão porta um papel pedagógico nas relações de produção, e que possibilita a compreensão das contradições entre capital e trabalho, e ainda, facilitam os processos de emancipação dos trabalhadores, no caso desta pesquisa, os Catadores. Neste sentido, se faz necessária uma discussão sobre estas possíveis novas (velhas) formas de se viver a partir do trabalho e sobre a relação entre trabalho e educação no contexto do projeto político-econômico-social de outras economias, dentre elas a Economia Solidária, e os saberes constituídos e apreendidos nestas relações de trabalho.

A emancipação dos trabalhadores em relação ao trabalho assalariado e a propriedade privada só são possíveis pela superação das relações de trabalho capitalistas, caracterizadas pela subordinação do trabalho ao capital, pelo individualismo, pela competição e pela afirmação do trabalho em sua forma abstrata, penosa e reducionista do ser humano. A afirmação do trabalho emancipado pressupõe, segundo Frigotto (2002), em afirmá-lo como valor de uso, princípio educativo e criador. Ou seja, o trabalho é o caminho para a construção da identidade, o ser humano a constrói pelo trabalho. Outrossim, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio da sua formação (RIBEIRO, 2009). Para tanto, é necessário pensar o trabalho sob outra perspectiva, não se trata de considerar qualquer tipo de trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias musculares e nervosas, mas sim o trabalho socialmente útil, que estabelece as relações sociais dos seres humanos (PISTRAK, 2002). Trata-se do valor social do trabalho, a base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade.

Considera-se que os Empreendimentos de Economia Solidária compreendem uma alternativa de produção da existência humana antagônica à lógica de produção capitalista e às relações de trabalho aí construídas. Pois, a partir do trabalho emancipado e seu caráter educativo, se consolida uma emancipação social dos sujeitos. Por isso, faz-se mister problematizar a concepção de trabalho que vem sendo construída a partir de experiências desta natureza, bem como verificar qual a formação por meio do trabalho que se tem proporcionado aos sujeitos envolvidos. Em nossa pesquisa iremos contribuir com esta discussão a partir do estudo do trabalho em uma cooperativa de coleta seletiva de material reciclável com base na seguinte problemática: quais as dimensões educativas do trabalho associado que vem sendo desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN?

A partir da problemática, ora apresentada, delineou-se os objetivos, dos quais o objetivo principal é: analisar as dimensões educativas do trabalho associado que vem sendo desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN. Afim de facilitar o

processo de delineamento dos caminhos teórico-metodológicos a serem percorridos pela pesquisa, foram definidos os objetivos específicos, conforme segue:

- ✓ Compreender como as relações de trabalho entre os cooperados vêm sendo construídas a partir da experiência do trabalho associado;
- ✓ Identificar as instâncias e formas de produção e socialização de saberes instituídas pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN;
- ✓ Analisar as relações entre trabalho e educação instituídas neste EES sob a perspectiva da autogestão.

A Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN), iniciou seu processo de constituição em fevereiro de 2007, sendo que em 12 de julho desse mesmo ano, por meio de uma assembleia geral, foi fundada a cooperativa. Esse ato de formalização contou com a participação de 22 sócios fundadores e a sua aprovação pela Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT), ocorreu em novembro de 2007.

Segundo dados de Senger e Sguarezi (2010), a criação da COOPERTAN ocorreu pela demanda dos Catadores apresentada ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudo das Complexidades no Mundo do Trabalho (NECOMT); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que promovia a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) vinculada à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

Os Catadores já haviam tentado várias iniciativas de formalização de uma cooperativa, porém encontravam várias barreiras burocráticas. Havia uma exigência do poder público local, de que os Catadores se organizassem para deixar o Aterro Sanitário onde trabalhavam. O poder público local, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAÉ), precisava do licenciamento ambiental do Aterro Sanitário no município. Porém, era uma exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) a retirada dos Catadores de dentro do aterro. Com os Catadores trabalhando dentro do Aterro Sanitário, não se tinha a mínima possibilidade do licenciamento. Isso levou o SAMAÉ, ainda em 2005, a criar o Programa Tangará Recicla, que estimulou a criação da cooperativa.

Houve forte resistência dos Catadores à proposta do poder público local. Mas, percebendo que iriam perder seus postos de trabalho, como o apoio do NECOMT/UNEMAT/UNITRABALHO, os Catadores criaram a Cooperativa. Porém só saíram do Aterro Sanitário local um ano depois da criação da cooperativa. Isso ocorreu junto ao processo de implantação total do Programa Tangará Recicla, quando o SAMAÉ locou um barracão para a triagem do material e começou o projeto piloto da coleta seletiva em um dos

bairros da cidade. Mesmo assim, por seis meses 50% dos Catadores ficavam na Cooperativa e 50% ficavam no Aterro Sanitário, até o SAMAE cumprir com parte do combinado no sentido de estruturar o barracão. Só depois disso foi que os Catadores saíram do aterro definitivamente.

O Programa Tangará Recicla foi implantado totalmente em 2010, quando a coleta seletiva passou a ser realizada em todo o perímetro urbano da cidade. Apesar das contradições, a parceria com o poder público local através da parceria com a autarquia SAMAE tem melhorado o ganho e as condições de trabalho dos cooperados, proporcionando condições mais dignas de sobrevivência. Além do apoio do poder público local via SAMAE, a Cooperativa conta com o apoio do Núcleo de Políticas para Economia Solidária (NUPES), inicialmente denominado de Núcleo de Participação Social e Economia Solidária, e de parceiros pioneiros no processo, como a UNEMAT/NECOMT-UNITRABALHO através da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS), a Organização Não Governamental (ONG) Sociedade Alternativa La Comuna¹, a Câmara de Vereadores e o Banco do Brasil S/A através do Programa Desenvolvimento Regional (DRS) e recentemente pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

Apesar do pouco tempo de constituição, a COOPERTAN é um empreendimento que se constituiu como referência, além de estabelecer importantes diálogos, troca de experiências e aprendizado com outros EES, sejam os atuantes na mesma atividade, seja de outras atividades, mas que também vivenciam a experiência da Economia Solidária e da autogestão. Também tem contribuído com diversas pesquisas em âmbito acadêmico, grande parte delas desenvolvidas por professores da UNEMAT, *Campus* Universitário de Tangará da Serra, ligados ao NECOMT. Diversas produções acadêmicas, monografias, dissertações, teses, dentre outros, têm sido construídas a partir desse empreendimento, que vem se tornando um centro de produção de conhecimento e de Tecnologia Social.

Como a realidade ainda não “é”, ela está “sendo”, pois se trata de um estado de transformação e movimento, resultante de uma dinâmica composta por diversas contradições, as pesquisas já desenvolvidas em torno desta experiência, embora perpassem as relações entre trabalho e educação, não as destacam como objeto central de discussão. Desse modo, o presente estudo se mostra pertinente à medida que as dinâmicas de transformação e mudança, tanto

¹Uma associação sem fins lucrativos fundada em 1997 na cidade de Tangará da Serra – MT. Dentre outras finalidades, busca colaborar com entidades organizadas de objetivos afins, defender a unidade do movimento solidário socialista e fraterno mundial. Atua na elaboração de projetos que visem a recuperação do meio ambiente, a formação e organização dos trabalhadores, priorizando a autogestão, a sustentabilidade e a economia solidária (SOCIEDADE ALTERNATIVA LA COMUNA, 1997).

dentro do próprio empreendimento, quanto no contexto econômico, político e social, tornam a realidade atual diferente da apresentada no contexto da produção de pesquisas anteriores.

Desde a infância estivemos em contato com outras formas de produção da existência humana, cujas relações de trabalho e de intercâmbio nem sempre foram mediadas pelo valor de troca, pelo dinheiro e pelo princípio da acumulação. Matogrossense, porém filho e neto de agricultores familiares oriundos do interior do estado de Minas Gerais, vivemos toda a nossa infância e grande parte da adolescência em uma comunidade rural, denominada Comunidade dos Mineiros, localizada no município de Tangará da Serra, vivendo a partir da lavoura e de uma pequena mercearia. As condições de trabalho nem sempre eram fáceis, pois não se contava com instrumentos de modernização da agricultura, frequentemente exaustivas, porém havia sempre um tempo. Um tempo suficiente para parar a atividade laboral por algumas horas e receber a visita dos familiares, dos amigos, dos compadres, das comadres, ou às vezes por vários dias. Para hospedar e acompanhar nas visitas os parentes que vinham de longe, que ficavam por uma ou mais semanas, e assim rever todos os amigos. Um tempo para reunir a todos da comunidade, fazer um mutirão para a limpeza da lavoura e manutenção da propriedade de um amigo que não estava bem de saúde ou não conseguiria realizar o seu trabalho dentro do prazo necessário. Um tempo para participar da reunião dos moradores da comunidade para lutar por melhorias de estrutura e educação, ou ainda para participar da reunião da associação de produtores. Em alguns casos, um tempo para simplesmente ir à casa do vizinho tomar um café; saber como estavam as coisas; trocar informações sobre a atividade econômica; sobre como combater uma praga; o que seria melhor plantar na próxima estação; falar de política ou de futebol. Enfim, um tempo para viver a própria vida com significativa liberdade, autonomia, ao longo de seu percurso.

Havia sempre algo para socializar também. Como alguns frangos, bezerros, leitões e carneiros, que eram doados para a festa da comunidade, a fim de levantar fundos, que seriam revertidos para a igreja, para alguma família que estava necessitada, para uma melhoria do coletivo, ou algo relacionado. Havia sempre um maço de hortaliças, frutas no pomar, um frango caipira no quintal, um pé de mandioca para que os familiares e amigos levassem para casa, como um símbolo de gratidão pela visita. Havia sempre uma roupa em bom estado que não servia mais, e que era passada dos irmãos mais velhos para os mais novos, ou para os filhos dos conhecidos. Havia sempre, por mais desfavorável que tivesse sido o resultado da colheita, algum dinheiro para contribuir na arrecadação para o tratamento de saúde de alguém da comunidade, ou para, juntamente com os próprios alimentos produzidos, garantir por um tempo a alimentação de uma família que estava passando por dificuldades. Havia sempre um carro,

grande ou pequeno, para dar carona para tantos quanto fosse possível, para ir à igreja, para uma festa na comunidade local ou nas circunvizinhas e, principalmente, para levar alguém em caso de acidente, ou problemas de saúde para a cidade que ficava a 60 quilômetros da comunidade.

Havia sempre algo a aprender ou a ensinar. Os pais, avós, tios, padrinhos, compadres e pessoas mais velhas da comunidade estavam sempre orientando os mais novos a partir de sua experiência, de sua leitura de mundo. Ao mesmo tempo em que contavam com o auxílio dos mais jovens e seus conhecimentos adquiridos na escola para ler documentos, cartas, anotar movimentações financeiras, realizar operações matemáticas, dentre outros. Havia sempre alguém que conseguia com menor margem de erro fazer previsões quanto à ocorrência futura ou não de chuvas. Outro traçava as tendências dos preços das cultivares trabalhadas, outros ainda eram os conhecedores das pragas, defensivos a serem aplicados, riqueza e correção do solo. Estes sempre eram consultados e dividiam o seu conhecimento com os demais membros da comunidade, ao mesmo tempo em que consultavam os amigos em outros assuntos. Em qualquer lugar havia algo sendo ensinado, explícito ou tacitamente, e algo sendo aprendido.

Nesse tempo, neste espaço eu vivi, cresci em todos os sentidos, e tive as minhas experiências no mundo do trabalho já na infância. Trabalhávamos até no domingo, se preciso fosse, mas passávamos longe da lavoura para visitar a casa de alguns amigos ou ir para a beira do rio, em plena segunda-feira, se assim decidíssemos. Deleitávamo-nos com as frutas dos pomares dos familiares e compadres e comadres de nossos pais, com os doces, bolos e pães que alguém sempre trazia ao nos visitar. Estávamos sempre ajudando um tio, um amigo ou outros membros da comunidade em suas propriedades. Sempre tinha alguém mais velho nos ensinando sobre religião, bons modos, folclore popular (Saci Pererê, Lobisomem, Mula sem Cabeça, tc.), suas aventuras atuais ou da juventude em outras cidades e estados que traziam sempre um aprendizado novo. Trabalho, cooperação, solidariedade, organização coletiva e saberes populares sempre foram elementos presentes em minha formação humana da infância e adolescência.

A mudança para a cidade devido à necessidade de continuidade do processo de educação formal, e outros motivadores de ordem econômica, provocou o rompimento deste ciclo, nos colocando em contato com outro mundo do trabalho². Retomamos nossa relação com

² Esse mundo do trabalho onde vivemos nossa infância e parte da adolescência não está à margem das implicações das contradições entre capital e trabalho, ao contrário, o próprio êxodo de nossa família tem uma relação direta com o capitalismo fundiário e seu projeto de educação. Para um aprofundamento das discussões a respeito do capitalismo no campo, do projeto neoliberal para a escola do campo e uma análise destas questões na Região Norte de Mato Grosso recomendamos a leitura de PERIPOLLI, Odimar João. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense: a mercantilização da terra e da escola.** 2008. Tese (Doutorado em Educação). Programa

o trabalho e agora, neste outro mundo do trabalho, tínhamos salário, dinheiro, que não tínhamos anteriormente, para adquirir outros objetos de desejo. Mas era uma forma de trabalho estranho, em relação ao que estávamos acostumados. Os horários eram sempre rígidos e inflexíveis, a não ser para aumentar a jornada de trabalho. As conversas entre os trabalhadores durante o expediente eram controladas e se limitavam aos assuntos do trabalho, tínhamos que seguir um comportamento padrão de conduta no ambiente de trabalho. Os problemas pessoais deviam ficar da porta para fora e muito dificilmente as relações pessoais se estendiam para além do ambiente de trabalho. Não era mais como na colheita, se o meu suor produzisse mais ou menos riqueza, o meu salário era sempre o mesmo. O que iríamos fazer, como, e por quanto tempo, era sempre decidido por uma terceira pessoa, e os poucos aprendizados proporcionados eram delimitados ao exercício da função, isto é, conhecimentos de ordem operacional.

Passados exatamente metade dos anos de nossa vida no contexto deste outro mundo do trabalho, nos vemos cada vez menos senhor de nosso tempo. Ou ele está intensivamente empregado no exercício laboral necessário à subsistência de nossa família, ou na formação continuada necessária para a manutenção do nosso posto de trabalho. Não podemos mais ter acesso diretamente aos bolos, doces, frutas, frangos e leitões, antes disso é preciso ter acesso ao dinheiro para poder ter acesso a estes. Sentíamos que a essência do trabalho permanecia a mesma, uma atividade necessária à produção das condições de nossa existência, mas assumia características totalmente diferentes daquelas que nos deparamos com a experiência do mundo do trabalho vivenciada na primeira metade de nossa vida.

Residindo na cidade de Tangará da Serra contribuímos sempre com o Programa Tangará Recicla, mas pouco conhecíamos sobre os principais trabalhadores e trabalhadoras, que faziam parte deste programa. No ano de 2012 convidamos a COOPERTAN para participar das atividades da Semana do Meio Ambiente, realizada numa instituição de ensino técnico e profissional para apresentar os serviços prestados, além de orientações sobre a separação do material para os jovens aprendizes. Em 2013 fomos convidados pelo NECOMT/IOCASS para realizar um trabalho de assessoria técnica para a elaboração do Plano de Logística Solidária (PLS) da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (Rede CATAMATO), da qual a COOPERTAN é a proponente junto a FBB. Na ocasião conhecemos um pouco melhor sua história, sua atividade, seus trabalhadores e suas particularidades. Nossa experiência de vida entre dois mundos do trabalho de natureza distinta em alguns pontos, as inquietações que nos acompanham durante

toda trajetória e o grande interesse despertado por esta organização nos fez enveredarmos pelo caminho da discussão da relação trabalho e educação em outros contextos, como também outras possibilidades de mundo do trabalho para além do assalariado, elegendo como sujeitos de interlocução os trabalhadores da COOPERTAN.

Definindo os contornos da materialidade do estudo

A pesquisa em tela configura-se como um estudo de caso, uma vez que compreende um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos” (GIL, 2002, p. 54). O estudo de caso é um delineamento mais apropriado para a investigação de fenômenos em que o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos, e quando o foco se dirige a um fenômeno contemporâneo em um contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, se utilizando de múltiplas fontes de evidência (YIN, 2001). Dificuldade que se sobressai ao se tratar de pesquisas em ciências sociais e humanas. Ainda segundo o autor, no estudo de caso, as questões de interesse do estudo referem-se ao como e o porquê.

O estudo de caso, como estratégia de pesquisa, caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos. Um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado, cujas partes são integradas (STAKE, 2000 *apud* ALVEZ-MAZZOTTI, 2006). Esta flexibilidade proporcionada pelo estudo de caso nos permitiu considerar diferentes estratégias de coleta de dados para nos munirmos das informações relacionadas à problemática de estudo e aos objetivos da pesquisa. No Quadro 1 é apresentada uma síntese das principais estratégias e instrumentos para coleta dados adotados.

Com foco no primeiro e segundo objetivos específicos da pesquisa, foram contempladas produções científicas desenvolvidas, principalmente por professores e acadêmicos ligados à UNEMAT, sobretudo membros do NECOMT. Este acervo, listado no Apêndice A, reúne 30 produções dentre resumos, monografias de graduação e pós-graduação, artigos científicos, capítulos de livros, dissertações de mestrado e tese de doutorado produzidos entre os anos de 2008 e 2014, que contemplem em seu conteúdo a cooperativa, o seu histórico, organização do trabalho, modo de produção e relações com a comunidade.

Foram tomados também, como documentos de análise, o Estatuto Social, o Regimento Interno e as atas das assembleias e reuniões realizadas pelos trabalhadores desde a constituição

da COOPERTAN, até janeiro de 2016, bem como atas das reuniões de formação e de participação de representantes da cooperativa em outros espaços relacionados à Rede CATAMATO e ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), o que constituiu um *corpus* de 36 documentos. Buscou-se nestes documentos elementos que ajudassem a compreender como esses sujeitos compreendem o trabalho, como ele foi pensado e organizado desde a constituição da cooperativa, as contradições que se fizeram presentes no campo do trabalho ao longo da história e as transformações emanadas a partir desta dinâmica.

Quadro 1- Estratégias e critérios para a coleta dos dados da pesquisa

Objetivos de Pesquisa	Estratégias e Instrumentos para Obtenção dos Dados	Sujeitos da Pesquisa
Compreender como as relações de trabalho entre os cooperados vêm sendo construídas a partir da experiência da produção associada	Análise de produções acadêmicas relacionadas à COOPERTAN	
	Análise de documentos da cooperativa como atas, Estatuto Social e Regimento Interno.	
	Entrevista em Profundidade com membros da cooperativa que fazem, ou já fizeram parte da gestão, fundadores, ou que já atuam na cooperativa há vários anos.	8 Trabalhadores dentre gestores, ex-gestores, cooperados mais antigos e fundadores.
	Entrevistas não estruturadas com representantes de organizações apoiadoras e que tenham acompanhado a realidade da cooperativa desde a sua fundação.	Entrevistas com os Professores do NECOMT/IOCASS da UNEMAT Tangará da Serra
Identificar as instâncias e formas de produção e socialização de saberes instituídas pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN	Estratégias, sujeitos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados anteriores.	
	Observação participante das atividades rotineiras dos cooperados e registro em diário de campo	Todos os membros da COOPERTAN
	Levantamento do perfil dos cooperados, atividades desenvolvidas na cooperativa e sua compreensão do mundo do trabalho por meio de questionário aberto-fechado.	Todos os membros da cooperativa.
	Entrevista não-estruturada com o representante de uma das organizações apoiadoras responsáveis pela formação dos cooperados.	Coordenador do NUPES.
Analisar as relações entre trabalho e educação instituídas neste EES sob a perspectiva da autogestão	Aproveitamento dos dados obtidos por meio da análise de documentos e registros, observação, diário de campo, entrevistas e questionário.	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2016).

Entendendo que toda a riqueza desta experiência histórica da organização do trabalho, não poderia ser apreendida em sua totalidade nos relatos das produções acadêmicas e nos registros dos documentos, lançamos mão também de entrevistas em profundidade com cooperados que exerciam funções de gestão ou de representação durante o período do trabalho de campo, ou que já tenham exercido em outros momentos, ou ainda aqueles que tinham um tempo considerável de atuação na cooperativa. Vários trabalhadores que se encaixavam no

perfil foram convidados para participar e desses, por questões de interesse ou disponibilidade de tempo, 8 responderam às entrevistas. Uma caracterização sumária destes trabalhadores é apresentada no Quadro 2, a partir das funções exercidas e tempo de atuação na cooperativa, como é visto a seguir:

Quadro 2 – Cooperados participantes da Entrevista em Profundidade

IDENTIFICAÇÃO	FUNÇÕES EXERCIDAS	ANO DE INGRESSO
Entrevistado A	Diretor Operacional (2 mandatos), Conselho Fiscal (dois mandatos).	Fundador
Entrevistada B	Suplente do Conselho Fiscal, Conselho Fiscal, Coordenadora Operacional, Coordenadora do Fundo CAJA.	Fundadora
Entrevistado C	Presidente, Secretário, Conselho Fiscal.	Fundador
Entrevistada D	Suplente do Conselho Fiscal, Secretária, Coordenadora Financeira, Delegada do Congresso da Fundação da Unicatadores 2015, Conselho Fiscal do Fundo CAJA.	2009
Entrevistado E	Diretor Administrativo e Financeiro (2 mandatos), Diretor Operacional, Conselho Fiscal.	Fundador
Entrevistada F	Não exerceu funções de representações ou gestão.	2013
Entrevistado G	Suplente do Conselho Fiscal (2 mandatos), Conselho Fiscal.	2009
Entrevistada H	Presidente (2 mandatos), Delegada do Congresso da Fundação da Unicatadores 2015, Presidente da Rede CATAMATO, Conselho Fiscal do Fundo CAJA.	2009

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Estes trabalhadores receberam apelidos de identificação por uma questão de preservação de suas identidades. A Presidente em exercício no período da pesquisa, dezembro de 2015 a janeiro de 2016, está contida neste grupo de cooperados, entretanto nos momentos em que suas falas se relacionam especificamente ao exercício da função de gestão, ela foi identificada nesta pesquisa pela função e nos outros momentos pelo apelido atribuído.

As entrevistas em profundidade são mais apropriadas, conforme Oliveira, Martins e Vasconcelos (2012), quando há pouco conhecimento sobre o fenômeno estudado ou onde percepções detalhadas são necessárias a partir de pontos de vistas individuais. Elas também são recomendadas para explorar temas sensíveis, sobre os quais os participantes podem não querer falar em um ambiente de grupo. Isso apresenta uma maior flexibilidade, que propicia ao entrevistado elaborar suas respostas sem ficar preso a um nível mais rigoroso de efetividade e mediação por parte do entrevistador, como acontece no caso do uso de questionário ou de uma entrevista totalmente estruturada. O Apêndice B apresenta um roteiro com as questões nucleares que orientaram a condução das entrevistas em profundidade, sendo essas desmembradas, reelaboradas ou ainda despertaram outros questionamentos conforme as particularidades de cada entrevistado e curiosidade do entrevistador.

O NECOMT sempre teve uma participação ativa junto à COOPERTAN, já que foi umas das organizações articuladoras e que deu um apoio pedagógico, técnico, político e moral para que os Catadores pudessem constituir o seu empreendimento autogestionário. Ao buscar compreender todo este processo histórico, o caminho trilhado por estes Catadores desde as condições precárias de trabalho nos primeiros lixões do município até a realidade atual, em muitos momentos foi preciso recorrer àqueles que sempre estiveram próximos a estes trabalhadores. Frequentemente foram estabelecidos diálogos com os professores Dr. Sandro Sguarezi e Ma. Ana Maria de Lima, ora para esclarecer alguns pontos confusos para nós, ora para buscar informações mais ricas sobre determinados eventos. Estas entrevistas não estruturadas ocorreram em vários momentos, como presencial, por telefone ou ainda por *e-mail*. Lakatos e Marconi (2010) apresentam como principal característica deste tipo de entrevista a liberdade do pesquisador para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. Geralmente, as questões são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

O levantamento das informações necessárias às discussões inerentes ao segundo objetivo específico, dentre outras formas, se deu pelo levantamento do perfil dos cooperados, das atividades desenvolvidas na cooperativa e sua compreensão do mundo do trabalho por meio de um questionário aberto-fechado, realizado de forma censitária, o que envolveu todos os participantes que, naquele momento, era um coletivo de 40 trabalhadores e trabalhadoras. O questionário configura-se como um instrumento de coleta de dados, elaborado a partir de uma série ordenada de perguntas respondidas por escrito, sem a presença do pesquisador. Ele é enviado ou entregue ao informante, depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Lakatos e Marconi (2010) classificam o questionário quanto ao seu formato em aberto, que permite ao informante responder livremente as perguntas, usando linguagem própria e emitir opiniões, e questionário fechado, no qual as respostas são delimitadas e o informante responde uma dentre várias opções. O instrumento empregado nesta pesquisa, reproduzido no Apêndice C, contemplou questões nos dois formatos, sendo, portanto, aberto-fechado.

Não seria possível, a nosso ver, identificar as instâncias e formas de produção e socialização de saberes instituídos pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN, sem “acompanhar de dentro”, como estes sujeitos, através da produção associada, produzem suas condições de existência e as implicações pedagógicas deste processo. Assim, foi lançada mão da observação participante, realizada entre os meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro de 2016, de acordo com o calendário apresentado no Quadro 3.

Na observação de natureza participante há a real participação do pesquisador na comunidade ou grupo. “Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 194). Pode ser de ordem natural, quando o observador participa da mesma comunidade ou grupo que investiga, ou artificial quando ele apenas integra-se ao grupo para obter informações. A presente pesquisa encaixa-se na segunda opção:

Quadro 3–Calendário de vivência e trabalho junto aos trabalhadores da COOPERTAN

Dezembro de 2015							Janeiro de 2016						
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
		1	2	3	4	5					1	2	3
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
27	28	29	30	31			25	26	27	28	29	30	31

Legenda:

- Vivência e trabalho junto aos cooperados com elaboração de diário de campo
- Vivência e trabalho junto aos cooperados sem elaboração de diário de campo
- Confraternização de despedida



Acesse as fotos de nossa vivência junto aos trabalhadores da COOPERTAN



Acesse as fotos do almoço de confraternização de encerramento do trabalho de campo

Fonte: Elaborado pelo Autor (2016).

Estivemos juntos com esses trabalhadores por 27 dias, compartilhando de suas experiências de trabalho e também socializando os momentos de descanso, experimentando suas dificuldades, seus desafios, suas angústias e ainda suas conquistas, suas alegrias, suas realizações e suas frustrações através do trabalho cooperado. Durante este período transitamos por todos os espaços de trabalho. Iniciávamos a jornada de trabalho às 07:30 e encerrávamos

³ Neste e em outros momentos disponibilizaremos códigos QR CODE para que você leitor possa ter acesso a materiais e informações complementares a este trabalho. Para tanto basta ter instalado ou instalar em seu telefone um aplicativo simples de leitura deste tipo de código e acesso à internet. Ao fazer a leitura do código irá carregar o material que está armazenado “nas nuvens”.

às 16:00 horas. Havia um intervalo para o almoço entre às 11:00 e 12:30, levávamos o nosso almoço em uma marmita e almoçávamos junto com eles no local de trabalho, para assim aproveitar o momento de descanso para conversar sobre suas histórias, sobre o seu trabalho e sobre a cooperativa. Utilizávamos este tempo também para auxiliar aqueles que tinham dificuldades de interpretação de texto ao responderem os questionários, que acabaram se convertendo em entrevistas em boa parte dos casos.

Iniciamos trabalhando 2 dias com os coletores, depois vivenciamos as experiências de trabalho junto ao coletivo maior, que trabalhava dentro do barracão. Estabelecemos diálogo e trabalhamos junto às cooperadas que atuavam na dobra das sacolas entregues nas casas; passamos pelos processos de separação inicial dos materiais coletados nas residências; pela mesa de separação onde era feita uma separação mais acurada antes de enviar alguns materiais para a prensa, local que atuamos por um período breve. Em alguns momentos também estivemos presente junto ao setor administrativo, auxiliando na elaboração de algumas questões técnicas ligadas às planilhas, formulários e registros.

Os fatos, falas, posturas, eventos e pontos importantes do cotidiano destes sujeitos testemunhados por meio da observação participante foram registrados em um diário de campo. O diário de campo consiste em um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotar comentários e reflexão, que é utilizado pelo investigador no seu dia a dia. Nele se anotam todas as observações de fatos concretos; fenômenos sociais; acontecimentos; relações verificadas; experiências pessoais do investigador; como também suas reflexões e comentários. Além disso, facilita e cria o hábito de escrever, observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos (FALKEMBACH, 1987). Foram produzidos 23 relatos de diário de campo durante este período. Nos últimos dias de trabalho não foram produzidos os diários de campo, pois estávamos empenhados na organização de uma confraternização de encerramento de nossa vivência juntos a estes trabalhadores. A confraternização ocorreu no dia 28 de janeiro, se iniciou com um almoço, após uma manhã de trabalho, e se estendeu por toda à tarde.

Em nossos diários de campo capturamos registros relacionados ao trabalho realizado pelos cooperados, como a forma de distribuírem suas tarefas e responsabilidades, além de verificar como se dava a dinâmica do exercício do trabalho físico e do trabalho mental por estes trabalhadores. Buscamos estudar também os recursos e métodos empregados na realização do trabalho, as relações estabelecidas no seu cotidiano, momentos de cooperação e de conflitos, decisões que os trabalhadores tomavam individualmente e quais levavam para a gestão ou para o coletivo.

A história destes Catadores é marcada pelo trabalho, mas também pela luta, luta por melhores condições de renda, de trabalho, reconhecimento social, apoio do poder público e outros tantos desafios que se põem diante deles em seu cotidiano. As vitórias e frustrações engendram mudanças em curtos períodos de tempo. Desde o dia 28 de janeiro de 2016 várias mudanças ocorreram, como a mudança de Diretoria e da sede da cooperativa, por isso não foi possível apreendê-las com a riqueza de informações necessárias nos próximos capítulos. Outras ainda são tão recentes que tornam essa tarefa ainda mais difícil, como a aquisição de uma esteira que possibilitará a movimentação do material por uma linha de produção, o que provocará profundas mudanças na organização do trabalho. Diante disso, sempre que necessário e possível, advertiremos você, leitor, a respeito de algumas mudanças ocorridas desde o nosso trabalho de campo, prestando os esclarecimentos devidos.

O Tratamento da materialidade da pesquisa

Pelo fato de já apresentar uma estruturação prévia, principalmente nas questões fechadas, os dados do questionário foram trabalhados e sistematizados de forma separada dos demais. As respostas das questões abertas foram analisadas e agrupadas em categorias temáticas, a partir do teor de seus conteúdos. O material foi codificado, tabulado e sistematizado em formato de gráficos de barra para assim, buscar possíveis relações entre as dimensões características do perfil destes trabalhadores e as respostas das diversas questões, além de tabulações simples, foram realizadas tabulações cruzadas a fim de encontrar possíveis correspondências entre estas respostas. O planejamento destas correlações é expresso no Quadro 4.

O cruzamento dos dados nem sempre evidenciaram haver algum tipo de relação. Trataremos nos próximos capítulos aquelas que se mostram pertinentes para a caracterização e compreensão das determinações que envolvem os trabalhadores/trabalhadoras e a organização estudados.

Os dados levantados a partir de outras fontes de coletas de dados (entrevistas, produções acadêmicas sobre a COOPERTAN, diários de campo, atas e demais documentos da cooperativa), devido ao seu grande volume, foram operacionalizados e analisados com o auxílio de um *software* de análise qualitativa de dados, o *NVivo11 Pro*, produzido pela empresa QSR Internacional. O NVivo é um software que suporta métodos qualitativos e variados de pesquisa, além de ser compatível com diversas técnicas de análise. Otimiza a organização e análise de

informações em dados não estruturados ou qualitativos como entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo *web* (QSR INTERNACIONAL, 2016). Como segue:

Quadro 4 – Correlações estabelecidas entre as respostas do questionário

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1		*	*	*	*	*	*	*		*										
2			*	*	*	*	*							*	*	*	*	*		*
3				*	*	*			*											
4					*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*
5						*								*	*	*	*	*		*
6																				
7									*		*	*	*							
8									*	*										
9										*	*	*	*	*		*	*	*		*
10											*	*	*	*	*	*	*	*		*
11																				
12																				
13																				
14																				
15																				
16																				
17																				
18																				
19																				
20																				

Legenda:

1	Sexo	11	Compreensão do que seja o trabalho
2	Idade	12	Compreensão do que o trabalho deveria ser
3	Nível de escolaridade		Percepção do que é o trabalho na
4	Tempo de atuação na COOPERTAN	13	COOPERTAN
5	Razão de ingresso na COOPERTAN	14	O que representa a COOPERTAN para eles
6	Ocupação Anterior	15	O que é necessário para a cooperação
7	Principal atividade desenvolvida	16	Avaliação das relações de trabalho
8	Atividades já desenvolvidas além da atual	17	Diferença trabalho cooperado x assalariado
9	Autonomia sobre a forma de realizar o trabalho	18	Mudanças na vida, na família e no trabalho
10	Assuntos sobre os quais estabelece diálogo	19	Engajamento com movimentos sociais
		20	Mudanças na percepção de si e do trabalho

Fonte: Elaborado pelo Autor (2016).

O *corpus* dos dados foi carregado no software, codificados e analisados partir da análise de conteúdo que compreende:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44, grifo da autora).

Ainda segundo a autora, a análise de conteúdo compreende todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, porém complementares, incidam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da exposição deste conteúdo, recorrendo ou não a instrumentos quantitativos de sistematização de dados, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. É marcada por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto de pesquisas. Os documentos foram analisados e seu conteúdo agrupado, segundo uma sistemática categorial criada para reunião e sistematização das informações. Foram criadas 12 famílias categoriais temáticas e essas internamente foram desdobradas em subcategorias de segundo e terceiro nível, das quais foram associados trechos dos documentos conforme correspondência temática do conteúdo. Segundo Bardin (2009) as categorias são espécie de gavetas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutiva da mensagem. Compreende um método taxionômico que promove uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.

O planejamento das categorias e a posterior análise do conteúdo do material das diversas famílias categoriais foram operados através da triangulação de tais dados, ou seja, o tratamento da realidade material estudada a partir de mais de uma fonte de dados. De acordo com Azevedo *et al.* (2013), a triangulação nos permite combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos como entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, etc., bem como, diferentes métodos de análise dos dados, dentre eles a análise de conteúdo utilizada nesta pesquisa. Com isso, se objetiva contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, e fazer emergir novas ou mais profundas dimensões.

O desvelar das inter-relações entre o todo e as partes, entre o texto e o contexto

A partir da análise das informações levantadas na coleta de dados buscamos compreender a organização e seus atores, com os quais estamos estabelecendo interlocução, em sua totalidade, a partir da inter-relação entre o todo e as suas partes, e entre este o seu contexto social e econômico. De acordo com Sanchez Gamboa (1998) a causa ou explicação dos fenômenos repousa na inter-relação entre o todo e as partes, o fragmento e o conjunto, entre o fenômeno e a essência, em seus contextos e na sequência histórica dos fatos.

A realidade é assumida nesta pesquisa como uma totalidade concreta e apresenta uma tridimensionalidade epistemológica, metodológica e ontológica (SANCHEZ GAMBOA, 1998), pois a totalidade consiste na realidade como um todo estruturado, dialético, onde os fatos possam vir a ser racionalmente compreendidos. A soma de todos os fatos não constitui em si o conhecimento da realidade, tampouco o conjunto de todos os fatos constitui a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade, se são compreendidos como fatos de um todo dialético. Desta forma, o concreto e a totalidade não são constituídos por todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, uma vez que, falta ainda a este agrupamento o essencial, que seria a totalidade e a concreticidade (KOSIK, 1976).

Compactuando com Kosik, Freitas (2008) concebe a realidade como movimento. A realidade é contradição e onde não há contradição não há movimento, desde o mundo natural, até os homens e mulheres. Ela é a síntese de múltiplas determinações. Síntese não no sentido de “meio termo” ou “ponto final”, mas são momentos do objeto em que novas contradições são abertas em nível mais avançado.

Esta construção do objeto se realiza recuperando os nexos num duplo movimento, em direção aos contextos do todo social, no qual se situam os fenômenos estudados e em direção à estrutura interna na inter-relação entre o todo e as partes e suas contradições (SANCHEZ GAMBOA, 1998). É um caminhar da essência para a aparência. A aparência representa a sua manifestação externa, o que aparece à primeira vista, a materialidade empírica de nosso estudo junto à COOPERTAN. Já a essência, por sua vez, compreende a representação dos aspectos principais, próprios e internos do fenômeno estudado, ou seja, seus traços peculiares. A partir do *corpus* empírico da pesquisa buscamos apreender o papel educativo assumido pelo trabalho na forma da produção associada e desenvolvida na COOPERTAN, procurando desvelar a essência deste fenômeno, caminhando da base empírica, por meio da abstração e considerando as contradições e historicidade envolvidas, retornamos a sua totalidade concreta. “É ainda importante compreender que a constituição da essência e da aparência não se dá por si, mas a partir da relação do fenômeno com outros fenômenos” (SILVA, 2015, p. 8)

Foram eleitas algumas categorias para a operacionalização do processo de análise dos dados. As categorias se formaram no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, características do devir da humanidade. São formas de conscientização dos conceitos dos modos universais da relação do ser humano com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essências da natureza, da sociedade e do pensamento (TRIVIÑOS, 1987). É a genericidade do particular que marca o nascimento da categoria, sem descartar sua singularidade, a qual é recuperada pela análise específica em cada caso particular.

A categoria demarca a entrada da análise pelo que é genérico, de forma a permitir enxergar melhor aquilo que é singular em um dado objeto investigado. Através da análise, a genericidade constitutiva do conceito “liberta” as singularidades do particular investigado (FREITAS, 2008).

As categorias Totalidade, Contradição e Movimento, permearão todo o processo de análise e discussão dos resultados da pesquisa, pois como já discutido anteriormente, a realidade que objetivamos conhecer é contraditória, datada historicamente e síntese de múltiplas determinações. Todo conhecimento é sempre um conhecimento provisório, ou seja, um conhecimento datado historicamente não tem a pretensão de se dizer perene. A evolução do empreendimento pesquisado mostra as razões históricas de sua constituição e o desenvolvimento das próprias contradições ao longo do tempo. Essa materialidade movimentase por ser contraditória, existindo, portanto, possibilidades de superar a materialidade de hoje. Esse movimento pela contradição representa negar o que impede o novo, e preservar aquilo que dá base ao novo (FREITAS, 2008). A categoria Cultura do Trabalho também atravessará toda a discussão inerente às dimensões educativas dos processos de trabalho desenvolvidos sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras, com os quais estamos estabelecendo esta interlocução.

Cultura do trabalho diz respeito aos elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas, etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes, saberes) partilhados pelos grupos humanos — considerados em suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade e geração. Determinada em última instância pelas relações de produção, nos remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho. [...] Podemos dizer que, no Brasil, diversas culturas do trabalho sobrevivem, convivem e/ou se tornam subordinadas à cultura capitalista, entre elas destacam-se as dos quilombolas, caiçaras e indígenas (TIRIBA, 2008, p. 85).

As categorias Essência e Aparência nos possibilitarão avançar da manifestação externa aparente do fenômeno de estudo, para representação dos aspectos principais, próprios e internos deste, isto é, seus traços peculiares. Neste contexto, outro par categorial eleito foi Autogestão e a Heterogestão. Assim, buscou-se compreender quais elementos característicos da organização autogestionária e quais da forma heterogestionária do trabalho estão presentes na organização e concepção do trabalho, constituídas a partir da produção associada desenvolvidas pelos trabalhadores da COOPERTAN e as inter-relações com a educação pelo e para o trabalho desenvolvido por estes sujeitos. Faria (1985) pontua que na heterogestão há uma relação unilateral de dominação, expressa por uma distribuição não igualitária de poder. Ou seja, as relações de autoridade e subordinação estão alicerçadas na coerção e na autoridade legal. Há pessoas que desenvolvem trabalhos mais intelectuais ligados a planejamento, a quem cabem as

decisões, e há pessoas responsáveis pela operacionalização destas decisões e que desenvolvem trabalhos mais ligados ao aspecto físico e rotineiro do trabalho, submetendo-se aos mandos de quem exerce o trabalho de planejamento. Já a autogestão é caracterizada por este mesmo autor como a ausência de subordinação, pressupondo uma formação completa dos sujeitos, tanto no plano econômico como no plano político e social. Mais do que uma forma de gestão, ela pressupõe uma transformação completa da sociedade.

O trabalho como princípio educativo e o trabalho alienado são categorias que contribuíram para análise e discussão de como o trabalho tem colaborado com a formação humana destes sujeitos cooperados. Conforme Marx (2008), o modo de produção capitalista, concorre para que se estabeleça uma relação de alienação entre o trabalhador, o processo e o resultado de seu trabalho, ele não tem autonomia sobre como realizar o seu trabalho e muito menos sobre a distribuição da riqueza que produz. Dessa forma, segundo o autor, o produto do trabalho se torna um objeto estranho que o domina. De acordo com Frigotto (2002) e Pistrak (2002), enquanto princípio educativo e criador deve-se considerar não como qualquer trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias, mas apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos. Trata-se do valor social do trabalho, isto é, da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade. E o trabalho associado carrega este princípio.

O presente texto está organizado a partir de três capítulos inter-relacionados, ora pela escrita ao retomarmos alguns conceitos e discussões anteriores, ora pelas análises e discussões, que se desenvolvem em consonância com os diálogos e conceitos trabalhados anteriormente, seja no âmbito da teoria ou da empiria. No primeiro capítulo retomaremos a discussão do trabalho já iniciada aqui, como: a relação do ser humano com a natureza por meio do trabalho; as relações sociais de trabalho como princípio das demais relações sociais e a dinâmica da relação homem/mulher, trabalho e história.

Nele buscamos também compreender algumas das determinações do trabalho no contexto do modo capitalista de produção, contradições engendradas e projeto de formação humana colocado em prática. Será contemplada a dinâmica capitalista de produção de riquezas a partir da divisão dos homens entre trabalhadores (força de trabalho) e não trabalhadores. Adentraremos na questão da divisão e articulação social e intraorganizacional do trabalho a partir da conjuntura de seu desenvolvimento, elementos característicos, semelhanças e diferenças, e as implicações destas na formação humana pelo projeto educacional suscitado nos espaços de trabalho e no ambiente escolar.

Sem a pretensão de apreender todos os elementos característicos destas possíveis novas (velhas) formas de se viver a partir do trabalho, discutiremos em outro capítulo deste texto as novas relações entre trabalho e educação no contexto do projeto político-econômico-social da Economia Solidária e os saberes constituídos e apreendidos nestas relações. Empreenderemos um debate a respeito da natureza das novas relações estabelecidas entre os trabalhadores, questionando: quem são eles, quem os apoia e a nova centralidade do processo produtivo. Será tratada a dupla dimensão da riqueza produzida pelo trabalho, riqueza material e espiritual, e as possibilidades de geração e apreensão desta última pelos trabalhadores protagonistas destas experiências. Estabeleceremos um diálogo entre as orientações político-econômicas do sistema educacional escolar atual, suas contradições e possibilidades de avanço e aproximações com o projeto de formação humana, que orienta e se concretiza nos espaços destes Empreendimentos Econômicos Solidários.

Por fim, no terceiro e último capítulo, trataremos das relações trabalho-educação estabelecidas a partir da experiência da produção associada na COOPERTAN. Contextualizaremos sobre o surgimento da atividade de Catador no município de Tangará da Serra e o contexto no qual se deu a transição de uma perspectiva de sobrevivência individual para uma perspectiva de emancipação coletiva, bem como sobre as organizações que os apoiaram neste processo. Apresentaremos ainda, como é desenvolvida a organização do trabalho, atividades desenvolvidas, formas de obtenção e distribuição de renda, desafios, resistências e contradições na transição do trabalho individual para o trabalho coletivo. Serão apresentados os sujeitos que vêm construindo o seu mundo do trabalho a partir desta experiência, tendo a oportunidade de conhecer um pouco de suas histórias, traços característicos, bem como o que há de novo e o que permanece de velho nas relações, concepção de trabalho e projeto de formação humana que eles têm estabelecido entre si nos espaços e tempos de trabalho, e em outros tempos e espaços.

CAPÍTULO I

AS DIMENSÕES ONTOLÓGICAS E SOCIOLÓGICAS DO TRABALHO

Neste capítulo, a partir de uma discussão sobre as dimensões ontológicas e sociológicas do trabalho, abordaremos a relação do ser humano com a natureza por meio do trabalho; as relações sociais de trabalho como princípio das demais relações sociais e a dinâmica da relação homem/mulher, trabalho e história. Trataremos também das determinações do trabalho no contexto do modo capitalista de produção, as contradições engendradas e projeto de formação humana colocado em prática. Adentraremos na questão da divisão e articulação social e intraorganizacional do trabalho a partir da conjuntura de seu desenvolvimento, elementos característicos, semelhanças e diferenças, e as implicações destas na formação humana pelo projeto educacional suscitado nos espaços de trabalho e no ambiente escolar.

1.1 O Ser Humano, o trabalho, suas relações sociais e sua história

Pensar o trabalho, refletir sua prática, seu papel na relação entre seres humanos-natureza é uma tarefa bastante desafiadora frente à organização do trabalho presente no sistema socioeconômico hegemônico atual. Se nos voltarmos apenas para a forma como ele se apresenta atualmente, corremos o risco de ter uma visão reducionista do que é o trabalho e a relação homem/mulher-trabalho. Por isso, é preciso compreender as transformações históricas da organização do trabalho pelo ser humano, e do ser humano pelo trabalho, para que compreendamos que o trabalho nem sempre foi assim e não será sempre assim. “É difícil pensar, mais ainda vivenciar, outra organização do trabalho quando estamos mergulhados em uma específica, quando se experimenta durante longos anos a forma como o trabalho está organizado em determinado momento histórico e estrutura-se a vida em torno dela” (NICOLLETTI, 2011, p. 15). Ainda segundo a autora, o trabalho é fundamental para a formação e transformação da subjetividade. As pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho dedicam muitas horas do dia, da semana, da vida, às atividades entendidas atualmente como trabalho, e isso torna difícil vislumbrar outras possibilidades, tanto conceituais quanto práticas desse conceito.

Ao falarmos de evoluções ou transformações históricas estamos falando da atuação dos homens com o mundo e com outros homens (FREIRE, 1987), da história humana. A história se constrói a partir dos “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação” (MARX,

1996, p. 297). A história humana não compreende uma relação meramente contemplativa dos homens para o mundo contemplativo, ao contrário, são sujeitos ativos deste processo por meio das relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. Segundo Marx, para além da consciência, da religião e outros aspectos, o que distingue os homens dos animais, é que os homens produzem seus meios de existência, e assim produzem indiretamente a sua própria vida material. Essa produção é mediatizada pela relação do ser humano com a natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho (MARX, 1996, p. 297).

Então, esta atividade humana, o trabalho, se diferencia das formas instintivas de trabalho dos animais pela consciência, pela produção ideal da ação em um primeiro momento e depois a prática, e a finalidade desta atuação prática.

[...]finalidade que se acomoda e que se confronta com as condições objetivas e necessárias para sua realização e, portanto, sujeita-se ao curso da própria atividade. Em outras palavras, a atividade apresenta-se como um duplo resultado: o resultado ideal (a intencionalidade/ finalidade como produto da consciência, como antecipação do resultado que se deseja obter) e o produto real (resultado final do processo que pode assemelhar-se ou não com o projeto original) (TIRIBA, 2001, p. 184-185).

Para a autora, o trabalho, enquanto uma atividade específica humana, ao promover a transformação na natureza objetivando suas finalidades, é uma *práxis* produtiva onde os homens produzem o mundo humano ou o mundo humanizado. Ele cria a sua universalidade tendo a natureza como o seu corpo inorgânico, seu meio de vida imediato, matéria e instrumento de sua atividade vital, dela depende sua existência e é o ponto de partida de seu processo criativo. O ser humano, corpo orgânico, precisa ficar em processo contínuo com a natureza, corpo inorgânico, para não morrer. Se “a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2008. p. 84). Mas ao mesmo tempo em que é parte da natureza o homem/a mulher se distingue dela, pois “faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente” (MARX,

2008. p. 84). Ela faz do ser humano um ser genérico, a consciência de sua atividade vital, faz do trabalho humano, naturalmente, uma atividade livre.

[...] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1996, p. 298).

Para realizar o processo de trabalho, seu intercâmbio com a natureza, o ser humano através de seus meios de trabalho opera sobre o seu objeto de trabalho. Assim, existem objetos de trabalho que estão disponíveis na natureza, sem ter sofrido transformação anterior pela ação humana, como a terra, os rios, a madeira, etc. Há também os objetos de trabalho que já sofreram algum tipo de intervenção humana anterior, mas que incorporarão uma operação posterior. O couro curtido e o algodão descaroçado são alguns exemplos.

Para agir sobre seu objeto de trabalho, os homens valem-se dos meios de trabalho que pode ser uma coisa, ou um conjunto de coisas, que lhe servem como condutores de sua atividade sobre o objeto. Neste processo eles empregam seus conhecimentos sobre a natureza utilizando as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, fazendo-as atuar como meios de poder sobre outras coisas, a partir de seu objetivo. Os homens podem, em diversos momentos históricos, usar o mesmo objeto de trabalho e agir sobre ele produzindo determinado objeto útil às suas finalidades. Entretanto, os meios de trabalho e a forma de operá-los sobre o objeto de trabalho irão demarcar o grau de desenvolvimento da força de trabalho humana e as condições sociais nas quais se trabalha, caracterizando diversas épocas econômicas (MARX, 1996). Ao mesmo tempo em que produz bens materiais, o trabalho caracteriza e produz determinadas relações sociais. No decorrer da história essas relações vêm se configurando em diversos formatos como cooperação, submissão, assalariamento, dentre outros (TRIVIÑOS, 1987).

Dessa maneira, o resultado da atuação dos meios de produção sobre o objeto de trabalho, exercida sob a atividade humana consciente e criativa, é o produto. Esse produto é dotado de valor de uso, “uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma” (MARX, 1996, p. 300). Objeto e os meios de trabalho constituem os meios de produção, e o trabalho humano operado sobre eles é trabalho produtivo.

Meios e objetos de trabalho podem ser já resultados de transformação anterior, de trabalho humano acumulado, neste caso, o trabalho consome produtos para gerar novos produtos, ou se utiliza de produtos como meios de produção de produtos. Ainda assim, como o

processo de trabalho se passa originalmente somente entre seres humanos e a natureza, que preexistia sem sua colaboração, esta continua a servir-lhe ainda como meios de produção preexistentes, seu corpo inorgânico, que não representa nenhuma combinação de matéria natural e trabalho humano (MARX, 1996). Se para realizar determinados trabalhos necessita-se de meios e objetos produzidos anteriormente, assim como caracteriza e determina as relações sociais, a produção da existência humana demanda uma divisão social do trabalho, que poderá assumir diversas configurações em diferentes contextos sócio-históricos (MARX, 1996, p. 303).

[...] A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 1998, p. 10-11).

As condições materiais são dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e sua relação com os meios de troca. As forças produtivas compreendem os meios de produção juntamente com os homens, sua experiência de produção e seus hábitos de trabalho (TRIVIÑOS, 1987). A produção da vida material, dos meios para satisfazer as necessidades humanas, constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história. Pois, as diferentes formas que a vida material assume, depende das necessidades já desenvolvidas, e a produção dessas necessidades, bem como a sua satisfação, ou seja, um processo histórico. Neste processo as contradições entre as forças produtivas e o modo de trocas são a origem de todos os conflitos históricos. Esses conflitos têm como produtos revoluções e outras formas acessórias, como choques de diferentes classes, contradições da consciência, lutas ideológicas e políticas, dentre outras (MARX; ENGELS, 1998).

Ainda conforme os autores, essas diferentes condições, formam-se em toda a evolução histórica. A história e seus desdobramentos tem por base o desenvolvimento do processo real da produção. A produção material da vida imediata por meio de determinado modo de produção e a forma dos intercâmbios humanos engendrados por ele, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios é “o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral etc.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 35). Assim, se compreende que a revolução além de ser a verdadeira força motriz da história também o é a da religião, da filosofia e de qualquer outra teoria.

A cada estágio do curso da história é dado um resultado material, constituído de uma soma de forças produtivas, da relação dos indivíduos entre si e com a natureza. Esse resultado é transmitido a cada geração por aquela que a precede. Marx e Engels (1998, p. 37) condicionam a revolução histórica ao conjunto destas condições de vida, que as diversas gerações encontram prontas. Seus elementos são por um lado as forças produtivas existentes e por outro uma massa revolucionária, que “faça a revolução não só contra condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria ‘produção da vida’ anterior, contra o ‘conjunto da atividade’ que constitui sua base” (MARX; ENGELS, 1998, p. 37).

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996, p. 172). Os homens e mulheres são seres inseparavelmente biológicos e sociais (SEMERARO, 2004), ao produzirem a sua existência e a sua história na sua relação com a natureza e com os outros homens, é pelo trabalho que produzem e se reproduzem, cria mais riquezas para seu sustento e desenvolvem sua consciência. Ao transformar o mundo elaboram culturas, constroem cidades e estabelecem relações sócio-políticas. Dito de outra forma, é na condição de seres criadores e transformadores que os homens “em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções” (FREIRE, 1987, p. 52). Ao transformar a realidade objetiva, os homens criam a história constituindo-se em seres histórico-sociais.

1.2 Relações sociais de produção

Aos produzirem os meios de sua existência pelo trabalho, as relações de produção e intercâmbio que nele se estabelecem, os homens produzem relações sociais de diferentes tipos, consoante a cada momento histórico. Assim, as relações sociais dependem do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e de seus intercâmbios. Reconhece-se “o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho. [...] qualquer força produtiva nova traz como consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11-12). A divisão do trabalho irá dar os contornos da estrutura e relações sociais que serão estabelecidas em determinado modo de produção.

Os diversos estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade; em outras palavras, cada novo estágio da divisão do trabalho determina, igualmente, as relações dos indivíduos entre si no tocante a matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

A divisão social do trabalho, para Marx e Engels (1998), implica em funções diferentes para diferentes homens na tarefa de produção da vida material de uma sociedade, que passa a ser estruturada por classes sociais hierarquizadas entre si. O emprego das forças produtivas se dá sob a regência e condições estabelecidas por uma determinada classe social dominante. O poder social dessa classe, resultante do que ela possui, encontra regularmente sua expressão prática sob forma idealizada no tipo de Estado particular de cada época. Dessa forma, o que os homens pensam, dizem, representam seu papel dentro de uma classe social, a moral, a religião, suas ideologias têm uma base material, uma relação direta com o seu processo de vida real. Reforçam ainda que:

[...] são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1998, p. 19-20).

Diante disso, afirma-se que poder material e espiritual estão interligados. Neste sentido, Marx e Engels (1998) assinalam que os pensamentos da classe dominante, em todas as épocas, constituíram-se os pensamentos dominantes, isto é, pensamentos pseudo-universais. A classe que possui o poder material dominante de uma determinada sociedade, também será o poder espiritual dominante. Quem dispor dos meios da produção material disporá também dos meios da produção intelectual, apoderando-se do ser daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual, inclusive seus pensamentos. Os pensamentos dominantes em determinada época histórica são a expressão no plano ideal, das ideias, das relações materiais dominantes.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; *na* medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, e evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que tem uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são, portanto as ideias dominantes de sua época (MARX; ENGELS, 1998, p. 48-49).

O que há de universalidade em tudo isso é a relação umbilical entre a ascensão da nova classe dominante e a necessidade de expressar seus interesses como se o fossem os interesses universais, comum a todos os membros de uma sociedade, os únicos universalmente válidos.

Ainda neste sentido, Marx e Engels (1998) compreendem o Estado como a institucionalização dos interesses comuns da classe dominante. Assim, todas as instituições passariam pela mediação do Estado, revestindo-se de uma natureza política. Cria-se inclusive, a ilusão de que as leis instituídas por estes Estados e o direito repousam em uma vontade livre, independentemente de sua base concreta. Diante disso, o direito privado, a propriedade privada, a liberdade individual, o “eucentrismo” e o sucesso pessoal, apreendidos muitas vezes como verdades e valores universais e imutáveis em nossa sociedade, são reflexos deste movimento.

Na visão contra hegemônica está a Economia Solidária, ou então as outras economias, que se sustentam na autogestão e no trabalho associado, por isso, nos associamos ao grupo de autores que compreende que o trabalho associado faz parte de um contexto de transformação permanente, ou seja, de construção de autonomia. Não se trata de uma revolução, tampouco é mais um processo de alienação para humanizar o capitalismo, mas sim de compreender o trabalho associado e a autogestão como uma prática pedagógica emancipatória, que enfrenta as contradições entre capital e trabalho.

1.3 O trabalho no contexto da economia do capital

Atualmente vivemos em uma sociedade civil burguesa com a presença de uma determinada estrutura social e uma configuração do Estado. O Estado e a organização social são expressões de como está constituída a forma de produção da vida material dos homens em determinada época, compreendendo um estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, divisão do trabalho e formas de intercâmbio. Neste sentido, acreditamos ser salutar, antes de adentrarmos nas determinações e características assumidas pelo trabalho na sociedade capitalista, apresentarmos uma breve historicização do surgimento das duas classes sociais constitutivas deste modo de produção. Para tal tarefa recorreremos a Marx e Engels (1998), que fazem uma apreensão pertinente deste processo. Não temos a ousada pretensão de descrever todos os elementos constituintes desta totalidade, mas modestamente, a partir destes autores, fazer uma breve explanação das alterações na base material que deram os primeiros contornos do modo de produção capitalista.

A classe dos comerciantes teve um papel importante em todo este processo e à medida que este se estendia cada vez mais em relação à região onde os produtos eram fabricados, foi constituindo-se uma relação recíproca entre a produção e o comércio. O intercâmbio de produtos entre as cidades, por meio do comércio possibilitou outros intercâmbios e socializações, inclusive de meios de produção, de tecnologia e outros elementos que fizeram

com que as forças produtivas de cada região fossem se desenvolvendo mutuamente. Paralelo a isso, a divisão da produção que antes tinha limites, geralmente na extensão territorial de cada cidade, ganha maior capilaridade e progressivamente. Passa a configurar-se como uma nova divisão da produção, não local, mas entre as diferentes cidades, cada uma explorando um ramo de indústria predominante. A limitação primitiva e o provincialismo começam pouco a pouco a desaparecer.

Há de se registrar que essas transformações estavam ocorrendo sob um modo de produção feudal e isso não passou sem um enfrentamento entre a classe dominante da época e a classe emergente. A própria classe burguesa fortaleceu-se, enquanto classe a partir da necessidade de se unir frente à nobreza do campo. A extensão da comunicação por meio do comércio permitiu o acesso a outras cidades que tinham feito triunfar os mesmos interesses, pois lutaram contra os mesmos inimigos e gradativamente, a classe burguesa foi se constituindo e se fortalecendo a partir das numerosas burguesias locais das diversas cidades.

A oposição ao modo de produção da época (feudalismo) e as relações existentes em seu âmbito fizeram do interesse e condições de vida particular de cada burguês, interesse e condições vida comuns de todos os burgueses. Com a ligação entre as diferentes cidades, essas condições comuns a todos os burgueses transformaram-se em condições de classe. As condições comuns, os mesmos interesses engendraram os mesmos costumes por toda parte. E isso possibilitou as condições materiais necessárias ao desenvolvimento gradativo da burguesia.

A propriedade privada não é uma exclusividade do sistema capitalista, ela esteve presente nas diferentes civilizações, assumindo diversos contornos e diferentes objetos passíveis de serem apropriados, inclusive a propriedade sobre outros homens. Tivemos a propriedade tribal, a propriedade fundiária medieval, a propriedade mobiliária corporativa, o capital manufatureiro e o capital moderno. Este último é caracterizado pela grande indústria e pela concorrência universal, representando a propriedade privada no estado puro, despojada de todo aspecto de coletivo e tendo excluído toda ação do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade.

Por ser uma *classe* e não mais um *estamento*, a burguesia é obrigada a se organizar no plano nacional, e não mais no plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa sendo a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente (MARX; ENGELS, 1998, p. 73-74).

A revolução social promovida e o estabelecimento de um novo modo de produção da existência humana, engendraram o surgimento de outra classe, a classe dos que diferentemente dos burgueses, eram os não proprietários dos meios de produção, isto é, a classe do proletariado. Não dispondo de nenhum capital comercial ou industrial, objetos e meios de trabalho para produzir dentro do contexto atual, ou de recursos financeiros para adquiri-los, essa classe tem como identidade ser a classe dos trabalhadores, que dispõem apenas da sua força de trabalho para intercambiar na produção social da existência humana.

O contexto de produção e de trabalho que se dá na transição do feudalismo para o capitalismo, conforme Nicolletti (2011), promoveu a transformação da sociedade de rural para urbana. Há um confinamento nas fábricas dos indivíduos que até então eram artesãos. As famílias deixam de ser patriarcais para se tornarem nucleares. Ainda segundo a autora, o trabalhador perdeu seu controle sobre sua força de trabalho ao vendê-la para o capitalista, perdeu o domínio sobre o seu tempo e o seu corpo. É institucionalizada a supervisão, e com a adoção das tecnologias de trabalho, o trabalhador passa a ter que se adequar ao ritmo de trabalho da máquina, perdendo a sua centralidade no processo do trabalhar. O processo de criação do produto final de seu trabalho está agora fora dele e além de sua compreensão. O trabalhador foi separado de seu meio de sustento tornando-se peça avulsa a ser encaixada no aparato preparado pelo capitalista.

Estas novas relações de produção vão condicionar uma nova organização social, diferente da constituída anterior à era industrial. O campesinato torna-se operário e desfaz-se o vínculo antes estabelecido entre terra, trabalho humano e riqueza. Este processo, contudo, não significou a emancipação das capacidades humanas em relação às condições naturais, ao contrário, trouxe à tona uma nova dependência, em relação a uma ordem construída pelo próprio ser humano, enquanto produto do pensamento e da ação racional. O trabalho passa a ser constituído como alvo de exploração (BAUMAN, 2008; NICOLLETTI, 2011).

“Ao Estado capitalista, reduzido a um Estado mínimo, cabe criar as condições para o livre funcionamento do mercado, para o desenvolvimento de um homem econômico sem limites” (TIRIBA, 2001, p. 60). Com a redução deste Estado ao aparelho administrativo e militar, impedido de interferir na esfera econômica, o liberalismo econômico, e assim o capital alcança sua plenitude. O objeto da atividade humana passa a gerir o seu criador, as condições de existência de cada ser que estão condicionadas às “leis do mercado”, considerado uma força impessoal, sem responsabilidade com a emancipação humana, dando a falsa impressão de que tenha recebido o sopro da vida e age por conta própria, descolado da imposição voluntária do capitalista sobre os trabalhadores (SEMERARO, 2004).

Dentre as características desta institucionalização do trabalho para a multiplicação do capital e sua concentração nas mãos de poucos privilegiados, têm-se as extensas jornadas de trabalho e a redução dos recursos, matéria-prima e trabalho, necessárias à unidade de produção na busca do aumento da produtividade. De acordo com Nicolletti (2011, p. 20, a organização do trabalho, focada prioritariamente no aumento da produtividade, passa a ser “criada por alguns poucos e quebrada em pequenas atividades, essas realizadas operacionalmente por muitos. Surgia a classe de homens que ‘pensavam’ em oposição à dos homens que ‘faziam’”.

Tem-se duas classes, nesta nova relação de trabalho, uma detentora dos meios de produção e outra detentora da força de trabalho, sendo necessárias as duas coisas para se produzir, meios de produção e força de trabalho, o que caracterizava uma dependência mútua, porém longe de manifestar-se de forma igualitária. O trabalhador precisava submeter-se à organização do trabalho imposta, já que além de não possuir os meios de produção, também não poderia competir, por meio do trabalho artesão, com os produtos industrializados. Era preciso sujeitar-se às condições impostas pelo capital em prol de sua sobrevivência. Apesar do capital precisar empregar o trabalho para reproduzir e expandir-se, ele estava concentrado nas mãos de poucos, além do mais, não havia espaço de trabalho para todos, o que fez crescer o exército de reserva de trabalhadores (BAUMAN, 2008; NICOLLETTI, 2011).

A personificação, ou o sopro da vida do capital, que é produto da atividade humana representa ao mesmo tempo a ameaça de morte do trabalho vivo, mediação do metabolismo do ser humano com a natureza, atividade criativa. Tanto as relações com o capitalista, quanto o próprio trabalho se tornam insuportáveis para aqueles que dispunham apenas de sua atividade laboral criativa (MARX; ENGELS, 1998).

1.4 A riqueza (des)construída pelo capital: um novo sentido para o trabalho e para o seu resultado

O produto do trabalho humano no contexto capitalista assume uma dupla função a partir da produção com foco no intercâmbio comercial, e não mais na subsistência humana. O resultado da atividade laboral humana ainda continua tendo uma relação direta com o suprimento das necessidades humanas ao produzir as suas condições de existência material. Entretanto, há uma cisão entre quem produz e quem consome os produtos gerados pelo trabalho. O processo de transferência deste produto, do “produtor” para o consumidor, se dá pelo intercâmbio comercial, convertendo-o em mercadoria e portador de duplo valor, valor de uso e valor de troca (MARX, 1996).

Ainda segundo Marx, o valor de uso está relacionado à utilidade que uma coisa tem, ou seja, algo de natureza qualitativa. É determinado pelas propriedades do corpo da mercadoria, pois o corpo de toda mercadoria é, portanto, um valor de uso. Sua grandeza não tem nenhuma relação com o volume de trabalho que sua apropriação custou ao homem, ao contrário, realiza-se e constitui-se como valor desta natureza na utilidade de uso ou consumo que tem para alguém. Constitui o conteúdo material da riqueza, independente de qual seja a sua forma social. O valor de troca, assumido por este mesmo produto, porém na forma de mercadoria, produção para comércio, implica na abstração do seu valor de uso. Na supressão de suas naturezas qualitativas distintas, equalizadas sob um critério de natureza quantitativa, o tempo de trabalho social empregado em sua produção será o referencial de intercâmbio entre diferentes formas e finalidades de produtos. Um valor de uso passa a valer tanto quanto outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada e necessária para o intercâmbio comercial.

“Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1996, p. 167). O trabalho humano corporifica-se no resultado do seu processo criativo, há uma relação imediata entre ambos, o trabalho humano cria e gera um bem, ao mesmo tempo em que esse bem traz consigo a “a cara”, a identidade deste trabalho. Isto é, o produto também diz muito sobre o trabalho que o criou. Ao se produzir um duplo caráter da mercadoria, produz-se também um duplo caráter do trabalho plasmado nela.

O trabalho, ao ser condicionado a objeto de exploração e posto a serviço dos detentores do capital, tem a sua essência e finalidade deturpadas, é reduzido a apenas o trabalho que produz um bem que tem valor de mercado, que gera ganho monetário. As formas de trabalho que não convergem para esta finalidade são desconsideradas ou desprestigiadas, como o trabalho doméstico e o trabalho realizado por membros de comunidades periféricas ou mais pobres (RIBEIRO, 2009). Dessa forma, para que haja produção do capital, o capitalista consome o valor de uso da força de trabalho, o que só é possível a partir do momento em que a força de trabalho consome o valor de uso dos meios de produção. E isso, estabelece uma articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção, entre o capital variável e o capital constante (TUMOLO, 2005). De acordo com Marx (1996), pode ser considerado valor de uso, tanto matéria-prima, meios de trabalho ou um produto, dependendo inteiramente da sua função no processo, da posição que nele ocupa, variando com esta posição a natureza do valor de uso.

Para Frigotto (2002) o trabalho é humanamente imprescindível aos homens e mulheres, contudo, o trabalho, criador de valores de uso fundamental à reprodução da vida, não tem sido assumido por todos. Ao contrário, a história humana é marcada pela exploração de seres

humanos por seres humanos e de classes sobre classes. Ainda que definido em muitos momentos como objeto de exploração, o trabalho, segundo o autor, assume duas dimensões distintas e sempre articuladas. A primeira compreende o trabalho como mundo da necessidade. Nela o trabalho está subordinado às necessidades indispensáveis do ser humano, considerado em sua condição de ser histórico-natural que precisa produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. A segunda dimensão compreende o mundo da liberdade, nela está contido o princípio educativo do trabalho. Brota de sua especificidade de ser uma atividade indispensável, desde sempre, a todos os seres humanos. Compreende-se em elemento criador da vida humana, em um dever e um direito ao mesmo tempo. Enquanto dever, deve ser aprendido, socializado desde a infância, considerando que o ser humano precisa elaborar a natureza, transformá-la, e através do trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer suas necessidades vitais e socioculturais. Dessa forma, o trabalho e a propriedade dos bens do mundo constituem-se também em um direito, uma vez que, por ele os indivíduos podem criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência.

À medida que a força produtiva do trabalho, o conjunto dos meios de produção mais a força de trabalho do trabalhador, tem uma variação crescente, aumentando a riqueza, por outro lado, diminui a grandeza de valor contida nessa massa de riqueza. Tumolo (2005) explica este processo a partir da distinção e da relação de contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato. O primeiro, trabalho concreto, é o substrato do valor de uso, e o segundo, trabalho abstrato, é a substância do valor. O trabalho concreto, trabalho que tem valor de uso, está subsumido pelo trabalho abstrato, valorem virtude de que o capitalismo é uma sociedade essencialmente mercantil, cujo objetivo não é a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas, mas para a reprodução do capital. Trata-se de uma relação na qual a afirmação do trabalho abstrato é a negação do trabalho concreto e vice-versa.

Neste sentido, a produção de riquezas materiais no contexto capitalista tem como objetivo primário a acumulação de capital. O ser humano, o seu desenvolvimento e bem-estar ficam relegados ao segundo plano, no máximo figuram como demanda de mercado para absorver os bens e serviços produzidos pelo capital. Assim, a riqueza é reduzida à riqueza do capital, a prosperidade humana é a prosperidade da acumulação e da multiplicação. Ainda que sob a bandeira do direito universal da propriedade privada e da liberdade individual, o acesso a esta riqueza não é possibilitado a todos da mesma forma.

A distribuição das riquezas produzidas no modo de produção em que vivemos, segundo Marx (1996), se dá através do intercâmbio comercial, através do comércio onde compradores e vendedores se encontram. O capitalista, detentor dos meios de produção, consegue produzir sua

mercadoria, pois dispõe dos objetos e meios de trabalho e da força de trabalho necessários para tal e/ou dos recursos financeiros para a sua aquisição. À medida que comercializa o fruto da “sua produção” ele dispõe do dinheiro necessário para comprar os meios para atender as suas necessidades humanas e/ou adquirir mais meios de produção para aumentar ainda o seu capital. Por isso, a produção e a comercialização de mercadorias possibilitam ao capitalista um intercâmbio por um montante de dinheiro, que lhe permitirá em outro momento, intercambiar tais cifras pelos objetos de satisfação de suas necessidades humanas.

Os homens desprovidos dos meios de produção, por sua vez, não têm como produzir mercadorias e ofertá-las no mercado para o intercâmbio, pois são obrigados, para obter os recursos necessários para garantir o suprimento, ao menos das suas necessidades básicas elementares, oferecem no mercado uma mercadoria de natureza qualitativa, totalmente distinta das demais, sendo ela a sua força de trabalho, assim cede temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1996, p. 285).

Dessa forma, Marx (1996) sinaliza que é necessário o atendimento de duas condições para que a força de trabalho possa ser comercializada entre o capitalista e o proletariado. A força de trabalho só é mercadoria na medida em que ela é colocada à venda pelo seu possuidor, pessoa da qual ela é força de trabalho. Uma premissa necessária para isso é que ele deve dispor de sua força de trabalho para colocá-la à venda, ou seja, deve ser livre, proprietário de sua pessoa e de sua capacidade de trabalho. Assim, o que ele deve comercializar é um determinado tempo de sua jornada de trabalho, do contrário, vendendo-a toda integralmente, estaria vendendo a si mesmo, convertendo-se de possuidor em uma própria mercadoria. O proprietário de sua força de trabalho só a colocará à venda como mercadoria no mercado para que o possuidor de dinheiro possa comprá-la, caso ele não disponha de outro tipo de mercadorias e dos meios de sua produção para fazê-lo. No processo de trabalho, o ser humano emprega a sua força produtiva e encontra os meios necessários para a realização de seu processo criativo e criação de valor e de riqueza. Ambos contribuem com suas mercadorias, o capitalista com a mercadoria “morta” inorgânica, incapaz de criar riqueza por si própria, e do outro lado, o proletariado com seu trabalho vivo, com a sua atividade físico-intelectiva, considerada a única verdadeiramente capaz de criar valor. Contudo, somente o detentor da mercadoria inorgânica é quem se apodera de toda a riqueza criada pela mercadoria orgânica, o trabalho, e seu possuidor recebe por ela como sendo uma mercadoria de natureza equivalente às demais.

Na economia de mercado, destaca Ribeiro (2009), o trabalhador não tem controle nem sobre o processo nem sobre o resultado de seu trabalho. Ele não vende o produto que fez ou ajudou a fazer, ou seja, o resultado do seu trabalho, também não tem controle sobre o processo de produção. Tais decisões estão sob controle do detentor do capital, ao comprar a força de trabalho ele a utiliza de acordo com seus interesses para produzir bens com valor de mercado. O trabalhador, por sua vez, dispõe de seu potencial de tempo. Por isso, ao vender o seu tempo, abre mão de exercer qualquer probabilidade de controle ou intervenção nas complexas relações que se estabelecem entre o indivíduo e o mundo no processo de trabalho.

Essa divisão social entre possuidores de dinheiro e de mercadoria de um lado, e possuidores da própria força de trabalho de outro, que se apresenta diante de nós, não é algo natural, ou uma condição metafísica, é algo característico deste período sócio-histórico, resultado de uma revolução econômica que fez decair a arquitetura socioeconômica anterior, e que poderá sucumbir diante de uma revolução econômica posterior, quando as condições objetivas já se fizerem presentes. Conforme atesta o próprio Marx (1996, p. 99, grifo do autor), uma vez concretizada “a *separação* entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, esse estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova”.

A partir do momento em que se equipara a força de trabalho às demais mercadorias, ela passa a estar sujeita às formas de intercâmbio e valorização de todas as demais mercadorias, sendo o valor de uma mercadoria determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção (MARX, 1996), isto é, o valor da força de trabalho compreende o tempo de trabalho necessário para a sua produção. Sendo ela a corporalidade viva do indivíduo, a produção da força de trabalho corresponde na sua própria reprodução ou manutenção, isto é, o conjunto de meios de subsistência. Dito de outra maneira, o tempo de produção da força de trabalho equivale ao tempo necessário à produção dos meios de subsistência do seu possuidor original.

Ao ser acionada no processo de trabalho, há um desgaste da força pelo emprego de determinada quantidade de músculos e do cérebro humano, que precisam ser repostos para a sua manutenção e continuidade de equivalente desempenho nos dias posteriores, tanto em condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal (MARX, 1996). A pequena parte da distribuição das riquezas produzidas pelo trabalho e que é destinada aos meios de subsistência da classe trabalhadora, é um mal necessário, um desembolso necessário para o capitalista equivalente aos gastos com manutenção dos demais meios de

produção e acumulação de suas próprias riquezas. Ou seja, “[...] apenas como *trabalhador* o *proletário*, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. [...] ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar” (MARX, 2008. p. 30, grifo do autor).

Diante do contexto, o trabalho, uma atividade essencialmente humana, assume uma característica de desumanização e objetivação dos homens trabalhadores, em detrimento do enriquecimento contínuo dos homens não trabalhadores. Sua existência, manutenção, subsistência, utilização, expansão ou redução é mediada segundo os interesses do capital. “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (MARX, 2008. p. 25). O direito da propriedade privada e da liberdade individual se tornam cada vez mais humanos, entretanto alguns poucos homens aumentam a sua “humanidade” as custas da desumanização da grande maioria dos homens.

Se “o tempo é dinheiro” e a contínua transformação de capital em dinheiro não pode ser freada, por outro lado, o principal criador desta riqueza tem o seu tempo de “vida útil” e biológico definidos, a cada baixa o posto precisa ser ocupado por um novo soldado. Mas antes de dar baixa, esse soldado precisa forjar e preparar novos soldados por meio da procriação. Desta forma, alerta Marx (2006), a soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho deve incluir também os meios de subsistência dos substitutos, da “força de trabalho em gestação” e dos filhos dos trabalhadores, afinal a produção não pode parar.

Sendo o trabalho uma mercadoria e seu valor, assim como o de qualquer outra, é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la, devido a isso trabalhos de natureza qualitativamente diferentes, demandarão diferentes custos para sua produção e evidentemente se expressão sob diferentes valores. Segundo Marx (1996), distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores, pois exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho e, necessariamente, têm de ter preços distintos no mercado de trabalho. Neste sentido, pensar uma redução das desigualdades sociais pela homogeneização, ou no mínimo uma aproximação dos salários, é algo impraticável, frente ao modelo de produção capitalista e o seu referencial de valorização da força de trabalho. Melhores condições de trabalho e de salários poderão até suavizar, ainda que insuficientemente algumas das mazelas provocadas, mas nunca será um caminho efetivo para a promoção de uma real redistribuição da riqueza.

Uma vez que o valor da força de trabalho é determinado pelos meios de subsistência necessários para a sua manutenção, compreendendo esses meios como outras mercadorias.

Assim, uma alteração no valor do conjunto de mercadorias que constituem os meios de subsistência do trabalhador iria diminuir diretamente o custo de sua força de trabalho. Isso só é possível alterando a forma de produção, seja no processo de produção, na tecnologia empregada, no material utilizado, ou nas ferramentas, dito de outra forma, uma alteração nas forças produtivas do trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas e o consequente aumento da produtividade diminui o custo da produção dos meios de subsistência do trabalhador, ou seja, diminui o valor da sua força de trabalho. Conforme afirma Marx (1996), o valor da força de trabalho é uma grandeza variável e diretamente relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas.

Ao vender a sua força de trabalho para o capitalista, o trabalhador a dispõe para ser usada por um determinado tempo de trabalho diário. Esse tempo independe do tempo de trabalho correspondente ao tempo de produção dos meios de subsistência do trabalhador, nunca sendo, contudo, inferior a este, e não se altera com as mudanças promovidas nas forças produtivas, ou da redução dos custos dos meios de sua subsistência. Marx (1996) o chama de mais trabalho ou mais-valia, atribuindo a este fenômeno a origem do lucro do capitalista, visto que, “[...] é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador”(MARX, 1996, p. 435), e com isso aumentar o tempo de mais trabalho e do seu lucro. Segundo o autor, há dois tipos de mais-valia, ou mais trabalho, a produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho, chamada de mais-valia absoluta e a mais-valia relativa que, ao contrário, tem sua origem na redução do tempo de trabalho necessário para o pagamento da força de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes de tal jornada.

O autor complementa afirmando que o valor ou preço da força de trabalho toma a aparência do seu preço ou seu valor, ainda que sejam essencialmente diferentes. Ainda que só se pague efetivamente por uma parte do trabalho diário do trabalhador assalariado, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não remunerado ou constitua-se precisamente como o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago. Uma outra conclusão importante a que ele chega é que sendo o valor da mercadoria determinado pela quantidade total de trabalho que ela encerra, sendo uma parte desta quantidade de trabalho paga em forma de salários (o tempo de trabalho suficiente e necessário para o trabalhador fazer a manutenção a sua força de trabalho), sendo a jornada de trabalho excedente a este tempo, então uma parte da jornada do trabalho não será remunerada. Assim, basta que a mercadoria seja vendida pelo seu valor (pela quantidade total de trabalho

nela cristalizado) para que haja a obtenção do lucro. O custo da mercadoria pago pelo capitalista e o seu custo realçam coisas distintas, pois ele paga por ela somente o custo da quantidade de trabalho encarnada nos meios de produção, somado ao custo de manutenção da força de trabalho, ao passo que a transaciona no mercado pela quantidade total de trabalho invertido na sua mercadoria.

Diante disso, resta ao trabalhador a parte mínima e mais indispensável do produto do seu trabalho, “somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores” (MARX, 2008. p. 28). Sendo o capital e toda a sua produção trabalho acumulado, trabalho plasmado, o trabalho constitui a medida de compra de todas as coisas, tudo é comprado por ele. Entretanto, “o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade” (MARX, 2008. p. 28).

Portanto, o capital encontrou na divisão do trabalho uma das formas de aumentar a força produtiva do trabalho. Quanto mais simplificada fosse a operação a ser realizada pelo trabalhador, ele poderia se especializar, o ambiente de trabalho poderia ser racionalizado a fim de otimizar tempos e movimentos, e assim combater o desperdício de ambos. Enquanto, segundo Marx (2008), a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ao mesmo tempo também divide e empobrece o trabalhador até a condição de máquina. Bem-estar social, na concepção do Estado burguês, e desenvolvimento do trabalho caminham em sentidos totalmente opostos, com o primeiro contrapondo-se sempre e necessariamente, ao interesse da classe trabalhadora.

A fragmentação do trabalhador pela fragmentação do seu trabalho impede que ele se realize espiritualmente, pois com a incessante busca de mais trabalho e pela ampliação da sua jornada, tampouco tem conseguido dispor de tempo para buscá-la fora do ambiente de trabalho.

O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contempções, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação (MARX, 1996, p. 111-112).

Nicottelli (2011) pontua outras consequências da organização do trabalho e da sociedade em torno do capital, que segundo ela são sintomas da situação limítrofe de nossa organização societal. Constitui este grupo de consequências o desemprego estrutural, a massa crescente de

trabalhadores submetidos a condições precarizadas de trabalho e a degradação da relação entre os humanos e a natureza, com a intensificação de ritmos nunca imaginados da produção de mercadorias, não para atender as necessidades humanas, mas à reprodução do capital. A questão central desta problemática é a alienação do trabalho no sentido clássico do termo, em que o trabalhador é acima de tudo dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder (NOVAES, 2009). Assim, independente de quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, condições de trabalho, a concepção e o status do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores.

Ancorados em Marx, já dissemos que uma equalização dos salários é um objetivo inexecutável pelo custo de cada força de trabalho de natureza distinta ser de valor também distinto. Ainda assim, se faz necessária uma luta constante pela melhoria dos salários, ainda que isso não represente uma alteração estrutural na forma de distribuição destas riquezas. O capital vai aperfeiçoando seu modo de produção constantemente, desenvolvendo suas forças produtivas, intensificando o ritmo de trabalho, empregando a ciência e a tecnologia para aumentar a sua produtividade, e tudo isso implica em uma alteração direta no valor da força de trabalho, por baixar o tempo de trabalho necessário para a sua produção, significando também em um aumento do sobretrabalho, do trabalho não remunerado. A luta pelo aumento de salários é o resultado necessário de alterações anteriores nas condições de produção, juntamente com a luta pela redução da jornada de trabalho, representam uma queda de braços entre o capitalista e o trabalhador, quanto à definição da quantidade de mais trabalho, de trabalho não remunerado, que será gerada no processo de produção de determinada mercadoria. Marx (1996, p. 118) adverte ainda, que esta luta é uma luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos, “que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade”. Sendo assim, a classe trabalhadora precisa rever o seu lema de luta. Ao invés de: “*Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!*”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*” (MARX, 1996, p. 118, grifo do autor).

1.5 Divisão social do trabalho, heterogestão e cooperação objetivada: do ser genérico ao trabalhador especialista abstrato

Conforme já apresentado anteriormente a constituição de novas relações de trabalho em um novo modo de produção engendra uma diferente reorganização e reestruturação social. Isso se dá inclusive do ponto de vista da distribuição da produção de valor de uso de diferentes tipos

para o suprimento das necessidades humanas de subsistência, isto é, da divisão social do trabalho. A universalização do capital, sua desnacionalização e autonomia perante aos Estados nos faz pensar não só em uma divisão social do trabalho local, regional ou nacional, mas sim global. Cada localidade consoante aos diferentes meios de produção disponíveis produz diferentes mercadorias, que são trocadas no intercâmbio mútuo, constituindo-se em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global.

A acumulação de uma determinada quantidade de capital é um antecedente necessário da divisão do trabalho. O trabalho só conseguirá sofrer maiores subdivisões na proporção em que os capitais tenham se acumulado cada vez mais. Isso é explicado pelo fato de que quanto mais o trabalho se decompõe em subdivisões, mais aumentará a quantidade de materiais que o mesmo número de pessoas pode pôr em operação. A partir da redução da tarefa de cada trabalhador a um maior nível de simplicidade, descobre-se um conjunto de novas máquinas para facilitar e encurtar essas tarefas. À medida que se expande, portanto, a divisão do trabalho, tanto mais se faz necessário, para que um mesmo número de trabalhadores esteja constantemente ocupado, a acumulação prévia de uma provisão de materiais, instrumentos e ferramentas. O número de trabalhadores em cada ramo de trabalho aumenta na medida em que aumenta a divisão do trabalho, ou antes, é este aumento de seu número que põe os trabalhadores na situação de se classificar e subdividir dessa maneira (SMITH, 1802 *apud* MARX, 2008)

A manufatura tem sua origem e formação a partir do artesanato, mediante um duplo processo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes naturezas, “que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria” (MARX, 1996, p. 455). De outro lado, ela, a partir da cooperação de artífices da mesma espécie, “decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico”(MARX, 1996, p. 455). Por um dos caminhos, promove a divisão do trabalho em um processo de produção, ou ainda, a desenvolve mais. Pelo outro, ela combina ofícios anteriormente separados. “Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1996, p. 455).

Há uma relação de influência mútua entre a divisão social do trabalho e a divisão manufatureira do trabalho, sendo a produção e circulação de mercadorias o desígnio geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho demanda que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo estágio de desenvolvimento no interior da sociedade.

Inversamente, essa mesma divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por efeito recíproco a divisão social do trabalho (MARX, 1996). Todos os setores envolvidos na produção da vida material estão unidos em uma totalidade e com uma relação de interdependência mais ou menos imediata.

Marx (1996, p. 48) exemplifica bem como se dá esta dinâmica. A diferenciação dos instrumentos de trabalho implica em uma correspondente diferenciação dos ofícios que produzem esses instrumentos. “Se a empresa manufatureira apossa-se de um ofício, que até então era ligado a outros, como atividade principal ou acessória, sendo exercido pelo mesmo produtor, ocorre imediatamente uma separação e autonomização recíproca”. Ou ainda, se ela se apropria “de uma fase específica de produção de uma mercadoria, então suas diferentes fases de produção transformam-se em diferentes ofícios independentes” (MARX, 1996, p. 48). Se o produto é um todo composto, puramente mecânico de produtos parciais, os trabalhos parciais podem autonomizar-se, por sua vez, em ofícios próprios. Para aperfeiçoar a divisão do trabalho dentro de uma manufatura, “o mesmo ramo de produção é, conforme a diversidade de suas matérias-primas ou das formas diferentes que a mesma matéria-prima pode assumir, dividido em manufaturas diferentes, em parte inteiramente novas” (MARX, 1996, p. 48). Nos tempos atuais isso pode ser exemplificado nas grandes corporações e suas unidades de negócio, que trabalham com diferentes linhas de produtos tendo uma planta industrial para cada uma delas, ou ainda para os diferentes estágios do processo de produção de um mesmo produto.

Apesar de se implicarem mutuamente, as conexões entre “a divisão do trabalho no interior da sociedade e a divisão dentro de uma oficina, ambas não são apenas gradual, mas essencialmente diferentes” (MARX, 1996, p. 469). Abaixo apresentamos um quadro síntese com as principais diferenças entre os dois tipos de divisão do trabalho sinalizada pelo autor:

Quadro 5 - Diferenças entre a divisão do trabalho no interior da sociedade e no interior da fábrica

DIVISÃO DO TRABALHO NO INTERIOR DA SOCIEDADE	DIVISÃO DO TRABALHO NO INTERIOR DA FÁBRICA
A divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho.	A conexão dos trabalhos parciais na manufatura é mediada pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada.
A divisão social do trabalho se dá pelo fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si.	A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista.
Na sociedade, o variado jogo do acaso e do arbítrio determina a distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais de trabalho.	Na manufatura a lei de bronze da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores a determinadas funções.

No interior da sociedade a divisão do trabalho ocorre apenas <i>a posteriori</i> , como necessidade natural, interna, perceptível nas flutuações barométricas dos preços do mercado, subjugando o desregrado arbítrio dos produtores de mercadorias.	A divisão do trabalho dentro da oficina é uma regra e é planejada <i>a priori</i> .
A divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência.	A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence.
A consciência burguesa denuncia qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da “genialidade” autodeterminante do capitalista individual.	A consciência burguesa festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Marx (1996, p. 469-471)

A produção capitalista requer que um mesmo capital individual ocupe simultaneamente um número maior de trabalhadores, fazendo com que o processo de trabalho amplie sua extensão e forneça produtos em uma escala quantitativa maior que antes. Essa atividade de um grande número de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo espaço de trabalho, articulados para produzir um mesmo tipo de mercadoria, regidos pelo mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. “[...] a lei geral da valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio” (MARX, 1996, p. 441).

A valorização se dá não somente na medida em que o capitalista terá um volume maior de mais trabalho total em função da soma de mais trabalho individual. A automação é possível graças à produção em larga escala e à superespecialização do trabalho, que proporcionou a criação de meios de produção em larga escala, que utilizados em comum, cedem parte menor do seu valor ao produto individual, pelo fato de seu valor global ser rateado por uma massa maior de produtos. “O efeito é o mesmo que se os meios de produção da mercadoria fossem produzidos mais baratos. Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos” (MARX, 1996, p. 441-442). Para Marx, esses meios de produção adquirem um caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em detrimento dos meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados, ou pequenos proprietários. Um caráter social adquirido antes mesmo de ser inserido nos processos de trabalho.

Essa forma de trabalho em que uma quantidade volumosa de pessoas trabalha planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção, ou ainda em

processos de produção diferentes, mas conexos, constitui-se, segundo o autor, como uma forma de cooperação. Uma forma de cooperação que possibilita um volume de produção de grandeza quantitativa, o que diferencia da somatória dos trabalhos individuais, caso trabalhem isoladamente, constituindo-se não uma soma de múltiplas forças produtivas individuais, mas uma força produtiva de massas. A valorização se dá pelo emprego de meios de produção em grande escala e/ ou ainda por provocar a conexão entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais. A força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é uma força produtiva de natureza social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. “Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1996, p. 446).

Se o trabalhador, para sobreviver, vende sua força de trabalho individual para o capitalista, e esse ao reunir a soma da forma de trabalho de muitos trabalhadores e colocá-las para trabalhar em cooperação, obtém uma força de trabalho superior à soma das forças de trabalho individual, ela se faz sem ter um proprietário original, e o capitalista se apropria dela de forma gratuita, sem que alguém possa reivindicar o seu direito de propriedade. Ainda que esta força produtiva coletiva se origine do conjunto dos trabalhadores, como estes entram em relação com o capital, mas não entre si, e como sua cooperação que gera essa força produtiva de natureza diferente só se dá após a sua entrada no processo de produção, a mesma não existia no momento do “fechamento dos termos da venda de sua força de trabalho”, impossibilitando-o de reivindicar a propriedade original sobre a ela (MARX, 1996).

A concentração de um grande número de trabalhadores conectados e cooperando entre si, por meio do processo de produção, requer do proprietário da indústria do capitalista, um cuidado maior sobre como proceder ao comando sobre essa força de trabalho coletiva. Daí que Marx (1996, p. 447) acentua que:

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos [...] Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas.

A direção do capitalista é ao mesmo tempo uma função específica, que surge da natureza social do processo de produção, ou do modo de produção, é por sua vez uma função de exploração desse mesmo processo social de trabalho, que é condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração (MARX, 1996). O autor

lembra que até mesmo a própria cooperação também é efeito do capital, ao empregar os trabalhadores simultaneamente. Ao mesmo tempo em que é uma cooperação dos trabalhadores e gera uma riqueza peculiar, é algo estranho, alheia a ele próprio, já que, ocorre por autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela.

A necessidade de supervisão faz surgir ainda, um novo tipo de proletariado, encarregado de realizar a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores (MARX, 1996). Seu valor de uso para o proprietário dos meios de produção consiste exatamente em extrair o máximo de valor de uso dos demais proletariados por meio da organização e comando da força de trabalho e dos meios sociais de produção. Essa função de supervisão hierarquiza-se em diversos graus de autoridade e responsabilidade, bem como, se especializa, o que faz surgir os diferentes departamentos e seus cargos de gestão como diretores, gerentes, líderes e supervisores que constituem o modelo de gestão heterogestionário.

Corroborando com Marx, Singer (2002) argumenta que a heterogestão para atingir seus objetivos, busca suscitar o máximo de cooperação entre os empregados, agrupados em seções, departamento e sucursais. Ao mesmo tempo, suscita a “competição saudável” entre eles, buscando extrair o máximo de desempenho de cada um na esperança de obter um aumento de salário, ou talvez uma promoção. Conforme o autor, competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si. Se o trabalhador coopera com o seu rival, o fortalece, e ele pode vencê-lo na competição. Mas se ele não cooperar com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Em face de tal contradição, a heterogestão atua sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

Como já apresentado, a criação de uma força de trabalho social só é possível na medida em que as forças de trabalho de vários trabalhadores se constituem em conjunto, um requisito da produção capitalista. Ao mesmo tempo em que, essa interconexão das forças de trabalho promove uma ampliação da riqueza produzida, promove também uma redução individual dos trabalhadores, que são o seu criador coletivo, e isso promove a fragmentação do trabalho em diversas operações superespecializadas e anexa os trabalhadores a cada uma delas. A separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, faz com que os trabalhadores sejam separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. Suas peculiaridades naturais constituem a base sobre a qual é arquitetada a divisão do trabalho, o que faz se desenvolver forças de trabalho, que por natureza, só são aptas para funções específicas unilaterais (MARX, 1996).

Pela divisão do trabalho, torna-se possível que a atividade intelectual e a atividade material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo acabem por ser destinados a indivíduos diferentes. A divisão do trabalho e propriedade privada são faces de uma mesma moeda, a primeira se expressa com relação à atividade, à forma de produção daquilo que na segunda se apresenta como o produto dessa atividade (MARX; ENGELS, 1998). Ainda segundo os autores, a instituição da propriedade privada dos meios de produção condicionou uma objetivação das forças produtivas, ainda que o trabalhador opere diariamente, os meios de produção na realização de sua atividade laboral, não reconhece essas forças produtivas como suas, mas propriedade privada de um terceiro. Ao ter estas forças produtivas desligadas de si, a maioria dos indivíduos se viu frustrada do conteúdo real da sua vida, constituindo-se em indivíduos abstratos, mas que, por esta razão e somente a partir daí, foram colocados em condições de entrar em contato uns com os outros, enquanto indivíduos.

1.6 A relação trabalho e educação na pedagogia do capital

1.6.1 A escola e a pedagogia da formação unilateral na ponta do lápis

O processo de produção capitalista engendra uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Somando-se a isso, a escola apresenta um caráter ideológico ao conservar a ilusão de que todos são capazes de adquirir uma preparação técnica que melhore suas condições de vida. Tiriba (2001, p. 183-184) defende que a partir dos “processos escolares ou sob a ‘pedagogia da fábrica’, poucos trabalhadores têm conseguido produzir a si mesmos como senhores de seu próprio trabalho, articulando ciência e técnica, teoria e prática, a partir de seus interesses de classe”.

A autora sustenta ainda que, amparados pela materialidade das relações capitalistas de produção, os processos de educação do trabalhador têm se orientado pela ótica utilitarista e imediatista do mercado, em detrimento da ótica da emancipação humana. Seja no âmbito da escola formal ou nos cursos de formação profissional, os projetos pedagógicos têm buscado, a partir da lógica do capital, a qualificação e requalificação dos trabalhadores para a aquisição de competências básicas dentro da lógica da competitividade empresarial e sob a regulamentação do projeto neoliberal.

Compactuando com Tiriba, Brandão (2006) compreende que no interior de uma sociedade que divide o trabalho e o poder, e que faz de tal divisão a condição de sua ordem e a de outras tantas divisões, o sistema de educação escolar tende, de forma conexas a outros

processos e práticas sociais de reprodução, controle e manipulação da própria desigualdade, corroborar com este processo. Processo esse de criação de consciência através do que diz, do que mostra, do que afirma, mas também do que não diz, do que não mostra e do que nega, inclusive as condições reais de seus frequentadores e da possibilidade histórica de sua transformação. Dessa forma, a educação ajuda a traçar destinos desiguais. Embora, seja a mesma educação proclamada como um direito estendido do mesmo modo a todos, na qual todas as crianças e adolescentes deveriam ser educados qualitativamente da mesma maneira, portadora da condição dos filhos da classe trabalhadora de conquistar o acesso ao trabalho e à vida social, é também na prática uma educação escolar que precisa não ser oferecida a todos da mesma maneira, para que seus “formados” em diferentes graus do conhecimento, saiam desigualmente repartidos para a vida e o trabalho.

A escola constitui o primeiro “cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato” (FERNANDEZ ENGUITA, 1989, p. 180). Isso se dá porque todo sistema educacional se estrutura a partir do trabalho, visto que, é a base da existência humana, e os homens se constituem como tais a partir do processo da produção de sua própria existência, mediante suas necessidades. Desta forma, trabalhar é um agir sobre a natureza, sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura e se constitui a partir da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, ou seja, o processo de trabalho (SAVIANI, 1986 apud TUMOLO, 2005).

Assim, a organização da escola também, enquanto parte da estrutura social, se dará a partir da organização do processo de produção da existência humana do trabalho, que reproduz em seu espaço as relações existentes, o que contribui para a consecução dos objetivos almejados por esta organização do trabalho, via condicionamento e preparação das crianças para esta realidade. Fernandez Enguita (1989) assinala que o trabalho do professor, frente a esta realidade, passa a consistir, principalmente, e contrariamente a qualquer ideia platônica a respeito, em ensinar crianças e jovens a comportar-se de maneira coerente ao coletivo, ou categoria em que foram incluídos. Exige-se e premia a conduta correspondente e, ao mesmo tempo, rejeita-se e penaliza tudo o que possa provir de suas outras características, como indivíduos ou, ao menos, tudo o que delas possa manifestar-se na escola ou chegar a afetar a relação pedagógica.

Em termos de instrumento de legitimação, manutenção, regulamentação e controle das estruturas sociais e econômicas estabelecidas, a escola também funciona como um filtro. Construindo-se em uma via, mais aparente do que real, para a maioria, por meio da qual é

possível melhorar a posição de indivíduos e grupos através de cursos de ação estabelecidos e aceitos, sem risco de desembocar em um conflito aberto. Ela permite aos grupos ocupacionais reforçar sua posição, filtrando as possibilidades de acesso que são limitadas através da elevação das exigências em termos educacionais, permitindo aos indivíduos lutar pessoalmente para mudar de grupo, para acender a outro grupo situado em uma posição mais desejável. Assume o papel de principal mecanismo de legitimação meritocrática da sociedade, pois fortalece a ideia de que através dela tem lugar uma seleção objetiva dos mais capazes para o desempenho das funções mais relevantes, as quais se associam também recompensas mais elevadas (FERNANDEZ ENGUITA, 1989).

Frigotto (2002) faz uma crítica ao projeto pedagógico hegemônico nas escolas que se coloca à disposição para uma educação a serviço do capital, o que caracteriza uma formação unilateral e incompleta do indivíduo. Esse projeto pedagógico acaba por vincular a educação básica ao mercado e à pedagogia do capital. É a pedagogia das competências e da empregabilidade. Trata-se de uma pedagogia que objetiva a formação do cidadão mínimo, fácil de manipular e de explorar. É acompanhado em sua crítica por Mézaros (2008) que questiona as “utopias educacionais” as quais, por mais transformadoras que pareçam suas proposições, se limitam a utilizar as reformas educacionais para apenas remediar as piores decorrências da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, no entanto, eliminar os seus fundamentos causais antagônicos e profundamente enraizados. Argumenta ainda que estes esforços de reformas educacionais não conseguirão avançar no sentido de promover significativas mudanças sociais, pelo fato de que as determinações fundamentais do sistema do capital são irreformáveis. É necessário romper com a lógica do capital para que se constitua de fato uma alternativa educacional significativamente diferente.

Paulo Freire (1987) concebe este projeto de educação como “Educação Bancária”, na qual o educando é um mero receptáculo do conteúdo a ser depositado pelo educador, visto que há apenas a transmissão de conteúdo, sem a problematização necessária, a reflexão crítica necessária a uma produção do conhecimento. Conforme Freire (1987, p. 33), “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”. A única margem de ação que é possibilitada aos educandos “é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los”(FREIRE, 1987, p. 33). Ao mesmo tempo em que atuam como meros colecionadores ou fixadores das coisas que arquivam, transformam-se os homens próprios em arquivados. “Arquivados, porque, fora da busca, fora da *práxis*, os homens não podem ser” (FREIRE, 1987, p. 33). O educador, que também pertence à classe trabalhadora e é instrumentalizado pelos interesses da classe social

dominante, e os educandos se arquivam na medida em que, por meio desta distorcida visão da educação, “não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 1987, p. 33).

Nesta concepção de educação o saber é uma transmissão, uma doação dos ditos sábios aos que se acredita, e também acreditam nada saber (FREIRE, 1987). Ao passo que um projeto de educação libertadora, assunto que discutiremos no próximo capítulo, objetiva a superação da contradição educador-educando, de forma que todos se façam, simultaneamente, educadores e educandos, a educação bancária, ao contrário, ao refletir a dimensão da cultura do silêncio da sociedade opressora, objetiva manter e estimular esta contradição.

Além da dicotomia educador-educando, a concepção bancária de educação busca naturalizar uma contradição homens-mundo. Para Freire (1987) este projeto de educação compreende os homens como espectadores, seres no mundo e não seres criadores, seres com o mundo e com os outros homens. A consciência como uma parte dentro dos homens, mecanicistamente compartimentada, pronta e receptiva ao mundo que irá preenchendo-os de realidade, de depósitos que o mundo faz e se transformam em seus conteúdos.

A possibilidade de uma escola realmente democrática, com uma real igualdade de acesso e desfrute da mesma qualidade de educação e acesso às carreiras, comprometeria significativamente “a necessidade política e econômica da desigualdade estrutural de participação na vida social, nos diferentes domínios do poder e nas diversas alternativas de relações entre o capital e o trabalho” (BRANDÃO, 2006, p. 43). Para ele, a Educação Popular faz este confronto ao se constituir como uma educação libertadora, conscientizadora e uma pedagogia do oprimido. Compreende o programa e a prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares, e um modelo de trabalho do educador que pensa a si mesmo como um projeto de educação, no sentido mais pleno que tais palavras podem receber.

1.6.2 A pedagogia da formação unilateral e o aprisionamento ideológico do trabalhador

O modo de produção capitalista suscita a reunião de um grande número de trabalhadores que trabalhando interconectados operam diversas atividades na produção de um determinado tipo de mercadoria, constituindo-se em uma força de trabalho coletiva, ou social, ou de outra forma, um trabalhador coletivo. Tal trabalhador, segundo Marx (1996, p. 465-466) exerce diferentes funções, que podem ser “mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação,

possuindo por isso valores muito diferentes”. É desenvolvida então, uma hierarquia das forças de trabalho e sua correspondente escala de salários, cujos critérios de definição de grandeza já foram discutidos anteriormente. O trabalhador individual é apropriado e anexado por toda a vida a uma função unilateral com uma hierarquia de progressão, com isso desenvolve as habilidades necessárias para o seu exercício. Nos tempos atuais vê-se essa sistemática ser materializada nos planos de cargos, carreiras e salários, já que as empresas e os trabalhadores buscam “se enquadrar”, através de especialização, além de desenvolver um plano de carreira em determinada especialidade profissional.

A força de trabalho coletiva, instituída pelo capital, constitui-se em um grande corpo, no sentido em que aglutina e articula todas as operações necessárias à produção de determinada mercadoria. Mas um corpo não pode ser constituído por outros corpos, assim os trabalhadores que eram corpos individuais no período artesanal, tiveram que ser reduzidos às células, para assim compor este grande corpo, que só existe e consegue atuar juntamente com outras células, se estiverem contidas neste corpo. Ainda que conseguissem voltar à sua forma original de corpo anterior não disporiam das forças físicas e intelectuais deste corpo alheio que se põe diante deles. Embora, mesmo que constituído por eles, o sistema neuromotor deste corpo é constituído por um estranho. As potências intelectuais da produção (MARX, 1996) ampliam sua escala por um lado, na medida em que sufocam a potência intelectual dos trabalhadores por outro. O que eles perdem concentra-se no capital no qual se confrontam.

O trabalho se torna externo ao trabalhador, não lhe pertence mais, não sendo possível então que ele se afirme enquanto ser humano no seu trabalho, ao contrário, nega-se nele, não se sente livre, não se sente bem. E com isso, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, ao contrário, arruína o seu espírito. O trabalhador continua exercendo o seu metabolismo sobre a natureza e criando o mundo material dos homens, mas já não se reconhece na sua criação, em virtude disso, só se sente junto a si fora do trabalho e fora de si quando está no trabalho. Espaços e tempos de vivência e de trabalho se tornam distintos. O seu trabalho não é voluntário, voltado para satisfação de atividades físicas e espirituais, mas forçado, ou seja, obrigatório, um meio para satisfazer necessidades fora dele. Esse trabalho externo, no qual o homem/a mulher se exterioriza é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Dessa forma, o trabalho aparece para o trabalhador como se não fosse seu próprio, mas de outro, como se não lhe pertencesse, como se ele próprio, no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (MARX, 2008).

Com a mercantilização da força de trabalho, a centralidade do trabalho em valor de troca o dividiu na busca por maiores ganhos de produtividade. Como consequência desta divisão, de

acordo com Manacorda (1991), ocorreu a divisão da sociedade em classes e, conseqüentemente, a divisão do ser humano. Passa-se a ter uma separação entre trabalho manual e trabalho mental. Desta forma, há duas dimensões do ser humano dividido, cada uma unilateral, sendo essencialmente a do trabalhador manual, operário, e a do intelectual. Este formato de trabalho, que separa as duas dimensões dos homens e mulheres, produz deformidade, imbecilidade, cretinismo no trabalhador, que “se torna um objeto estranho e desumano, no qual nenhum dos sentidos existe mais, e que não apenas não mais tem necessidades humanas, mas em que também as necessidades animais cessam, pois tornou-se um ser insensível e sem necessidades” (MANACORDA, 1991, p. 69).

A este ser abstrato, falta-lhe a consciência de sua real condição de existência, uma realidade mascarada pela mistificação da realidade. Nesse sentido, Freire (1987) atesta que um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é o que ele chama de prescrição, que na prática, é a imposição de uma consciência sobre a outra. As prescrições têm um sentido alienador, pois condicionam a consciência recebedora em uma espécie de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Em virtude disso, o comportamento dos oprimidos, do trabalhador, no caso da relação entre trabalho e capital, é um comportamento prescrito, alienado pelas pautas do opressor que são totalmente estranhas a ele. A condição de receptáculo da consciência opressora faz instalar-se uma dualidade no interior do ser dos oprimidos, em nossa sociedade de classe que vive do trabalho. Os trabalhadores oprimidos percebem que por não serem livres, não podem ser autênticos, querem a liberdade, mas a temem por terem a consciência do opressor hospedado dentro de si.

O ser humano enquanto ser abstrato, que trabalha efetivando a sua não existência, segundo Marx, em muitos momentos busca preencher o seu vazio, o seu nada, se assemelhando ao seu opressor, tendo-o como referência de homem/mulher e de vida. Isto é, há uma atração pelo opressor, pelos seus padrões de vida. Na sua alienação quer, a qualquer custo, se parecer com o seu opressor. Procura imitá-lo na esperança de conseguir desfrutar dos mesmos prazeres. Isso se verifica, com maior frequência nos oprimidos ditos de “classe média”, cuja aspiração é serem iguais ao “homem ilustre” da chamada classe “superior” (FREIRE, 1987). Há um desvio da concentração das forças e energias, elas não se canalizam na busca de cessar a exploração do trabalho, mas em buscar desfrutar também do mesmo gozo de seus frutos, sem se dar conta de que o gozo do outro, que pode se dar ao luxo do não trabalho, é fruto da exploração do trabalho estranho, logo, do seu trabalho especificamente.

A evolução tecnológica apesar de ampliar a produção, tornou o conhecimento um recurso escasso, cujo acesso é regulado pelo próprio capital. Apenas alguns podem formar-se

especialistas, adentrando ao grupo dos poucos “escolhidos” pela elite do conhecimento. Elite essa formada por aqueles que acompanham ou trabalham para a criação das novas tecnologias, é quem irá escolher “as posições a serem ocupadas por cada ser humano, a hierarquia entre capital, conhecimento e força de trabalho enrijece-se e estabiliza relações desiguais de poder” (FOUCAULT, 2005 *apud* NICOLLETTI, 2011, p. 21). Entretanto, imputa-se ao trabalhador a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, em termos de resultados e ascensão socioeconômica, já na escola ele é “educado” a tomar para si uma culpa que não é sua, mas das relações de trabalho constituídas por meio da subordinação do trabalho ao capital.

O problema deixa de ser o fato de que o capital compartilha suas riquezas apenas com uma minoria restrita, que já o detém previamente para cobrar do trabalhador o porquê ele não conseguiu, por meio da “educação” e da meritocracia ascender a esta classe de poucos privilegiados. Este discurso é legitimado a partir dos casos das raras exceções que lograram este êxito. Como consequência dessa ideologia, hegemônica atualmente, há o fortalecimento da descrença na possibilidade de uma outra forma de sociabilidade, que reitera valores como da competição individualista, ou seja, “em vez de se empenharem na luta pela emancipação social, os indivíduos forçam o corpo, a mente e o espírito, aceitando qualquer sacrifício de modo a assegurar a realização de um novo ideal - o de ser o primeiro no mundo” (WEBSTER, LAMBERT, 2005, p. 83 *apud* MARQUES, 2006, p. 18).

A verdadeira realização dos homens, enquanto ser e não ter, segundo Freire (1987), se dá somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é o mundo humano, com seu trabalho transformador. Como o seu trabalho não lhe pertence, o ser humano está no mundo do trabalho em uma relação de dependência total, de insegurança, em ameaça permanente, não podendo realizar-se. O trabalho não livre deixa de ser um fazer realizador, para ser um meio eficaz de sua “reificação”.

A ciência e a tecnologia são instrumentalizadas e colocadas a serviço da produção e reprodução do capital. Na busca de um produtivismo exacerbado, rumo a um pseudoprogresso, elas “têm acentuado o controle a manipulação das mentes, estimulando sobremaneira atitudes depredatórias da espécie humana e do planeta, gerando a pobreza e o desemprego” (TIRIBA, 2001, p. 60). Dessa forma, a ciência tem desempenhado “o papel de promover uma racionalidade tecnológica com um fim imediato: a eficiência da produção. Sua maior meta parece ser a produção da mais valia, para reproduzir e perpetuar o sistema capitalista” (TIRIBA, 2001, p. 60). O progresso tecnológico torna-se irracional, pois persegue a apropriação do trabalho excedente, ao mesmo tempo em que se contradiz com “a conservação e afirmação da vida, do homem e da natureza” (TIRIBA, 2001, p. 60). Impera um antropocentrismo,

extremado, que orienta a dinâmica de crescimento indefinido do capitalismo, promove a distribuição da natureza, corpo inorgânico do ser humano, e do próprio ser. Ao invés de dirigir “o desenvolvimento econômico para múltiplas dimensões do homem e no autodesenvolvimento dos povos e das nações, a globalização tem como eixo o avanço do capital em busca de mercados para além das fronteiras geopolíticas” (TIRIBA, 2001, p. 60-61). Abdicando da busca de “uma solidariedade dos seres humanos, entre si e com a natureza, o homem torna-se estranho a si mesmo” (TIRIBA, 2001, p. 61).

Sobre os conhecimentos técnico-científicos da gestão, Brito (2004) pontua que os manuais dos cursos de administração apresentam várias dimensões do conceito de gestão empresarial a partir de correntes que vão se sucedendo em uma linha temporal através da própria dinâmica de expansão do sistema capitalista. Geralmente o ponto de partida é o contexto da Segunda Revolução Industrial, a Escola de Administração Científica, vinculando sempre a emergência de uma nova corrente de pensamento às insuficiências percebidas nas correntes anteriores. Isso pode ser constatado atualmente, sem muito grau de dificuldade, já a partir dos sumários dos livros que discutem as teorias da administração, ou a história da administração.

Sendo assim, no interior das empresas, o novo discurso empresarial afirma que as organizações devem criar condições para que todos os empregados se sintam corresponsáveis pela atividade de gestão, ou ainda pelo caminho do empreendedorismo. De forma alguma isso sinaliza alguma possibilidade de transformação social na estruturação da força de trabalho social capitalista. Ao contrário, como nos mostra Semeraro (2004, p. 262-263), isso está relacionado ao fato de que o novo ciclo do capital encontra agora sua maior produtividade não mais dentro dos muros da indústria, mas na exploração das energias intelectuais exigidas pelos “complexos mecanismos do terciário, pela expansão do setor de serviços, pelo investimento maciço na ciência e na tecnologia. Passamos do trabalho-fábrica à sociedade-fábrica, do ‘operário-massa’ ao ‘operário por conta própria’”. A base da nova organização produtiva desloca-se da massa de operários disciplinados para o trabalho em equipe, para pequenas e microempresas, ou ainda, para a auto-empresa: o maior ícone da economia moderna.

Essa nova forma de exploração do trabalho suscita uma nova contradição, ao mesmo tempo em que são introduzidos mecanismos mais sofisticados de exploração e de dominação, portam também novas possibilidades de socialização, além da formação de novas subjetividades. Há, cada vez mais, constante instrumentalização e intensificação do uso da ciência e tecnologia na esfera do trabalho e da produção, ao mesmo tempo em que desencadeia um novo ciclo de acumulação do capital, exige do trabalhador “o domínio contínuo de novos conhecimentos, a familiaridade com linguagens científicas, a capacidade de raciocínios rápidos

e abstratos, o controle do fluxo de informações, o manuseio de novos paradigmas epistemológicos, a interação permanente com aparelhos e sistemas comunicativos” (SEMERARO, 2004, p. 265-266). Semeraro ressalta ainda que, a automação, a multiplicação e sofisticados de artefatos tecnológicos, solicita uma maior intelectualização do trabalhador, que não é mais reduzido a apêndice da máquina-ferramenta, mas estimulado a desempenhar uma interação mais ativa com o sistema produtivo e a sociedade complexa em que vivemos. Compreendemos que esta maior intelectualização ainda é mediatizada e se dá sob a regência dos interesses do capital, com enfoques e limites claramente definidos. É uma atividade intelectual, criativa e direcionada, não livre, usando as palavras do próprio autor, que a define como uma *taylorização* da inteligência.

A partir dos anos de 1980, frente à proposta da superespecialização do trabalho de Frederick Taylor no início do século XX, há uma proposta de “enriquecimento” do trabalho desenvolvido pelo funcionário, no qual um maior número de tarefas é desenvolvido pela mesma pessoa, rompendo a monotonia e mediocridade da realização constante e rotineira de uma única tarefa. Neste caso, o “trabalhador polivalente” passou a ser o novo ideal de funcionário; realizando maior número de operações e possibilitando maior “ganho humano de escala”. Intensifica-se a dedicação à empresa, seja ela do corpo, da mente ou do tempo de vida, valendo-se de técnicas de gestão, em prol da apropriação do poder criativo do trabalhador. A mais-valia chega às alturas, nada pode ser desperdiçado, toda a matéria humana é processada na produção, vira lucro, consumo e lixo. Não se pode dizer que essa nova organização do trabalho, “pós-moderna”, e as relações estabelecidas em torno dela são de alguma forma benéficas ao trabalhador, ou que lhe permite maior participação e realização no espaço de trabalho. Nesta substituição da produção em massa pela especialização flexível, ainda permanece a intensificação do trabalho sem que haja necessidade de maior qualificação do trabalhador. As maiores mudanças ocorreram de fato mais na gestão, nas formas de controle da produção, e pouco na estrutura do processo produtivo (TOMANEY, 1996; BERNARDO, 1996 *apud* NICOLLETTI, 2011).

Antunes (2006) reforça esta crítica e afirma que essas “novas” condições fomentam o mesmo trabalho alienado e estranhado. Relata que o único objetivo de tudo isso seria a redução do tempo de trabalho para a produção da mesma quantidade. Esta difusão da necessidade de um trabalhador qualificado, polivalente e multifuncional teria como intencionalidade muito mais o campo psicológico, de cooptação do trabalhador em relação à empresa, do que prático. Tratar-se-ia de uma composição ideológica, e não de uma demanda efetiva do processo produtivo.

Outro artifício para controle e exploração do trabalhador, apontado por Nicolletti, (2011), é o ato de levar este trabalhador a tomar para si, como se realmente seu fossem, os objetivos e resultados almejados pelos detentores do capital. Não é incomum nos discursos proferidos nas palestras ditas motivacionais, na atualidade, ouvir expressões do tipo “precisamos vestir a camisa da empresa” ou “é preciso que sejamos mais proativos”. Este foco em resultados, assumido pelo trabalho, demanda que o trabalhador trace os caminhos para atingi-los sempre, e da maneira mais inovadora possível, desde que coerente com os valores da empresa, a eficiência, a eficácia e a efetividade. Ao mesmo tempo em que este trabalhador passa a ser reconhecido como sujeito pela organização, é requerido dele que esteja a serviço, implicado nos objetivos da empresa. É um sujeito dito autônomo, independente, autêntico, senhor-de-si, desde que este si, esse sujeito esteja totalmente comprometido com o sistema de reprodução e expansão do capital, completamente alheio às suas próprias necessidades biológicas e sociais. E isso é uma autonomia condicionada e limitada pelos interesses do capital.

Uma vez que o trabalhador é sujeito autônomo, independente, autêntico e senhor-de-si, e se convence deste discurso, toma para si a responsabilidade exclusiva pelo seu sucesso e ascensão social e econômica. Cabe a ele buscar se capacitar, investir no seu profissionalismo para aumentar a sua empregabilidade. Para atender completamente as expectativas da organização, precisa, por conta própria, “proativamente”, capacitar-se, buscando cursos, treinamentos, leituras, e ainda, contatos com pessoas importantes na área de atuação. Isso acaba lhe tomando ainda mais tempo de vida e absorve parte substancial de seu poder de compra. O espaço e tempo de trabalho rompem com os limites da empresa, sua casa, antes vinculada à “vida privada”, é hoje o quintal da empresa. Práticas como o horário flexível e o *home-office*, a princípio, apresentam benefícios ao trabalhador, pois repercutem na diminuição de custos para as empresas, além da total flexibilização do trabalho, e dessa forma, é assim que o trabalhador acorda e dorme em seu local de trabalho (SENNET, 2000 *apud* NICOLLETTI, 2011).

Apesar da conjuntura atual apresentada, com todo o aparato construído para produção e reprodução do capital, em detrimento da precarização do trabalho, este não é um processo natural ou imutável. O trabalho não precisa estar necessariamente subordinado ao capital, é possível vislumbrar outras relações de produção além da vigente. Antunes (2009) coloca esta subordinação como não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável. As mudanças pelas quais o próprio conceito de trabalho passou ao longo da história denotam as transformações de sua *práxis*, do sujeito que trabalha e da própria sociedade (BAUMAN, 2008). Trata-se de um contexto historicamente constituído (NICOLLETTI, 2011), nele os seres

sociais relacionam-se mediados pelo capital, de uma totalidade social estruturada em torno de um sistema de produção e de trocas estabelecido.

De acordo com Antunes (2009), se a alienação é fenômeno que parte do trabalho estranhado, a sua negação nasce a partir da atividade de trabalhar, por um trabalho diferente, uma outra organização do trabalho. Marx, no discurso inaugural de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como a I Internacional, já dizia que através da ação, ao invés de por palavras, os operários cooperados demonstram que a produção em larga escala e, conforme os princípios da ciência moderna, pode ser realizada sem a necessidade de uma classe de patrões que explorem o trabalho da classe dos assalariados. Dessa forma, assim como o trabalho escravo e o trabalho servil, o trabalho assalariado constitui-se em apenas uma forma transitória e inferior, fadada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria (HADDAD, 2004 *apud* MARQUES, 2006).

A realidade está sendo, é movimento, os seres humanos não estão no mundo, mas com o mundo e com os outros homens e mulheres, a contradição capital e trabalho opera sobretudo a partir de um antagonismo de classes, capitalistas e proletariados (MARX, 1996, 2008; ANTUNES, 2009; FREIRE, 1987). Os elementos característicos tanto no âmbito da infraestrutura, quanto da superestrutura do modo de produção capitalista discutidos neste capítulo, são resultantes de determinações histórico-sociais, dado que é uma estrutura socioeconômica, fruto do agir humano, passível não somente de reformas e ajustes, mas também de transformação. Enquanto criação humana, do ser social, a superação do modo de produção capitalista é uma resultante da própria ação humana, ser criador e transformador de sua realidade pelo trabalho.

Ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora tem se defrontado com condições de produção e reprodução de sua existência que os negam enquanto homens e mulheres, a duras penas, através da mobilização e da luta de classes, alguns avanços têm sido possíveis, assim como alguns retrocessos. Apesar de hegemônico, esse projeto de sociedade capitalista não é necessariamente homogêneo. É um espaço que comporta contradições abre possibilidades para outras formas de produção e reprodução da vida, espaços que possibilita rupturas e a construção de outras economias, de outras relações de trabalho, relações estas concebidas pela autogestão, pelo trabalho associado, que pedagogicamente transformam as pessoas que podem transformar a sociedade. No capítulo seguinte discutimos a Economia Solidária com uma, dentre outras novas (velhas) possibilidades de relações de trabalho, produção e distribuição e riquezas.

CAPÍTULO II

O TRABALHO NO CONTEXTO DE UMA OUTRA ECONOMIA

Sem a pretensão de apreender todos os elementos característicos destas possíveis novas (velhas) formas de se viver a partir do trabalho, trataremos neste capítulo as novas relações entre trabalho e educação no contexto do projeto político-econômico-social da Economia Solidária e os saberes constituídos e apreendidos nestas relações. Abordaremos a natureza destas novas relações estabelecidas entre os trabalhadores, quem são eles, quem os apoia e a nova centralidade do processo produtivo. Discutiremos sobre a dupla dimensão da riqueza produzida pelo trabalho, riqueza material e espiritual, e as possibilidades de geração e apreensão desta última pelos trabalhadores protagonistas destas experiências. Estabeleceremos um diálogo entre as orientações político-econômicas do sistema educacional escolar atual, suas contradições e possibilidades de avanço e aproximações com o projeto de formação humana, que orienta e se concretiza nos espaços destes Empreendimentos Econômicos Solidários.

Fazer a crítica ao projeto hegemônico remete necessariamente a reconhecer a luta de classes, e trazer à tona a história de luta e de resistência dos trabalhadores contra a exploração do capital. Ao reconhecer a possibilidade de outras economias, concordamos com Marx (1996), pois compreendemos que o novo não nasce do nada, do abstrato, mas tem suas bases materiais, nas condições objetivas de seu surgimento, no velho que mantém alguns de seus elementos, ao mesmo tempo em que surgem novos. Assim, não se trata de pensar o modo de produção capitalista como o único que vigorou nos últimos séculos, ainda que tenha sido hegemônico, tampouco podemos pensar em uma homogeneidade, ou talvez convergência, de outros projetos econômicos que possam ser gestados, ou ganhar mais espaços a partir das bases materiais do capitalismo. Desta forma, pensar o trabalho para além do modo de produção capitalista nos possibilita engendrar sua discussão não no contexto de uma outra economia, mas de outras economias, que inclusive possam ter tido a sua gênese em um período anterior e que vem se desenvolvendo à margem do modo de produção do capital. Assim, desenvolveremos uma discussão do trabalho no contexto de uma outra economia a partir do conceito de Economia Solidária, assumido por Paul Singer, e com isso reconhecer as contradições que engendram no seio das próprias experiências da Economia Solidária.

Esta outra economia, a Economia Solidária, nasce a partir dos sinais dos primeiros passivos sociais gerados pelo capitalismo. Conforme Singer (2002), ela surge com a consolidação do capitalismo industrial, como uma resposta ao espantoso empobrecimento dos artesãos engendrados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

Inicialmente ela surge, segundo o autor, não como um protagonismo independente dos trabalhadores, mas a partir do apoio de alguns industriais mais esclarecidos na época, e que estavam preocupados com os reflexos sociais, que o ainda novo modo de produção capitalista já vinha imprimindo. Marx (1996), ao tratar de questões como a saúde e duração de vida do trabalhador, sua morte prematura, sua saúde física e mental e outras aflições aplicadas à classe trabalhadora, já nos dizia que, de modo geral, isso “não depende da boa ou da má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (MARX, 1996, p. 383-384).

A figura mais expoente desta iniciativa foi o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em *New Lanark*. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, seguindo na contramão do curso da história da época, já na primeira década do século XIX decide por limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas (SINGER, 2002). Owen conseguia compreender a relação entre o aumento do número dos pobres da época, com a propriedade privada e a decorrente expropriação dos meios de produção das mãos da classe trabalhadora. No ano de 1817, segundo Singer, apresenta ao governo britânico um plano para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número se multiplicava constantemente, em vez de serem meramente distribuídos, fossem empregados na compra de terras e na construção do que ele convencionou chamar de Aldeias Cooperativas. Em seu projeto de aldeias globais, nas quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, ou seja, produziriam a sua própria subsistência, os excedentes de produção seriam intercambiados entre as Aldeias. Ele buscava demonstrar que além de ter uma repercussão social positiva, o projeto também implicaria em redução de custos ao governo da época. Ao invés de permanecerem desocupados, ou desempregados, precisando constantemente do apoio do governo, os pobres seriam reinseridos no processo de produção. Assim, com a auto-subsistência, os auxílios seriam descontinuados e os recursos devolvidos para os cofres públicos. Diante do exposto:

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais. Em 1821 e 1822, Mudie e seus companheiros publicaram *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo. Formaram a London Co-operative Society, mas após algum tempo desistiram de viver em comunidade (SINGER, 2002, p. 27, grifo do autor).

Singer (2002) argumenta que com a criação dessas cooperativas de trabalhadores e a aproximação com os sindicatos, deu um tom mais radical à luta de classes da época.

Vislumbrando outras possibilidades de produzir seus meios de existência, os trabalhadores começavam a negar o assalariamento, ao invés de reivindicar melhores salários e condições de emprego. E assim, o horizonte de reivindicação por meio da greve se ampliou para a eliminação do assalariamento e o substitui pela autogestão, sobre a qual trataremos mais à frente.

Em um primeiro momento, essa experiência já nos mostra um caráter pedagógico muito expressivo, a demonstração prática de que é possível a produção dos meios de existência humana, sem que necessariamente tenha que recorrer ao lucro, ou na apropriação de mais trabalho. O valor dos produtos, não mais na condição de mercadorias, ainda continua tendo o tempo de trabalho como equivalência de troca, porém não é mais o tempo social médio de trabalho, aquele da produção capitalista, mas o tempo de trabalho de cada empreendimento com base na nova, autônoma e autogestionária organização do trabalho. Longe de fazer frente aos grandes índices de produtividade e eficiência produtiva das empresas capitalistas da época, esses empreendimentos afirmam aos trabalhadores como senhores de si, de seu tempo, sujeitos que exercem uma atividade criativa na produção de sua existência.

Os empreendimentos de Economia Solidária se expressam geralmente em forma cooperativa, como o foi desde o seu início a partir dos projetos de Owen. Singer (2002) apresenta diferentes tipos de cooperativismo que se caracterizam conforme sua finalidade e formas de atuação e vem inspirando as cooperativas atuais a partir de suas experiências, avanços e retrocessos. Definidas como as cooperativas de consumo, de crédito, compra e venda, e de produção.

As Cooperativas de Produção, de acordo com Singer (2002), compreendem associações de trabalhadores que objetivam a produção associada de bens e serviços. Assim como as demais cooperativas exercem os princípios que garantem a democracia e igualdade entre seus membros: sendo eles um voto por cabeça, autoridade suprema da assembleia-geral de sócios, todos os sócios tendo a mesma cota do capital da cooperativa. Singer concebe esse tipo de cooperativa como o protótipo de empresa solidária, uma vez que, associa os produtores e não os fornecedores ou clientes, como fazem as demais cooperativas. Além do mais, elas não podem ser híbridas, como ocorre em algumas outras, que combinam igualdade e democracia no seu relacionamento externo com os demais cooperados, mas reproduz desigualdade e heterogestão em seu interior.

Destaca ainda o autor que, por ser vista de um lado como uma anomalia por parte dos governos conservadores e ao mesmo tempo como uma quimera pelos partidos políticos radicais de esquerda, por não reconhecer ali uma possibilidade de transformação social. Quando à frente do Estado estejam as correntes políticas que as percebam como desejáveis, é que recebem o

apoio que merecem para demonstrar sua viabilidade e seu potencial de desenvolvimento. As cooperativas de produção autônomas e autênticas, não estabelecidas de cima para baixo, são de número reduzido e ganham maior expressividade e visibilidade social nos momentos de crise e recessão, principalmente pelas fábricas autogestionárias assumidas pelos trabalhadores. A nosso ver, isso são sinas de que, caso ela não chegue a ser a árvore mais robusta com o tronco mais grosso de nossa economia, ao menos tem se comportado como a mais flexível e resistente às tempestades e turbulências, as quais vêm se mostrando constantes no cenário socioeconômico atual.

2.1 A Economia Solidária e um novo olhar sobre as relações, a produção e o consumo

Singer (2002, p. 33) assevera que “o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo”. Pontua que o projeto grandioso de Owen “Foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução” (SINGER, 2002, p. 33). Essa fase inicial do cooperativismo, com um estreitamento com a crítica operária e socialista do capitalismo, é reconhecida pelo autor como “cooperativismo revolucionário”, o qual, segundo ele, jamais se repetiu de forma tão nítida. “A figura que sintetizou o pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista, e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívidas, aliás, nunca contestada” (SINGER, 2002, p. 35). Singer o considera ainda o grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX, e juntamente com outros dois clássicos do Socialismo Utópico, Fourier e Saint-Simon, foram os principais inspiradores do cooperativismo, a partir dos quais os praticantes da Economia Solidária foram abrindo seus próprios caminhos por meio da experimentação, com as tentativas e erros.

Em nosso país, bem como em outros países sob o domínio hegemônico do capital, o cooperativismo é vivenciado por diversos grupos, em diferentes momentos, como forma de resistência e luta por uma sociedade mais humana e solidária. Ganha forma nos momentos de crise econômica, quando as limitações do sistema socioeconômico vigente se revelam. A história do cooperativismo, por exemplo, está relacionada com a história do trabalho no Brasil e no mundo, e permanece esbarrando na história de alienação e isolamento, de enfraquecimento da consciência crítica dos trabalhadores, como principal barreira a seu desenvolvimento estrutural (NICOLLETTI, 2011). Dessa forma, tanto o cooperativo quanto o associativismo

possuem o potencial para cumprir o importante papel de “desmercantilizar a principal mercadoria numa sociedade regida pela capital: a força de trabalho” (NOVAES, 2009, p. 21).

No Brasil, conforme Nakano, Ancassuerd e Villar (2004), a Economia Solidária se apresenta nos anos 90 marcada por esse campo de oposição entre a expansão do capital e a intensificação da degradação da classe trabalhadora. Ela expressa uma retomada dos princípios do cooperativismo e da autogestão. Contudo, como frisam os autores, a constituição dos empreendimentos de Economia Solidária nesse primeiro momento se deu mais pela necessidade dos trabalhadores, do que por um ato de vontade.

Essa retomada do cooperativismo e da autogestão implicou na adoção de valores distintos aos valores predominantes na economia capitalista. Destacam-se, conforme Eid (2004) a autonomia, a democracia, a fraternidade, igualdade e solidariedade. A racionalidade social precede a racionalidade técnica, fundamentada na cooperação, na qual tem o trabalho como elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade sobre o aumento da lucratividade. A acumulação se subordina ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores.

Ainda conforme o autor, os princípios básicos da Economia Solidária são a propriedade coletiva ou associada do capital⁴, e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios converge todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores, que são os possuidores de capital por igual, em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, e sua reprodução exige mecanismos de redistribuição solidária da renda. Singer destaca que o programa de Economia Solidária e seu desenvolvimento, são reinvenções da economia, na medida em que, a partir das contradições do próprio capitalismo, cria a oportunidade de desenvolvimento de organizações econômicas com uma lógica totalmente oposta ao modo de produção dominante. O principal motor de seu avanço, segundo ele, não é necessariamente o Estado e o fundo público, mas o protagonismo e iniciativa de seus atores dispostos a aprender e a experimentar, sua adesão e exercício contínuo dos princípios da solidariedade, igualdade e democracia.

A figura do empresário capitalista e do operário assalariado é abolida nesses empreendimentos. São “organizações compostas por trabalhadores pertencentes aos setores populares nas quais, desaparecendo as relações empregador-empregado, desaparece também o trabalho assalariado como forma de valorização do capital” (TIRIBA, 2001, p. 120). Ainda que,

⁴Compreendemos que apesar do termo capital empregado, estes são meios de produção já desprovidos da natureza de capital, pois já não buscam a acumulação contínua, não serão empregados no processo de trabalho para a reprodução do capital ou exploração do trabalho alheio, mas para a reprodução ampliada da vida.

muitas vezes, a remuneração do trabalho, resultante da repartição dos excedentes, e represente somente o mínimo necessário para a subsistência dos trabalhadores e seus familiares, já é um avanço, pois conforme destaca a autora “já não estando sob a coerção e o controle do proprietário dos meios de produção, o processo de trabalho não se converte em um instrumento de criação de mais-valia” (TIRIBA, 2001, p. 120), assim como a produção também já não é um “processo de reprodução do capital, mas um processo de valorização do próprio trabalho” (TIRIBA, 2001, p. 120). Ao mesmo tempo em que se assume como uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo, se constitui também um projeto, ainda frágil e incipiente, que objetiva a construção de uma nova forma de produção e consumo, alicerçada na autogestão e produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades populares, ou seja, que tenham valores de uso (NOVAES, 2009).

Segundo Nascimento (2005) ela representa, a partir da busca dos trabalhadores pela sua auto-emancipação uma reinvenção de novas formas para a expressão de suas lutas pela autogestão. Se desenvolve por meio de organizações de produção associada, cooperativismo e associativismo. Diante disso, Singer associa a Economia Solidária ao “ressurgir do cooperativismo” e uma forma de resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. Ela se constituiu por uma diversidade de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar.

As tipologias de organização destes empreendimentos não são necessariamente novidades, têm-se dentre elas as cooperativas de consumo; de crédito e de produção; a ocupação de fábricas por trabalhadores para que não fechem; a ocupação de fazendas não produtivas, por trabalhadores rurais sem-terra. Tais organizações nascem algumas vezes como solução emergencial na luta contra o desemprego. Compreendem formas de luta direta contra a exclusão social, fundamentando-se na construção de uma Economia Solidária formada por unidades produtivas autogestionárias (SINGER, 1998; NASCIMENTO, 2005).

Neste tipo de organização caminha-se em sentido contrário a lógica do modo de produção hegemônico. Parte-se, a priori, da quebra da base de sustentação da competição, já que não é mais imperativo que um se mostre melhor que os outros para garantir o seu trabalho e renda. Ao contrário, inverte-se a lógica, quanto melhores todos forem, tanto maior o ganho de cada um. O ambiente de trabalho e de produção passa a constituir um espaço que permite a criação de vínculos e relações de confiança estáveis, uma vez que não há mais o risco de demissão ou desligamento surpresa. Permite a segurança de que haverá apoio quando necessário, e que os momentos difíceis serão suportados com a solidariedade do grupo. O

trabalhador torna-se dono daquilo que constrói, ou melhor, sócio de várias outras pessoas que possuem os mesmos objetivos. São, desde início, aliados (SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2007).

Assim, uma sociedade de igualdade demanda uma economia que seja solidária e não competitiva, onde os sujeitos do processo econômico, os homens, deveriam cooperar não competir entre si. O que estaria de acordo com a divisão do trabalho dentro e entre as empresas (SINGER, 2002). Mas essa cooperação promovida pelos interesses do capital, a partir do que já discutimos até aqui sobre a divisão social do trabalho e organização do trabalho no espaço de produção capitalista, é uma cooperação artificial. No interior da empresa capitalista ela não se dá entre homens, mas entre forças de trabalho, não é fruto de um ato espontâneo, mas imposta pela coerção. Entre as empresas ela é mediada pelo interesse econômico, pelas possibilidades de maior ganho e pela lei do mais forte. O que Singer propõe aqui é uma cooperação autêntica, livre, isto é, uma cooperação entre homens. Ele destaca ainda que a solidariedade só se realiza a partir do momento em que todos se colocam em condições de igualdade, todos precisam tomar parte igualmente na associação para produzir, comercializar, consumir e poupar. Ela se concretiza na associação entre os iguais e não no contrato entre os desiguais.

Singer (2002) defende que a Economia Solidária já é, ou poderá tornar-se mais do que uma mera resposta à inabilidade do capitalismo de agregar em sua economia todos os membros da sociedade que queiram ou precisem trabalhar. Poderá constituir-se em uma alternativa superior ao capitalismo, não se propõe como uma nova hegemonia que precise esmagar, excluir e destruir outras possibilidades para se afirmar, mas se coloca como uma possibilidade. Seria uma superioridade não em termos econômicos estritos, de melhor qualidade e melhor preço, mas superior no sentido de proporcionar aos sujeitos que vivem desse modo de produção ampliada da vida, uma vida melhor. Para fazer frente ao capitalismo em critérios econômicos, ela precisará do apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos, solidários para alcançar os mesmos níveis de eficiência de produção e distribuição de seus produtos.

2.2 Os Atores e os Agentes da Economia Solidária

Concordamos com Tiriba (2001) quando ela nos diz não ser “possível agrupar em um todo homogêneo a multiplicidade de manifestações culturais e socioeconômicas de todas as esferas das sociedades que compõem a economia popular [e dentro dela a Economia Solidária]”. A identidade da natureza dos empreendimentos deste setor da economia, segundo a autora, reside em seus atores, membros das classes populares, pessoas que vivem do trabalho. Pontua ainda que o denominador comum desses empreendimentos é ser constituído por pessoas e

famílias de baixa renda que, “frente à impossibilidade de assegurar o trabalho assalariado e de contar com um sistema de proteção ante o desemprego, mobilizam sua própria capacidade de trabalho e os escassos recursos de que dispõem para gerar seus meios de sobrevivência e subsistência” (CORAGGIO, 1991 *apud* TIRIBA, 2001, p. 134-135). Para além de uma alternativa ao desemprego, segundo ela, esses empreendimentos constituem novas relações sociais alternativas ao capital, dependendo do grau de maturação do empreendimento e as próprias condições objetivas com as quais irão se defrontar.

Ao tratar da confluência dos fatores de ordem econômica, política e sociocultural, que fazem emergir as diversas experiências associativas que constituem a Economia Solidária, Brito (2004, p. 117) atesta que:

Um traço comum pode ser destacado do conjunto dessas experiências: o perfil de seus protagonistas, identificados como pertencentes a setores pauperizados, marginalmente incluídos à lógica excludente de reprodução do capital, que buscam construir relações de solidariedade humana e de classe, de modo a assegurar a reprodução da vida de forma mais digna (BRITO, 2004, p. 117).

Segundo Tiriba (2001), a partir das políticas sociais e de desenvolvimento das iniciativas populares adotadas pelos países periféricos, tem emergido propostas de formas alternativas de trabalho e produção da existência humana por agentes de diferentes matrizes ideológicas, o que implicou na concretização de diferentes estratégias de ação, seja por parte dos governos, dos partidos políticos, organizações internacionais e ONGs, ou ainda por parte da igreja e dos movimentos populares através dos sindicatos, associações, dentre outros. A autora pontua ainda que, a partir dos agentes envolvidos, a forma de conceber essa economia do trabalhador, pode resultar em “conceitos que, em alguns aspectos, diferenciam-se, contrapondo-se ou complementando-se, de acordo com as diversas perspectivas e projetos de sociedade que fundamentam as práticas concretas de seus atores e agentes” (TIRIBA, 2001, p. 109-110). Desta forma, como a autora mesmo nos apresenta, a complexidade desse modelo de economia não se constitui somente a partir da diversidade de atividades com que se apresenta, mas também pelo conjunto complexo de interesses que orientam os seus agentes e a sua totalidade.

Para desnudar os pontos de interseção e confrontação entre as alternativas de trabalho empreendidas pelos setores populares e o projeto econômico neoliberal (e/ ou empresarial-modernizante), é necessário considerar o atual tecido dos movimentos sociais, aprofundando a análise concernente ao fato de que, se, de um lado, os trabalhadores criam instâncias para sua organização como trabalhadores ‘autônomos’ ou como produtores associados, de outro, governo, os empresários e seus agentes de apoio também estimulam o autoemprego, o cooperativismo e outras formas associativas nas quais os trabalhadores se tornem os proprietários e gestores de seu ‘próprio negócio’ (TIRIBA, 2001, p. 137).

A autora observa que é necessário “separar o joio do trigo”, “identificando o caráter das diferentes iniciativas de geração de trabalho e renda: quem são seus atores, quem são seus agentes, que diferentes perspectivas de sociedade orientam os projetos e as práticas das experiências populares” (TIRIBA, 2001, p. 123-124).

Não se pode esquecer que as iniciativas no âmbito da Economia Solidária, surgem no contexto do sistema socioeconômico dominante, que produz e reproduz seus mecanismos de dominação, exploração e de exclusão, e isso atinge a todos os indivíduos, inclusive os pertencentes a estas iniciativas. Por isso, deve haver um cuidado constante para não correr o risco de tais iniciativas serem capitalizadas por velhas práticas, com novas roupagens. Caso isso ocorra, teremos novas formas de precarização do trabalho, de mobilizar o Estado e a sociedade, para dar legitimidade e ampliação de novas formas de acumulação de capital financeiro. Se a Economia Solidária tem como perspectiva uma nova forma de produção social, é importante considerar que o horizonte desta iniciativa não deve limitar-se à geração de trabalho e renda para a população mais pobre e vulnerável. É preciso avançar e abarcar também as áreas da produção e do conhecimento que interferem na racionalidade desse modo de produção (CATTANI, 2002; BORTOLUZZI, 2006 *apud* NOVAES, 2009). Porém, nem todas as iniciativas ditas solidárias, de caráter associativista ou cooperativista podem de fato ser tidos como expoentes da proposta da Economia Solidária.

Dentre os agentes da Economia Solidária, entidades que atuam diretamente no apoio a esses empreendimentos, as universidades, trabalhando em rede, têm conseguido dar uma contribuição significativa neste processo. Um destes agentes, que vem atuando nacionalmente é a UNITRABALHO. Ela se constitui em uma “Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social” (UNITRABALHO, 2016, s/p). Ela atua a 14 anos, reunindo dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias, busca estimular o conhecimento sobre o mundo do trabalho e democratizar o acesso aos conhecimentos produzidos na universidade.

Uma das formas de atuação direta no apoio da criação, estruturação, formalização e ampliação de EES, não são somente da UNITRABALHO⁵, mas também de outros agentes, por

⁵Além da Rede UNITRABALHO (Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/o-que-e/>. Acesso em: 02 nov. 2016), que atua diretamente em processos e metodologias de incubação existe uma outra rede a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Rede(ITCP). Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php. Acesso em 02 nov. 2016.

meio dos processos de incubação dos empreendimentos. As Incubadoras Universitárias de Empreendimentos de Economia Solidária (IEES) constituem-se, conforme Eid (2016), em um espaço importante onde são desenvolvidas pesquisas teóricas e empíricas a respeito da Economia Solidária, articuladas com uma ação política voltada para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. Neste processo, segundo ele, o empreendimento permanece vinculado a uma incubadora durante determinado tempo até que conquiste a sua autonomia para atuar no mercado. A incubadora pode ainda atuar atendendo demandas pontuais de assessoria que possam surgir.

Então, a incubadora desenvolve suas atividades a partir de uma metodologia. Esta metodologia geralmente é desenvolvida consoante aos projetos políticos e econômico-sociais do agente da Economia Solidária. Sobre a metodologia de incubação, Eid (2004) recomenda que ela:

[...] deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos. Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa toda a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que se supere os limites entre as disciplinas e que seja formulado como transdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência transdisciplinar. Exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas.

Os sujeitos potenciais a constituírem um empreendimento de Economia Solidária estão em uma condição de vulnerabilidade, pois certamente muitas promessas já lhes foram feitas e talvez alguém já tenha se aproveitado de sua boa-fé. Trabalhar com este público exige bastante cautela, responsabilidade e comprometimento. Como já disse, exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas. Neste sentido, Paulo Freire (1987, p. 30) e a sua *Pedagogia do Oprimido* tem contribuições muito importantes a nos oferecer. Uma vez que, para ele toda ação política, e entendemos que o processo de incubação de EESs ou qualquer outra forma de apoio direta a estes grupos também o são, deve ser uma ação cultural para a liberdade, sendo uma ação com eles e não para eles. “A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência” (FREIRE, 1987, p. 30). Uma ação libertadora junto a eles deve conceber esta dependência como ponto vulnerável, e por meio da ação e reflexão com eles convertê-la em independência. “Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é

libertação de homens e não de ‘coisas’. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1987, p. 30).

Pensar o desenvolvimento de ações de apoio aos EESs é pensar num compromisso com a liberdade destes atores. Compreendemos que onde não está presente a liberdade não há um real espaço para a emancipação. Esses sujeitos não devem ser conquistados, mas devem voluntariamente aderir ao projeto de uma nova economia se assim o desejarem. Como afirma Freire (1987, p. 96-97, grifo do autor) uma adesão conquistada, seja por coerção ou persuasão, não é adesão, porque “é ‘aderência’ do conquistado ao conquistador através da prescrição das opções deste àquele. A adesão verdadeira é a coincidência livre de opções. Não pode verificar-se a não ser na intercomunicação dos homens, mediatizados pela realidade”.

Freire pontua ainda que o exercício de uma *práxis* opressora é mais fácil, senão menos difícil, por se valer de instrumentos de poder e dominação. Ao passo que uma *práxis* libertadora se concretiza a partir de incansáveis esforços para a união dos oprimidos e suas lideranças. Em se tratando de Economia Solidária, entende-se que esta *práxis* libertadora se dá a partir do diálogo e união entre os próprios trabalhadores, e entre estes e os agentes da Economia Solidária. Conforme pontuado por Singer, com todos se colocando em condição de igualdade. Se eles não tomarem consciência de sua condição de classe e da necessidade de se organizarem e se unirem para buscar melhorar as condições nas quais se encontram, ainda que o empreendimento chegue a se constituir, o que ocorrerá será o que Freire (1987, p. 100, grifo nosso) define como “‘desaderir’ os oprimidos de uma realidade mitificada em que se acham divididos, para ‘aderi-los’ a outra”. Ao contrário, o objetivo da ação dialógica é “proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o *porquê* e o como de sua ‘aderência’, exerçam um ato de adesão à *práxis* verdadeira de transformação da realidade injusta”. Somente cortando o cordão umbilical que os liga ao mundo da opressão é que realmente conseguirão se unir entre si e estabelecer uma cooperação autêntica, uma cooperação de um novo tipo para a reprodução ampliada da vida, diferente da cooperação capitalista, centrada na reprodução do capital.

Ainda que não tenha conseguido ocupar os setores estratégicos da economia global esta outra economia apresentada aqui, vista muitas vezes como a economia dos pobres ou ainda vista pelo Estado e pela sociedade como um subsetor econômico, tem um potencial substancial. Um potencial de constituir-se em um processo prático-educativo, no qual a escola, para além de atenuar os problemas do desemprego, vivido no seu cotidiano, se atente para que os trabalhadores e a sociedade “*descubram ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais tanto no âmbito do lugar de trabalho, quanto no âmbito de toda a sociedade* (TIRIBA, 2001, p. 373-374, grifo da autora).

2.3 Autogestão: a fissura, o solo fértil e o nascer de uma possibilidade

O termo autogestão foi introduzido na França para representar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, marcando uma ruptura com o stalinismo e um retorno ao marxismo autêntico. A origem do vocábulo remonta à palavra francesa *autogestion*, que surge nos anos 60 como uma tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje*, na qual *samo* corresponde ao prefixo grego auto e *upravlje* seria algo equivalente a gestão. O objetivo fim da autogestão, proposto por Marx, era a construção de uma sociedade sem classes. A autogestão, em um sentido mais amplo, compreende o exercício coletivo do poder e surgiu como uma concepção de gestão social, ou da visão de uma sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas (GUILLERM; BOURDET, 1976; DORNELES, 2011).

Vários pensadores estão ligados à autogestão e em diferentes vertentes. Como alguns dos mais representativos podemos citar os socialistas utópicos Saint-Simon, Fourier e Owen, também Buchez e o grupo dos cooperativistas, e ainda Proudhon e os anarquistas, Karl Marx e os socialistas científicos. Eventos históricos como a Comuna de Paris, quando os soviets e os conselhos operários são invocados pelos teóricos como modelos pioneiros de governos autogestionários (MENDONÇA, 1987 *apud* DORNELES, 2011). As experiências autogestionárias nascem a partir do que Nascimento (2005, p. 28) define como “conjugação de conjunturas específicas e de algumas ideias, que constituem o que podemos chamar de ‘espírito da época’, uma ‘constelação cultural’ provinda de tempos não-sincrônicos e de uma pluralidade de fontes”.

Ainda segundo ele, a história destas experiências demanda uma visão mais ampla no que tange a relação das lutas operárias e sindicais, que ocorreram em vários países, compreendendo todo um ciclo de longa duração. Ao tratar das principais experiências destas lutas pela autogestão, o autor as classifica em cinco etapas. Inicialmente têm-se os pioneiros e o cooperativismo com base na autogestão, no século 19, somado com a insurreição da Comuna de Paris em 1870, o que iniciou o momento de ascensão do segundo ciclo. A segunda etapa compreende o período iniciado com o fim da Primeira Guerra mundial e a Revolução na Rússia, em 1917, se estendendo até o fim da Segunda Guerra mundial. O terceiro período compreende o pós-Guerra, se estendendo até o início dos anos 60, quando se inicia a quarta etapa, indo até

1982. A quinta e última fase inicia-se em novas condições estruturais do capitalismo globalizado, na década de 90, o que permanece até os dias atuais.⁶

Bayat (1991), citado em Nascimento (2005), considera que as experiências autogestionárias não ocorreram de maneira tão “pura” ao longo da história, argumenta que há característica e contextos que aproximam certas experiências de algumas ao mesmo tempo em que as diferencia de outras, e com isso tentou sistematizar as experiências históricas da autogestão em quatro categorias. A primeira delas seria a ocorrência da autogestão sob contexto de “dualidade de poder” em conjunturas revolucionárias, faz parte deste grupo as experiências da Rússia (1917), da Argélia (1962), do Chile (1972), de Portugal (1974) e do Irã (1979). A segunda seriam as práticas autogestionárias nos países ditos socialistas do Terceiro Mundo, cobrindo os casos da China, Cuba, Moçambique e Nicarágua. A terceira categoria cobre as experiências de governos populistas também em países do Terceiro Mundo, sendo os casos da Tanzânia, Peru, Egito (Nasser) e Turquia. A última classe vislumbra possibilidades de autogestão em condições normais na periferia do capitalismo. Ela não se refere a exemplos históricos necessariamente, mas sim a possibilidades. O Terceiro Mundo é o principal portador das possibilidades de autogestão no contexto do capital globalizado. A experiência tratada nesta pesquisa reflete esta última categoria, pois surge a partir da necessidade de sobrevivência de Catadores⁷ de material reciclável em um contexto de exclusão e condições precárias de trabalho. Logo à frente, em outro capítulo, será feita uma caracterização e historicização mais rica sobre estes trabalhadores.

No caso do Brasil, a década de 80 será um momento marcado por lutas populares e operárias, que permitiram a emergência de práticas autogestionárias. De início, o movimento operário-sindical, a partir das grandes greves de 1978, retoma as experiências das greves de 1968, com a presença de comissões de fábrica e comitês de trabalhadores. Entretanto, com uma grande diferença: ser um movimento de massas, em uma conjuntura de retomada de um Ciclo de Ascenso das lutas populares, numa conjuntura crítica do ponto de vista da economia. O Ciclo anterior, iniciado nos anos 50, teve seu auge nos primeiros anos da década de 60, encerrado com o Golpe militar em 1964. Este novo Ciclo de Ascenso iria até 1989. Todavia, as

⁶Não faz parte do escopo deste trabalho historicizar com maior riqueza de detalhes estas lutas e experiências autogestionárias até os dias atuais. Recomendamos ao leitor que acesse diretamente a obra de Nascimento onde ele consegue fazê-lo de uma forma significativamente rica e com bastante propriedade: NASCIMENTO, Claudio. **Do “beco dos sapos” aos canaviais de catende**. Texto de Apoio. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília: SENAES, 2005. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog_becosapos.pdf. Acesso em: 03, jun. 2015.

⁷A nomenclatura da profissão definida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é Catador de Material Reciclável. Por questões práticas de síntese da redação usaremos o termo “Catador”.

experiências da Economia Solidária apenas viriam à tona na década de 90, quando da experiência tardia do neoliberalismo no Brasil (NASCIMENTO, 2015).

Tão importante quanto historicizar e discutir a experiência prática destas iniciativas autogestionárias é, a partir reflexão sobre a prática, debater os problemas teóricos da autogestão. Para adentrarmos neste debate buscaremos aporte na síntese elaborada pelo filósofo Henri Lefebvre (s/d), apresentada no trabalho de Nascimento (2005, p. 05). A partir das ideias de Lefebvre é possível situar em um quadro teórico as experiências históricas. Segundo ele a experiência social, ou seja, a prática social evidencia que as associações de autogestão emergem a partir dos chamados “pontos frágeis” da sociedade existente. Toda sociedade possui seus “pontos fortes” que constituem a armadura, a estrutura da sociedade e que garante a manutenção desta estrutura. É sobre estes “pontos fortes” que o Estado irá repousar. Cabe à política do Estado soldar as possíveis fissuras que possam surgir, garantindo que nada de diferente aconteça em torno deste espaço. A estrutura não é totalmente impermeável e, entre estes “pontos fortes”, consolidados pelo Estado, estão localizadas as “áreas frágeis” e as lacunas. A partir delas ocorrem fatos novos. Assim, tais lacunas são ocupadas pelas forças sociais que atuando sobre elas as transformam em “pontos fortes”, ou, inversamente, em “outra coisa”, algo novo. Estes “pontos frágeis”, só se revelam na prática e são resultantes de um “abalo” ou de uma “desestruturação” do conjunto.

Para o filósofo, a autogestão não brota em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessária uma conjuntura, um lugar privilegiado. Onde e quando ela nasce contém, essencialmente, seus elementos “possíveis”, como um adubo que irá fertilizar este terreno, sendo a tendência à “generalização” e à “radicalização”. Para sua consolidação e ampliação, ela deve ocupar os “pontos fortes” da estrutura social que operam contra ela própria. A principal contradição que a autogestão introduz e promove, é sua própria contradição com o Estado; colocando-o em questão. “Desde que apareça um raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado” (NASCIMENTO, 2005, p. 6).

A partir de Lefebvre, tem-se alguns condicionantes necessários ao surgimento da autogestão em termos de estrutura social, que é constituída e transformada a partir das relações de produção estabelecidas. Há que se ter também a iniciativa, a disposição para lutar pela transformação por parte da classe menos privilegiada nesta relação de trabalho constituída. Com relação a esta questão, Greenberg (1986 *apud* VARGAS DE FARIA *et al*, 2008) discute possíveis motivações para que os trabalhadores se auto-organizem, objetivando solucionar três questões. A primeira delas seria a alienação. No modelo de produção capitalista, a humanidade é alienada na acepção de que as condições de vida e trabalho separam as pessoas da sua essência

livre e criativa. O único meio para a superação desta alienação se dá pelo controle do processo de produção, da sua força de trabalho e dos frutos do seu trabalho pelo próprio trabalhador. A segunda questão trata da prática da democracia participativa, a partir de uma concepção pautada na possibilidade das pessoas serem responsáveis e refletirem sobre as suas ações, desde que se façam presentes as condições necessárias para o aprendizado da participação e do autogoverno. Compreendendo o ser humano como potencialmente autodirigido, submetê-lo em condições em que outros governem os aspectos mais importantes da sua vida, é retirar-lhe a sua humanidade. Por fim, a superação do capitalismo através dos processos de construção de locais de trabalho democráticos que impulsiona a constituição de uma sociedade socialista humanizada.

A partir de pesquisas sobre organizações autogestionárias, Liboni e Pereira (2002) destacam algumas características que ao mesmo tempo identificam e possibilitam melhor compreensão deste tipo de organização. Nestas organizações o controle é sempre exercido pelos trabalhadores, há a supressão da hierarquia entre os cargos e a eliminação da separação entre a concepção e execução do trabalho, assim como da variação de retorno individual sobre a produção em função do tempo de trabalho. Dessa forma, ocorre a descentralização e participação direta dos associados nas decisões. Há a valorização dos associados e o lucro é percebido como forma de desenvolver o sistema organizacional a serviço dos associados e da coletividade, ou seja, há a primazia dos associados sobre o capital. Dorneles (2011) acrescenta ainda, a preocupação com o desenvolvimento intelectual dos agentes envolvidos, contribui com o rompimento do sistema de produção capitalista, que reduz o trabalhador à força de trabalho, ignorando suas potencialidades.

A autogestão é um conjunto de princípios de igualdade, de autonomia, de coo-construção, de não hierarquia e, ao mesmo tempo, configura-se em práticas sociais que concretizam esses princípios. Os espaços de decisão seriam um bom exemplo, na medida em que extrapolam as instâncias formais, das reuniões e assembleias, chegam aos processos cotidianos de negociação, de troca de ideias e de replanejamento do trabalho (OLIVEIRA, 2007; NICOLLETTI, 2011). Vargas de Faria (2005) contribui para a caracterização e definição dos empreendimentos autogestionários através de uma síntese das características autogestionárias e seus elementos constituintes que apresentamos em um quadro abaixo.

A autogestão apresenta-se de maneira orgânica no cotidiano do empreendimento e na vida dos trabalhadores-cooperados. Contudo, é necessário que algumas condições sejam atendidas para que se possa avançar, fazer a transposição da intenção para a efetiva vivência da autogestão (SATO; ESTEVES, 2002 *apud* NICOLLETTI, 2011). Estas condições são

synthesized by the authors in four requirements. Firstly, it is important that there be the formation of a group, and this must be constituted beyond the formal meeting of workers, being this as the only hope for the situation in which they are found.

Quadro 6 - Características autogestionárias nas unidades produtivas e seus elementos constituintes

Princípios	Elementos Constituintes	
Gestão Democrática	Participação na gestão (Planejamento, Decisão e Controle)	Grau de participação, questões nas quais participa e nível organizacional onde ocorre a participação;
		Reprodução da configuração organizacional;
	Responsabilidade na gestão (Planejamento, Decisão e Controle)	Grau de responsabilidade, questões sobre as quais é responsável, nível organizacional sobre o qual é responsável;
	Informação	Acesso
Domínio		Grau de domínio Nível organizacional da informação
Controle do processo de produção	Propriedade real: relações técnicas e sociais de produção	Relações de propriedade econômica: controle sobre o que é produzido, inclusive sobre a capacidade de dispor dos produtos
		Razões de posse: controle sobre como é produzido
	Propriedade legal: cotas de participação no patrimônio	
Distribuição do resultado observando o trabalho aplicado na produção	Tempo de trabalho	
	Natureza do social do trabalho	
	Necessidades objetivas para reprodução das condições de vida do trabalhador	
	Coletivização no aumento do patrimônio	

Fonte: Vargas de Faria (2005).

Another important condition is that control be in the hands of workers so that participation is effective. Only from there is it that they will feel capable of interfering, contesting, proposing the path of the cooperative and the organization of work. For this, it is necessary that control be over the productive process as well as over the management of the enterprise in the hands of workers. One must also provide space for conflict and for discussion. For this, it is through public debate that the various interests and visions are put into play. This process is fundamental for recognizing and being recognized by the other, walking towards a new level of consciousness.

The enterprise must be a space for the full exercise of self-management. It cannot be reconciled with the adoption of other types of work relationships in parallel to cooperativism. This would compromise the construction of self-management, as it would break the bonds of equality, replicating

as relações hierárquicas capitalistas. Além de enfraquecer a cultura solidária em construção, pode gerar um *modus operandi* para dentro do grupo, outro para fora, o que reduziria o potencial de transformação dos envolvidos. Outra condição bastante pertinente, pontuada pelos autores, é a superação da dicotomia do indivíduo que planeja e do indivíduo que executa. É preciso promover o encontro da gestão com a produção, o que implica na união daquele que produz com o que gerencia a cooperativa no papel do trabalhador-cooperado. Esta é fagulha que gera a implosão da crença sobre a distância entre gerenciar e administrar, produzir e trabalhar.

Para que o exercício prático da condição anterior seja possível é imperativo promover a alternância de posições. O rodízio de tarefas é uma das condições simbólicas para a autogestão. Tal alternância de posições reflete na habilidade em reconhecer diversas posições de interesses dentro do empreendimento autogestionário e transitar entre elas colocando-se no lugar dos outros, concreta e simbolicamente, e tendo a oportunidade de experimentar outros interesses. Tudo isso irá permitir que os cooperados/associados identifiquem essas posições de interesses presentes nas negociações, para assim possuir uma visão mais ampla para a participação nas discussões e tomada de decisões, tanto no empreendimento quanto em suas vidas pessoais, replicando a experiência (ESTEVES, 2004 apud NICOLLETTI, 2011).

Castro (2014) argumenta, mesmo que ainda existam princípios ético-valorativos que dão uma unidade mínima às experiências de Economia Solidária, há distintas visões sobre o que ela é ou deveria vir a ser. Para além de divergências teóricas, essas diferentes interpretações influenciam no objetivo estratégico, e refletem em diferentes formas de interpretar a realidade social, delineando diferentes projetos de sociedade. Dentre estas diferentes interpretações, a autora cita três principais correntes: a Economia Solidária como um novo modo solidário de produção e distribuição rumo à superação do capitalismo; a Economia Solidária como uma forma complementar à economia capitalista; ou ainda, a Economia Solidária como uma prática pedagógica da autogestão. Neste trabalho faremos uma maior aproximação com esta última corrente interpretativa compreendendo a autogestão como um meio e um fim pedagógico na luta da classe trabalhadora.

2.4 A Autogestão dos Processos Pedagógicos Autogestionários nos Empreendimentos de Economia Solidária

A autogestão está na gênese dos EES. Pensar a constituição de um EES pautada em princípios como igualdade e solidariedade e nos demais princípios do pioneiro cooperativismo do século 19 que caracterizam estas experiências como uma alternativa ao modo de produção

capitalista, implica pensar em outras formas de gestão e de produção autogestionária que se contraponha à forma de produção capitalista. O ato de todos colocarem-se em condições de igualdade significa que todos devem tomar parte igualmente de todos os processos do empreendimento, seja nas atividades operacionais da produção, no planejamento, na gestão e definição dos rumos da organização. Assim, pensar Economia Solidária pressupõe pensar igualmente a autogestão.

No contexto atual, com exceção de algumas empresas autogestionárias, conforme Tiriba (2001), no Brasil esses empreendimentos não têm, necessariamente, como referência, os princípios da autogestão, mas constituem-se em respostas dos setores populares para atender as suas necessidades de subsistência. A autora lembra que o objetivo imediato dos trabalhadores a brigarem pelo controle da produção tem sido a luta contra o desemprego. Assim, a constituição e ingresso destes trabalhadores em empreendimentos desta natureza não representam necessariamente uma luta pela transformação da sociedade, mas sim garantir seus postos de trabalho ou criar outras formas de gerar trabalho e renda.

Brito (2004), ao tratar da possibilidade de um exercício efetivo da autogestão nestas organizações, argumenta que o projeto de formação destes sujeitos deve ser capaz de identificar as formas como estes trabalhadores que produzem associadamente se relacionam com os saberes implicados no seu cotidiano de trabalho. Segundo ele, só é possível um saber sobre a autogestão se houver também uma relação dos sujeitos com o saber e com a própria atividade de gestão do empreendimento. Em sentido complementar Nascimento (2015) pontua que é necessária uma tomada de consciência dos trabalhadores, sendo os pilares desta tomada de consciência a organização autônoma e a formação permanente.

Na mesma linha da autogestão como uma construção contínua, Eid (2004) recomenda que a busca pela autogestão seja compreendida como um processo longo e complexo, que articula sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanente. Uma aprendizagem voltada para as necessidades de melhorar a eficiência profissional e o desenvolvimento pessoal para a formação da cidadania. O que garante a Formação técnica e política ao mesmo tempo.

A formação continuada deve integrar as dimensões administrativa, técnica e política. É importante que ocorram através de oficinas com aprendizagem teórica e prática, que promovam uma articulação entre os conhecimentos técnicos e sobre a atividade fim do empreendimento. Com isso, é preciso trabalhar na perspectiva da politecnicidade (EID, 2004). Nascimento (2015) defende uma relação dialética entre a pedagogia da autogestão e a autogestão da pedagogia, compreende que a autogestão se faz pela experimentação, articulando o espontâneo e a vontade-

direção. Ao mesmo tempo em que a autogestão tem um caráter pedagógico, a forma de aprendê-la e trilhar os seus caminhos no cotidiano de trabalho deve ser definida pelos próprios cooperados. Segundo ele, é um processo constante de evolução onde o pensamento e ação permite o aprofundamento do conteúdo ideológico. Assim, a autogestão seria um canteiro de obras, onde os operários teriam o direito de experimentar. De aprender, e ao mesmo tempo ensinar, novas formas de produção e de relações de trabalho. Aqui reside a competência pedagógica da autogestão.

Nakano, Ascassuerd e Villar (2004, p. 152) citando Melucci (2001), em uma perspectiva convergente com a concepção da construção da autogestão pela experimentação, pontuam que a concretude prática destes empreendimentos autogestionários demandou que seus atores “vivenciassem uma prática portadora de elementos absolutamente desconhecidos, uma vez que não se encontrava na história recente do país algo em que eles pudessem se espelhar para produzir o novo modelo de empresa”. Desta forma, compreendem que a experiência foi e tem sido elemento constitutivo de sua produção e a partir delas começam a identificar a existência de elementos contraditórios em suas próprias identidades em movimento, bem como, se deparam com elementos próprios deste processo como “distanciamentos, rupturas e aproximações, campos de conflito e de solidariedade que permitem vislumbrar uma dada produção do presente, como parte de um mosaico complexo e heterogêneo” (MELUCCI, 2001 *apud* NAKANO; ASCASSUERD; VILLAR, 2004, p. 152).

Apoiado na proposta de formação autogestionária de Ulburghs (1980), Nascimento (2015) assinala que a formação deve se dar a partir das dimensões da formação técnica, entendendo que autogestão começa pelas mãos; a formação social e política, para proceder análises da sociedade e; a formação cultural e moral, uma educação para solidariedade. A partir de suas próprias experiências de capacitação e trabalhadores em Economia Solidária, para Brito (2004, p. 110) a compreensão do termo gestão pode ser expressa através de um triângulo, que contém em cada um dos vértices as dimensões da economia, da política e das relações sociais:

O polo da *economia* visa a alcançar a viabilidade do empreendimento num ambiente marcado pela acirrada concorrência em torno das fatias do mercado em que os empreendimentos cooperativos atuam. O polo das *relações sociais* expressa a construção de uma forma de sociabilidade coerente com os princípios históricos da autogestão, capazes de dar sustentação às novas relações sociais de produção. Por fim, o polo da *política* representa a construção de relações de intercâmbio, cooperação e negociação com outros atores com os quais esses empreendimentos interagem em seu cotidiano.

O Autor destaca ainda que a dimensão da formação dos trabalhadores, tendo como horizonte a conformação de uma cultura autogestionária implica que estes estejam em condições de dominar a atividade de gestão em suas múltiplas determinações. Isso requer não somente oportunizar que estes tenham acesso aos saberes sistematizados no campo da gestão empresarial. Mais do que capacitá-los para o exercício de uma atividade, se faz necessário colocar em xeque os fundamentos destes próprios conhecimentos sobre a gestão. “Trata-se de empreender uma luta permanente de desconstrução de princípios tidos como universais para que sejam construídas novas referências, compatíveis com os ideais de um projeto autogestionário” (BRITO, 2004, p. 120).

Quando o empreendimento solidário é pequeno, todas as decisões são tomadas em assembleias, cuja frequência de ocorrência depende da necessidade. Porém, quando o empreendimento é grande, a frequência das assembleias gerais diminui, pois fica mais difícil reunir e coordenar a discussão de um coletivo maior de pessoas. Nestes casos, o coletivo elege representantes, delegados, geralmente por setor ou departamento, que se reunirão para deliberar em nome de todos. As decisões de rotina ficam sob a responsabilidade dos encarregados e gerentes, escolhidos democraticamente pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002). O autor ressalta ainda que a necessidade de se estabelecer hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores em organizações autogestionárias de grande porte não as torna semelhantes às congêneres capitalistas. Ao contrário, os níveis mais altos, na autogestão são delegados pelos mais baixos, e estes são responsáveis perante aqueles, ou seja, a assembleia geral de todos os membros é a maior autoridade na qual todos os cargos representativos prestam contas e acatam as diretrizes.

Certamente para um trabalhador acostumado a trabalhar em uma organização capitalista, caracterizada pela heterogestão e subordinação, experimentar a autogestão é algo novo e esse processo de aprendizagem pode suscitar algumas contradições e resistência. Neste processo de aprendizagem e maturação, Singer (2002) alerta para o perigo da prática autogestionária ser corroída pela lei do menor esforço. Apresenta também o desinteresse dos sócios como um empecilho para a prática da autogestão. Uma recusa ao esforço adicional que esta prática democrática exige. O autor ainda argumenta que em geral não é a direção que sonega informações aos sócios, mas são estes que optam por dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. Muitas vezes a direção se sente tentada a aceitar o pedido, principalmente quando se tratam de decisões que podem gerar conflitos entre os sócios. Torna-se mais fácil, pela perspectiva do menor esforço, harmonizar interesses e negociar saídas

consensuais em um pequeno comitê de diretores do que em uma reunião mais ampla de delegados, que teriam que prestar contas aos colegas que representam.

Ancorada em Gramsci (1976), que apregoa que uma disciplina voluntária e autônoma demanda por parte do trabalhador uma sólida disciplina, Tiriba (2001, p. 279) aponta um outro risco relacionado a estes empreendimentos, isto é, o fato de os trabalhadores confundirem a autonomia com liberdade de satisfazer o que é meramente individual, em detrimento do coletivo. “O que ocorre é que, sendo o trabalhador um dos proprietários do empreendimento e tendo o privilégio de não ter de dar satisfação de seu desempenho ao patrão, crê que tampouco é necessário dar satisfação a ninguém” (TIRIBA, 2001, p. 279). Ou ao contrário, “muitos trabalhadores e trabalhadoras seguem culturalmente impregnados pela lógica de ter alguém que decida, que seja responsável para dizer que é o que os outros têm de fazer, como devem comportar-se, etc.” (TIRIBA, 2001, p. 279).

O perigo da degeneração da prática autogestionária apresenta uma grande correlação com a insuficiente formação democrática dos sócios. É preciso compreender que o principal mérito da autogestão não é a eficiência econômica, necessária em si, mas o desenvolvimento humano que ela proporciona aos praticantes (SINGER, 2002, p. 21). Continuando, o autor pontua ainda que a participação nas discussões e decisões do coletivo, nas quais o trabalhador está associado, o educa e conscientiza, tornando-o uma pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. “É para isso que vale a pena se empenhar na Economia Solidária”. Entretanto, até o presente, a maior parte dos trabalhadores tem buscado na Economia Solidária uma forma de se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos, infelizmente não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, concebendo-a, de uma forma reducionista, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa.

2.5 Riquezas e relações produzidas pelo trabalhador que já não é mais mercadoria

Os EESs, para fora de seus muros, estão inseridos dentro do contexto de uma economia capitalista e sujeitos a livre concorrência, a tensão do mercado pela redução dos preços, melhorias de qualidade, de produtividade, investimento tecnológicos, dentre outros. Ainda que o modo de produção trilhe outros caminhos diferentes, como da forma de produção orientada para o capital, o processo de intercâmbio, mesmo que se tenha buscado outras vias, ainda é o intercâmbio comercial, no qual o produto do trabalho se reveste como mercadoria. E como mercadoria, independente da natureza da atividade econômica do empreendimento, precisa fazer frente à sua produção, inserida no seio capitalista e marcada por alto investimento

tecnológico, meios de produção social do trabalho, eficiência produtiva, longas jornadas de trabalho e outros elementos característicos.

Neste contexto, boa parte desta produção gerada nos EESs tem buscado espaços próprios de comercialização, como Feira de Economia Solidária (FESOL); feiras de artesãos; férias de pequenos produtos; exposições organizadas em parcerias com os agentes da Economia Solidária, ao mesmo tempo em que são portadores de valor de uso que transcenda o produto, um valor de uso social (produção sustentável, produção orgânica, geração de trabalho e renda, emancipação de sujeitos, desenvolvimento físico e intelectual, reprodução ampliada da vida, etc.), enquanto mercadorias são também valor de troca, que tem como referência de grandeza o tempo de trabalho social médio. Logo, como já sinalizaram os autores trabalhados anteriormente, quanto à questão da formação em Economia Solidária e autogestão, é preciso buscar formas de melhorar a produtividade do empreendimento, seus níveis de eficiência, para que se consiga oferecer um produto com preços “mais competitivos”, sem, contudo, corromper os princípios que caracterizam.

Neste sentido, fazemos coro a Nakano, Ancassuere e Villar (2004, p. 153) quando dizem que o mercado de trabalho se tornou complexo, não somente sob os desígnios do capital, mas também a partir destas experiências de iniciativas econômicas dos trabalhadores em forma de cooperativas populares, empresas autogestionárias, grupo de produção comunitária, ou outra forma equivalente. “Através das experiências vividas no âmbito dessas iniciativas os sujeitos não se limitam à produção de coisas, pois além da produção econômica, há a produção de relações sociais, de símbolos, de valores” (NAKANO; ANCASSUERD; VILLAR, 2004, p. 153). Assim, ao mesmo tempo em que, pelas regras do mercado, os trabalhadores são obrigados a colocar o seu produto para ser comercializado na condição de mercadoria, é preciso compreender que apesar do produto do trabalho portar dialeticamente valor de uso e valor de troca, os processos de trabalho que originaram esse produto geram uma riqueza portadora de um valor de uso social, de natureza totalmente distinta e impossível de se obter por um processo de produção nos moldes de uma empresa capitalista.

Sob essa perspectiva, Tiriba (2001) destaca que há uma relação entre os caminhos e opções que os trabalhadores buscam para constituir e dar viabilidade ao empreendimento e o seu caráter político, bem como a forma como se veem a si mesmos como trabalhadores e pessoas. Assim, em que pese que não seja necessariamente determinante das relações sociais e econômicas que serão constituídas, a forma de propriedade, as alternativas adotadas para dar início à atividade, bem como o critério de remuneração, são expressões do caráter político adotado.

Os EESs têm o potencial de promover a emancipação de seus trabalhadores que, Segundo Marx (2008), dela depende a emancipação da sociedade, pois na emancipação destes trabalhadores está encerrada a emancipação humana universal. É preciso pensar em uma riqueza que está para além da questão do fator econômico, da concepção unilateral dos homens e mulheres como homem/mulher econômico/econômica. É preciso, segundo Max-Neef (1993), citado por Tiriba (2001), reivindicar a multidimensionalidade humana e nos orientarmos para outro tipo de desenvolvimento, compreender que a satisfação das necessidades humanas não se resume ao acesso de bens e serviços. As necessidades não são apenas algo que falta, carência humana, mas para além disso, a necessidade é potência, ou seja, a necessidade de participação é potência da participação.

Entretanto, pensar outro tipo de desenvolvimento econômico e da multidimensionalidade humana, implica que estas iniciativas se apropriem dos avanços científicos e articule-os com um projeto de sociedade que possibilite a socialização de bens materiais e simbólicos. O coletivo de trabalhadores irá encontrar a sua liberdade e realização não no trabalho aleatório e desqualificado, mas em sintonia com o desenvolvimento científico e com a estruturação política que a produção engendre (SEMERARO, 2004). Afirma ainda que, “Ser inseparavelmente biológico e social, é pelo trabalho que o homem produz e se reproduz, cria riquezas para seu sustento e desenvolve sua consciência, transforma o mundo e elabora culturas, constrói a cidade e estabelece relações sócio-políticas” (SEMERARO, 2004, p. 260).

Ao passo que o processo de produção é o portador da riqueza espiritual, o resultado deste processo de produção porta a grandeza de valor material que intercambiada pelo dinheiro lhes permitirá obter os produtos necessários para a sua subsistência. Se “Com a apropriação da totalidade das forças produtivas pelos indivíduos associados, a propriedade privada é abolida” (MARX; ENGELS, 1998, p. 84), e junto com ela a figura do patrão e empregado e a atividade não se orienta mais para a acumulação, a distribuição das riquezas certamente ocorrerá sob outra dinâmica. Como já pontuado neste trabalho, a autogestão se faz pela experimentação e esse processo de maturação em muitos momentos apresenta certas contradições, conflitos, mas estes são os motores do processo pedagógico da autogestão. Assim também como nos mostra Singer (2002), a forma de distribuição das riquezas produzidas ora se aproxima dos princípios da Economia Solidária e de ideologias socialistas, ora se aproximam dos critérios adotados na perspectiva capitalista.

Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Há empresas em que a maioria opta pela igualdade

das retiradas por uma questão de princípio ou então porque os trabalhos que executam são idênticos, ou quase. Mas a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho mental e trabalho manual. Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada (SINGER, 2002, p. 12, grifo do autor).

Ainda que em muitos momentos os critérios utilizados para a distribuição das riquezas assumam formas distintas, e como dito, muitas vezes acompanhando o escalonamento das empresas capitalistas, em sua essência a base distribuição destas riquezas são distintas. O que confere o poder de decisão é a propriedade dos meios de produção. Na empresa capitalista apenas uma pessoa, ou um conjunto de sócios, define os critérios de remuneração e faixa salarial para, em alguns casos, centenas ou milhares de trabalhadores. Já em um EES também são os proprietários dos meios de produção, mas o poder de decisão está ligado ao fato de fazer parte do empreendimento e não à proporção em que é proprietário dos meios de produção, ou seja, cada cabeça um voto.

São os próprios trabalhadores que coletivamente irão definir se o valor distribuição das sobras irá estar atrelado aos rendimentos mensais ou será um valor fixo, se será homogêneo, ou se terá outro critério como a natureza do trabalho realizado, por exemplo, as necessidades individuais de cada trabalhador, bem como a proporção das sobras que serão destinadas a estruturação do empreendimento e a proporção em que será distribuída entre os sócios. O que há de comum com a empresa capitalista é que, sendo seu produto uma mercadoria, o volume total das sobras estará relacionado com o maior ou menor tempo gasto para a sua produção e seus custos decorrentes. Isso irá implicar até mesmo na viabilidade e continuidade do empreendimento. A autonomia interna da distribuição das sobras é condicionada pela imposição externa das leis do mercado.

Garantir uma forma digna de subsistência sem corromper os princípios que alicerçam o empreendimento, implica em que (ARRUDA, 1996, p. 43 *apud* TIRIBA, 2001, p. 304), se o excedente não pode resultar da exploração da força de trabalho, precisará ser obtido a partir de um intenso processo de trabalho que possibilite uma comercialização com preços satisfatórios, tanto para os produtores como para os consumidores. Em outras palavras, uma remuneração justa a partir de um preço justo. Em outras palavras, “trata-se de buscar eliminar não só a exploração do trabalhador, através da supressão da mais-valia, mas também do consumidor, através dos preços extorsivos” (ARRUDA, 1996, p. 43 *apud* TIRIBA, 2001, p. 304), sem incorrer em uma relação assistencialista com a comunidade e, muito menos, comprometer a qualidade do produto.

Os sujeitos de uma forma associada de produção expressam o ser social entre si, construindo inclusive novas dinâmicas sociais no interior de seus empreendimentos, mas também o expressam na sua relação com a comunidade e com os demais espaços. Ou ainda a construção de novas relações sociais no interior da organização lhes faz problematizar a dinâmica das relações sociais dadas em outros espaços e, dentro das condições possíveis, irem construindo-a a partir de uma nova perspectiva, de forma coerente ao projeto político-econômico que orienta suas relações sociais no empreendimento.

Quando o horizonte é a construção de uma *sociedade dos produtores livres associados* nada melhor que confrontar a utopia o mundo real, lembrando que *a reprodução da vida requer dos setores populares uma “produção associada”*, no sentido de que pressupõe um conjunto de ações de caráter associativo e solidário. Embora seja comum dizer que para *ganhar a vida* as pessoas apresentam-se individual ou coletivamente no mercado, *todo trabalho é trabalho social*; assim, nem mesmo o chamado *trabalhador individual* exerce sozinho sua atividade (TIRIBA, 2004, p. 92, grifo da autora).

Ancorado em Gramsci, Semeraro (2004) pontua que há uma relação indissociável entre a esfera econômico-produtiva e a esfera política-cultural, de modo que um grupo social, para exercer a direção ético-política, precisa desempenhar uma função essencial no campo produtivo, de forma que não haja possibilidade de existir igualdade política completa sem igualdade econômica. Em outras palavras não seria possível ocorrer uma elevação civil das camadas inferiores sem que se proceda a uma reforma econômica e uma mudança cultural. Como relata Tiriba (2001, p. 321) “a base técnica torna-se ‘nova’, à medida que os trabalhadores ensaiam uma maneira de produzir suas necessidades materiais e espirituais a partir de novos parâmetros de convivência. O novo está, exatamente, na qualidade de relações sociais de produção que estão estabelecidas”.

Os delineamentos de um novo projeto de sociedade, na compreensão de Peixoto Filho (2004), corroborando com Semeraro, precisam incluir e passar por uma nova forma de produção de riqueza, tanto riqueza material, quanto riqueza espiritual. Isso demanda a experimentação de novos modos de produção da vida social. Projetos que reafirmem as estruturas democratizantes de decisões, as relações de igualdade e cooperação entre os trabalhadores na produção de seus bens materiais e espirituais, que promovam o desenvolvimento da criatividade profissional.

Ainda segundo o autor, esse processo deve portar uma pedagogia, uma prática social, que possibilite a articulação de saberes e conhecimentos, e que construa novas estratégias que contribuam para a realização de novos modos de se produzir e se constituir novas relações na sociedade. A formação dos trabalhadores deve ser uma formação que lhes permita criar os

novos e necessários modos de produzir, distribuir e consumir bens e recursos, constituindo-se em alternativas para o atual modelo socioeconômico, embora sendo precipitado e imprudente de nossa parte, traçar qualquer perspectiva de possibilidade de uma revolução política e cultural a partir destes empreendimentos. Parece-nos coerente deduzir que na medida em que seus atores consigam produzir a sua vida material por caminhos diferentes dos dados pela esfera econômico-produtiva atual, paralelo a isto contribuirão para a criação das condições que possibilitem se não uma revolução, ao menos uma transformação significativa na esfera política-cultural.

No espaço de produção autogestionário a dualidade autoridade/responsabilidade presente nas empresas autogestionárias ganham novas dimensões, uma ressignificação. Deixam de ser unilaterais e passam a ser bilaterais, pois a autoridade não é mais sobre alguém, mas sim junto com, e a responsabilidade não é mais perante a um indivíduo, mas também perante um coletivo. Não é impeditivo, e em alguns casos necessário, que se tenha uma estrutura hierárquica e lideranças representativas e operativas para melhor organização do espaço de produção. Essa liderança deve ser pautada na dialogicidade entre os líderes e os demais trabalhadores. Conforme Freire (1987, p. 104) “a organização, implicando em autoridade, não pode ser autoritária; implicando em liberdade, não pode ser licenciosa”. A autoridade não deve ser compreendida como poder sobre alguém ao mesmo tempo em que os demais trabalhadores não podem se sentir presos, dominados, submissos à autoridade hierárquica da mesma forma como o eram em uma empresa heterogestionária. Segundo Freire, este é um momento altamente pedagógico, liderança e liderados fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras em que ambos, de uma forma coesa, transformam a realidade que os mediatiza.

A eficiência destes empreendimentos deve ser compreendida em uma dupla dimensão, produção material e espiritual, demandando um cuidado maior na organização de seu processo de trabalho. Deve fazer parte da pauta das discussões tanto das lideranças quanto das assembleias, não só os resultados econômicos como renda, produção e participação de mercado, mas também que tipo de relações se tem construído, quais dimensões da formação humana têm sido contempladas, a reintegração da ciência com a produção e o projeto político que vem sendo consolidado. É preciso “contribuir para que os empreendimentos se constituam em um *locus* de criação e recriação de relações econômicas e sociais que contemplem as necessidades da grande maioria da população – hoje excluída, inclusive, do direito à manutenção da própria vida” (TIRIBA, 2001, p. 27).

Esse desafio da produção da vida material e espiritual sob outra lógica, o que já não é tarefa das mais fáceis, se torna ainda mais difícil, conforme argumenta a autora, sob os limites

impostos pelo capital. Entretanto, os trabalhadores associados, ainda que de maneira contraditória, vêm perseguindo a construção de formas alternativas da organização do trabalho, não como sinônimo de sacrifício, mas de criação. Dentre estes obstáculos impostos pelo capital, Tiriba (2001) cita o baixo desenvolvimento das forças produtivas e o acesso a tecnologias que possibilitariam uma redução do tempo de produção e a supressão de algumas tarefas penosas. Segundo ela, na perspectiva do resgate do trabalho enquanto atividade criativa é fundamental que os trabalhadores tenham acesso às facilidades possibilitadas pelas novas tecnologias, sem incorrer em uma reprodução das relações sociais capitalistas de produção. Concordamos com a autora quando nos afirma que estas barreiras não os caracterizam como atrasados ou retrógrados, seus maiores avanços estão nas novas relações constituídas e na busca da reintegração do ser humano e ressignificação de seu trabalho. Aliás, estas barreiras só existem na medida em que são consideradas consequência da deficiência do modo capitalista de produzir, tecer relações e distribuir suas riquezas.

2.6 Pedagogias da Produção Associada

Todo grupo social, que cumpre uma função no mundo da produção econômica, constitui, em uma relação orgânica, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função, tanto no campo econômico quanto social e político. Ainda que, como tenhamos visto em Marx (1998), as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes, como no decorrer da história até aqui apresentada, o grupo social que emerge a partir da estrutura econômica anterior, constituindo uma nova estrutura e implantando seu ideal de sociedade tem se deparado com categorias intelectuais preexistentes, caracterizadas como continuidade histórica que não foi interrompida, nem mesmo pelas complexas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2004).

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2004, p. 18-19).

Gramsci assevera ainda que, sendo as camadas intelectuais construções histórico-sociais, isso então não seria uma condição natural, mas uma construção. Assim “todos os

homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2004, p. 18). O proletariado, o ser que vive do trabalho, é um trabalhador manual ou instrumental, não em virtude de suas aptidões ou limitações físico-intelectuais, mas por ser um trabalho dado em determinadas condições e relações sociais. Ainda que prevaleça um maior esforço físico, em qualquer trabalho por mais mecânico e degradado que seja, existe um mínimo de qualificação técnica, em outras palavras um mínimo de atividade intelectual criadora, segundo Gramsci. Essa elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta se dá em alguns espaços como os diversos tipos de escola (clássica e profissional), no âmbito econômico e a partir dos interesses das várias camadas constituintes, que produzem diferentes ramos de especialização intelectual.

A distinção entre intelectuais e não intelectuais não repousa no ser natural do indivíduo, mas no fazer, na sua função social. A denominação intelectual tem a ver com uma função social e não com a capacidade intelectual distinta. Algumas atividades profissionais têm uma maior predominância de elaboração intelectual e outras muscular-nervoso. Desse modo, não existem não intelectuais, mas sim diferentes proporções entre esforço de elaboração intelectual-cerebral e esforço muscular-nervoso, o que implica diferentes graus de atividade especificamente intelectual. Como já visto anteriormente, a mais robotizada tarefa humana demanda um grau de exercício intelectual. Se a distinção entre intelectuais e não intelectuais não está no ser, mas no conteúdo do trabalho que desenvolve, assim fora do trabalho e em condições de expressar sua liberdade, todo ser humano desenvolve uma atividade intelectual qualquer, podendo ser um artista, um filósofo, defende uma concepção de mundo, suscita novas maneiras de pensar, dentre outras atividades (GRAMSCI, 2004).

Dessa forma, a criação de uma nova camada intelectual de natureza qualitativa distinta, para Gramsci (2004) implica em possibilitar que cada um elabore sua atividade intelectual ao modificar a sua relação com o esforço muscular-nervoso, proporcionando um novo equilíbrio, no qual o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que promove transformações no mundo físico e social, se constituirá como o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. O autor argumenta que o intelectual de um novo tipo deve ser fecundado no seio da própria educação técnica, ainda que esta esteja ligada ao trabalho industrial primitivo e desqualificado.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanentemente", já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual

permanece "especialista" e não se torna "dirigente" (especialista + político) (GRAMSCI, 2004, p. 53, grifo do autor).

Essa relação entre os intelectuais e o mundo da produção, segundo Gramsci (2004) não é imediata, mas mediatizada em diferentes graus por todo o corpo social e pela totalidade da superestrutura, para as quais os intelectuais devotam o seu serviço. Essa relação orgânica entre as diferentes camadas dos intelectuais com a superestrutura é melhor visível a partir do plano da sociedade civil, organizações e instituições privadas, além do Estado ou sociedade política. Ambos correspondem à função e hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, expressando-se no Estado e no governo jurídico.

A partir de Gramsci, compreende-se que ao “remar contra a corrente” as experiências de produção associada podem não encontrar correspondência político-ideológica nos intelectuais “clássicos”, uma vez que estes e a sua função tem um compromisso muito claro. Muito provavelmente far-se-á necessário, em alguns momentos, romper com o laço ideológico estabelecido com estes, o que certamente não será uma tarefa das mais fáceis, já que, se dispõem de todo o mecanismo institucional do Estado para o bem desenvolver do seu trabalho. Contudo, ela se faz necessária, e no seio da própria classe trabalhadora, forjar seu próprio corpo intelectual a partir de suas instâncias educativas, seja no processo de produção em seu cotidiano, seja também em outros espaços. Sendo assim, é preciso problematizar o mundo e as condições que estão postas.

De acordo com Tiriba (2001), a constituição de um intelectual de novo tipo, demanda que os atores da produção associada estabeleçam uma sólida relação entre teoria e prática pelo criar de novas instâncias educativas, que contribuam para que o conjunto de trabalhadores se tornem governantes de si mesmos e de seu trabalho. Segundo ela, orientada para certos objetivos e encarnada no plano prático, a teoria se torna um guia para a ação. A apreensão tanto da prática real e objetiva hoje existente, como também daquela que está em gestação ou ainda como projeto, exigem uma busca pela unidade entre teoria e prática, momentos que se constituem como processos educativos.

Para os trabalhadores associados, tornam-se indispensáveis os espaços educativos que privilegiem a socialização e a produção teórica, tendo o saber prático como ponto de partida e os novos saberes e as novas práticas sociais como ponto de chegada. Se os espaços de educação do trabalhador não se esgotam no processo produtivo e tampouco têm se estendido à instituição escolar, temos que redimensionar ou criar novos espaços de sistematização do saber e de ampliação da cultura (p. 225).

Estes novos espaços de sistematização do saber e ampliação da cultura, onde se efetiva a relação trabalho e educação, podem ser classificados em duas instâncias distintas e complementares: os processos educativos informais e formais. Os processos educativos informais se realizam “ao longo do cotidiano de trabalho, nas relações que os trabalhadores estabelecem entre si ao longo do processo de transformação da matéria-prima em produto final”. Sendo o trabalho “uma atividade humana, claro que nesses momentos estão presentes tanto os aspectos intelectuais como manuais de trabalho” (TIRIBA, 2001, p. 313).

Para ela, não só no exercício laboral durante a produção se faz a pedagogia da autogestão, mas também há possibilidade de aprendizagem em outras instâncias da vida, como nas assembleias, nas relações com a comunidade, com as instituições de apoio, com os movimentos populares e com sociedade em geral. Afinal, do trabalho também fazem parte “as relações que os trabalhadores estabelecem entre si e com outros homens, as quais contribuem para ampliar seus saberes e para confrontar seus valores em relação à política, à economia e outras questões relativas às relações de convivência” (TIRIBA, 2001, p. 314). Ou seja, o trabalho compreende algo maior que a própria produção dos bens materiais e os trabalhadores precisam se dar conta disto.

A segunda instância educativa, apontada por Tiriba (2001, p. 314-315) como os espaços formais de educação, corresponde “aos processos de produção e socialização de conhecimentos, cujos espaços favorecem a ênfase e a preponderância da atividade intelectual em detrimento do esforço muscular-nervoso”. Se trata de uma atividade intelectual de outra natureza, “um esforço intelectual, premeditado, cujo objetivo é sistematizar e ‘formalizar’ os antigos e novos saberes”. Compreendendo que a práxis implica em um vínculo dialético entre ação e reflexão, “a pedagogia da produção associada abre caminhos, em diversos níveis, para que os trabalhadores transformem os novos conhecimentos em novas práticas de trabalho e em novas práticas sociais”. Desta forma, “embora o objetivo seja o de construir uma nova ação, a atividade intelectual configura-se como uma reflexão sobre a ação”.

A força de trabalho não é uma mercadora, ela foi mercantilizada dentro do modo de produção capitalista circunscrevendo a reprodução social da vida às regras das relações capitalista de produção. Cabe à educação o desafio de romper com esta estrutura e qualificar o trabalhador para o trabalho emancipado e estimular as experiências autônomas e autogestionárias sob o controle dos trabalhadores. Em que pese que a propriedade e a posse coletiva dos meios de produção por si só não sejam suficientes para a supressão do trabalho alienado, tais experiências possuem dimensões educativas e possibilitam a rearticulação dos saberes fragmentados pela organização do trabalho nos moldes do capitalismo (TIRIBA, 2008).

Conforme Fischer e Tiriba (2009), os saberes do trabalho associado compreendem o conjunto de saberes produzidos pelos próprios trabalhadores nos processos de trabalho, caracterizados pela apropriação coletiva dos meios de produção, distribuição igualitária dos frutos do trabalho e gestão democrática das decisões, quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção.

O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras que se associam de forma autogestionária na produção de bens e serviços, contrapondo-se à lógica do sistema do capital. Abrange os saberes formalizados nos fóruns coletivos que articulam as experiências de trabalho associado, bem como no âmbito da pesquisa e produção científica do conhecimento acerca das dimensões técnicas, políticas, econômico-filosóficas e culturais do fazer/pensar/refazer o cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social (FISCHER; TIRIBA, 2009, p. 293).

Estas dimensões educativas que emanam do trabalho associado têm como referência as experiências de formação destes trabalhadores associados e da formação de formadores, bem como a análise da produção acadêmica e dos materiais pedagógicos, geralmente produzidos pelas organizações de apoio à Economia Solidária (TIRIBA, 2008). A autora apresenta três concepções teórico-metodológicas de educação existentes nas experiências de produção associada na Economia Solidária. Tem-se a concepção da Educação Humanística, que enfatiza os aspectos éticos das relações sociais, com destaque para a cooperação e a solidariedade. A dimensão da Educação Emancipadora, por sua vez, busca no resgate da cultura popular e nos pressupostos da educação popular, a possibilidade de uma *práxis* libertadora e emancipadora. A concepção da Educação Integral compreende o trabalho como instância e princípio educativo, o que enfatiza a necessidade de superação da sociedade capitalista.

Com base no princípio educativo do trabalho de Gramsci, Tiriba (2001, p. 29-30), destaca que:

[...] se a relação trabalho-educação tem como pressuposto que o conhecimento produzido na escola tem como fonte inspiradora o saber produzido nas relações sociais que os homens estabelecem em seu processo de trabalho e em suas relações mais amplas, a possibilidade de transformar a ação em ação transformadora pode ganhar corpo quando os trabalhadores tiverem assegurado, ao menos, o direito à educação básica (fundamental e média)

Ao mesmo tempo, ainda segundo a autora, os espaços educativos não podem se restringir ao espaço da escola. Enquanto atividade teórica e prática, equilíbrio entre ordem natural e ordem social, o trabalho é fundamento, princípio educativo, pois possibilita a

compreensão do caminhar histórico do ser humano como passado e projeções do futuro. Compreende que o homem e a mulher só são capazes de conhecer e transformar a realidade na medida em que se insere ativamente nela. Tiriba defende que além do mundo da escola é preciso avançar e buscar “os elementos materiais e imateriais da formação humana em outras instâncias educativas que, sobrepassando os muros da escola, acontecem como processos de vida” (TIRIBA, 2001, p. 187-188).

A produção associada provoca uma ressignificação dos sentidos, que até então os trabalhadores tinham sobre sua vida e seu trabalho. Os sujeitos que durante um longo período histórico haviam sido relegados ao exercício de tarefas manuais, agora têm em suas mãos a possibilidade de pensar e criar o processo produtivo. Para isso, além da apropriação dos meios de produção, os novos governantes e seu trabalho precisam também se apropriar dos segredos da ciência da gestão, rearticular os conhecimentos que o capital fragmentou. A democratização de saberes e acesso ao conhecimento, a articulação entre conhecimento científico e conhecimento prático coloca a ciência e a técnica sob os interesses da classe trabalhadora, o que as libertaria de sua condição secundária no processo produtivo (TIRIBA, 2001).

Em um ambiente de produção associada, o trabalhador tem a possibilidade de experimentar, senão todas, diversas etapas do processo produtivo realizando tarefas de natureza qualitativamente diferentes. Mas é importante haver um equilíbrio quanto a isso. Tiriba (2001, p. 359, grifo da autora) alerta que “*se se de um lado o saber pode ser sufocado pela rigidez da divisão do trabalho, de outro a flexibilidade ilimitada no rodízio de tarefas também pode sufocar a possibilidade dos conhecimentos dos trabalhadores associados ganharem maior consistência*”. A polivalência é um avanço se comparada à fragmentação do trabalho promovida pelo taylorismo-fordismo, mas ainda é insuficiente para a formação integral dos trabalhadores. Uma opção seria uma formação teórico-prática orientada pelos princípios da politecnia, que segundo Machado, constitui um avanço com relação à polivalência.

Polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado com uma certa abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa das tarefas [...] É suficiente, para ser um trabalhador polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho. [...] Politecnia representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento (MACHADO, 1994, p. 19).

Frigotto (2012), dialogando com este autor, sinaliza que a educação politécnica ou tecnológica, está ligada ao desenvolvimento das bases de conhecimentos que se vinculam ao processo de produção e reprodução da vida humana pelo trabalho, no sentido de promover uma formação omnilateral, em todas as dimensões, dos seres. Esse projeto educativo do caráter radicalmente educativo do trabalho, dos conhecimentos, da ciência e da tecnologia demanda, segundo ele, a superação das relações classistas sob o domínio do capital para que seja possível a dilatação das qualidades e potencialidades humanas.

Tiriba e Picanço (2004) compreendem a dimensão do campo do trabalho e educação como nova e velha ao mesmo tempo. É nova no sentido de que, diante da atual crise do emprego, reafirma a velha ideia de que existem outros mundos do trabalho, além do mundo do trabalho assalariado e outros modos de produção da existência humana, além do modo capitalista de produção. Segundo elas, estudar e compreender a complexidade da formação humana nestes espaços, que já não ocorrem dentro dos muros da escola ou da empresa capitalista, é percorrer outros espaços de formação que não se restringem somente a estes dois citados anteriormente. É reafirmar o trabalho como princípio educativo para além dos processos de produção pedagógica que ocorrem no interior da escola, o que abrange outros processos de produção da vida social.

[...] reafirmar que o trabalho é princípio educativo é reconhecer que é no próprio processo trabalho, ou seja, é na *práxis* que os seres humanos criam e recriam a realidade social, como é nesse processo, também, que homens se educam ou se formam como seres humanos. Enfim, procura-se trazer à superfície uma outra Pedagogia, a qual se realiza buscando superar aquela que, tanto na escola como fora dela, tem apenas como horizonte a flexibilização ou suavização das relações entre o capital e o trabalho, e que, além disso, se expressa como uma ação em oposição à perspectiva de um cooperativismo vazio de um sentido criador e inovador (TIRIBA; PICANÇO, 2004, p. 27, grifo nosso).

O trabalho como princípio educativo foi, sem dúvida, um dos temas mais recorrentes no Brasil, nos anos 80 e início dos 90 do século XX, entre os pensadores da educação, sobretudo aqueles que pertenciam ao campo do conhecimento trabalho e educação e que se apoiavam num referencial teórico-político marxista, com enfoque em Gramsci. A partir da segunda metade da década de 90, ao mesmo tempo em que houve um declínio de sua discussão no âmbito acadêmico, o trabalho como princípio educativo sofreu um grande revigoramento na medida em que passa a se constituir como fundamento de propostas de educação, que se pretendem inovadoras e progressistas, desenvolvidas por alguns movimentos sociais, que têm ocupado papel central no cenário político brasileiro contemporâneo. É o caso do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (TUMOLO, 2005, p. 240).

Ainda que as novas formas de geração de trabalho e renda sejam o reflexo no lado nefasto do sistema capitalista, elas portam uma riqueza, um valor, desnudando outros parâmetros do trabalho, o que mostra a possibilidade de uma forma de produção mais humanizada, menos hierarquizada, menos violenta. O desafio que se coloca diante dos trabalhadores associados é buscar meios de ir além das estratégias de sobrevivência e dos novos estilos de relação entre capital e trabalho, e criar condições para que, no interior da sociedade atual, façam germinar “os elementos de uma nova cultura do trabalho e, com ela, novos valores, novas relações econômicas e sociais” (TIRIBA, 2001, p. 92-93).

O conceito de cultura do trabalho é compreendido como a “interseção dos conceitos de cultura e de trabalho, os quais sintetizam realidade, dinâmicas que se constroem e se modificam no processo histórico” (TIRIBA, 2001, p. 230). Entendendo cultura como “conjunto dinâmico de representações, símbolos, valores e comportamentos que compõem o corpo social de uma população, histórica e geograficamente definida” (TIRIBA, 2001, p. 231) e o trabalho “como mediação dialética entre o homem e a natureza – constitui uma especificidade do homem, também temos que incluí-lo como elemento que constitui a cultura e que por ela está também constituído” (TIRIBA, 2001, p. 231).

Concebemos a cultura do trabalho como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam no processo de trabalho propriamente dito, conjunto este que se plasma não só nas relações de mercado, como também nas relações de convivência internas e externas ao empreendimento. Do ponto de vista político e ideológico, os pressupostos que nos sinalizam os marcos fundamentais de uma cultura do trabalho de novo tipo seriam relações de produção caracterizadas pela perspectiva de valor de uso e não de troca, pelas quais o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história e nas quais tendem a ser diluídas a propriedade individual dos meios de produção e a hierarquia assegurada pelos que ‘sabem’. Uma nova cultura teria como requisitos a desmercantilização da força de trabalho e um processo de desalienação do trabalhador quanto ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador. Mas, como anteriormente, a mudança da cultura do trabalho não resulta de uma mudança apenas no espaço de produção, mas também nos diversos espaços/ redes que constituem o sujeito. Em última instância, uma cultura do trabalho de novo tipo pressupõe também uma sociedade de novo tipo (TIRIBA, 2001, p. 343).

A Cultura do trabalho, mediada por processos educativos, é a categoria que nos permite a análise das relações entre trabalho e educação no chão da fábrica. Ela abarca os “elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas, etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes, saberes)” (TIRIBA, 2008, p. 85) compartilhados pelos grupos humanos, conforme suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade e geração.

“Determinada em última instância pelas relações de produção, nos remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho” (TIRIBA, 2008, p. 85). Ainda segundo a autora, no Brasil, diferentes culturas do trabalho (quilombolas, caiçaras, indígenas, etc.) sobrevivem, convivem e/ou se subordinam à cultura capitalista. Adverte que, a própria cultura do trabalho que se constrói na Economia Solidária também não escapa à subordinação aos processos de valorização do capital, sendo dependente da lógica do mercado.

As diferentes culturas do trabalho, mediadas pelos processos educativos, refletem em diferentes significados do trabalho. Sob perspectiva histórica, “a análise de uma determinada cultura do trabalho, em um determinado tempo e espaço histórico tem como requisito a capacidade de estabelecer relações e de compreender as mediações entre os aspectos objetivos e subjetivos da formação humana” (TIRIBA, 2001, p. 231).

A produção associada constitui-se em um espaço ímpar de produção de conhecimentos, ao invés de centralizar e dificultar o acesso dos produtores ao segredo do processo produtivo proporciona a articulação dos diferentes saberes dos trabalhadores (TIRIBA, 2001). Diferente da escola, nos empreendimentos desta natureza “não é necessário eleger o mundo do trabalho como princípio educativo; ele é princípio e, também, fim educativo, é fonte de produção de conhecimentos e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais” (TIRIBA, 2001, p. 210-211). Contudo, este espaço não substitui o espaço escolar, ao contrário, se complementam. Um espaço escolar que, a nosso ver, também eleja o trabalho como princípio educativo, crítico e democrática.

Gramsci (1982) também discute a educação dos trabalhadores associados, segundo o autor, ela objetiva a elaboração crítica da atividade intelectual constituída em cada um em determinado grau de desenvolvimento. Esta dinâmica transforma a relação existente entre o esforço intelectual-cerebral e o esforço físico, transformando-se no fundamento de uma nova e integral concepção de mundo. É um processo que está para além da simples apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores que, de acordo com Fischer e Tiriba (2009) se revelaram insuficientes no embate das experiências históricas autogestionárias contra a exploração e a degradação do trabalho. É necessária, segundo as autoras, a rearticulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos, permitindo aos trabalhadores compreender os sentidos do trabalho e avançar na construção de uma nova cultura do trabalho e de um novo projeto de sociedade.

“Evidentemente, o trabalho é o princípio educativo. O trabalho é, também, o fim educativo, no entanto não pode ser qualquer trabalho. *O fim educativo é a busca, pela práxis,*

de um novo trabalho, de um novo sentido para o trabalho e para a convivência humana”. (TIRIBA, 2001, p. 364, grifo da autora). Compreender o trabalho como princípio educativo implica em:

[...] compreender a importância fundamental do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano. Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da cultura de seu tempo. Trata-se, então, de, no processo de socialização, afirmar, o entendimento do meio de produção e reprodução da vida de cada ser humano – o trabalho – como um dever e um direito em função exatamente do seu caráter humano (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 751).

O processo educativo promovido pela produção associada em alguns momentos também pode conter elementos contraditórios, que Tiriba (2001, p. 213) chama de aspectos deseducativos em contraste com os aspectos educativos:

[...] compreendemos como ‘educativo’ as práticas de trabalho, como também os aspectos do processo de socialização e produção de conhecimentos e valores que possam ser considerados ‘bons’ para garantir a viabilidade econômica da unidade produtiva e/ ou o fortalecimento da colaboração, cooperação, solidariedade [...] Sendo a realidade contraditória, do ‘educativo’ também fazem parte as práticas que, na nossa concepção, são ‘deseducativas’ – ou seja, fortalecem os processos em que os segredos da gestão ficam em mãos de poucos, estimulam o egoísmo individual ou o egoísmo coletivo.

Ainda conforme a autora, se a pedagogia da produção associada porta elementos de uma nova cultura do trabalho e ao mesmo tempo da velha, no cotidiano do processo de trabalho, em muitos momentos prevalece a liberdade individual frente aos interesses do coletivo de trabalhadores, dando a propriedade de natureza coletiva um caráter de propriedade privada (TIRIBA, 2001). Como nos ensina Paulo Freire (1987), é o opressor introjetado no oprimido. Todos esses eventos deseducativos que podem surgir, de forma alguma, comprometem o potencial de uma nova pedagogia promovida pela produção associada, apenas referenda ao que foi tratado aqui anteriormente como a necessidade de formação continuada dos trabalhadores dos EESs autogestionários.

Analisar as dimensões educativas do trabalho associado implica em considerar as contradições da produção associada no seio da sociedade capitalista sob a ótica da totalidade histórico-social, na qual se dá atualmente um novo tratamento à questão social (TIRIBA, 2008). Muitas vezes elas são instrumentalizadas pelo sistema do capital dentro do contexto da reestrutura produtiva necessária à organização flexível. Nas palavras da própria autora, o

movimento da Economia Solidária é um campo de disputa, do qual participam e estão em confronto diferentes projetos societários. Dentro deste campo, as experiências de trabalho associado têm potencial para constituir-se em uma "escola" de produção de uma cultura do trabalho que, alicerçada nos princípios da autogestão, faça frente à lógica do sistema capitalista. Enquanto estiverem permeadas pelo sistema capitalista essas experiências, evidentemente, apresentarão limitações. Perseguir o propósito da sociedade dos produtores livres associados, proposta em Marx, implica na construção de processos educativos aliados a um projeto maior de transformação social (TIRIBA, 2008).

A pedagogia da produção associada tem como homogeneidade o fato de ter o trabalho como princípio e fim educativo. Ela, segundo Tiriba (2004), é construída a partir da diversidade de práticas solidárias dos setores populares, as quais refletem determinado estilo de associatividade, seja ele qual for. Como apregoa a autora, “não podemos nos referir-nos a *uma* pedagogia da produção associada, mas a *muitas pedagogias* que, em última instância, manifestam os projetos socioeconômicos e políticos de seus diferentes agentes e atores” (TIRIBA, 2001, p. 342, grifos do autor).

2.7 Uma Educação Unitária além do capital e pela reunificação da ciência com a técnica

Segundo Gramsci (1982), toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que lá ensinam. Isso faz com emergjam escolas de diferentes níveis, para diversos ramos profissionais ou para profissões já especializadas. Em que pese que atualmente em nosso sistema de ensino tenhamos uma educação básica, cujo papel deve ser uma formação geral dos indivíduos. Nesse contexto as escolas de formação profissional ainda apresentam uma perspectiva unilateralizada, objetivando a formação de mão-de-obra em seus diferentes níveis de formação.

Em sua proposta de Escola Unitária, Gramsci (1982) defende que devem ser criados os valores fundamentais do humanismo, desenvolvida a autodisciplina intelectual e autonomia moral, necessários para a especialização posterior, tanto a de caráter científico, como os estudos universitários, ou imediatamente prático-produtivo, como o trabalho nas indústrias. Deve ser uma escola criadora, porém não no sentido de inventores e descobridores, mas pela inovação e originalidade, obtida não mais por um programa escolar pré-determinado, mas pela investigação e produção de conhecimento. Para que isso se tornasse possível na prática, o

professor deveria assumir uma postura de guia, de orientador e a aprendizagem se daria mediante a um esforço espontâneo e autônomo do discente.

Compreende a escola democrática como algo que está para além de oportunizar ao trabalhador manual se tornar um trabalhador qualificado. Para ele as escolas, ao contrário, têm contribuído para sedimentar as diferenças sociais, quando muito, cria estratificações internas na classe trabalhadora. Um sistema escolar verdadeiramente democrático seria aquele que possibilitasse, indistintamente, a todos os cidadãos a possibilidade de tornar-se governante, caso desejasse, e que a sociedade o coloque nas condições gerais para fazê-lo. A “democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade” (GRAMSCI, 2004, p. 49-50).

Ainda que por um lado, a educação, enquanto prática social produz e reproduz relações culturais sociais e simbólicas (BOURDIEU; PASSERON, 1992), por outro, representa oportunidades e possibilidades para as transformações das relações sociais dominantes, quando práticas libertárias, reflexivas e emancipatórias são concretizadas (MARQUES, GOMES, 2012). Ao pensarmos e discutirmos o trabalho há que se considerá-lo como elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, a partir dela haverá a fusão completa entre ensino e educação. “Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças” (PISTRAK, 2002, p. 50). Contudo, conforme observam Tiriba e Picanço (2004), a educação não deve ser elevada à condição de bode expiatório do desemprego e da pobreza, sendo o conhecimento o elemento de mediação dos processos de construção e reconstrução do mundo.

Gramsci (1982) afirma o trabalho, enquanto atividade teórico-prática, como princípio educativo imanente à escola elementar, uma vez que a ordem social e estatal, conjunto de direitos e deveres, se introduz e pode ser identificada na ordem natural através do trabalho. A compreensão do equilíbrio entre a ordem social e a ordem natural sobre o fundamento da atividade teórico-prática do ser humano, o trabalho, possibilita uma compreensão do mundo liberta do conjunto de névoas e misticismo, bem como oferece o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo. Uma compreensão “do movimento e do *devenir*, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro” (GRAMSCI, 1982, p. 130-131, grifo do autor).

Dialogando com educação unitária criativa e reflexiva de Gramsci, Freire (1987) destaca que uma educação que se comprometa em ser libertadora, não pode se alicerçar em uma compreensão dos homens como seres vazios, que precisam ser enchidos de conteúdos pelo mundo, mas sim como corpos conscientes, com uma consciência intencionada do mundo. Deve ser orientada pela problematização dos homens em suas relações com o mundo, ou seja, um ato cognoscente. A concepção de uma educação para a liberdade, problematizadora, é reflexiva, que implica em um constante desvelamento da realidade. Além de buscar uma emersão das consciências de modo a resultar em uma inserção crítica dos sujeitos na realidade. Ela nega o homem e a mulher abstratos, desligados do mundo, assim como também nega o mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão autêntica proposta por essa concepção pedagógica da educação não é sobre um ser humano abstrato ou sobre um mundo sem homem e mulher, “mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa” (FREIRE, 1987, p. 40).

Uma educação que possibilite aos trabalhadores as condições de se tornarem senhores de seu trabalho demanda uma educação básica de qualidade que, sob a perspectiva da formação unitária, contribua para a rearticulação dos saberes fragmentados, “resultantes da *práxis* utilitária cotidiana; uma escola única, na qual a apropriação do conhecimento científico-filosófico se dá em consonância com os saberes construídos na produção da própria vida” (TIRIBA; PICANÇO, 2004, p. 26). Conhecimentos filosóficos e científico-tecnológicos a respeito do mundo da produção, da cultura e da vida em sociedade cujo acesso da grande maioria dos trabalhadores foi negado pela sociedade capitalista (TIRIBA, 2001).

Esses trabalhadores precisam ter o acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhes possibilitem sistematizar seu saber. Apesar dos processos produtivos serem inegavelmente uma grande escola para os trabalhadores, espaço onde “aprendem e produzem novos conhecimentos, habilidades e valores; no entanto, sua capacidade de criar é sufocada, ficando seu grau de qualificação ou desqualificação determinado pela forma como se organiza e se divide o trabalho” (TIRIBA, 2001, p. 198). Complementa afirmando que “Quando o horizonte dos trabalhadores é reapoderar-se do conhecimento que foi fragmentado e apropriado pelo capital, é condição *sine que non* a apreensão dos fundamentos filosóficos e científico-tecnológicos sobre o mundo do trabalho e da vida em sociedade” (TIRIBA, 2001, p. 224, grifo da autora). O que converge totalmente com a concepção da educação unitária de Gramsci.

A educação não é um negócio, é mais do que isso, é criação, por isso não deve ser reduzida ao papel de qualificar para o mercado, mas para a vida; uma educação que seja para

além do capital. Pensar em uma mudança educacional radical implica em desconsiderar outro caminho, que não seja rasgá-lo da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema (MÉSZÁROS, 2008). Para ele é preciso perseguir de forma planejada e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados.

Em que pese que os processos educacionais, nesta conjuntura socioeconômica e cultural, tenham o mercado e o capital como medida de tudo, a serviço do privilégio de poucos, a história vem ilustrando que eles podem converter-se em instrumentos de crítica em relação a essas relações sociais, promotores de “uma nova sociedade que afirme o ser humano como *medida de todas as coisas* e os bens do mundo como bens de uso de todos os seres humanos” (FRIGOTTO, 2002, p. 24, grifo do autor). O vislumbrar destas novas possibilidades, conforme o autor referendado demanda o combate ao ideário e os valores neoliberais e uma luta contínua para construir sociedades fundadas nos valores e princípios da igualdade, da solidariedade e da generosidade humana, posicionando a ciência, a técnica e os processos educacionais a serviço da dilatação da vida para todos os seres humanos.

Entretanto, pensar a Economia Solidária como proposta, dentre outras possibilidades, de uma outra economia, e conseqüentemente de novas relações de trabalho, entre trabalho e educação, não implica na idealização de um projeto econômico-social utópico, no sentido de que ela é o remédio capaz de curar todas as enfermidades e chagas abertas pelo sistema capitalista, mas fazer uma análise de suas possibilidades e limitações a partir das bases materiais objetivas de sua constituição, desenvolvimento e resultados. A Economia Solidária tendo como princípio fundante a autogestão, não comporta um projeto revolucionário radical, é uma alternativa, dentre outras. Porém uma alternativa, que pelas relações de trabalho e de produção autogeridas carrega a gênese pedagógica transformadora de pessoas, pode não transformar o mundo, mas transforma pessoas que tornam o mundo mais humano.

Lemes (2008), dialogando com Kraychete (2006) e Montchane (2007) e a partir da análise da realidade de 276 EES, de 54 municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, aponta que atingidos por uma crise estrutural do modo de produção do capital, os trabalhadores e trabalhadoras são empurrados para busca de alternativas não necessariamente revolucionárias. Grande parte deles atua informalmente, constituindo-se em espaços onde, de forma precária, seres humanos buscam a reprodução da vida e ainda que estejam alicerçados em princípios incompatíveis com a lógica do mercado, por uma questão de sobrevivência, se deparam em muitos momentos diante da necessidade de se moldar ao sistema econômico vigente, a ponto de não poderem ser facilmente diferenciadas das empresas comuns.

A própria divisão dos frutos do trabalho em alguns destes EESs é orientada pela lógica do produtivíssimo face às necessidades físicas e espirituais de seus associados/cooperados, lançam mão do trabalho assalariado ou ainda de prestadores de serviços. É uma economia marcada pela precariedade tanto do trabalho quanto moradia e consumo. Compreendendo que estas experiências emergem, sobretudo nas crises cíclicas do capitalismo, nas quais abrem espaço para diversas formas de organização do trabalho, diferentes do trabalho assalariado. Dessa forma, o autor conclui que não há garantias efetivas de que as contradições que a Economia Solidária apresenta com o capitalismo podem contribuir decisivamente para a superação do mesmo. Para ele o mercado é uma forma de realização econômica que se desenvolveu por uma decisão política, portanto os EESs devem lutar por uma regulação do mercado que lhes seja mais favorável, que demanda uma organização de todos os setores que são excluídos deste mercado e que igualmente buscam formas de se organizar, tanto política quanto economicamente, para garantir a reprodução da vida material de seus membros.

Em uma análise convergente, Rufino (2015) argumenta que alguns EESs têm conquistado ganhos de renda e ganhos para além do econômico e a possibilidade de superação das condições de precarização do trabalho e alienação impostos pelo capitalismo, porém em outras experiências os trabalhadores e as trabalhadoras vivenciam os resquícios da cultura capitalista em seu cotidiano comprometendo o desenvolvimento de sua autogestão e a prática dos princípios da economia solidária. Sobrevivem no mercado nas condições que a economia permite e submetidos à dinâmica do mercado do capital, não conseguem ser um projeto de emancipação política e/ou humana. Seu desenvolvimento e ampliação é em grande parte, regido e controlado pelo capital, orientado ao mínimo necessário para a sua sobrevivência. Tornam-se ambíguos e contraditórios à medida que abrem espaços de minimização de conflitos, proporcionando uma convivência pacífica dos trabalhadores marginalizados do mercado capitalista e que foram incluídos na Economia Solidária. Ela tem potencial, mas para que possa superar o modelo econômico hegemônico precisa construir uma melhor relação com os demais movimentos sociais e com o Estado para uma articulação na construção de um projeto estratégico que vá além do capital, se afirmando como processo de transformação social.

No próximo capítulo, a partir do contexto de sua constituição, histórico de desenvolvimento, orientação político-econômica, realidade do mercado onde estão inseridas suas contradições com o mercado do capital e suas próprias contradições internas, discutiremos quais relações de trabalho vêm sendo desenvolvidas entre os trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN e como tem se dado a relação trabalho e educação em seus diferentes espaços e tempos de produção de saberes.

CAPÍTULO III

DIMENSÕES EDUCATIVAS DO TRABALHO ASSOCIADO DESENVOLVIDO PELOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA COOPERTAN

Neste capítulo serão abordadas as relações entre trabalho e educação estabelecidas a partir da experiência do trabalho associado desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN. Descreveremos o surgimento da atividade de Catador no município de Tangará da Serra e como se deu a transição de uma perspectiva de sobrevivência individual para uma perspectiva de emancipação coletiva, bem como sobre as organizações que apoiaram os catadores neste processo. Apresentaremos ainda, como ocorre a organização do trabalho, atividades desenvolvidas, formas de obtenção e distribuição de renda, desafios, resistências e contradições na transição do trabalho individual para o trabalho coletivo. Apresentaremos os sujeitos que vêm construindo o seu mundo do trabalho a partir desta experiência, tendo a oportunidade de conhecer um pouco de suas histórias, traços característicos, bem como o que há de novo e o que permanece de velho nestas relações que vem sendo construídas e a concepção de trabalho e projeto de formação humana que eles têm estabelecido entre si nos espaços e tempos de trabalho, e em outros tempos e espaços do processo educativo.

3.1 O contexto da constituição da COOPERTAN

3.1.1 De uma perspectiva de sobrevivência individual para uma perspectiva de emancipação coletiva

A COOPERTAN é, sobretudo, a expressão de um dado momento da luta daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, buscam na atividade de Catador⁸ os meios necessários para a sua subsistência e de suas famílias no município de Tangará da Serra. Momento em que por

⁸Segundo dados do relatório de avaliação do PRONINC, Brasil (2011), dos 537 empreendimentos incubados pelas 54 incubadoras pesquisadas, 102 empreendimentos (16,29%) atuavam com serviços de coleta de reciclagem de materiais e 75% das incubadoras desenvolviam ações de incubação neste segmento, um número bastante representativo. Ao fazer uma análise crítica da cadeia produtiva do lixo Marotta (2013) diz que ela surge em um período de reestruturação produtiva onde o desemprego estrutural e a chamada crise ecológica passam a ter destaque no cenário político-econômico a partir do século XX. Segundo a autora, somente a partir da disponibilidade de um grande contingente de trabalhadores desempregados a ser convertidos em Catadores, que o setor da reciclagem passa a se estruturar no país. Argumenta ainda que o trabalho desempenhado pelo trabalhador/Catador se constitui em uma forma da acumulação por espoliação, por gerar mais valor para o capital. Para ela, o interesse da produção capitalista está na incorporação do trabalho não pago novamente ao produto. Sem essa incorporação vantajosa, a reciclagem não valeria a pena.

meio da produção associada, começam a delinear um agora, não mais um mercado de trabalho, mas um mundo do trabalho, dentro do contexto de uma outra economia. Embora esta cooperativa não tenha completado sua primeira década de existência, ela porta sujeitos, histórias, conquistas e desafios de um processo histórico de aproximadamente três décadas.

Longe de dar conta de saturar todos os eventos e sujeitos que fazem parte destas três décadas de história dos Catadores de Tangará da Serra, traremos aqui um breve relato dos eventos que, junto com os Catadores da COOPERTAN, elegemos os mais importantes nas histórias de vida dos diferentes sujeitos que fazem parte destas quase três décadas da atividade de Catadores de Tangará da Serra. Considerando as limitações de um trabalho dessa natureza, acreditamos trazer aqui os fatos mais relevantes para essa pesquisa.

O objetivo desse tópico é aprofundar as nossas discussões no que tange a relação trabalho e educação na COOPERTAN. Para tanto recorreremos aos trabalhos de Sguarezi, Lima e Borges (2009); Senger e Sguarezi (2011); Senger e Sguarezi (2010); Lima (2010); Senger (2008); Veronese, Sguarezi e Chavier Martins (2011) e Veronese (2009), além dos registros das atas, depoimentos dados nas entrevistas em profundidade e relatos informais dos agentes apoiadores pertencentes ao UNEMAT/NECOMT/IOCASS e à Prefeitura Municipal/NUPES.

Para compreendermos melhor o que é a COOPERTAN, seu papel socioambiental e econômico no município de Tangará da Serra, as razões de sua constituição, seus atores bem como as transformações engendradas, tanto no aspecto material quanto espiritual do trabalho, precisamos fazer uma retomada no tempo voltando quase três décadas. A trajetória dos sujeitos que constituem hoje a cooperativa, ou que deram uma contribuição significativa no processo de sua constituição⁹, remonta ao ano de 1988, quando um grupo de pessoas começou a desenvolver a atividade de separação de material para reciclagem em um antigo “lixão” da cidade de Tangará da Serra, onde os resíduos eram depositados de forma desordenada e sem qualquer tipo de separação. Estes Catadores ficavam expostos, ao sol, à chuva, à fumaça produzida na queima do material e outras intempéries próprias de um trabalho degradante a céu aberto, e num lixão. Era uma atividade laboral bastante precária e de alto risco¹⁰ de contaminação e ainda é, apesar de estarem numa cooperativa.

⁹Para maior aprofundamento sobre este processo sugerimos a leitura de SENGER, Neuri, E.; SGUAREZI, Sandro B. Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na Coopertan. **Territórios e Fronteiras** (Online), v. 3, p. 212-226, 2010. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/76/75>. Acesso em 30 maio 2012. ISSN 1984-9036.

¹⁰Uma melhor descrição do ambiente de trabalho, as condições insalubres e riscos aos quais estes trabalhadores estão sujeitos são apresentados no trabalho desenvolvido por MOREIRA, Jucinei Rodrigues. **Identificação dos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho da Cooperativa de Material Reciclável de Tangará da**

Os Catadores trabalhavam individualmente ou em pequenos grupos constituídos a partir de laços familiares e de amizade. Os sócios fundadores da COOPERTAN, na figura de seu primeiro presidente, o Senhor Edimilson de Oliveira Lobato, do Senhor Antônio Francisco, do Senhor Elvandro Lima Viana, da atual presidente Dona Eva Jacinta e outros Catadores que ali atuavam, vivenciaram essa realidade histórica porque trabalharam neste local, e em outros lixões, até chegarem ao Aterro Sanitário e depois à cooperativa.

Esses Catadores trabalhavam principalmente com a separação do plástico, das latinhas de alumínio e do cobre. Era comum em alguns momentos ocorrerem disputas e conflitos entre os Catadores ou grupos de Catadores, geralmente vinculados a um grupo familiar. O material era separado, pesado e vendido para atravessadores da região. Conforme os Catadores, o material tinha muita impureza o que diminuía significativamente o seu valor comercial imprimindo-lhes uma baixa remuneração e afetando a sua renda, que na época não chegava a meio salário mínimo.

Essa realidade persistiu por uma década, no chamado “Lixão do Giroto”. Em 1997, o lixão da cidade foi transferido para as proximidades do córrego Ararão que dá o nome para aquela localidade, que também é conhecida pelos Catadores da época como o “Lixão do Ararão”. Entretanto, a mudança de local não proporcionou melhoria nas condições de trabalho, ao contrário, novas dificuldades foram impostas àquelas pessoas para continuarem buscando os meios de sua subsistência. Devido à distância, 10 quilômetros do centro da cidade, alguns precisavam contar com a sorte de conseguir carona para ir para o local de trabalho e para voltar, outros, quando dispunham dos meios para isso, faziam este trajeto diariamente de bicicleta. O local não proporcionava nenhuma infraestrutura para os Catadores, tampouco estava em conformidade com a legislação. Todo o lixo do município era jogado sem nenhum tipo de critério ou separação, como era o caso do lixo hospitalar, lixo doméstico, entulhos, dentre outros.

Depois de permanecerem por sete anos trabalhando neste local, os Catadores novamente a partir de circunstâncias alheias aos seus interesses ou possibilidade de intervenção, se encontram diante de uma nova necessidade de alteração da configuração de suas condições de produção a existência material. Devido ao grande número de reclamações dos moradores das imediações do “lixão do Ararão” e da intervenção do Ministério Público, o município precisou fechar este lixão e adquirir uma área para ser utilizada como Aterro Sanitário para destinação final do lixo recolhido na cidade. Assim, em 2004 foi implantado o Aterro Sanitário

municipal segundo os modelos e padrões requeridos pelas novas legislações ambientais daquela época. A área adquirida para o Aterro Sanitário localiza-se na estrada São José, Zona Rural, logo após o balneário São José, aproximadamente 08 quilômetros do centro da cidade e passou a funcionar a partir do dia 05 de novembro de 2004.

Percebe-se que a história desses trabalhadores espoliados acompanha a trajetória da gestão dos resíduos sólidos do município. Com a construção deste Aterro Sanitário, os Catadores precisaram se deslocar novamente para um novo local de trabalho. Porém, desta vez, o local apresentava melhorias significativas, pois estava coerente com as normas e exigências de segurança e sustentabilidade ambiental. Mas, para os seres humanos que sobreviviam daquele trabalho degradante, pouco, ou quase nada se alterou. O avanço se deu porque a Prefeitura Municipal, por meio do SAMAE construiu, dentro do aterro, um barracão com dois banheiros, implantou rede de energia elétrica, perfurou poço artesiano e adquiriu uma prensa para os Catadores. Também foi instalada uma balança para pesar o material. Entretanto, na visão destes trabalhadores o maior problema continuava sendo o deslocamento até o local de trabalho, devido à grande distância da cidade, mais distante ainda dos bairros periféricos onde eles residiam. Para o seu deslocamento os Catadores dependiam de carona precária, na carroceria de caminhões, outros faziam o trajeto de bicicleta ou, em último caso, até a pé.

Com a implantação do Aterro Sanitário, o SAMAE, autarquia municipal responsável pela coleta e destino dos resíduos sólidos urbanos em Tangará da Serra, em 2005 lançou o “Programa Tangará Recicla”. O programa teve como objetivo implantar a coleta seletiva que atualmente contempla todo o território urbano do município e o distrito do Progresso. Com o início do Programa Tangará Recicla foi possível estimular a criação da COPERTAN. Isso fez com que melhorasse a qualidade do material que chegava ao barracão do Aterro Sanitário, diminuindo assim a necessidade de trabalho direto de separação lá no Aterro. Agora o material reciclado parcialmente chegava à célula de Catadores. Isso contribuiu para a promoção de condições de trabalho e de subsistência um pouco mais dignas para estes trabalhadores.

Contudo, para que os Catadores pudessem contratar com a Prefeitura por meio do SAMAE e fazer o trabalho de coleta seletiva no município, era necessário que constituíssem uma pessoa jurídica que reunisse todos eles. Assim, é imposta aos Catadores uma nova demanda, a de que os trabalhadores individuais e os reunidos em pequenos grupos, vinculados por parentescos ou por amizade, passassem a produzir coletivamente, formal e juridicamente. Assim, todas as tentativas de se organizarem para produzir de forma associada não partiram necessariamente de um interesse destes trabalhadores, ao contrário, como veremos mais à frente, muitos deles se posicionaram contra, apresentando grande resistência e se desligando

desta atividade econômica. Foi uma questão de sobrevivência, pois se não o fizessem, não poderiam continuar desenvolvendo sua atividade com o necessário apoio do poder público.

A primeira experiência empreendida pelos Catadores ocorreu já no início do ano de 2005, quando foi fundada a Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra (COOPERAT), sua assembleia de fundação ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2005. Teve como presidente eleito o Senhor Elvandro Lima Viana e um número de 25 cooperados. Segundo ele, uma ata chegou a ser lavrada, mas foi destruída ao ter sido molhada pela chuva, e por isso não foi registrada. Entretanto, a experiência cooperativista chegou até ser noticiada em um dos jornais de maior circulação da cidade, o Diário da Serra, como um exemplo de sucesso.

Como a experiência não foi legalmente formalizada nos órgãos competentes, os Catadores tentaram ainda no ano de 2005, a constituição de uma nova organização coletiva. Desta vez trilharam o caminho da constituição de uma associação, e em 17 de julho de 2005 foi formada a Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra (ASCAMARTAS). O processo foi conduzido pelo Conselho Tangaraense de Associações Comunitárias (CONTAC), na figura do seu Presidente, o Senhor Sebastião de Oliveira Pinto. Foi eleita por aclamação a chapa única tendo como presidente a Senhora Eliandra Rigo Sordi. Ela chegou, posteriormente, a participar da fundação da COOPERTAN, atuando inclusive no Conselho Fiscal, mas se desligou no início de 2012. Diferentemente da experiência anterior, a ASCAMARTAS chegou a ser registrada oficialmente, o registro ocorreu no dia 09 de agosto de 2005 com um quadro de 23 associados. Entretanto, a experiência não prosperou. Segundo o Senhor Elvandro, membro da diretoria da associação na época:

Aí em 2005, quando nós criamos a ASCARMATAS, registrou ela em livro de ata, certinho. Ai nós trabalhamos na ASCARMAT em 2005 até dia 12 de julho de 2007 [...]na época da ASCARMATAS, teve muita dificuldade porque a gente tinha pouco apoio. Nós não tínhamos ainda parceiros, igual nós tivemos na COOPERTAN, nós não tínhamos parceiros com UNEMAT, nós tinha simplesmente o apoio da Câmara de Vereadores na época. E mesmo assim nós conseguiu com a cooperativa, apesar dos muitos problemas para reunir, formalizar o grupo. Tinha muitas pessoas que, às vezes, estavam ali e não aceitava, queria trabalhar individual, mas nós conseguimos, eu mais a Eliandra, que era presidente na época, Maria Gomes que era diretora operacional da ASCARMATAS, seu Luís que era tesoureiro nós consegui levar, até 2007, a associação com algumas dificuldades

Diante dessa experiência não exitosa da associação os Catadores voltaram a pensar na organização de uma cooperativa, uma vez que foram informados que esta forma de empreendimento poderia trazer algumas facilidades, como acesso a crédito e melhoria na comercialização. Foi aí que os Catadores procuraram o La Comuna – Sociedade Alternativa para dialogar, visto que essa instituição tinha como prática apoiar a organização de associações

e outras iniciativas coletivas. Nesse período, se inseriu no processo o Banco do Brasil S/A através do Programa DRS. A UNEMAT/NECOMT foi procurada pelo SAMAE e parceiros do DRS ainda em 26 de outubro 2005 para criar a cooperativa, com o objetivo de resolver o problema do SAMAE que, para ter aprovada a Licença Ambiental do Aterro Sanitário, tinha que retirar os Catadores do local. Segundo o professor Sandro Benedito Sguarezi:

Apesar das várias iniciativas anteriores dos Catadores, a primeira demanda para a criação da Cooperativa surgiu do Programa DRS e do SAMAE. A UNEMAT/NECOMT (eu), e o professor da Vitor da Biologia fomos convidados para participar de uma reunião na sede do SAMAE. Lá estavam o diretor do SAMAE, na época o Senhor Jefferson, o secretário de Meio Ambiente Décio Siebert, o vereador Pedrinho – representando a Câmara de Vereadores – que apenas se apresentou, pediu licença e foi embora. E o representante do Programa DRS do Banco do Brasil S/A de Tangará da Serra-MT, funcionário do banco e também professor da UNEMAT José Pereira Filho. Porém, não tinha nenhum Catador na reunião. O posicionamento da UNEMAT/NECOMT foi de que sem a participação dos Catadores na construção do processo o Núcleo não participaria do projeto e a reunião terminou ali. Porque o poder público não aceitou bem essa ideia.

Posteriormente, já em 2006, houve outra reunião articulada pela Sociedade Alternativa La Comuna em conjunto com lideranças dos Catadores. De acordo com Sguarezi participaram da reunião:

O Edinho (Edson Vicente da Costa) do La Comuna, uns três Catadores e o professor José Pereira Filho coordenador do DRS. Nessa reunião foi deliberado que professor José Pereira Filho iria institucionalizar o projeto do DRS pelo NECOMT na UNEMAT. Foi aí que os Catadores demandaram o apoio institucional da incubadora da universidade. Vale ressaltar que além do Edinho, eu e o José Pereira, também éramos, e ainda somos, sócios do La Comuna. Isso facilitou o processo de diálogo junto aos Catadores. Dessa vez foram eles, os Catadores que demandaram o apoio para a criação da Cooperativa

Na verdade, os Catadores perceberam que se não se organizassem seriam excluídos totalmente do processo. Porém, não eram todos que pensavam assim. Muitos foram contra a criação da cooperativa. Mas como o diálogo foi sendo construído dentro de metodologias da Educação Popular e utilizando ferramentas da UNITRABALHO, o processo de incubação se tornou possível. O projeto DRS foi institucionalizado na UNEMAT pelo NECOMT em 2006.

Em junho de 2006, vinte e uma pessoas aprovaram a primeira tentativa de criação da cooperativa, aprovaram o estatuto e encaminharam para o registro na Junta Comercial. Entretanto, o processo não foi aprovado e foi devolvido indicando sete itens a serem retificados para posterior encaminhamento. As anotações apresentadas no parecer da Junta Comercial em 27 de março de 2007, apesar de aparentemente não muito complexas, deixaram os Catadores frustrados, pois não estavam familiarizados com os conhecimentos técnicos e burocráticos dos trâmites. Salvo algumas exceções, a grande maioria dos cooperados apresentava dificuldade

com relação à produção e interpretação textual. Frente a este contexto, o atendimento a estas exigências burocráticas se mostrou um desafio ainda maior para estes atores sociais.

Entretanto, os Catadores precisariam, de maneira conjunta e dialógica com as organizações parceiras da iniciativa, aprender com o processo. Após reuniões entre o grupo, acharam por bem abandonar aquele processo e dar início a uma nova experiência. As experiências não exitosas deixaram um aprendizado. Esse aprendizado foi importante para superar os problemas e, dessa vez foi concluída com êxito criação da Cooperativa. Pelo que foi possível perceber foram realizadas muitas reuniões para construir parcerias que efetivamente colaboraram para criar a cooperativa. Essas reuniões tentavam delimitar o papel institucional de cada parceiro e coube a UNEMAT/NECOMT o papel de liderar esse conjunto de instituições no diálogo com os Catadores para a criação da cooperativa.

Assim, finalmente no dia 12 de julho de 2007, no plenário Vereador Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra, foi então fundada a COOPERTAN, com sede no Aterro Sanitário e contando com a participação de 22 cooperados. Sob a diretoria do Senhor Edmilson de Oliveira Lobato, foi eleito um Conselho de Administração, incumbido de providenciar o registro da formalização da cooperativa. A cooperativa foi constituída sob a seguinte denominação e princípios:

Art. 1º - Sob a denominação de COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA, ESTADO DE MATO GROSSO — (COOPERTAN), fica constituída, em data de doze (12) de julho de 2007, com sede no Aterro Sanitário, localizado na Estrada do São José, Zona Rural, em Tangará da Serra-MT. Esta sociedade cooperativa rege-se pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão, da educação e sócio-economia solidária, da sustentabilidade e por este Estatuto Social (COOPERTAN, 2007, p. 1).

Nesse intervalo foi colocado em execução o Programa Tangará Recicla e em 2008, o SAMAE locou um barracão fora do Aterro Sanitário para ceder à cooperativa, inaugurando a Central de Materiais Recicláveis da Coleta Seletiva do município, onde os cooperados passaram a desenvolver as suas atividades. Por razões legais para o licenciamento do Aterro Sanitário, questões de risco à saúde e de segurança ambiental foi solicitado à cooperativa que saíssem do Aterro Sanitário. Em abril de 2008 a sede foi transferida para esta Central. Entretanto, como os materiais entregues eram insuficientes para gerar renda para todos os cooperados, muitos continuaram indo até o aterro, mesmo sendo proibidos pelo município e pelo Ministério Público/justiça. Os Catadores traçaram uma estratégia, 50 % ficaram trabalhando no Aterro Sanitário e os outros 50% no barracão. Isso se deu até o momento em que o Programa Tangará

Recicla foi implementado em todo o município e passou a fornecer material em quantidade suficiente para garantir a renda mínima para os Catadores.

Apesar de no plano prático o apoio do SAMAE aos Catadores ter se iniciado ainda de forma incipiente em 2004, até o ano de 2008 inexistia um ato do poder executivo legalizando essa parceria, assim como se carecia de uma autorização para a COOPERTAN explorar os serviços de separação, beneficiamento e venda dos resíduos sólidos do município. Foi com o apoio do NUPES que o executivo municipal, em conjunto com as organizações apoiadoras, buscou os meios legais para isso. A concretização desta possibilidade se deu em virtude do que dispõe Lei Federal 8.666/1993 de 21/06/1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da administração pública. No artigo 24 da referida lei que trata dos casos em que é dispensável a licitação, especificamente no seu inciso XXVII, atesta que é dispensável a licitação:

XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (Redação dada pela Lei 11.445, de 2007) (BRASIL, 1993, s/p).

A dispensa de licitação, que autorizava a concessão para exploração dos serviços públicos de recebimento, processamento, reciclagem e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com coleta seletiva de lixo, foi publicada no dia 17 de novembro de 2008. Outra ação desenvolvida pela cooperativa em conjunto com as organizações parceiras foi pleitear junto ao poder público, a sua declaração de Utilidade Pública, a fim de possibilitar a realização de convênios com o município e visando viabilizar projetos junto a FBB pelo Programa DRS vinculado ao Banco do Brasil. A indicação na Câmara Municipal foi feita pelo Vereador Emerson de Andrade. O projeto tramitou, foi aprovado e em 13 de novembro de 2008 o então prefeito, Júlio Cesar Ladeia, sancionou a Lei 3015/2008, que declara a COOPERTAN como sendo de Utilidade Pública.

Outra conquista, segundo Lima (2010), foi que após conseguir regularizar todas suas pendências burocráticas ligadas principalmente a impostos, a partir do mês de janeiro de 2009 foi possível a assinatura junto ao SAMAE, de um contrato que possibilitou à cooperativa a aquisição de um caminhão para auxiliar na logística de seu trabalho e iniciar o trabalho de coleta, que até então era feito somente com um caminhão do SAMAE. Esse contrato, depois de

vários aditivos, proporcionou ao grupo condições para que a coleta seletiva passasse a ser desenvolvida em todo o território urbano do município a partir do dia 02 de março de 2010.

Entretanto, a partir do mesmo ano, a COOPERTAN passa a vivenciar um processo que a deixou bastante fragilizada em vários aspectos, mas, sobretudo quanto à sua sustentabilidade econômica¹¹. Na metade do segundo semestre de 2009 foi eleita uma nova Diretoria, entretanto o Diretor-Presidente, no desempenho de sua função passou a privilegiar os seus interesses pessoais frente aos interesses do coletivo e as demandas da cooperativa, segundo relatos dos próprios cooperados. Neste período, houve problemas com transparência e irregularidades nas prestações de contas, atrasos e significativa redução no valor da distribuição das sobras, e isso sucedeu em um acúmulo de dívidas. Foi um retrocesso muito grande no histórico da COOPERTAN, neste processo chegou-se a tirar em assembleia, no ano de 2011, uma comissão interna de auditoria composta pelo Conselho Fiscal, por outros três cooperados, um representante do NUPES e uma representante do NECOMT/UNEMAT para apurar a realidade financeira e dar os encaminhamentos necessários. Em outro momento, houve inclusive a votação em assembleia para deliberar sobre o afastamento de seu Diretor-Presidente e por uma diferença de apenas 2 votos eles decidiram pela sua permanência, desde que atendesse a alguns encaminhamentos estabelecidos.

Posteriormente, ao não honrar os compromissos assumidos diante do coletivo e das cobranças, ele, de certa, forma foi obrigado pelos seus pares (inclusive foi denunciado para o Ministério Público) a deixar o cargo e convocar novas eleições, realizadas no mês de julho, quando foi eleito como Diretor Operacional. Segundo relatos dos próprios Catadores e membros das organizações parceiras inseridas neste processo, em que pese que outro Catador tenha assumido o cargo de Diretor-Presidente da cooperativa, pela sua articulação política e conhecimento do mercado de resíduos sólidos, o agora Diretor Operacional é quem exercia a liderança dos trabalhos de fato, principalmente quanto à gestão e comercialização. Diante das irregularidades constatadas na época de sua presidência (apontadas pelo relatório do Ministério Público) o Catador em questão optou por se desligar do coletivo de cooperados em 2011. E se não o fizesse, teria sido excluído, visto que ficou comprovado que sua gestão fraudulenta prejudicou muito a cooperativa e seus sócios. Tanto que em dezembro de 2011 a COOPERTAN

¹¹É importante ressaltar que nessa época, entre 2009 e 2010, devido ao afastamento dos coordenadores do processo de incubação da UNEMAT/NECOMT para qualificação a nível mestrado e doutorado e também pelo afastamento do coordenador do NUPES para qualificação de doutorado, a COOPERTAN ficou sem o apoio dessas instituições. O que mostra a importância da continuidade do processo de incubação. Chama à responsabilidade tanto a prefeitura/NUPES, como a Universidade UNEMAT/NECOMT que institucionalmente não garantiram a continuação do processo.

não pôde renovar o contrato de prestação de serviços da coleta seletiva no município porque não conseguiu apresentar as certidões negativas necessárias para atender as exigências básicas de contratação com o poder público. No período de 01 de janeiro até 31 de março de 2012, a coleta seletiva foi realizada pela empresa particular Compacta Ltda. Só em abril de 2012 que COOPERTAN retoma o contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com o SAMAE.

Apesar de todos esses problemas isso fortaleceu o coletivo que, em fevereiro de 2012, elegeu uma nova diretoria, composta apenas por mulheres Catadoras. A Diretoria e o Conselho Fiscal foram compostos principalmente por aqueles que informalmente conduziram os trabalhos de reorganização da cooperativa. Aqueles que exerceram papel de liderança dos cooperados no processo de transição e superação da crise provocada pela gestão anterior. Foi um processo bastante delicado, pois em que pese que a gestão anterior tivesse conseguido um reajuste no contrato da prestação de serviços junto ao SAMAE, as dívidas acumuladas consumiam grande parte das sobras imprimindo uma baixa renda aos Catadores. Entretanto, a UNEMAT/NECOMT/IOCASS e o NUPES, neste período, estabeleceram um diálogo muito próximo com os Catadores, auxiliando seja na formação continuada, seja por meio da interlocução com o poder público ou ainda auxiliando no atendimento das demandas emergentes e dialogando constantemente com o quadro gestor.

Essa Diretoria contratou um administrador e junto com ele assumiu compromissos de recuperar a credibilidade da cooperativa, negociou a dívida com fornecedores, com diferentes órgãos do estado, dentre eles a Receita Federal, e mesmo com os sócios, que perdoaram 50% da dívida, abrindo mão dos direitos de parte de suas retiradas. Esse foi um processo que deixou uma dívida financeira, mas deixou um aprendizado importante: participar da direção da Cooperativa com mais intensidade era fundamental, isso impulsionou a autogestão.

Em maio de 2011, os trabalhadores da COOPERTAN tomaram uma decisão muito importante no fortalecimento da categoria no estado de Mato Grosso. Orientados pela UNEMAT/NECOMT e pela IOCASS decidiram elaborar um projeto para concorrer ao Edital de Chamamento Público 001/2011, referente ao projeto Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para Coleta, Transporte e Comercialização de Materiais Recicláveis - Logística Solidária Cataforte da FBB. Esse projeto não foi aprovado, mas esse foi o primeiro passo, e talvez o mais importante para a constituição da Rede CATAMATO que reúne outras organizações de Catadores e desenvolvem um trabalho de “Logística Solidária” no estado de Mato Grosso. Assim, em 2012, a COOPERTAN foi a proponente do Projeto da Rede CATAMATO para a FBB atendendo o Edital de Chamamento Público N.º 001/2012 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES, com a apresentação de uma proposta relativa à

ação de “Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para Coleta, Transporte e Comercialização de Materiais Recicláveis – Logística Solidária Cataforte”, voltada diretamente às Cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com intuito de formação ou fortalecimento de redes, que foi aprovada em primeiro lugar no âmbito nacional.

A Rede CATAMATO é o resultado da aproximação e articulação da COOPERTAN com outros empreendimentos constituídos por Catadores, com os representantes do MNCR no estado de Mato Grosso e do apoio das Incubadoras Universitárias Arca Multincubadora, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a IOCASS pela UNEMAT, além das parcerias com Votorantim-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Programa Redes e da FBB, e do Programa Cataforte II – Logística Solidária. Ela foi criada no dia 18 de julho de 2012, envolvendo inicialmente três empreendimentos, a COOPERTAN, a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG) e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR).

Dentre os seus objetivos, esta rede busca congrega cooperativas e associações de Catadores de Resíduos Sólidos do estado de Mato Grosso que atuam nos serviços de coleta seletiva, da reciclagem, da triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis, visando à produção e a comercialização de bens e o aproveitamento de materiais reciclados de forma coletiva e que atuem com base na autogestão e nos princípios da Economia Solidária. Objetiva também unir os Catadores, dentro da competência profissional, na sua área de ação para, com base na colaboração recíproca entre esses EES que se obrigam, promover a mais ampla defesa dos interesses dos Catadores Sócios Cooperados da Rede CATAMATO visando a geração de trabalho, renda, a melhoria da qualidade de vida e sua formação técnica e política, bem como a preservação do meio ambiente pela sócio-inclusão produtiva dos Catadores do estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO, 2012).

Na madrugada de 12 para 13 de maio de 2013 os Catadores têm a sua persistência e coesão submetida a uma nova prova. Um incêndio de grandes proporções destruiu todo o barracão e junto com ele tudo o que havia dentro. Os cooperados perderam os materiais recicláveis coletados e o equivalente a quatro cargas de materiais já prensados prontos para comercialização (PET, Tetra Park, papelão e outros plásticos), quase 10 mil reais em dinheiro que estava reservado no cofre para pagar o aluguel do barracão¹² e remunerar os coletores. Durante o incêndio foram destruídos: duas prensas, um elevador e um caminhão de coleta de

¹²Em 13 de maio de 2016, foi impetrada na Comarca de Tangará da Serra-MT, contra a COOPERTAN e solidariamente o SAMAE, uma Ação Indenização por danos materiais e lucros cessantes com pedido de antecipação de tutela no valor R\$ 327.512, 50.

materiais recicláveis. Esta situação forçou a volta para o Aterro Sanitário, até que conseguissem outro local apropriado para desenvolverem as suas atividades. Dois dias após o ocorrido, a cooperativa já estava fazendo a coleta normalmente, a partir de um caminhão alugado e deu continuidade a seus trabalhos, agora no Aterro Sanitário. Por deliberação do coletivo, a COOPERTAN também comprou um ônibus usado para transportar os Catadores até o local de trabalho. Este foi um marco de demonstração de superação e resiliência na sua história.

Permaneceram trabalhando nas imediações do Aterro Sanitário até maio de 2014, quando mudaram suas instalações para um barracão localizado na Rodovia MT 358, Chácara 05, Zona Industrial, bairro Jardim Aeroporto. Quando realizamos o trabalho de campo desta pesquisa, a COOPERTAN estava funcionando neste local, em outros momentos traremos uma melhor descrição dele. Inclusos ao barracão, os cooperados puderam contar com a utilização de uma balança eletrônica, um elevador de carga e um trator motocana para auxiliar na realização de atividades que exigiam maior esforço físico como o carregamento de material prensado ou de *bags* de rejeitos.

Em abril de 2015, a COOPERTAN em conjunto com as demais organizações componentes da Rede CATAMATO foram contempladas com a entrega de dois caminhões, sendo um Truck e o outro um caminhão $\frac{3}{4}$ oriundos de um recurso no valor de R\$ 350.000,00 aprovados no edital do Programa Cataforte II – Logística Solidária da FBB.

Em agosto do mesmo ano, a Câmara de vereadores, a pedido da Prefeitura Municipal via NUPES e forte apoio e articulação da UNEMAT/NECOMT/IOCASS, aprovou a doação de um terreno para o EES no Alto da Boa Vista, região distante cerca de 5 quilômetros do centro da cidade. Entretanto, um dos grandes desafios é a reunião de recursos para realizar a construção da estrutura no local. Motivados principalmente pelos altos custos do aluguel do barracão onde estavam instalados, que consumia grande parte das sobras, os Catadores decidiram buscar um imóvel com custos mais baixos até conseguirem se mudar para o prédio próprio. Assim, em abril de 2016 há novamente uma transferência da sede da COOPERTAN, desta vez para um barracão instalado na Vila Esmeralda.

Em novembro de 2015, auxiliados pelo Centro de Apoio e Formação (CEA), no dia 11 do referido mês, os cooperados se reuniram para formação e criação do Fundo Rotativo Solidário da COOPERTAN, a partir de uma demanda levantada por uma cooperada no mês de julho e acatada pelos demais. Nesta mesma data já criaram e elegeram a Diretoria responsável pela coordenação dos trabalhos do fundo. Em 09 de janeiro de 2016, dando continuidade aos trabalhos, houve a discussão e aprovação do Regimento Interno do Fundo do Crédito Rotativo da COOPERTAN, que foi batizado pelos cooperados pelo nome de Fundo CAJA (Catadores

Andando Juntos Ambientalmente). O caixa inicial foi um valor de R\$ 900,00 da venda de alguns ares-condicionados e ficou definido que cada cooperado daria uma contribuição mensal de R\$ 2,00. A COOPERTAN, enquanto cooperativa, já participava de um fundo rotativo solidário, denominado Fundo Rotativo Solidário Unidos Vivendo em Ação (FRS-UVA), formado por ela e outros cinco empreendimentos de Economia Solidária do município. Em junho de 2015, o UVA ganhou o I Prêmio BNDES de boas práticas em Economia Solidária no valor de R\$ 50.000,00.

Outra conquista importante em 2015 foi a aprovação do Projeto de Institucionalização e Fortalecimento da Rede CATAMATO. Tendo a COOPERTAN como proponente, junto a Cáritas Brasileira e a União Europeia pelo Projeto Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil-Edital de Chamamento Público de Projetos para fomentar a gestão e a estruturação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

A seguir apresentamos um quadro síntese com o registro dos principais marcos históricos vivenciados pela COOPERTAN, seus atores e aqueles que, ainda que não estejam na cooperativa hoje, ou que não tenham participado da mesma, são a expressão de um movimento de luta dos Catadores no município de Tangará da Serra. Uma luta que se iniciou com o objetivo da subsistência mínima necessária para a sobrevivência e que hoje vislumbra outras possibilidades como a formação e emancipação destes sujeitos pelo trabalho de Catador.

Quadro 7 – Marco histórico dos principais eventos relacionados à COOPERTAN e os Catadores de Tangará da Serra-MT

MOMENTO	DESCRIÇÃO
Ano de 1988	Início das atividades de alguns Catadores no Lixão de Tangará da Serra
Ano de 1997	Transferência do lixão e dos Catadores para a região do Ararão
Ano de 2004	Inauguração do Aterro Sanitário de Tangará da Serra e mudança das atividades dos Catadores para este local melhorando sua estrutura e material de trabalho
Ano de 2005	Lançamento do Programa Tangará Recicla
Ano de 2005 (fevereiro)	Fundação da Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra (COOPERAT)
Ano de 2005 (julho)	Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra (ASCAMARTAS)
Ano de 2006 (junho)	Primeira tentativa de constituição da COOPERTAN
Ano de 2007 (12 de julho)	É fundada a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN)
Ano de 2008 (abril)	A cooperativa sai do Aterro Sanitário e vai para a Central de Materiais Recicláveis da Coleta Seletiva de Tangará da Serra
Ano de 2008 (novembro)	É publicada a dispensa de licitação, autorizando a concessão para exploração dos serviços públicos de recebimento, processamento, reciclagem e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com coleta seletiva de lixo pela COOPERTAN

Ano de 2008 (novembro)	Declaração da COOPERTAN como uma Cooperativa de Utilidade Pública
Ano de 2010 (janeiro)	A COOPERTAN assina um contrato com o SAMAE garantindo a coleta seletiva em todo o território urbano do município de Tangará da Serra.
Anos de 2010 a 2012	Período conturbado marcado por acúmulo de dívidas, irregularidades na gestão, atraso no pagamento das sobras e baixo valor das mesmas
Ano de 2012 (fevereiro)	Eleição de uma nova diretoria e uma retomada da organização administrativa e operacional da cooperativa
Ano de 2012 (julho)	Criação da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (Rede CATAMATO), em conjunto com outras duas organizações
Ano de 2013 (maio)	Incêndio no barracão queimando caminhão, todos os equipamentos e material pronto para comercialização e a necessidade de retorno para o Aterro Sanitário
Ano de 2014 (maio)	Mudança da sede da cooperativa para um novo endereço
Ano de 2015 (abril)	Recebimento pela Rede CATAMATO dos caminhões obtidos a partir do Programa Cataforte II – Logística Solidária da Fundação Banco do Brasil
Ano de 2015 (junho)	Conquista do I Prêmio BNDES de boas práticas em Economia Solidária
Ano de 2015 (agosto)	Obtenção do terreno para a construção da sede própria.
Ano de 2015	Aprovação do Projeto de Institucionalização e Fortalecimento da Rede CATAMATO.
Ano de 2016 (janeiro)	Criação do Fundo Rotativo Solidário CAJA (Catadores Andando Juntos Ambientalmente).
Ano de 2016 (abril)	Transferência da sede da COOPERTAN para um novo barracão, permanecendo até o presente momento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir das produções acadêmicas, atas de assembleias e reuniões, entrevistas com os cooperados e membros das organizações apoiadoras da cooperativa.

Como se pode perceber, a partir dos relatos que dão os contornos da atuação histórica dos Catadores no município de Tangará da Serra, a constituição e desenvolvimento da cooperativa se deram principalmente a partir da aproximação dialógica, articulação e atuação prática em conjunto com outras organizações da sociedade civil e/ou da esfera pública. Retomando Tiriba (2001), podemos compreender que são os sujeitos constituintes deste empreendimento que imprimem a sua identidade, todavia, em muitos momentos essa identidade e estratégias de ação estão diretamente alinhadas com o conjunto complexo de interesses que orientam os seus agentes apoiadores e a sua totalidade. Assim, na sequência, retomaremos alguns pontos destes marcos históricos a partir da dinâmica das relações da COOPERTAN com a política pública municipal de Economia Solidária instituída.

3.1.2 A Política Pública de Economia Solidária em Tangará da Serra

Como já discutido anteriormente, a iniciativa de buscar constituir-se enquanto uma organização coletiva para produzir associativamente não foi um protagonismo dos Catadores do Aterro Sanitário de Tangará da Serra, mas uma demanda do poder público. O

estabelecimento de uma rede de parcerias e articulação com outros EES também se deu inicialmente a partir da busca de aproximação destes parceiros em potencial, preocupados com a situação daqueles Catadores. A Câmara Municipal teve como atribuição elaborar lei específica que garantisse concessão para que a cooperativa, já constituída a partir de meados de 2007, pudesse desenvolver as atividades de trabalho, o que garantiu a estabilidade e sustentabilidade legal necessária para a implementação deste projeto. Como já tratado anteriormente, o resultado foi a dispensa de licitação, autorizando a concessão para exploração dos serviços públicos de recebimento, processamento, reciclagem e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com coleta seletiva de lixo pela COOPERTAN e sua declaração como uma organização de utilidade pública. O SAMAE tem contribuído desde então na implementação da política de coleta seletiva no município firmando contrato com a COOPERTAN para a realização deste trabalho.

A implantação do programa Tangará Recicla, o fomento das primeiras ações embrionárias que possibilitaram o surgimento da COOPERTAN, bem como a constituição da rede de parceiros se deu em um contexto de implementação de uma política pública de Economia Solidária no município de Tangará da Serra. Ao mesmo tempo em que houve uma mobilização da sociedade civil junto aos Catadores, o poder público criou as condições políticas necessárias para o fomento da Economia Solidária no município, o que contribuiu para o desenvolvimento não somente da cooperativa, mas também de outros empreendimentos. Em dezembro de 2005, Tangará da Serra se torna o primeiro município mato-grossense a instituir uma lei municipal de Economia Solidária, a Lei nº 2.460/2005, que institui a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária no Município de Tangará da Serra, e dá outras providências. A política municipal de fomento à economia popular integra a política de desenvolvimento municipal de Tangará da Serra, e visa o fomento às empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão que compõem o setor da economia popular solidária, incentivando a sua difusão, sustentabilidade e economia (TANGARÁ DA SERRA, 2005).

Borges (2010) ressalta que a relação entre município de Tangará da Serra e a Economia Solidária foi iniciada durante as atividades do III Encontro Mato-grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária (EMESOL), que ocorreu em 2005 no próprio município e organizado pela UNEMAT. As discussões realizadas neste evento possibilitaram a construção da proposta de institucionalização da Economia Solidária no município, por meio da já citada lei que instituiu a Política de Fomento à Economia Popular Solidária.

Senger (2008) destaca que essa mobilização e articulação do movimento de Economia Solidária no município fez surgir um dos primeiros resultados, a implantação do primeiro curso

de Pós-Graduação *Lato Sensu* e Capacitação de Lideranças em Economia Solidária, ocorrido no ano de 2006, fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e a UNEMAT Campus de Tangará da Serra. Com características diferenciadas, o programa objetivou formar lideranças segundo os princípios da Economia Solidária, para que estes pudessem acompanhar e assessorar os empreendimentos, e assim contribuir para que atingissem os objetivos sociais de inclusão, disseminação dos princípios autogestionários e da Economia Solidária, bem como compreendessem as estratégias de gestão e gerenciamento da produção, da produtividade, dentre outros aspectos técnico-científicos da gestão.

Da mobilização dos pós-graduandos e capacitandos em Economia Solidária, foi criado em julho de 2007 o Fórum Municipal de Economia Solidária do município de Tangará da Serra. Outro passo importante na consolidação da política pública municipal de Economia Solidária foi a criação do NUPES, através da Lei nº 2.752/2007 de 30 de agosto de 2007. Este Núcleo é responsável pelo apoio técnico, formação e fomento dos EES no município. Ele é coordenado por servidor designado mediante Portaria do Gabinete do Prefeito (TANGARÁ DA SERRA, 2007). Atualmente quem está à frente do NUPES desde 2014 é o professor Neuri Eliezer Senger, que já atuou também entre os anos de 2010 a 2012, ele é egresso do curso de especialização em Economia Solidária mencionado anteriormente.

Um quarto instrumento da política pública em Economia Solidária instituída no município é o Conselho Municipal de Economia Solidária (COMSOL), órgão municipal tripartite de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, com participação da sociedade civil em sua composição que tem a incumbência de deliberar em caráter permanente sobre a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária. Criado a partir da Lei nº 2991, de 01 de outubro de 2008, o COMSOL está ligado diretamente ao NUPES e é constituído por representantes de três categorias: 4 representantes do executivo municipal indicados pelo Governo Municipal; 5 representantes dos membros dos EES indicados pelo Fórum Municipal de Economia Solidária e 4 representantes das entidades de apoio, sendo 1 representante indicado pela UNEMAT, outro pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), outro pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (SINTEP) e 1 representante da Câmara Municipal de Tangará da Serra (TANGARÁ DA SERRA, 2008).

Dentre os resultados da política pública de fomento à Economia Solidária o Coordenador do NUPES, destaca o repasse de R\$ 187.000,00 para os EES, transformados em fomentos para os empreendimentos com a aquisição de máquinas, equipamentos e etc. Para a COOOPERTAN especificamente, houve via elaboração de um convênio com a Prefeitura Municipal, um repasse de R\$ 59.000,00, também no ano de 2015, algo que vinham batalhando

desde 2010. Destaca que uma das dificuldades da operacionalização da política pública é o repasse de recursos para os EES, se deparando muitas vezes com a resistência do pessoal técnico que tem dificuldade em colaborar na elaboração de convênios e repasses de valores com termos de convênio.

Relata que, ainda que para que exista uma política pública de Economia Solidária instituída, a sua implementação depende da equipe de Governo que esteja à frente do executivo municipal, que pode ter avanços ou retrocessos, dependendo da conjuntura política municipal. *“Então nós temos essas dificuldades e aí que entram as questões políticas, o gestor muda e nós temos esses problemas. Às vezes, o trabalho está bastante avançado e quando muda o gestor, começa do zero”*. Contudo, o fato de ter uma política pública de Economia Solidária torna o município uma referência *“não no sentido da nossa política ser perfeita, mas no sentido de nós termos uma política pública”*, algo a ser construído ainda na maioria dos municípios do estado. Ainda que não se expresse como uma política robusta, tem demonstrado sua contribuição social para o município. Destaca que o próprio poder público tem amadurecido, compreendido melhor o projeto econômico e político-social da Economia Solidária.

Ainda sobre o cenário municipal da política pública de Economia Solidária, o Coordenador do NUPES conclui que, embora existam alguns problemas, apesar dos entraves, essa política tem caminhado, tem desenvolvido, ganhado *“o seu lugar ao sol”*, mas de forma muito lenta, gradual. Por isso, acredita que é necessário que sejam desenvolvidas mais ações no âmbito da Economia Solidária no município para que se tenha visibilidade junto ao poder público municipal. Paradoxalmente o NUPES em conjunto com os EES e organizações apoiadoras têm encontrado dificuldades em instituir estas ações, porque em maior ou menor grau, dependendo da ação, demandam o apoio do poder público.

3.2 A organização do trabalho na COOPERTAN

Atualmente a cooperativa não desenvolve atividades de reciclagem efetivamente, trabalha apenas no processo de coleta, separação, prensagem e venda dos resíduos sólidos recicláveis. Há alguns diálogos e projetos de realização de trabalhos de artesanatos a partir de parte do material coletado diretamente pelos cooperados ou por alguns parceiros, mas é algo que ainda está em discussão.

Há duas formas de comercialização de produtos pelos Catadores, a primeira se dá via cooperativa, na qual materiais como plásticos, embalagens Tetra Pak e papelões são prensados e comercializados junto aos clientes da organização. Os principais clientes da COOPERTAN

são a Bioterra Indústria de Reciclagem de Cuiabá, a Reciclamat Reciclagem de Papel Mato Grosso e Reciclapet Indústria e Comércio de Resíduos Termoplásticos, ambas de Várzea Grande, bem como a Tetra Pak da cidade de São Paulo. A receita da venda destes produtos vai direto para o caixa do EES. Porém há outros produtos que, por razões diversas, como dificuldade em consolidar cargas, custos logísticos, não são comercializados diretamente em grande escala com os clientes. Estes produtos são comercializados individualmente pelos próprios cooperados junto à um comprador local, atravessador, aprovado por todo o coletivo. A cooperativa, por sua vez, recebe o pagamento pelos materiais e no final do mês faz o repasse para cada cooperado, retendo 10% deste valor, que fica para o caixa do coletivo.

Apresentamos abaixo um quadro com os principais produtos processados e comercializados:

Quadro 8 – Principais produtos comercializados pela COOPERTAN

Produtos Prensados e Comercializados via Cooperativa
Plástico Polietileno Tereftalato (PET) (Ex: garrafa de refrigerante) Plástico PET Óleo (Ex: garrafa óleo de cozinha) Plástico PET misto (Ex: garrafa água mineral, detergente) Plástico Polietileno de Alta Densidade (PEAD) (Ex: garrafa de água sanitária) Plástico Duro de PEAD (Ex. balde, bacia) Plástico Fino Transparente de Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) (Ex. sacola plástica) Plástico Mole Misto de PEBD (Ex. plástico colorido) Embalagens Tetra Pak (Ex: caixas de leite, de sucos em conversa). Papelão em Geral
Produtos Processados e Comercializados Individualmente junto à Atravessadores Locais
Ferro Alumínio (latas) Cobre Bloco alumínio duro (Ex. fundo do ferro de passar roupa) Metais diversos Painéis Inox Baterias Chaparia alumínio (Ex. telha de alumínio) Cabo alumínio (Ex. contem na rede elétrica) Garrafão de Vidro Litros Vidros para Conservas Motor (Ex. motor de geladeira)

Fonte: Adaptado de Veronese (2009) e Pesquisa de Campo (2016).

Somente os cooperados que trabalham no processo de separação inicial do material é que tem a possibilidade de ter acesso a estes materiais que são comercializados separadamente. Assim, além de uma renda fixa por mês definida em assembleia, eles têm a possibilidade de complementação por uma renda variável advinda da comercialização destes produtos. A Presidente relatou ainda que os materiais que proporcionam maior receita por quilo

comercializado são a “latinha”, o cobre e o metal. Os materiais que proporcionam menor rendimento seriam o plástico e o PEAD.

Uma outra dificuldade enfrentada pelos cooperados em termos de fornecimento de matéria-prima é a quantidade de materiais inservíveis, rejeitos, que chegam até a cooperativa. Esses materiais implicam em um sobre trabalho para os Catadores, que trabalham fazendo o processo de coleta, seja no tempo e esforço físico para coleta e transporte desse material, seja pelo volume excedente que ele provoca no material armazenado no caminhão. Há um excedente de trabalho dentro do barracão também em virtude deste fator, o pessoal que atua na separação inicial tem o transtorno de manusear esse material, colocá-lo em um *bag* de rejeitos e posteriormente arrastá-lo para um local cuja distância pode chegar a 50 metros. Uma vez por semana, geralmente nas quartas-feiras, a empresa responsável pelo saneamento básico no município faz a coleta. Em alguns casos o acúmulo de material é tamanho que a própria cooperativa precisa pegar seu caminhão e fazer o transporte desses rejeitos até o Aterro Sanitário.

O trabalho de campo com a equipe de coleta nos possibilitou ter um contato mais presente junto à população e fazer algumas constatações. Grande parte das pessoas que participa efetivamente da campanha Tangará Recicla tem uma receptividade e um carinho muito grande pela equipe da COOPERTAN. Quando o caminhão passa na rua cumprimentam, sorriem, agradecem por recolher o material. Entretanto, ainda falta um pouco mais de trabalho de informação sobre quais materiais efetivamente a cooperativa trabalha e as consequências operacionais internas decorrentes do envio de materiais inservíveis. Em algumas casas havia carcaça de brinquedos de plástico, plástico endurecido de geladeira, e outros materiais passíveis de reciclagem, mas inservíveis para a cooperativa, ou por não ter comprador ou por ser inviável economicamente. Outra parte da população, muitas vezes envia materiais recicláveis em condições que dificultam o seu aproveitamento ou manuseio no barracão. É o caso de garrafas PET com líquido dentro, caixas Tetra Pak com restos de leite ou suco, papelão bastante úmido e demais materiais sujos com algum tipo de lixo. Parte da população deposita certos materiais inservíveis para a cooperativa por desconhecimento e outros o fazem, infelizmente, conscientemente. Em nossa experiência de trabalho no setor de separação inicial do material, foram raros os casos em que houve aproveitamento de mais de 50% do conteúdo contido em um saco coletado. Estes rejeitos, como já foi dito, geram um custo excedente para a COOPERTAN com o transporte deste material até o Aterro Sanitário do município.

A cooperativa, em conjunto com os principais apoiadores, Prefeitura Municipal/NUPES e UNEMAT/NECOMT/IOCASS, e mesmo o Ministério Público, vem

buscando formas de dar viabilidade para alguns materiais passíveis de reciclagem que não estão sendo aproveitados atualmente, como é o caso do vidro, do papel branco e do isopor¹³. Entretanto, o grande gargalo é a indisponibilidade de recursos para aquisição de maquinário e equipamentos necessários para o processamento destes materiais. Contudo, os cooperados vêm criando e recriando formas alternativas de geração de renda, a última tentativa que presenciamos durante o trabalho de campo foi a possibilidade de desmontar e comercializar componentes de carcaça de computadores. A princípio se mostrou uma opção rentável, entretanto a grande dificuldade foi ter acesso aos compradores e conseguir processar um volume de material que seja atrativo para estes.

Vejamos, a seguir, como ocorre o processo de trabalho realizado por estes Catadores desde a coleta das sacolas junto aos munícipes até o processamento e comercialização.

3.2.1 O processo de coleta, separação e processamento de materiais na COOPERTAN

Sem a intenção de esgotar a totalidade de relações e elementos característicos inerentes às atividades laborais desenvolvidas na COOPERTAN, faremos aqui uma breve descrição das atividades que compreendem o processo desde a coleta seletiva até o material prensado pronto para a comercialização junto aos clientes. Para isso, lançaremos mão de um esboço da planta baixa do barracão com os materiais, máquinas e equipamentos utilizados, conforme consta na Figura 1, bem como um fluxograma que envolve todas as atividades do processo de trabalho dos cooperados, apresentado na Figura 2.

O espaço onde estava sediada a cooperativa quando fizemos o trabalho de campo da pesquisa era constituído basicamente por três locais. Ao sair da Rodovia MT 358 convergindo à esquerda, cerca de 30 metros à frente, estava localizado o escritório composto por uma sala de trabalho do pessoal do administrativo, uma copa com uma prateleira e uma geladeira e do lado externo um banheiro.

Outra célula do espaço é o local batizado pelos cooperados como “Casa de Piscina”, uma área de lazer construída no local alugado. O local possui uma cozinha equipada com uma churrasqueira, um freezer, material de cozinha, uma mesa retangular, alguns quiosques com mesas redondas e alguns bancos e cadeiras. Aos fundos da cozinha há dois banheiros, usados

¹³ Está sendo desenvolvido por um engenheiro civil um triturador de isopor. Em fase de testes e negociação a primeira carga de isopor foi comercializada por trinta centavos o quilo. A empresa de construção civil Habitanorte está desenvolvendo estudos para utilizar o isopor substituindo parte da pedra brita na produção de traços de concreto.

pelos cooperados principalmente para a troca de roupa antes e depois do expediente. Contígua à cozinha, há uma pequena área onde algumas cooperadas trabalham dobrando e prendendo com elástico as sacolas vazias que são distribuídas pelo pessoal da coleta nas residências. Um pouco mais ao lado há uma piscina de tamanho médio para adultos e uma piscina infantil. Este espaço era utilizado para a realização de reuniões e assembleias dos cooperados, processo de formação, comemorações como aniversariantes do mês, bem como ficava a disposição para uso dos cooperados aos finais de semana mediante reserva do local.

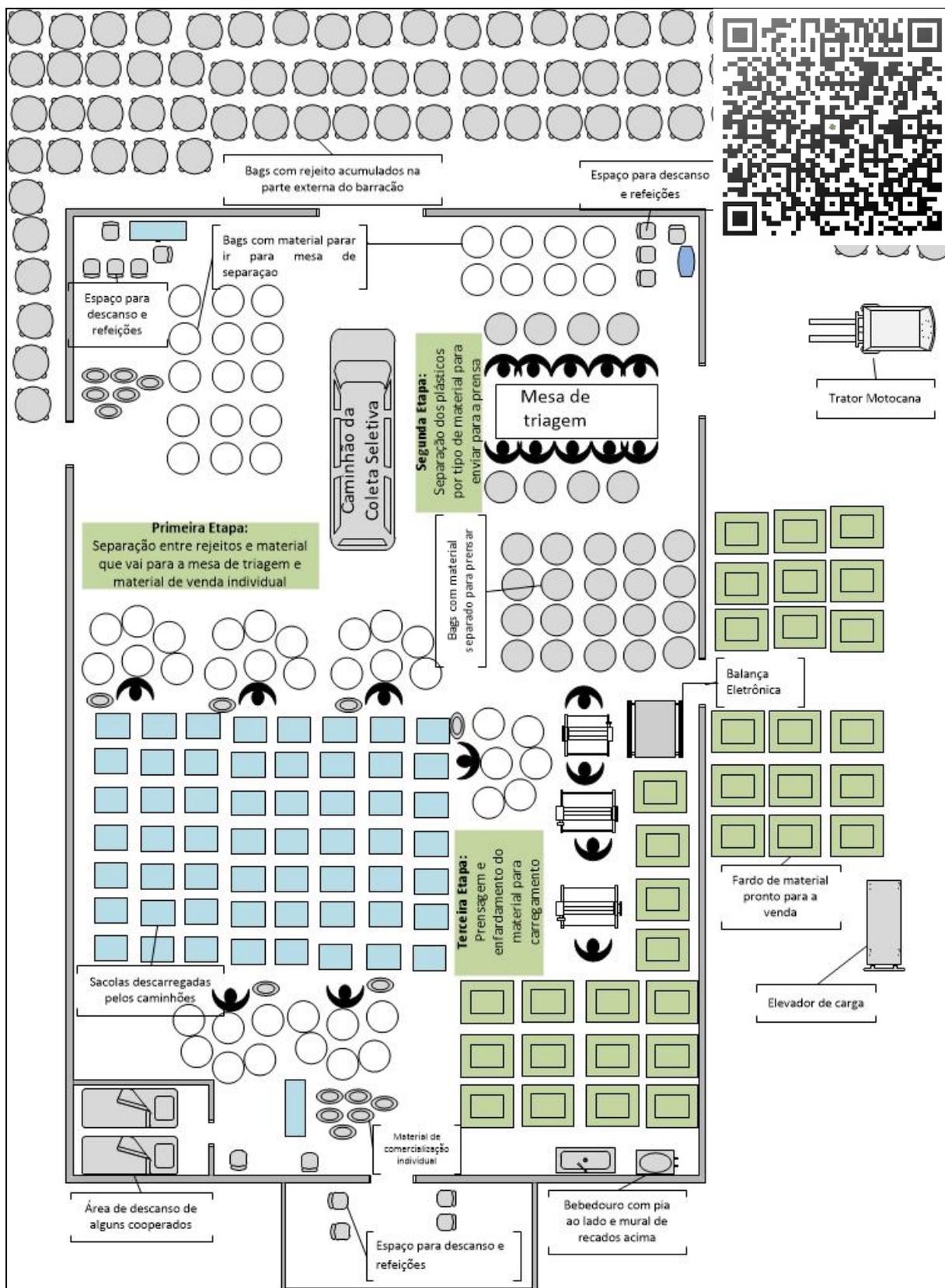
A terceira célula do espaço é o barracão onde era desenvolvido o trabalho de separação, prensa e armazenagem do material. O barracão é um local amplo com um pé direito de aproximadamente uns 5 metros de altura, com duas portas frontais maiores e algumas portas laterais menores. O local era pouco ventilado, se tornando bastante abafado e em dias de calor a sensação térmica é de uma temperatura bem elevada. O prédio era usado anteriormente como secador e armazém de grãos, é bastante velho, pois apresenta sinais de deterioração e, no seu entorno, apresenta uma grande quantidade de entulhos oriundos de sua finalidade anterior.

Como os cooperados passavam todo o dia no local, chegavam de manhã e saíam somente no final da tarde, usavam o que tinha disponível no espaço para os momentos de descanso, e assim acabavam por promover sua customização. Conforme pode ser verificado na Figura 1, os cooperados criaram três locais para descanso e refeições. Esses locais são improvisados em meio aos *bags* e fardos de materiais e organizados, geralmente, a partir de materiais que chegam através do caminhão da coleta como cadeiras de fio, bancos e outros materiais.

É comum os cooperados encontrarem muita coisa nos sacos de material que são aproveitáveis, como roupas e calçados que eles usam na sua própria atividade laboral, eletrodomésticos e eletroeletrônicos que precisam às vezes de pequenos reparos, dentre outros objetos, chegando a encontrar inclusive dinheiro. Dois desses locais de descanso estão localizados nas partes laterais da entrada do barracão e o outro aos fundos. São os locais onde a maioria dos cooperados costuma tomar suas refeições, almoço entre às 11:00 e 12:30 horas e café da tarde de 15 minutos às 15:00 horas.

Não são locais adequados para a realização de refeições, inclusive os trabalhadores e trabalhadoras eram orientados pela Direção para que realizassem essas atividades na Casa de Piscina, porém muitos demonstravam resistência em fazê-lo. Nestes momentos é que se tornava mais evidente a fragmentação dos cooperados em pequenos grupos, nos quais a tendência era se reunir sempre com os mesmos colegas, nos mesmos locais durante os momentos de descanso e refeições.

Figura 1 - Layout do barracão da COOPERTAN



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da Pesquisa de Campo (2016).

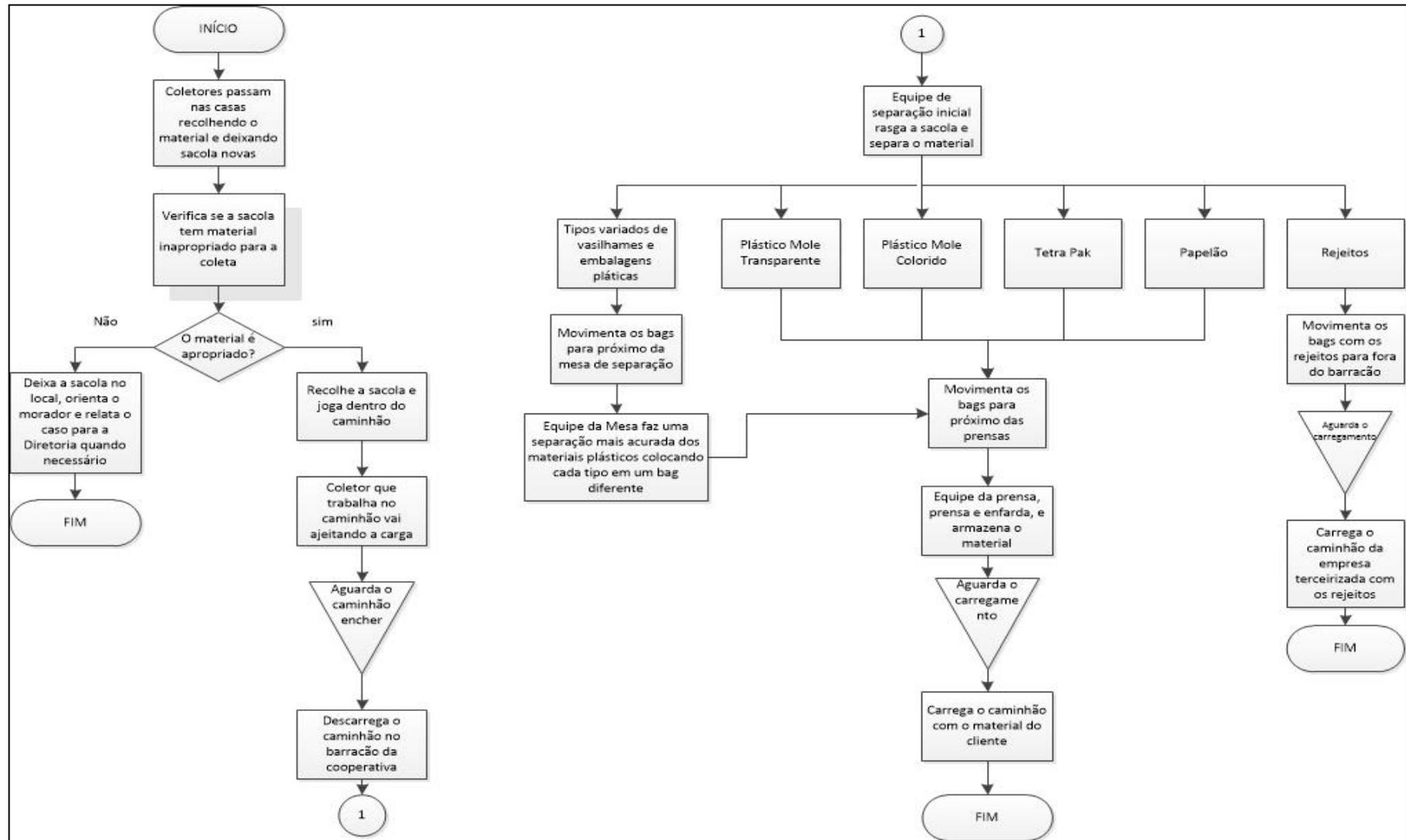
Algumas cooperadas conseguiram improvisar até mesmo uma espécie de quarto no local de descanso, contendo duas camas e mais alguns acessórios, como mesas. O barracão possuía dois armários para guardarem seus pertences, sendo um localizado em uma das áreas de descanso próxima à entrada do barracão e o outro próximo ao bebedouro. Este bebedouro ficava aos fundos do barracão, próximo a ele uma pia para os cooperados lavarem as mãos e, acima, um mural com os recados da cooperativa.

É importante destacar que esta estrutura apresentada aqui, na qual fizemos nosso trabalho de vivência e pesquisa de campo, deixou de ser a sede da COOPERTAN desde abril de 2016, que está situada em novo endereço na Vila Esmeralda. Visitamos o novo endereço no mês de março e constatamos algumas diferenças com relação à realidade anterior, mas também algumas semelhanças. No novo local o escritório fica anexo ao barracão onde é feita a separação do material. Por ter somente uma parede o lugar é mais claro e arejado. Apesar de não haver uma área de lazer, os cooperados dispõem de uma sala ampla para fazerem suas reuniões e processo de formação. A disposição física do espaço de produção (prensas, *bags*, materiais coletados, materiais prensados) não sofreu modificações significativas em sua configuração, apenas adequações à planta do local. Constatamos ali também a customização do local apresentando, inclusive, o quarto improvisado das cooperadas, existente no prédio anterior.

Com relação às diversas atividades que constituem o processo laboral dos Catadores, tem-se o início com o trabalho de coleta nas residências da cidade. Realizada de segunda a sábado, a coleta abrange todo o território urbano de Tangará da Serra. É desenvolvida por dois caminhões, sendo um da própria cooperativa e dirigido por um motorista cooperado e o outro cedido pelo SAMAE, juntamente com o motorista. Em cada um dos caminhões trabalham 3 cooperados, dos quais dois fazem o trabalho de solo recolhendo os sacos plásticos cheios e deixando novos sacos vazios. Quando percebem que os sacos estão com materiais que não são os destinados para a cooperativa os coletores deixam eles no local e orientam os moradores. Quando tem a oportunidade e julgam necessário, relatam a ocorrência à Direção da cooperativa.

Como são apenas dois caminhões para realizar o trabalho, os coletores que atuam no solo têm que ser velozes, o que demanda um bom preparo físico, pois a atividade é desgastante. Eles geralmente ficam sobre uma plataforma adaptada na traseira do caminhão e precisam, com ele em movimento, jogar os sacos dentro do baú e saltar sobre a plataforma tendo apenas uma corda lateral para se agarrarem. É um trabalho que exige atenção constante e grande risco de acidente. O coletor que atua dentro do baú do caminhão tem a função de ir ajeitando e compactando a carga para caber o máximo de material possível na mesma viagem.

Figura 2 – Fluxograma do processo de coleta, separação e processamento de materiais na COOPERTAN



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da Pesquisa de Campo (2016).

Depois do material ser descarregado pelo caminhão no barracão da cooperativa, uma equipe de Catadores faz uma separação inicial. O trabalho consiste em rasgar os sacos com o conteúdo sobre um *bag* que usam para colocar os rejeitos e vão fazendo a separação do material aproveitável em outros cinco *bags*, sendo um para plástico mole transparente ou cristal, outro para plástico mole colorido, um para embalagens Tetra Pak, outro para o papelão. O material destes quatro *bags* já é destinado para prensagem e colocado próximo das prensas. Um quinto *bag* do processo de separação inicial é alimentado com diversos tipos de vasilhames plásticos como garrafas PET, baldes plásticos, bacias, dentre outros. Esse material é enviado para a mesa de separação onde passará por um segundo processo de separação. Os cooperados que fazem esse trabalho inicial de separação, geralmente, deixam próximos de si um vasilhame, comumente um balde, para separar os materiais de comercialização direta junto a um cliente local. De regra, eles fazem a limpeza e preparo desse tipo de material durante o horário de intervalo após o almoço.

Na mesa de separação, os diversos materiais plásticos passam para um processo de separação mais acurado, no qual cada tipo de plástico é destinado para um *bag* diferente. É o setor onde há um maior conforto no desenvolvimento das atividades pela possibilidade de se trabalhar em pé, sem precisar ficar muito tempo curvado, mas demanda bastante atenção para não se equivocar na destinação do material. Os *bags* de material separado são movimentados e colocados próximos das prensas para realização do processo de transformação posterior.

A COOPERTAN dispõe de 4 prensas para realizar a prensagem do material. Os operadores das prensas vão alimentando-as com o material a ser prensado e compactando-os sucessivamente até o nível máximo de compactação. Posteriormente, com o uso de um arame e papelão ou pedaços de sacos plásticos fazem o processo de amarra e enfardamento do material. A prioridade do material a ser prensado é definida segundo a data de envio da carga para os clientes. A realização desta atividade exige certo cuidado para evitar acidente de trabalho, o nível de ruído é consideravelmente alto e exige um grande dispêndio de força muscular para transportar os fardos de material prensado até o local de armazenagem.

Os carregamentos de material prensado geralmente são feitos com uma frequência semanal, sendo que alguns clientes enviam seus próprios caminhões para fazer o carregamento e, em outros casos, a cooperativa carrega o caminhão da Rede CATAMATO e envia o material até os seus clientes em Cuiabá. Para fazer o carregamento dos fardos é utilizada uma balança eletrônica para fazer a pesagem e um elevador de carga. É uma atividade que leva poucas horas, mas muito exaustiva pelo desgaste físico provocado.

3.2.2 Uma forma de produzir onde o próprio trabalhador define a dimensão financeira do valor de seu trabalho

Em uma realidade não muito diferente dos demais EES, uma das maiores preocupações que permeiam as discussões, seja da Direção, seja do Coletivo nas assembleias dos cooperados, é a garantia de uma renda que seja, no mínimo, suficiente para suprir as necessidades básicas dos Catadores. Antes de constituírem-se em organização coletiva, era uma demanda individual de cada trabalhador ou dos pequenos grupos instituídos. A partir de 2007, o coletivo vem lançando mão do direito de experimentar e aprender outras possibilidades de se produzir e critérios de distribuição dessa riqueza não orientados necessariamente para a reprodução da força de trabalho.

Aos constituírem-se enquanto cooperativa, os Catadores tiveram um grande desafio pedagógico, alguns precisavam compreender que agora tinham uma responsabilidade e compromisso para com o coletivo. Outros precisavam superar a visão de curto prazo com relação ao impacto provocado na renda pelos custos iniciais de constituição da cooperativa e os decorrentes custos mensais. Isso fez com que alguns trabalhadores se desligassem do empreendimento coletivo já no seu início. Conforme relatos de um dos cooperados:

Teve gente que não aceitou não, preferia no lixo que dava mais tirar mais dinheiro e como na cooperativa tinha que dividir a sobra que sobrasse. E tinha gente que dava as caras, que não estava certo, tem muita gente que é mais trabalhador do que o outro, trabalha mais para ajudar fulano que não faz nada, [...]teve muita gente que saiu mesmo (Entrevistado A)

Já outro cooperado, Entrevistado E, demonstrou bons conhecimentos em gestão de custos, pois relata que, devido ao fato de não terem tantos custos fixos como agora, quando trabalhavam no Aterro Sanitário, e eram apenas autônomos, os rendimentos mensais individuais eram maiores. Segundo Senger e Sguarezi (2011), antes da organização coletiva os Catadores trabalhavam individualmente ou em um dos quatro grupos informais que realizavam a coleta no Aterro Sanitário a partir das relações de amizade e parentesco. A renda aproximada variava de oitocentos a mil reais por grupo, proporcionando um ganho de duzentos a trezentos reais mensais para cada Catador. Algo aproximado a um salário mínimo na época. Os grupos eram constituídos e liderados por aqueles que tinham maior facilidade para comercializar os materiais e conhecimento do mercado.

Conforme Lima (2010), de certa forma, o trabalho era coletivo, havia uma organização mínima entre pequenos grupos, liderança e divisão do trabalho, contudo, inexistia uma estrutura

formal, regras, normas de conduta definidas coletivamente, o que abria campo para alguns conflitos com relação à disputa por materiais, dias e horários de trabalho e distribuição das sobras. Segundo ela, os trabalhadores declararam que a renda entre os grupos variava de trezentos a mil reais por pessoa. Variação ocasionada pela carga horária de trabalho diferenciada entre cada grupo e também pela força física dos Catadores e destreza na realização dos trabalhos, além da sinergia entre os membros do grupo. Ainda que estes números estejam acima dos apresentados na pesquisa anterior, são passíveis de serem realísticos e coerentes com alguns relatos que ouvimos de alguns trabalhadores que já atuavam nesta atividade naquela época. Ademais, os ganhos, jornada e intensidade da carga de trabalho de cada um, eram orientados pelos objetivos de rendimento mensal, que variava de Catador para Catador.

O contrato de prestação de serviços para o SAMAE tem sido a principal fonte de renda da cooperativa e essencial para a sua sustentabilidade. Pelas análises da demonstração do resultado do exercício dos anos 2014 e 2015 e faturamento médio até outubro de 2016, o repasse mensal desta receita tem significado algo em torno de 60 a 65% da receita mensal total da cooperativa. O contrato é negociado, geralmente, para o período de um ano, sendo a única garantia de renda fixa dos cooperados. Somente a renda proveniente da comercialização do material coletado e processado não é capaz de cobrir os custos e despesas fixas da cooperativa e ainda prover renda para os cooperados. A manutenção deste contrato é condição necessária para a subsistência da cooperativa. O valor do contrato, os termos e cláusulas são revistos e renegociados anualmente a partir da percepção dos trabalhadores sobre suas demandas, recursos necessários para manutenção e desenvolvimento da cooperativa. Ao longo dos anos da prestação de serviços, eles têm conseguido alguns avanços em termos de negociação, o que proporciona condições mais dignas de trabalho e renda. O SAMAE também tem se mostrado um importante parceiro e preocupado com o desenvolvimento do EES.

Entretanto, a renda possibilitada tem contribuído minimamente para proporcionar a distribuição de sobras aos cooperados e pagamento de despesas de custeio como aluguel, combustível, manutenção do maquinário e do caminhão que faz a coleta, energia, água, telefone, dentre outros. O prejuízo com a queima de sua sede, juntamente com materiais e equipamentos no ano de 2013, e os problemas de gestão entre os anos de 2010 e 2012, tem refletido na situação financeira presente da cooperativa. Paradoxalmente, ela precisa encontrar meios de produzir mais eficientemente para conseguir possibilitar melhores sobras para os seus cooperados e, ao mesmo tempo, não consegue tornar o seu processo produtivo e mais eficiente, por não dispor dos recursos financeiros para tal.

O critério de distribuição das sobras é definido em assembleia e tem passado por algumas alterações conforme o contexto vivenciado, a organização do trabalho e interesses dos cooperados. Conforme relatos da Presidente em exercício no período da pesquisa de campo:

[...] lá em 2009 era por distribuição geral que era dividido em parte para todos, aí depois em 2011, 2012 já foi produção individual, eles catavam e passaram para a cooperativa que pesava e repassava para eles o material catado, separado. Em 2013, 2014 já fomos para o aterro depois do incêndio que lá mudou novamente a maneira da remuneração que ao invés de ser produção individual, por se um local onde não podia produzir na chuva, no sol e não tinha estrutura. A gente, como já tinha um contrato melhor com a prefeitura, a gente optou por pagar uma retirada fixa. [...] Foi, foi feito uma reunião, acertou o grupo. Se não fizesse assim, eles estavam desanimando e estavam saindo também, pela questão da distância e as questões que não ia conseguir produzir né, individualmente como eles faziam no ano anterior. Então naquele ano, optamos em pagar aquele valor né. Quando eu falo a gente, toda a diretoria com o coletivo, então começamos a receber por valor fixo que os coletores e motoristas já recebiam valor fixo, essa era única distinção, na época do rateio geral, só coletor e motorista que já tinham um valor fixo, porque era um trabalho que não podia produzir lá dentro. Então naquela época, a gente foi para o aterro, começamos a receber fixo até o valor de um salário mínimo e a gente fez os cálculos né e era o que se conseguia pagar para eles.

Os cooperados que trabalham no setor de coleta sempre tiveram uma retirada fixa, independentemente do valor das sobras obtidas, o mesmo ocorre com os Catadores que trabalham com as prensas. O valor destas retiradas tem sido alterado nas assembleias conforme o aumento dos rendimentos do empreendimento e necessidades destes trabalhadores. Os coletores e motoristas recebem um valor um pouco acima dos cooperados que atuam na prensa. Para ambas as funções os critérios adotados pelo coletivo para definir valores é a natureza qualitativa do trabalho, como intensidade e tempo da jornada de trabalho, desgaste físico, insalubridade e demais condições do ambiente de trabalho.

Os demais cooperados, que atuam no processo de pré-separação do material e na separação final em forma de revezamento, possuem uma retirada fixa no valor de um salário mínimo que é complementada pela venda dos materiais comercializados individualmente junto aos compradores locais, aproximando ou, em alguns casos, ultrapassando o valor das sobras dos demais cooperados. Até o ano de 2014 não havia uma distinção de distribuição das sobras pelo fato do(a) cooperado(a) fazer parte ou não da Diretoria da COOPERTAN. Entretanto, ao encerrarem a sua gestão, a Presidente e Diretora Financeira na época, argumentaram que precisaria ser repensado pelo coletivo o valor das sobras dos ocupantes destes cargos, pois como a natureza do trabalho exigia praticamente dedicação exclusiva dos ocupantes, sentiam dificuldade em manter uma produção com a qual pudessem obter uma renda que cobrisse os

custos domiciliares no final do mês. O coletivo aprovou um reajuste que tornou o valor das retiradas dos ocupantes destes cargos ligeiramente maior do que as dos demais.

Em certas situações do cotidiano, alguns cooperados precisam ser remanejados de função. Quando falta alguém da coleta, por exemplo, e alguém do setor de separação tem que cobrir a vaga, a cooperativa paga esses dias de trabalho em proporção equivalente ao valor de uma diária de trabalho do ocupante original da função. Todos os trabalhadores fazem o recolhimento mensal da contribuição do INSS sobre um salário mínimo, que já é retido no momento do repasse das sobras. Essa foi uma demanda do coletivo, para assim se assegurar junto à Previdência Social, em casos de necessidade por eventual acidente no trabalho ou aposentadoria. Também organizaram um sistema de desconto das faltas com relação à distribuição das sobras, critérios que estão contidos no seu Regimento Interno. Ficou decidido que no caso de até 3 faltas mensais será descontado o valor dos dias faltados. Acima desta quantidade serão descontados também os descansos semanais remunerados, salvo no caso de faltas justificadas por documento ou ausência por motivo de trabalho em favor dos interesses da cooperativa (COOPERTAN, 2007).

Em termos quantitativos, o ganho destes trabalhadores não está muito distante, às vezes até um pouco acima dos valores que talvez receberiam trabalhando como empregados e em atividades laborais, talvez menos insalubres ou desgastantes fisicamente. Entretanto, qualitativamente há uma distinção da natureza deste trabalho, já que não trabalham enquanto força de trabalho, mas enquanto homens “senhores de seu trabalho”. Os critérios de distribuição da riqueza produzida não lhes são impostos por um patrão, mas discutidos e decididos democraticamente em assembleia. Ainda que sua autogestão seja restrita aos muros da cooperativa, tendo sua margem de ganho achatada por um mercado capitalista melhor estruturado tecnologicamente, ainda que suas restrições logísticas e de escala de produção lhes deixem muitas vezes reféns do mercado no estabelecimento do preço de seus produtos, sua autonomia, o autogoverno de seu trabalho já é um grande avanço com relação a trabalhar para um empregador. A organização e reconhecimento do poder público também são avanços frente à realidade em que estavam submetidos anteriormente enquanto Catadores autônomos. Os registros fiscais e os próprios Catadores têm reafirmado um aumento de seus ganhos financeiros, porém os números não são os únicos portadores e tampouco conseguem dar uma dimensão das riquezas de diferentes naturezas produzidas neste espaço de trabalho.

3.2.3 Educar-se para a cooperação pelo exercício do trabalho associado: os desafios iniciais da organização do trabalho na COOPERTAN

Um grande desafio portador de um potencial pedagógico para os Catadores foi se organizarem coletivamente e definirem organização da produção e das relações de trabalho dentro do contexto do trabalho associado. Já de início, o coletivo identificou alguns desafios a serem superados na busca de uma nova forma de conceber o trabalho a partir da constituição da cooperativa. Dentre elas, a já consolidada divisão dos Catadores em pequenos grupos e a dificuldade da desconstrução destes para a construção de um coletivo homogêneo. Alguns Catadores tinham a tendência a manter a rotina de trabalho desenvolvida anteriormente no que diz respeito à carga horária e intensidade de trabalho. Essa heterogeneidade de disciplina do trabalho fazia ao mesmo tempo alguns se sentirem injustiçados, por entenderem que outros trabalhavam em menor carga horária ou em ritmo de trabalho reduzido. Para outros, que a liberdade anterior de determinação de sua carga horária e ritmo de trabalho haviam sido tolhidos.

No início do processo de organização coletiva, termos como autonomia e autogestão pareciam não condizer com a realidade percebida por estes trabalhadores, ao contrário, tinham a percepção de que sua autonomia havia sido comprometida. Ao mesmo tempo, sentiam também uma necessidade de se estabelecer procedimentos e normas sistematizados de organização do trabalho, porém divergiam na forma de fazê-lo (VERONESE, 2009). Ao passo que alguns, orientados pela cultura do chefe, do “patrão”, sinalizavam a necessidade da figura de um fiscal para controlar o grupo, outros já apresentavam a compreensão da necessidade do protagonismo do coletivo ao entender que os Catadores deveriam desenvolver um regimento interno que explicitasse os deveres e direitos dos cooperados, bem como a função de cada um no processo de produção.

Senger (2009), em seu trabalho de pesquisa de natureza participante, construiu junto com os Catadores o Regimento Interno na busca de melhor organização, convenção e formalização de direitos, deveres e responsabilidades de cada um. Entretanto, mesmo com esse dispositivo institucionalizado, Luconi Jr. (2011) em sua pesquisa constatou uma constância nas dificuldades de relacionamento entre os cooperados, mesmo com a divisão do trabalho sendo debatida e controles construídos e aprovados pelo coletivo, as relações permaneciam sendo conflituosas. Lima *et al* (2010) relatam que, com exceção de algumas atividades, formalmente não havia um roteiro de quem era responsável por cada tarefa e a forma de realizar o trabalho era definida no dia adia. Pontuam que no cotidiano de trabalho as decisões eram democráticas,

entretanto as pessoas contrárias à decisão vitoriosa apresentavam dificuldade em assumi-la, agindo em sentido contrário em algumas situações. Era algo novo e que estava em construção por estes trabalhadores. A medida que iam construindo o trabalho coletivo, iam se educando e aprendendo a trabalhar coletivamente, e por diversas razões esse tempo de aprendizagem não era homogêneo, o que demandava diferentes tempos de maturação.

Lima (2010) relata que algumas pessoas do grupo sentiam a necessidade de ter alguém que dissesse o que precisava ser feito. Esperavam que as lideranças da equipe fossem mais atuantes, apresentando dificuldades em agir no trabalho sem ordem de comando. Ou ainda, reproduziam as atitudes deseducativas apresentadas por outros cooperados, assim se um trabalhador parasse de trabalhar em determinado horário, outros também paravam, pois se sentiam injustiçados por estarem trabalhando a mais. Ocorriam casos de cooperados que faltavam com muita frequência ao trabalho, valendo-se de certa facilidade para terem acesso aos atestados por motivos diversos e outros ainda não apresentam a comprovação documental da razão da ausência. Boin (2013), ao fazer um estudo sobre os conflitos envolvendo os membros da cooperativa identificou que, naquele momento, os principais fatores que contribuíam para desencadear conflitos interpessoais era a dificuldade de compreender a natureza da autoridade e responsabilidade em um empreendimento autogestionário, tanto por parte da gestão quanto dos demais cooperados.

O baixo nível de escolaridade agravava ainda mais a dificuldade em superar a falta de experiência com as rotinas administrativas de uma organização, fazendo com que, segundo Lima (2010), se sentissem incapazes de gerir o processo burocrático, e assim depositavam sempre nas instituições apoiadoras a expectativa e responsabilidade pela resolução da problemática da documentação, principalmente administrativa e contábil. Muitas vezes a emergência da demanda e o pouco tempo para os encaminhamentos comprometiam a pedagogia do processo, no qual o imperativo de dar uma resposta rápida para a questão se mostrava incompatível com o tempo necessário para uma co-construção efetiva. Segundo a autora, isto em muitos momentos contribuiu para despertar uma sensação de incapacidade de se organizarem coletivamente e atenderem, de maneira autossuficiente, as suas demandas.

Os momentos de dificuldade e necessidade de decisões complexas têm colocado à prova o espírito coletivo dos cooperados, sua autoconfiança, e ao mesmo tempo tem sido uma oportunidade de refletirem sobre as falhas para aprenderem com o processo. Um exemplo disso foi o difícil processo vivenciado pela cooperativa entre os anos de 2010 e 2012, devido aos problemas com a gestão e irregularidades em alguns procedimentos. A partir de uma das atas das assembleias deste período, é possível constatar um amadurecimento do grupo com relação

à realidade inicial e, pelas falas, há o sentimento de pertencimento, a necessidade de tomar parte do processo, cobrar as devidas responsabilidades e corrigir as falhas: *“O presidente fala que vai pagar a gente e não aparece. Ele some. Veja hoje, mesmo convocado para a reunião ele não está aqui. Cadê o compromisso dele com a gente?”*. Outro cooperado sinaliza a falha e ao mesmo tempo a necessidade de transparência e acompanhamento dos processos:

Há indícios de que o presidente viaja em interesse particular usando o dinheiro da Cooperativa para abastecer o carro e pagar outras despesas, mas não tem como provar isso porque não aparece na prestação de contas, mas como um cooperado? Como um sócio da Cooperativa pode ir ao Paraguai para trocar os pneus do próprio carro? De onde vem esse dinheiro se ele não tem outra fonte de renda?

O cooperado que ocupava a Presidência na época era bem articulado, dotado de boa capacidade de negociação junto ao SAMAE e demais clientes, além de ter um bom conhecimento do mercado. A partir desta experiência, os demais trabalhadores perceberam a necessidade de se capacitar e desenvolver seus conhecimentos e habilidades para assim não ficarem sujeitos aos interesses daqueles cooperados que apresentem maiores conhecimentos e habilidade sobre gestão: *“Se ele aprendeu a administrar a gente também aprende. A gente não é burro para não aprender a administrar e também não é burro para deixar ele no cargo roubando e sem pagar a gente”*.

Ao deliberarem sobre a solução do problema foi feita a seguinte sugestão: *“Temos que tirar o presidente e colocar outro no lugar dele. O presidente tem que fazer uma prestação de contas detalhada”*, que foi acatada imediatamente pelo coletivo. Os cooperados foram provocados pelo representante do UNEMAT/NECOMT/IOCASS, presente na assembleia, a fazerem uma reflexão sobre o ocorrido a fim de buscar, não somente resolver as consequências do problema, mas também trabalhar as suas causas para evitar reincidências: *“A maior parte dos problemas aqui dizem respeito à gestão financeira, a falta de transparência. Isso decorre devido à falta de participação dos sócios no processo de tomada de decisão [...] Porque os sócios esperaram a situação chegar a esse ponto?”*. A resposta de uma cooperada pertencente ao Conselho Fiscal evidencia a necessidade de maior formação, quanto à interpretação dos documentos contábeis da cooperativa e procedimentos a serem seguidos, consoante ao Regimento Interno e Estatuto Social: *“Nós não sabemos como lidar com esses ofícios, com esses documentos. Nós cobramos, pedimos reunião. Mas o presidente não faz, então a gente fica sem saber o que fazer. É o que estamos fazendo hoje, mas ele não está aqui”*. O baixo grau de instrução formal, dificuldade de realização de operações matemáticas básicas e interpretação de texto tornam para grande parte dos cooperados o processo de acompanhamento ainda mais

difícil. Muitas vezes a vontade de tomar parte do processo encontrava limitação nas condições de preparo, dos conhecimentos ainda não apropriados para participar efetivamente, mas é participando, tomando parte, que eles são apreendidos.

Outro momento difícil na história da COOPERTAN, mas que reafirmou a coesão do coletivo, apesar dos problemas e conflitos internos, e também a capacidade de iniciativa, foi o incidente da queima do barracão de sua sede juntamente com o caminhão, maquinário e material, em março de 2013. Isso os deixou quase que totalmente desprovidos de seus meios de produção. Apesar da ausência da Presidente, que estava em viagem a serviço da cooperativa, os trabalhadores se organizaram, fretaram um caminhão, retornaram para o Aterro Sanitário e dois dias depois do ocorrido já estavam desenvolvendo suas atividades normalmente:

Então, após o incêndio, no mesmo dia. O incêndio foi à uma hora da manhã, no outro dia às oito horas da manhã, nós já estávamos lá no local do incêndio, o grupo todo estava lá, nós fizemos oração, reunião lá e erguemos a cabeça né. Não tinha nem como abaixar a cabeça né, erguemos a cabeça e vamos tocar para frente né, começar do zero de novo. Ai todo mundo se uniu na época, ai foi à hora mesmo que a gente sentiu como é que o grupo funciona. E só mesmo numa hora dessa a gente sabe realmente que o grupo é unido (Entrevistado E).

Embora haja algumas limitações, sejam em termos técnicos, de relações e de gestão, os sujeitos que vivenciaram, se não todos, mas grande parte dos anos da cooperativa, desde a sua constituição, pontuam algumas conquistas e melhorias significativas de lá para cá:

Então nessa parte de reciclagem, de coleta, mudou bastante, porque as pessoas ali dentro, principalmente quem veio de lá para cá com a gente do aterro. Elas trabalhavam bem mais animadas, com vontade, inclusive tem uns que até lembram que sofreu lá, a gente colocava sombrinha em cima da gente para trabalhar, trabalhava no sol, sei lá, melhorou bastante, é isso [...]

Então hoje, a gente tem o lugar para gente trabalhar, tá certo que é alugado, mas pelo menos a gente não está trabalhando na chuva e nem no sol. Essa era a dificuldade que a gente tinha, a gente estava no meio do aterro, no meio do lixão, mesmo tendo a reciclagem, o caminhão descarregava lá no aterro. A gente tinha um barracão, mas o barracão tudo aberto, num tempo desse de chuva assim, a chuva atravessava de um lado para o outro, é um (Entrevistada B).

As barreiras nossas era mais a questão de estrutura né, nós tínhamos uma prensa só, tinha que estar alugando o elevador de fazer cargas tinha que está alugando o caminhão, nós tínhamos que pagar o aluguel para transportar. Então as dificuldades nossas na época era de estrutura que nós não tínhamos um local certo e as condições que nós não tínhamos de poder cobrir todos os gastos. Essa era as maiores dificuldades na época [...]

As mudanças foi questão de direção mesmo, troca de diretoria, presidente, tivemos investimento do BNDES, esse projeto do Banco do Brasil que veio resolveu muitos problemas financeiros da cooperativa, igual dos caminhões que a gente ganhou. Nós ganhamos também um apoio muito grande da UNEMAT, temos parceiros como o SAMAE, tivemos um aumento muito grande no valor da prestação de serviços no

contrato do trabalho. Então tudo isso influenciou, ajudou a cooperativa a melhorar, seu respaldo (Entrevistado E)

O caminho da produção associada e da autogestão traçado pelos Catadores da COOPERTAN ao longo dos anos tem sido marcado pelo direito à experimentação, às falhas que fazem parte do processo e que constituem o principal insumo para a reflexão e aprendizado, conflitos e superação.

3.2.4 Uma organização do trabalho alheia à hierarquização de Seres, Saberes e Poderes

Objetivando facilitar os processos de coordenação dos trabalhos de comunicação e instituir um sistema de autoridade e responsabilidades, a COOPERTAN tem uma estrutura organizacional piramidal, mas que em nada se assemelha a estrutura organizacional das empresas capitalistas. No topo da estrutura tem-se a Assembleia Geral, que é soberana em suas decisões, todos os cooperados, sem distinção, têm o mesmo nível de autoridade e poder para decidir. Ao mesmo tempo, devem se comprometer com equivalentes graus de responsabilidade para respeitar e fazer cumprir as decisões da Assembleia. Na sequência, tem-se o Conselho de Administração que é auditado e fiscalizado pelo Conselho Fiscal.

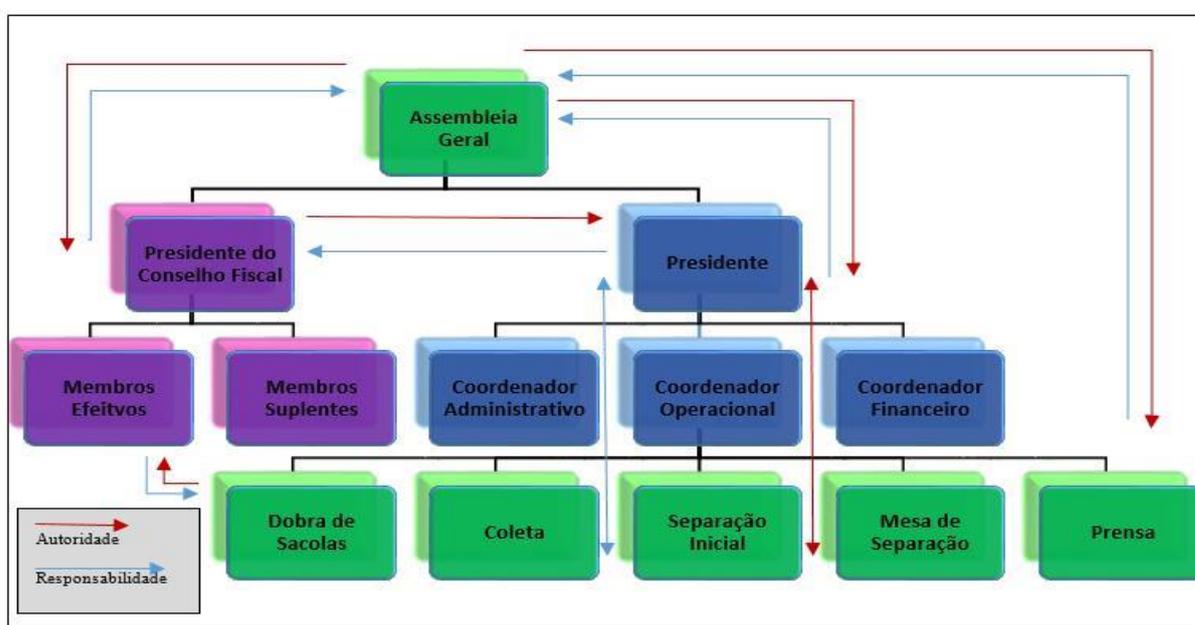
A relação funcional direta de coordenação dos trabalhos se dá entre o Conselho Administrativo e os demais cooperados, porém de uma forma dinâmica, uma vez que o binômio autoridade/ responsabilidade se dá em um processo bilateral. Ao mesmo tempo em que os membros deste conselho têm uma autoridade funcional no cotidiano de trabalho sobre os demais cooperados inerente às suas funções de coordenação dos trabalhos na cooperativa, esses não são impostos, mas eleitos pelos cooperados em assembleia geral e prestam contas de seu trabalho diretamente aos demais, e até podem ser destituídos pela autoridade atribuída ao coletivo, caso não cumpram satisfatoriamente com as suas responsabilidades.

O Conselho Fiscal tem a autoridade ligada às suas atribuições como ter acesso aos registros, prestação de contas, solicitar esclarecimentos e outras providências do Conselho Administrativo, mas também tem uma responsabilidade direta para com o coletivo de cooperados quanto ao bom exercício de sua função. Como pode ser observado na Figura 3, diferentemente das organizações onde há uma separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, tanto a autoridade quanto a responsabilidade na organização do trabalho na COOPERTAN assumem um sentido bilateral e em alguns casos multilateral.

A Assembleia Geral dos cooperados é o órgão supremo da COOPERTAN, pois cabe a ela toda e qualquer decisão de interesse da sociedade. Além disso, suas deliberações vinculam

a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Suas deliberações devem estar relacionadas aos assuntos contemplados na pauta do Edital de Convocação por maioria simples dos votos dos associados presentes com direito a voto, exceto nos casos de reforma do Estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança no objetivo da sociedade; dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes ou ainda contas do liquidante, as quais serão necessárias no mínimo o voto favorável de 2/3 dos cooperados presentes para que as deliberações possam se tornar válidas (COOPERTAN, 2015).

Figura 3 - Organograma da COOPERTAN



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de COOPERTAN (2015).

A coordenação operacional e administrativa do empreendimento é realizada pelo Conselho de Administração eleito dentre os Cooperados para um mandato de 02 (dois) anos, e é constituído por 04 (quatro) cargos: Presidente; Coordenador Administrativo; Coordenador Financeiro e Coordenador Operacional. Ao término de cada mandato, é necessária a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração. No quadro 9 apresentamos uma síntese das principais atribuições estatutárias dos cargos constituintes do Conselho de Administração.

A fiscalização direta dos atos da administração da cooperativa é realizada pelo Conselho Fiscal, constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos cooperados, eleitos juntamente com o Conselho de Administração pela Assembleia Geral

Ordinária, permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes. O Presidente do Conselho Fiscal e o Secretário são eleitos entre os próprios membros na primeira reunião.

Quadro 9 – Principais atribuições dos cargos do Conselho de Administração

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Presidente	Supervisionar a administração geral e as atividades da cooperativa. Convocar e presidir as reuniões, Assembleias Gerais e Conselho. Representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo ou fora dele. Prestar esclarecimentos à Assembleia Geral sobre as contas e a administração da cooperativa. Assinar documentos derivados de atividade normal de gestão. Outras atribuições que o Conselho de Administração ou Assembleia Geral lhe conferir.
Coordenador Administrativo	Substituir o Presidente em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias. Dirigir ou executar os serviços que lhe forem conferidos por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. Promover e organizar a administração geral e as atividades da cooperativa. Zelar pela autenticidade e veracidade das atas, das fichas de matrícula e de toda a documentação cooperativa, mantendo arquivo devidamente organizado.
Coordenador Financeiro	Organizar e administrar as finanças da cooperativa, acompanhando e verificando regularmente o saldo de caixa, contas a pagar e a receber. Elaborar em conjunto com a equipe gestora o planejamento anual das necessidades financeiras da cooperativa. Coordenar e supervisionar as áreas de contabilidade, crédito e cobrança da cooperativa. Elaborar relatórios, balancetes e prestar esclarecimentos à Assembleia Geral sobre as atividades financeiras da cooperativa. Coordenar e supervisionar juntamente com o Presidente e o Coordenador Operacional as áreas de Pessoal e Serviços Gerais da cooperativa. Assinar em conjunto com o Presidente documentos derivados de atividade normal de gestão.
Coordenador Operacional	Coordenar ou executar os serviços que lhe forem conferidos por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. Substituir o Coordenador Financeiro em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias. Coordenar as atividades técnicas e produtivas da cooperativa, auxiliado pelos demais diretores e colaboradores. Criar e coordenar quantos grupos de trabalho forem necessários para o bom desempenho das atividades da cooperativa. Elaborar e criar relatórios para acompanhamento e registros de produtividade e produção visando a transparência e possibilitando acompanhar o rendimento dos materiais selecionados.

Fonte: Adaptado de COOPERTAN (2015).

A atividade operacional é organizada em seis grupos de trabalho com funções específicas, coordenados formalmente pela Coordenação Operacional. Entretanto, constatamos que os grupos acabam por eleger naturalmente suas lideranças informais, geralmente cooperados com maior conhecimento da atividade laboral e/ou com mais tempo de cooperado, que acabam tirando algumas dúvidas dos colegas quando consultados ou orientando os novatos na realização do trabalho. O primeiro grupo de trabalho, responsável por dobrar e prender com elástico as sacolas plásticas a serem entregues na residência, é constituído por três cooperadas, já com certa idade e problemas de saúde que impossibilitariam desenvolver outras atividades que exigem maior esforço físico. Uma delas, inclusive, tinha a responsabilidade de cuidar do pai doente, o qual exigia um acompanhamento constante, assim desenvolvia suas atividades no próprio lar sem precisar ir à cooperativa. A sensibilidade humana e inclusão daqueles que

certamente não encontrariam espaço no mercado de trabalho assalariado precedem a racionalidade produtiva contrapondo-se a velhos paradigmas na construção de outro mundo do trabalho.

A equipe de coleta é constituída por 5 coletores, 3 no caminhão da cooperativa e 2 no caminhão do SAMAE, mais o motorista do caminhão próprio. Não é uma regra, mas geralmente é composta por cooperados do sexo masculino com idade entre 18 e 30 anos aproximadamente, cujo perfil tende a se mostrar mais resistente ao desgaste do trabalho. Entretanto, na falta de coletores, algumas cooperadas são escaladas para desempenhar temporariamente a função. Como forma de conseguir superar os desafios de resistência físicas impostos pelo trabalho desenvolvido, costumam fazer um revezamento dentro dos 6 dias semanais de trabalho, a cada 2 dias trabalhados correndo no solo, no terceiro o cooperado trabalha em cima do caminhão fazendo a carga.

A equipe que trabalha na separação inicial do material, setor batizado como “reciclagem” pelos cooperados, é composta em sua maioria por mulheres, mas também há cooperados do sexo masculino atuando neste setor. A mesma equipe que atua na separação inicial trabalha também na mesa de separação em regime de rodízio semanal, tais grupos se dividem em duas equipes, com exceção dos homens, que costumam trabalhar somente na separação inicial, não participando do revezamento. Uma escolha pessoal destes cooperados cujas possibilidades podem ser a questão de dar preferência para as cooperadas mulheres, por ser uma atividade menos penosa ou talvez pela possibilidade de conseguir reunir mais material de comercialização individual por passar mais tempo trabalhando neste setor. A divisão entre os dois grupos está alicerçada em critérios como grau de parentesco, amizade e afinidade entre as cooperadas. Isso talvez tenha contribuído tanto para clima agradável e ambiente de cooperação entre os membros dos grupos, quanto para a manifestação de conflitos em potencial entre membros dos diferentes grupos. Na equipe da prensa trabalham somente cooperados do sexo masculino, com idade acima dos 35 anos, perfazendo um total de 4 trabalhadores, que se revezam e colaboram entre si no trabalho desenvolvido nas 3 prensas em funcionamento.

Existem algumas atividades esporádicas a serem realizadas que ultrapassam a responsabilidades do cotidiano dos grupos de trabalho e são organizadas *ad hoc*, conforme acúmulo de trabalho de alguns setores ou disponibilidade de cooperados no local. É o caso do momento no qual o caminhão da empresa prestadora de serviços de coleta de lixo do município vai até a cooperativa recolher os rejeitos. Quando é necessário carregar o caminhão com fardos de material a serem entregues para os clientes, geralmente são escalados os cooperados do sexo masculino presentes no barracão e, quando necessário, as cooperadas dão um auxílio, tendo

preferência no desenvolvimento das etapas menos exaustivas desta tarefa. Ainda que as falas reforcem um discurso de não divisão de algumas tarefas por questão de gênero, a limpeza da “Casa de Piscina”, realizada uma vez por semana, ainda que tivesse condições de ser realizada por qualquer um dos cooperados, a escala de revezamento publicada no mural da COOPERTAN incluía apenas o nome de cooperadas, isentando desta responsabilidade os cooperados do sexo masculino.

Embora a cooperativa tenha uma distribuição dos cooperados em determinadas funções conforme idade, sexo e resistência física, esta é uma condição dada a partir da organização dos trabalhadores, não se estendendo como critério de admissão ou não de novos cooperados de acordo com a função definida. É uma postura de consciência de inclusão que proporciona condições de trabalho e permanência dos cooperados existentes conforme suas possibilidades e limitações de ordem física, e não como critério de aceitação ou exclusão de pessoas interessadas em fazer parte da cooperativa. Tem a filosofia de incluir em seu mundo do trabalho aqueles portadores do perfil dos excluídos do mercado de trabalho assalariado, conforme depoimento da Coordenadora Financeira.

Segundo Sguarezi (2011), para além do trabalho coletivo, na COOPERTAN ocorre a autogestão. Os sócios assumem a responsabilidade pelo empreendimento e as relações estão alicerçadas com base na solidariedade, mas também na disciplina. Evidentemente que a autogestão é uma construção cotidiana que pode ser materializada e aprimorada sob várias formas e, em que pese à necessidade de trabalhar algumas concepções, a forma de organizar o trabalho instituído na COOPERTAN coaduna com os princípios autogestionários.

3.3 Os Construtores de um novo Mundo do Trabalho

3.3.1 A Reunião de Catadores, Assalariados e Excluídos no trem do trabalho cooperado: encontros e despedidas

Os sujeitos pertencentes à COOPERTAN apresentam algumas diferenciações internas quanto à sua relação histórica com a atividade de Catador e com o próprio EES. Alguns destes têm um histórico de atuação nesta atividade que antecede a própria cooperativa, outros estão desde os anos iniciais e vivenciaram diversos estágios de seu desenvolvimento, já outros têm um histórico mais curto, não tendo a oportunidade de vivenciar a mesma riqueza de experiências dos demais. Dessa forma, certos cooperados conhecem a história da

COOPERTAN, outros a vivenciaram e outros a constituíram, o que, possivelmente, e não necessariamente, possibilita diferentes relações de identificação de cada trabalhador e trabalhadora com esta organização e do que esta representa para cada um deles.

O histórico das razões de ingresso dos cooperados entrevistados ratifica a dificuldade e a falta de oportunidade em conseguir trabalho em outras atividades: *“Então a gente não conseguia mais serviço [...] Trabalhei de caseiro na fazenda Cachoeira, trabalhei bastante tempo de guarda na noite, de segurança. Não conseguia mais [emprego]”* (Entrevistado A). Uma outra Catadora que vivenciou os momentos anteriores à cooperativa, sua constituição e suas dificuldades iniciais, chegou a se desligar do empreendimento em certa época na expectativa de melhores condições de renda por meio do trabalho assalariado:

[ingresso] Desde do início, desde dos primeiros dias, só que assim, eu saí uma época, fui trabalhar em outro lugar, aí voltei, saí de novo [...] por causa que eu queria trabalhar de carteira registrada, que eu nunca tinha trabalhado de carteira registrada, daí eu fui trabalhar em uma outra reciclagem e foi a primeira vez que eu registrei a minha carteira” (Entrevistada B)

O caso desta trabalhadora não é exceção, ouvimos muitos relatados de cooperados que acabaram se desligando por um tempo, principalmente nos momentos das dificuldades financeiras em que as sobras eram insuficientes para a manutenção da subsistência de algumas famílias. Entretanto, ou por terem sido desligados das empresas e terem dificuldades em se reinserirem no mercado de trabalho, ou ainda por terem a dificuldade em se colocarem e se manterem enquanto mercadoria, força de trabalho, depois de terem tido a experiência de, ainda com todas as dificuldades, serem senhores de si e de seu trabalho acabaram retornando.

Um outro exemplo neste sentido é o caso de um Catador que teve a sua primeira experiência com o mundo do trabalho nesta atividade ainda no lixão, na sua adolescência: *“Trabalhava lá mesmo [...] Comecei lá no lixão, no sítio dele [primeiro lixão do município] e depois veio para cá. [...] [idade de início] Ah com 16, 17 anos, por aí. Tem um bom tempo já”* (Entrevistado C). Este cooperado, que já assumiu cargos importantes na gestão, inclusive a presidência, por dificuldade de subsistência pela renda obtida nos anos iniciais, acabou buscando outras atividades ocupacionais *“Trabalhei em fazendas, mas por poucos dias né”*, mas teve dificuldades em se adaptar a este mundo do trabalho e retornou.

Outros fundadores do empreendimento, que tinham toda uma história como Catadores anteriormente, também se desligaram no momento em que a divisão das sobras não lhes permitia mais subsistirem, o que provocou a ruptura de toda uma história e identidade com a atividade de Catador.

[...] uma vez conversei com uma sobre isso. Geralmente eles deixaram a cooperativa até num período quando eu entrei, justamente pelo o ganho né, que quando eles foram fundadores, era em cima do lixo, eles tiveram um valor bem alto. E depois que formalizou a cooperativa, o próprio barracão, o ganho diminuiu e em 2009, 2010, praticamente a gente quase nem recebia. Então esses foram uns dos motivos principais para eles terem saído da cooperativa e poucos fundadores terem ficado [...] Eu acredito que os mais velhos saem mesmo por causa dessa questão anterior da distribuição de sobras que caiu muito e eles eram acostumados a tirar um valor bem alto para família, então desamina (Entrevistada H).

A fala da cooperada é referendada na pesquisa de Lima (2010), na qual os registros demonstravam que no mês de agosto de 2009, o grupo era composto por 22 pessoas, apenas 10 dos fundadores continuavam na cooperativa, assim mais da metade do grupo havia sido renovado após dois anos de fundação. A explicação dada pelos cooperados fundadores é que a renda foi reduzida drasticamente, o que fez com que praticamente a metade dos instituidores saísse do grupo à procura de novas formas de obtenção de renda. Outros cooperados abandonavam o projeto vislumbrando melhores perspectivas nos direitos trabalhistas, assegurados pelo trabalho assalariado: *“Porque não tinha carteira assinada, eles preferem ter carteira assinada, porque quando chega o fim do ano tem o 13º [...] Eles falam que saíram por isso, que trabalha sem carteira assinada”* (Entrevistado A). *“Então a pessoa vai procurar coisa melhor, eu acho que é a carteira registrada, mais ou menos isso né. Mas vai e fica, se consegue ficar”* (Entrevistada B). Não significa necessariamente que estes trabalhadores tinham preferência pelo trabalho assalariado, mas tomavam tal decisão fundamentados na necessidade de uma estabilidade de renda, e ainda o grau de incerteza de rendimentos promovidos pela cooperativa em seu início e imprevisibilidade de seu futuro nos momentos crise de viabilidade. *“Disseram que não estava dando nada, saiu um punhado, saiu eu, saiu uns outros. Com R\$50,00 não dá nada, o que vai fazer com R\$ 50,00 [...] Agora hoje não, mudou muito”* (Entrevistado C).

Anteriormente o coletivo de Catadores era constituído por pessoas que tinham relações que ultrapassavam estes espaços e se conheciam há tempo. A saída de alguns trabalhadores e a sua substituição por outros potencializou a dinâmica da heterogeneidade do grupo, demandando habilidades de relações interpessoais, inteligência emocional e o respeito pelo diverso. Esse é um processo pedagógico de autodesenvolvimento que demanda tempos diferentes para cada indivíduo. Compreender as diferenças e superar as divergências em um empreendimento de produção associada é uma faculdade individual, já em uma empresa convencional é uma necessidade imposta para conseguir se manter no posto de trabalho. A receptividade, o

sentimento de pertença e acolhimento dos novos trabalhadores por parte dos mais antigos se mostrou um elemento importante para a permanência ou não destes primeiros:

[...] o comportamento das pessoas, principalmente por isso, chega para trabalhar tem que dar forças e não dar coice, chega e logo recebe patada, que pessoa vai querer ficar num lugar desses? Não fica [...] todo mundo merece uma chance na vida, ninguém nasceu “aprendido”, tem que ensinar. Quando cheguei, alguém me ensinou, também posso passar para os outros. Por mais que não tenho paciência, mas tem que ensinar. [...] Quando ensina é xingando, eu não gosto. Ainda bem que a pessoa que eu peguei foi paciente, também em três dias eu aprendi tudo (Entrevistada F).

Pelo que podemos constatar, a partir dos registros documentais, os cooperados que saíram e depois retornaram, ainda que a dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho e a dificuldade de se adaptar a este outro mundo do trabalho tenham contribuído substancialmente para o seu retorno, se desligaram principalmente no período quando a cooperativa passou por uma crise devido aos problemas de gestão e retornam posteriormente, quando houve uma troca do grupo gestor e uma nova postura de liderança foi assumida. Isso mostra que a figura da liderança tem contribuído sim para a permanência ou retorno destes Catadores.

A dificuldade de conseguir trabalho e as expectativas de bons ganhos foram atrativos para a inserção destes trabalhadores no mundo da reciclagem como Catadores:

No ano de 1998, eu vim para Tangará da Serra e vim para o acampamento e eu fiquei desempregado né. E nesse tempo, fiquei uns dois meses sem conseguir emprego, em Tangará, nessa época, estava ruim o emprego. E me informaram que lixão aproveitava muito metal naquela época e o metal tinha um valor muito bom aqui em Tangará. Ai fui para o lixão em 98 e nas primeiras semanas, eu consegui fazer em média um salário mínimo de metal naquela época. [...] Por semana. Um salário mínimo por semana de metal. Ai de lá para cá nunca mais parei de trabalhar. [razões pelas quais nunca pensou em se desligar da cooperativa] Eu gosto dessa atividade que eu faço, eu acho que a amizade, o companheirismo aqui dentro, a união, isso é muito importante. Aqui dentro é divertido, além da renda que a gente tem, as pessoas, as amizades são muito divertida (Entrevistado E)

Há cooperados que já haviam experimentado outras atividades como autônomos antes de entrar no EES: “[...] eu trabalhava na fazenda, depois vim embora né, trabalhava na rua, fazendo bico, carpia lote, passava veneno em lote, é isso. [...] Entrei desde 2010” (Entrevistado G). A forma de conhecimento da atividade de Catador no município, ou posteriormente da cooperativa, geralmente está ligada a laços de amizade ou familiares, o que contribui para a compreensão da existência dos grupos iniciais que constituíam a COOPERTAN. “Tinha uns colegas meus que já trabalhavam lá, tinha o Edimilson já tinha trabalhado antes com a gente” (Entrevistado A).

[...] pai e mãe [já trabalhavam anteriormente no lixão] [...] Minha mãe trabalhava com frango né, vendia frango na feira, meu pai, era leiteiro. Ai através da Barbara, do seu Antônio, da Eva, começaram a falar para ela que lá dava renda boa. Então, surgiu através da Barbara, do seu Antônio que chamou minha mãe e falou que dava muito dinheiro, que estavam tirando muito dinheiro, aí minha mãe acabou largando dos frangos né para trabalhar lá no lixão. Aí minha mãe começou a falar para meu pai que dava dinheiro, meu pai acabou entregando o leite né, falou para o patrão dele que não ia mais, que ia trabalhar em outro lugar. Aí ele foi para o aterro também. [...] Ai meu pai, meu irmão tinha uns quinze anos na época, estava sem fazer nada em casa e falou assim” vamos para lá também” e levou ele também.[...] Aí eu mexia, trabalhava com bucho mocotó. Aí minha mãe falou “[...], lá dá dinheiro, vamos para lá” e eu fui também (Entrevistada D).

Então em 2008, eu trabalhava de doméstica meio período, aí tive um nenê peguei licença maternidade e depois não voltei a trabalhar. Nesse período eu tinha uma cunhada minha e um irmão meu que trabalhava na cooperativa, aí eu procurei trabalho e ela me indicou lá que estavam precisando fazer um teste lá, que era bom. Aí eu fui, me aceitam e estou até hoje.(Entrevistada H).

Ainda que não tenhamos informações suficientes para fazer uma discussão com maior propriedade sobre outros elementos característicos destes trabalhadores e trabalhadoras, como a questão étnica, por exemplo, os diálogos com estes sujeitos contribuíram para identificar suas origens, os caminhos percorridos desde suas cidades natais até o ingresso na cooperativa. Grande parte tem “suas raízes” na Região Nordeste, principalmente nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Nascidos nestas regiões ou ainda no estado de Mato Grosso, mas com pais, tios, primos e outros familiares provenientes destes estados. A migração se deu principalmente pela busca de melhores condições de vida e maiores oportunidades de trabalho. Alguns, antes de chegarem ao estado de Mato Grosso, já haviam morado e tentado construir suas vidas em estados da Região Sudeste, como São Paulo, por exemplo. A dificuldade inicial de encontrar trabalho e o princípio da inclusão contribuiu para que estes trabalhadores e trabalhadoras encontrassem na COOPERTAN uma oportunidade para exercerem o seu direito/dever do trabalho e proporcionar as condições materiais de existência de suas famílias.

Outro traço constitutivo do coletivo destes sujeitos são os espaços geográficos urbanos de residência e convívio. Salvo poucas exceções, residem em bairros periféricos da cidade de Tangará da Serra, regiões onde nem sempre há uma estrutura adequada quanto à iluminação pública, asfalto, escolas, creches, segurança pública e espaços que ofereçam atividades de lazer e cultura. Segundo dados de uma pesquisa desenvolvida pelo IPEA (2013), que trata da situação social das Catadoras e dos Catadores de material reciclável no Brasil, apenas 49,8% dos domicílios apresentavam esgotamento sanitário adequado, em apenas 22,7% havia crianças de

0 a 3 anos de idade que frequentavam creches. A pesquisa também identificou que 4,5% dos domicílios possuíam uma renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 e 66,1% eram negros e pardos.¹⁴

Todas estas experiências que envolveram as dificuldades iniciais de obtenção de renda, problemas com a gestão, desligamento de fundadores da cooperativa, ao mesmo tempo em que geraram angústias e preocupações, também, através da reflexão sobre as ações passadas para delinear as ações futuras, constituíram um processo de aprendizado para todos os envolvidos, inclusive as organizações apoiadoras do empreendimento. Segundo o depoimento do Coordenador do NUPES, que esteve pessoal e institucionalmente envolvido com a COOPERTAN em todos estes momentos deste a sua fundação:

Então esse processo educacional a partir do trabalho, foi cansativo até o momento, aí você vê como que a gente deve passar pelos processos, porque quando a gente está lá no meio do processo. No início a gente não consegue compreender, mas depois olha para trás, a gente consegue compreender, com a nova gestão da cooperativa isso se estabilizou porque houve uma prática de gestão na cooperativa de que o resultado do ganho, de rendimento volte para os cooperados. Porque nós tivemos problemas na cooperativa de gestão, quando o ganho do cooperado ficava muito miseravelmente pequeno, aí havia desvios de rendimento, é lógico que foi impactar nos processos educativos. A partir do momento que essa diretoria que agora está encerrando o seu mandato, a gente sente que houve uma evolução nesse processo de aprendizado e educação pelo trabalho que eles realizam.

No contexto atual a cooperativa tem conseguido prover ao menos as necessidades básicas de seus trabalhadores e familiares. Contudo, estes exemplos vêm ratificar que, apesar de não ser a centralidade e tampouco suficiente, a viabilidade econômica de empreendimentos desta natureza é condição necessária na busca da construção de outras economias e outros mundos do trabalho. Ainda que diante de uma perspectiva de renda mais favorável do que a realidade dos anos iniciais, há um problema com a rotatividade destes trabalhadores. O ambiente de trabalho insalubre e o fato de ser um trabalho desgastante fisicamente tem sido algumas das razões que contribuem para a não permanência dos novos cooperados. “*Dizem que o serviço é pesado [...] É, puxado. (risos). Tem que ser macho. Eu já acostumei, não acho que é pesado não*” (Entrevistado A), “*A pessoa não está acostumada tanto aqui, aqui tem opinião*” (Entrevistado C).

¹⁴Este trabalho de pesquisa nos possibilitou traçar uma discussão da origem e condições de classe destas trabalhadoras e trabalhadores. Nos proporcionou identificar a origem geográfica de alguns destes Catadores, contudo é importante avançar no sentido de fazer um levantamento e discussão da origem étnica destes trabalhadores e trabalhadoras. Essa origem étnica poderá ter uma relação com diferentes mundos do trabalho onde são instituídas diferentes culturas do trabalho, cujos elementos materiais e simbólicos irão de alguma forma, contribuir para o delineamento da cultura do trabalho que vem sendo construída na COOPERTAN.

A atividade laborativa assume diferentes significados para estes sujeitos. Os mais velhos de cooperativa vivenciaram, se não toda, mas boa parte da história dos Catadores do município ou conhecem bem essa realidade a partir de seus familiares e amigos que estão ou estiveram há mais tempo nesta atividade. Com isso, conseguem compreender melhor a relevância social da COOPERTAN, a melhoria das condições de trabalho proporcionadas, ainda que atualmente não sejam as melhores. Vivenciaram as árduas e graduais conquistas, que contribuíram para o vislumbre de novos horizontes, quanto ao empreendimento e a própria concepção do trabalho. Isso lhes dá condições de enxergarem além da realidade aparente de um ambiente físico e exercício laboral pouco atrativo e desgastante. Os novos cooperados, não sendo uma regra, tendem a reduzir a sua compreensão do trabalho apenas ao desenvolvimento de sua função e tarefas do cotidiano, além de enxergar como possibilidade de produção de riquezas naquele espaço somente a questão material, materializada nas sobras, ficando alheios a todas as possibilidades de riqueza espiritual produzida e usufruída pelos governantes do seu próprio trabalho. Um melhor ambiente de trabalho, a possibilidade de menor desgaste físico e os benefícios assegurados pelo trabalho assalariado acabam lhes parecendo mais atrativos:

[...] os novatos, acredito que eles, a pessoa que fica trinta dias, um mês, é porque não tem carteira assinada e eles querem registrar né. E talvez por causa do trabalho pesado, porque só reciclar ali não é pesado, o problema é na hora que chega o lixo, a pessoa começa às vezes, vem o caminhão e você fica o dia inteiro carregando lixo e as pessoas sentem (Entrevistada D).

Ainda que essa rotatividade seja uma preocupação das lideranças da cooperativa e das organizações apoiadoras, uma das cooperadas (Entrevistada H) reconhece neste processo a prática do princípio da livre adesão. A COOPERTAN não tem por prática, muito menos por princípio, a exclusão de seus trabalhadores. Sguarezi (2011) argumenta que o enfrentamento do problema da rotatividade deve se dar pelo processo de formação e participação, para que os sócios possam ir assumindo um sentimento de pertença ao grupo. Ao participar, ao assumir responsabilidades, eles acabam gerando um vínculo mais forte com a cooperativa. O desligamento, salvo nos casos previstos no estatuto, só ocorre por livre e espontânea vontade do trabalhador, diferentemente de uma empresa heterogestionária, ainda mais nos momentos de crise e dificuldades. A primeira tem o ser humano e sua relação com o trabalho, indissociável dos meios de produção, como sua centralidade e não à reprodução do capital. A livre adesão garante o ingresso, a autonomia e a liberdade de a qualquer momento se desligarem. O princípio da inclusão tem possibilitado o retorno daqueles que conheceram e aprenderam sobre distintos

mundos do trabalho e optaram por aquele que os reafirma, primeiramente como homens e não como mercadoria.

3.3.2 Entre encontros, despedidas e reencontros: os trabalhadores que tem permanecido na estação.

Os sujeitos com os quais estabelecemos uma interlocução neste trabalho de pesquisa pertencem a dois grupos a partir do vínculo com o EES: cooperados e candidatos a cooperados. Obedecendo ao primeiro princípio do cooperativismo, a Livre Adesão (Lei 5.764, 1971), na COOPERTAN a adesão fica condicionada à necessidade de novos trabalhadores para compor o quadro de cooperados e uma geração de renda suficiente para proporcionar uma distribuição de sobras que atenda às necessidades dos novos trabalhadores, sem comprometer a dos atuais. Caso isso seja possível, os novos trabalhadores passam por um período mínimo de experiência de três meses, quando aprendem sobre o trabalho de Catador, sobre os materiais, a cooperativa, normas internas, dentre outros. Durante esse período, a qualquer momento, se for do seu desejo, o trabalhador pode solicitar o seu desligamento. Após este período, é deliberado em assembleia a efetivação ou não dos novos Catadores como cooperados.

Fazemos esta diferenciação aqui a título de informação, mas neste trabalho não há distinção entre esses dois grupos de trabalhadores. Estamos aqui estabelecendo um diálogo com todos os trabalhadores da COOPERTAN e o uso do termo cooperado em todos os momentos do texto não implica necessariamente uma restrição ao sentido da formalização do vínculo, mas a todos que fazem parte desta experiência de reprodução ampliada da vida por meio da produção associada na atividade laboral de Catador.

Atualmente, a profissão de Catador de Material Reciclável é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), passando a constar na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a partir de 22 de outubro de 2002 (MTE, 2016). Dentro da família de ocupações **Trabalhadores da Coleta e Seleção de Material Reciclável** (código 5192), foram catalogadas três ocupações com seus respectivos sinônimos, sendo elas:

- ✓ 5192-05 - **Catador de Material Reciclável** (Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa));
- ✓ 5192-10 - **Selecionador de Material Reciclável** (Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata);
- ✓ 5192-15 - **Operador de Prensa de Material Reciclável** (Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preenseiro, Prensista).

Na descrição sumária das atividades, o MTE (2016) atribui como responsabilidade destes profissionais a coleta de material reciclável e reaproveitável; a seleção do material coletado; preparação do material para expedição; a venda de material coletado; a realização da manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho; a divulgação do trabalho de reciclagem; a administração do trabalho e o trabalho com segurança. Esta descrição converge com as atividades dos profissionais da COOPERTAN, inclusive no que se refere à divulgação da atividade por meio da participação em conselhos e em eventos públicos no município, a articulação com outros Catadores e cooperativas através da Rede CATAMATO, a aproximação do diálogo com o MNCR e fomento da organização coletiva de outros Catadores.

Devido à rotatividade de parte do quadro de cooperados, as características da totalidade do coletivo da COOPERTAN são sempre uma fotografia da realidade em dado momento e não uma constância, podendo sofrer alterações já no próximo mês. Apresentaremos aqui alguns elementos característicos de como ela se apresentava entre dezembro de 2015 e final de janeiro de 2016. Tendo sofrido alterações inclusive neste período e nos próximos meses, como foi possível constatar em visitas posteriores ao empreendimento. Ainda que não seja um retrato exato da realidade atual esses elementos possibilitam uma apreensão das principais características destes trabalhadores.

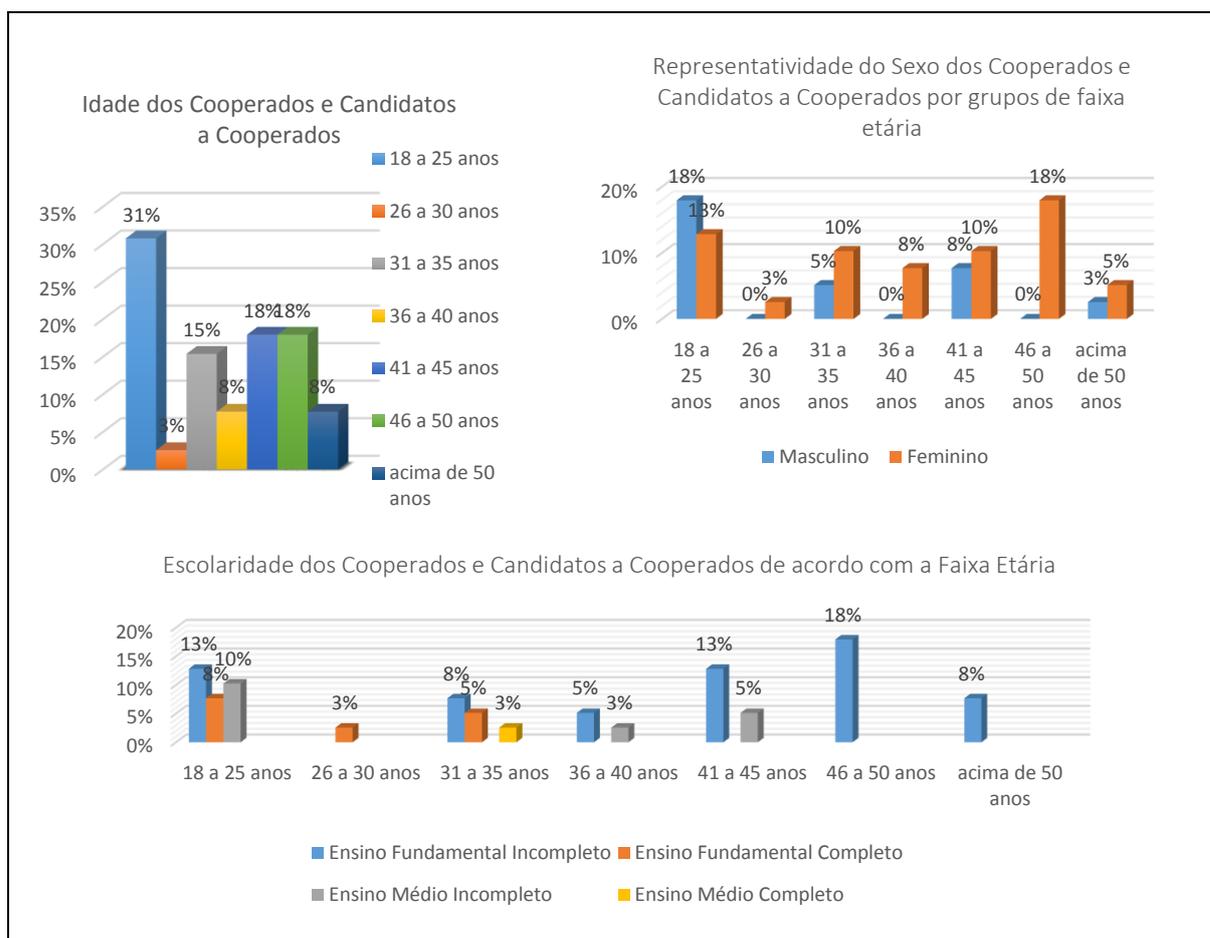
Dos 40 trabalhadores ligados à cooperativa na época do trabalho de campo, grande maioria eram mulheres (67%). Quanto à escolaridade 64% não concluíram o Ensino Fundamental (2/3 destes são mulheres); 15% chegaram a concluir; 18% possuem Ensino Médio Incompleto (grande maioria homens) e apenas 3% completaram esta fase escolar (somente homens). O Gráfico 1 nos possibilita uma melhor análise da faixa etária e sua relação com a escolaridade e sexo dos trabalhadores:

Diante do gráfico, percebe-se que um público bastante jovem tem ingressado nesta atividade, principalmente na faixa etária que corresponde aos anos iniciais da inserção no mundo do trabalho (18 a 25 anos). Grupo constituído por uma maior porcentagem de trabalhadores do sexo masculino. Os dados sinalizam que estes têm deixado de procurar a cooperativa, ou talvez deixado de estar nela, na idade entre os 26 e 45, possivelmente pelo fato de terem maior facilidade de ingresso no trabalho assalariado a partir de certa idade e/ou porque constituem família e a renda obtida não seja suficiente para o suprimento de suas necessidades. Há um percentual mais expressivo destes trabalhadores na idade em que já começam a encontrar dificuldade para se inserirem no trabalho assalariado.

O público feminino tem uma distribuição mais regular dentre as diversas faixas etárias, já que as mulheres da COOPERTAN geralmente possuem uma idade superior aos 25 anos, já

são mães e muitas delas precisam assumir a responsabilidade pelo sustento do lar e dos filhos. Pela exigência do esforço físico da atividade, muito possivelmente, o número de trabalhadoras nas faixas etárias mais elevadas tende a reduzir. Há uma presença significativa de cooperadas com idade entre os 46 e 50 anos, mas essas já possuem todo um histórico de trabalho desde o lixão ou início da cooperativa, e não é comum pessoas desta idade procurarem e quererem se inserir no mundo do trabalho através deste EES atualmente.

Gráfico 1 - Relação da faixa etária com o sexo e escolaridade dos cooperados



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A pesquisa desenvolvida pelo IPEA (2013) sobre a situação social das Catadoras e dos Catadores de material reciclável no Brasil indica que 20,5% destes trabalhadores e trabalhadoras eram analfabetos; apenas 11,4% haviam concluído o Ensino Médio e 31,1% deste total era constituído por trabalhadoras. Comparando com os dados nacionais, a COOPERTAN apresenta um desempenho desfavorável com relação ao percentual de cooperados que possuem o Ensino Médio Completo, ou seja, está bem abaixo da média nacional. Por outro lado, ainda que alguns poucos trabalhadores tenham dificuldade com a leitura e produção textual, todos

conseguem assinar seu próprio nome, apresentando desempenhos variados quanto à capacidade de leitura, interpretação e produção textual.

O percentual de trabalhadoras da cooperativa em comparação à média nacional é bastante significativo, representando mais que o dobro da média nacional. Uma participação feminina ¹⁵que se expressa não somente na questão quantitativa, mas qualitativa na qual as mulheres têm desempenhado historicamente importantes papéis nos espaços de gestão e figurado como principais lideranças dentro do EES. Nas últimas duas gestões o Conselho Administrativo foi constituído em sua totalidade por trabalhadoras.

Além disso, se percebe uma relação entre a escolaridade dos cooperados dentro de algumas faixas etárias e sua atuação na cooperativa. Os dados evidenciam a não existência de cooperados com Ensino Médio Completo até os 30 anos trabalhando na cooperativa. Nesta faixa etária, embora que com certa dificuldade e em postos de trabalho hierarquicamente inferiores, conseguem, com menos dificuldade, ingressar no mercado de trabalho, principalmente pelo fator de serem do sexo masculino, em sua maioria. Já o baixo nível de escolaridade se faz presente em todas as faixas etárias, sobretudo nas de idade mais avançada, com um público de baixo índice de empregabilidade, tanto pela questão da idade quanto pela formação.

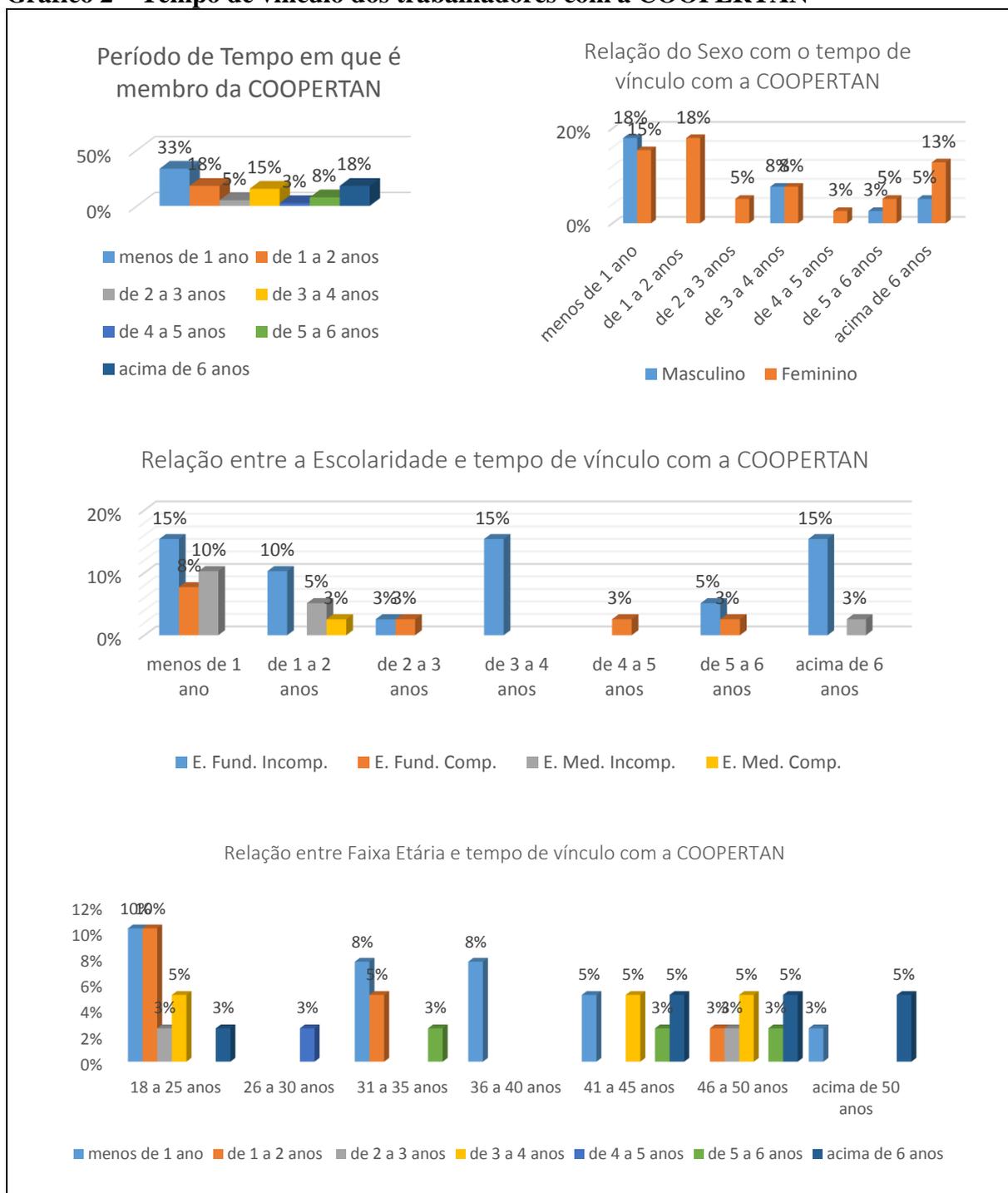
Assim, os dados sobre o tempo de vínculo reafirmam algumas das relações entre a permanência na cooperativa e outros fatores já discutidos em outro momento, e sinalizam outras relações a partir dos dados apresentados no Gráfico 2.

Os números reafirmam o problema da rotatividade dos cooperados, visto que mais de 50% tem no máximo dois anos de vínculo, sendo o tempo de permanência do público masculino ainda menor, em comparação ao feminino. Há uma concentração significativa tanto de trabalhadores, quanto de trabalhadoras no grupo dos que atuam na cooperativa por um período igual ou superior a cinco anos. Esse grupo é constituído pelos cooperados fundadores ou que ingressaram nos primeiros anos de existência do empreendimento. Percebe-se também que aqueles com maior nível de escolaridade ou de menor faixa etária tendem a se desligar da cooperativa mais rapidamente, em relação aos demais. Os que possuem um tempo de vínculo um pouco mais longo tem relações familiares com outros cooperados. Os números relacionados

¹⁵Ainda que seja algo importante a ser tratado na discussão sobre a cultura do trabalho e as relações de trabalho, não foi possível nos aprofundarmos nas discussões sobre gênero no contexto da Economia Solidária e da própria COOPERTAN. O trabalho de campo nos possibilitou identificar alguns elementos que ajudam a compreender a importância das trabalhadoras no processo histórico e contexto atual deste empreendimento, mas é preciso avançar na discussão de como estão instituídas as relações de gênero nas relações de trabalho dentro desta cultura do trabalho que vem sendo construída neste EES.

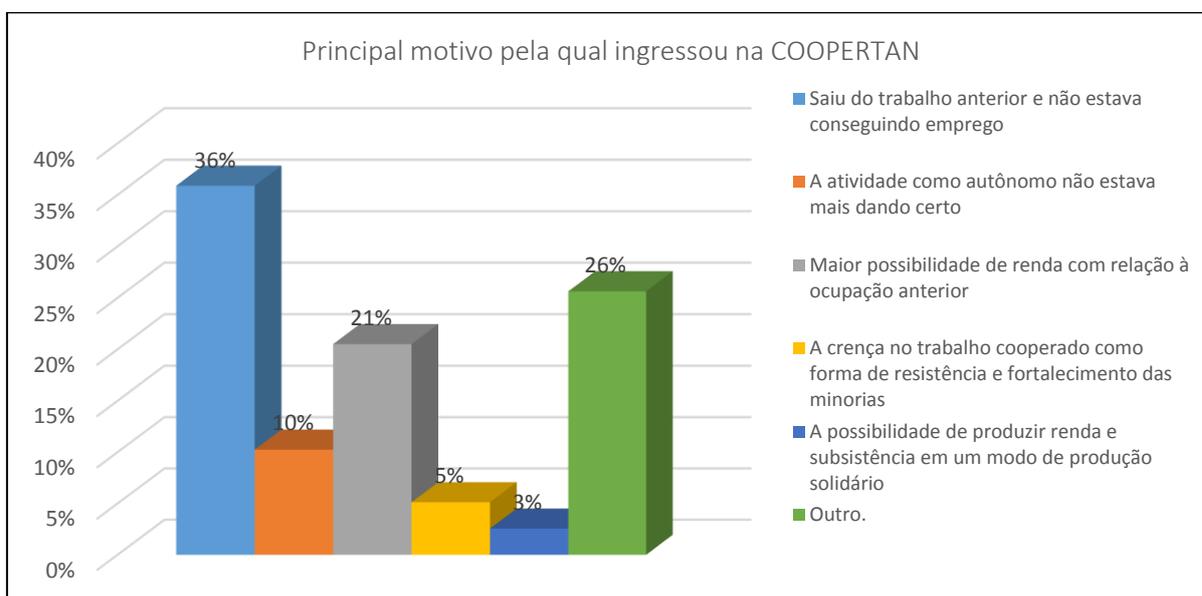
aos cooperados mais velhos coadunam com a realidade de segregação do mercado de trabalho de profissionais com idade mais avançada e baixo nível de educação formal.

Gráfico 2 – Tempo de vínculo dos trabalhadores com a COOPERTAN



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A pesquisa procurou identificar os principais motivos, expressos no Gráfico 3, que levaram estes trabalhadores a ingressarem na cooperativa.

Gráfico 3 – Principal motivo de ingresso na COOPERTAN

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A dificuldade de acesso a um novo emprego mostrou afetar igualmente os trabalhadores homens e mulheres. Uma grande proporção das trabalhadoras já vinha buscando anteriormente sua subsistência por meio do trabalho autônomo, assim como a atuação na cooperativa para elas representa a busca de uma maior possibilidade de renda com relação à ocupação anterior. Somente membros do sexo feminino ingressaram por acreditar no trabalho cooperado como forma de resistência e fortalecimento das minorias e na produção de renda e subsistência por um modo de produção solidário. A princípio, podemos compreender que a produção associada e a COOPERTAN não só têm um significado que vai além da inserção no mundo do trabalho e atendimento das necessidades imediatas, mas uma possibilidade de repensar a questão de gênero no âmbito econômico-social. Ela é um espaço de destaque do protagonismo feminino, já que historicamente as trabalhadoras tiveram um papel muito importante no desenvolvimento do EES, pois sempre tiveram uma participação ativa na gestão em todos os momentos e vêm se mantendo por maior tempo na cooperativa com relação aos homens.

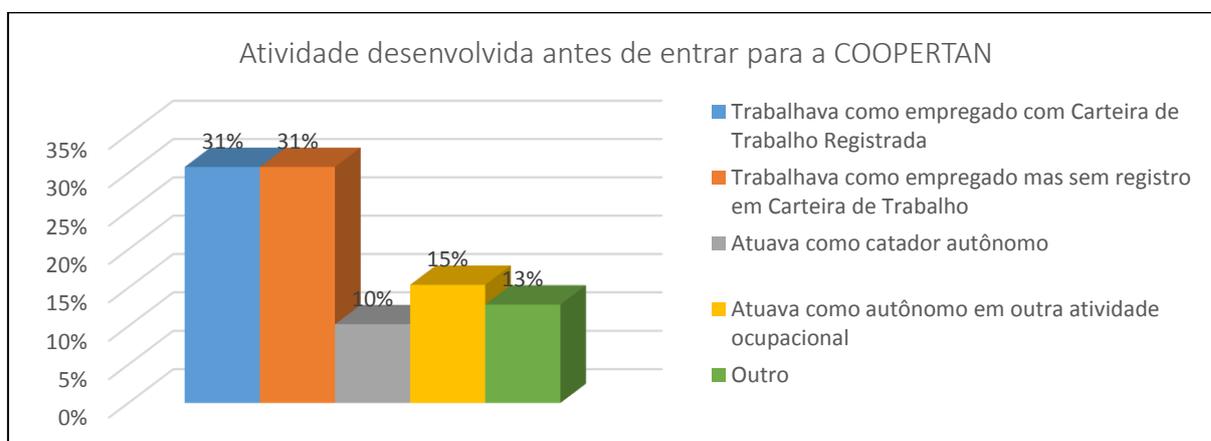
O público que ingressou na cooperativa pela dificuldade de conseguir emprego tem como características pertencerem principalmente à classe mais jovem de trabalhadores (18 a 25 anos), e tal público está há pouco tempo na cooperativa. A grande maioria tem menos de 1 ano de cooperado e não chegaram a completar o Ensino Médio, ou ainda, interromperam os estudos sem concluir o Ensino Fundamental. Já os trabalhadores que atuavam como autônomos

anteriormente estão distribuídos entre diversas faixas etárias, são cooperados a menos de 2 dois anos, com exceção daqueles que já atuavam anteriormente como Catadores autônomos e não chegaram a completar o Ensino Médio.

Esses trabalhadores que hoje buscam produzir a sua reprodução ampliada da vida tem um histórico de trabalho anterior à Cooperativa. Certamente trazem consigo conhecimentos, valores, concepções de mundo e de trabalho que são transportados para o espaço de trabalho no empreendimento e são negados, reafirmados, desconstruídos e reconstruídos à medida que em um processo de implicação mútua também negam, reafirmam, desconstroem e reconstroem os já existentes por meio das relações de trabalho ali construídas. Nesse caso, a COOPERTAN é um espaço de contradições entre a autogestão e a heterogestão, e, portanto, o trabalho associado nessa cooperativa passa a ser um trabalho que pela autogestão também educa.

A partir do Gráfico 4, percebe-se que a grande maioria dos cooperados atuava anteriormente como trabalhadores assalariados, distribuídos igualmente entre aqueles atuavam com e sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Gráfico 4 – Atividade de trabalho desenvolvida antes de entrar na COOPERTAN



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Ao serem confrontados com outras dimensões características dos trabalhadores, estes dados ilustram que a maioria dos que atuavam com a CTPS assinada, é constituído por homens, são trabalhadores mais jovens que não concluíram o Ensino Médio, tendo interrompido os estudos já no Ensino Fundamental. Estão na cooperativa a menos de 3 anos e ingressaram principalmente, pela dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho e em menor grau pela busca de maior possibilidade de renda.

O grupo de trabalhadores que anteriormente eram assalariados sem ter acesso ao direito da CTPS assinada é formado em sua maioria para trabalhadoras, e está distribuído entre

diversas faixas etárias, possuem Ensino Fundamental Incompleto, com poucas exceções tendo concluído o Ensino Fundamental. Ou tem menos de 1 ano de cooperativa, ou atuam a mais de 5 anos, salvo um pequeno percentual que tem entre 3 a 4 anos de histórico de cooperado e ingressaram por dificuldade em se reinserir no mercado de trabalho e em menor grau, buscando uma possibilidade de melhores ganhos.

O grupo dos trabalhadores que já atuavam como Catadores autônomos anteriormente é constituído em sua maioria por mulheres, o que referenda a importante relação entre a atividade de Catador e o trabalho feminino, antes mesmo da constituição da COOPERTAN. Possuem entre 41 e 50 anos, nenhum deles tem o Ensino Médio Completo, estão na cooperativa desde o início, salvo alguns casos de cooperados que constituíram o EES, se desligaram e tempos depois retornaram. Ingressaram, ou constituíram a cooperativa, por acreditarem no trabalho cooperado como forma de resistência e fortalecimento das minorias e foram os únicos a afirmar como principal razão de ingresso a possibilidade de produzir renda e subsistência em um modo de produção solidário.

Na medida em que esses trabalhadores são portadores dos elementos característicos dos sujeitos segregados do mercado de trabalho do capital ou relegados aos postos de trabalho de baixo grau de complexidade e prestígio social, a busca por se associarem a nove anos, ou o ingresso posterior, é um grito de socorro pela inclusão socioproductiva. Ainda que as razões de ingresso tenham bastantes pontos em comum, as razões de permanência têm se mostrado bastante distintas, principalmente a partir da relação histórica dos Catadores ou de familiares com a cooperativa. Os trabalhadores com menor tempo de vínculo, especificamente os mais jovens, têm buscado apenas uma forma de promover a sua subsistência e obter renda, sendo indiferentes para eles serem eles próprios, ou estranhos, os senhores de seu trabalho. Isso vem ratificar a compreensão de Sguarezi (2011) na necessidade de se pensar os processos de formação e participação destes cooperados.

A história do empreendimento mostra que alguns cooperados que não têm um tempo tão longo de vínculo, mas têm tomado parte do processo de forma efetiva, ocupando inclusive os espaços da gestão, vêm conseguindo ter outro olhar e vislumbrar novas possibilidades e riquezas de diferentes naturezas produzidas neste espaço. O fato de o cooperado poder votar nas assembleias somente a partir de seis meses depois que for efetivado ou pleitear um cargo eletivo depois de um ano (COOPERTAN, 2015), restringem as possibilidades de participação dos iniciantes, o que provoca impactos negativos no sentimento de pertença. É importante que sejam rediscutidas as ações de formação atuais junto aos cooperados, de modo que estes possam permanecer por mais tempo, para que, a partir do cotidiano de trabalho e das ações promovidas

nas formações, eles possam se imergir cada vez mais neste solo fértil da pedagogia do trabalho, construindo novas ações que proporcionem o fortalecimento e desenvolvimento da cooperativa e de seus trabalhadores.

3.3.3 A tessitura de novas e velhas relações e concepções de trabalho.

As relações entre os membros da COOPERTAN se constituem de uma forma bastante humana, intensa e espontânea, assim como se dão as relações entre um grupo de amigos ou familiares, apresentando tanto momentos de coesão e aproximações, quanto de divergências e distanciamentos. A natureza da produção social do trabalho pressupõe a necessidade da cooperação entre estes trabalhadores. Porém, cada um assume posturas diferentes quanto ao exercício desta cooperação e participação nos processos de trabalho e gestão do empreendimento, ainda que os dispositivos institucionais proporcionem a plena participação de todos, salvo restrições iniciais quanto ao tempo mínimo necessário para votar nas assembleias e ser votado para a gestão.

Em um empreendimento autogestionário a cooperação é espontânea, uma iniciativa do próprio trabalhador, ou ao menos deveria ser, o que pressupõe diferentes níveis de cooperação a partir da autoidentificação e comprometimento de cada um com a organização e com os pares que a constituem. Ela se constrói no cotidiano e se torna mais ou menos autônoma a partir de sua interação com outras dimensões das relações de trabalho que se estabelecem: os processos educativos ou deseducativos vivenciados pelos trabalhadores em experiências de trabalho anteriores; a inteligência emocional; habilidades de relações interpessoais desenvolvidas; grau de empatia com relação aos colegas; perspectiva de futuro com relação ao empreendimento e a compreensão do trabalho autogestionário. A maneira como se expressa a forma de cooperação entre os cooperados revela também, em certa medida, os rumos que o processo pedagógico de educação e a produção associada têm assumido em seu cotidiano de trabalho. Discutiremos, na sequência, algumas ocorrências do cotidiano de trabalho destes trabalhadores que portam, de maneira mais ou menos explícita, os elementos determinantes da qualidade das relações de cooperação estabelecidas entre eles.

A construção de grupos fragmentados entre os cooperados tem se mantido desde a constituição da cooperativa. A aproximação, e em alguns casos o distanciamento, se dá com bases nas relações familiares, amizades construídas a partir das relações de trabalho, afinidades e aproximações iniciais entre trabalhadores com mais tempo de cooperativa e os ingressantes. Estes agrupamentos se expressam principalmente, durante os horários de almoço e café da

tarde, determinando em que local do espaço de trabalho cada um vai realizar suas refeições e com quem, bem como a proximidade física nas reuniões e momentos de formação.

A COOPERTAN tem se constituído para além de um espaço de constituição de relações de trabalho, um espaço de constituição de outras relações da vida. Esse é um processo de educação para a vida, não apenas de educação para o trabalho ou para a relação de emprego, que na maioria das vezes espolia o trabalhador. Os grupos familiares que compõem o empreendimento tendem a se integrar à medida em que os cooperados vêm estabelecendo laços matrimoniais entre si, formando novas unidades familiares, dentro desta família macro, e gerando filhos. A título de exemplo, durante o período em que estávamos em contato diário com estes cooperados havia quatro gestantes, cujos bebês nasceram no primeiro semestre de 2016. Destes quatro bebês, três eram frutos de três casais constituídos no empreendimento. Estes subcoletivos contribuem para a cooperação e coesão interna de seus membros, mas em alguns momentos constituem-se como entraves à coesão de todo o coletivo de trabalhadores, já que estão mais ou menos dispostos a estabelecer relações de cooperação e acatar orientações e sugestões dos pares, inclusive da gestão, a partir da maior ou menor aproximação pessoal.

Diante de algumas histórias relatadas pelos cooperados durante o período de vivência, foi possível constatar que a COOPERTAN apresenta conflitos gerados a partir de motivos passionais. Envolvem conflitos oriundos da separação de casais anteriores e a constituição de novos casais entre os cooperados e outros fatores relacionados. Ruídos de comunicação potencializados pela tensão oriunda de desgaste de relações anteriores têm se mostrado outro elemento causador. Muitas vezes, outras pessoas acabam se inserindo nos processos das relações conflituosas e tomando partido pelo envolvimento de amizade, familiar ou emocional afetivo com uma das partes envolvidas. Entretanto, o espírito de solidariedade, a maturidade das relações desenvolvidas como o tempo, a mediação da gestão da cooperativa e os processos formativos desenvolvidos pelo UNEMAT/NECOMT/IOCASS e pela Prefeitura Municipal/NUPES vêm contribuindo para a superação destes desgastes e reatam as relações. Algumas cooperadas demonstraram bastante maturidade, bom humor e resiliência ao relatarem situações de conflitos vivenciadas entre si.

Muitos conflitos têm se originado a partir da dificuldade dos que são votos vencidos nas reuniões e assembleias em respeitar e agir mediante a decisão da maioria. Alguns destes justificam suas frustrações e resistências apontando possíveis tendências, parcialidades e interesses pessoais no processo deliberativo pelo fato da pessoa beneficiada com a decisão ter vínculos de amizade, parentesco ou relação amorosa-afetiva com algum membro da gestão. Em certa ocasião, um candidato a cooperado, a partir de um desentendimento ou insatisfação, pediu

o seu desligamento e dentre as suas queixas afirmou: “*a família é quem decide quem trabalhar onde, eles colocam quem eles querem*”. Sem ter a intenção de sermos precipitados ou tomar partido, o que acreditamos que se pode, a princípio, ser extraído como uma das verdades deste processo é a situação complexa na qual os membros do Conselho Administrativo se encontram ao precisar tomar certas decisões e que as dificuldades de abstrair as decisões tomadas de seu contexto das relações emocional-afetivas (seja pelos reclamantes, pelos reclamados ou por ambos) têm gerado sérias implicações para a coesão do coletivo. Alguns trabalhadores chegaram até mesmo deixar a cooperativa por razões de descontentamento e questionamento da natureza de algumas deliberações sobre a postura e futuro de outros colegas no empreendimento.

Esses conflitos e cisão em grupos acabam influenciando nas práticas colaborativas no espaço de produção. No período em que estivemos lá trabalhando, foi possível perceber que ações espontâneas de colaboração, como ajudar a arrastar um *bag* pesado com rejeitos ou material separado, estão muito associadas ao fato do outro trabalhador pertencer ou não a determinados subgrupos, assim como a procura por ajuda tende a seguir os mesmos critérios. Muitos cooperados, principalmente as trabalhadoras, recorriam a nós com mais frequência do que a outros colegas de trabalho para que ajudássemos em algumas tarefas. Muitos apresentam dificuldade em compreender o processo autogestionário, a autonomia na realização de seu trabalho, o desenvolver de uma disciplina de trabalho, prestar contas perante os colegas ou perante o coletivo representado em alguns atos pela figura de um representante eleito. Demandam uma compreensão de que a autoridade é do coletivo, e não sobre ou sob ele, assim como também o é a responsabilidade.

A superação dessa fragmentação grupal é possível, perpassa pela compreensão do que é uma questão de preocupação coletiva ou é restrita aos seus colegas, grupos e responsabilidades. No cotidiano de trabalho, tendem a associar suas responsabilidades ao exercício das funções da atividade laboral que estejam desenvolvendo. Preocupações para além da fronteira das funções de cada trabalhador são compreendidas como uma espécie de “camaradagem” com os colegas que é facultativa, ou ainda uma responsabilidade da gestão. Camaradagem exercida geralmente, com base em outros vínculos estabelecidos, que não o de sócio-proprietários-trabalhadores do mesmo EES. As atitudes de predisposição à colaboração se mostram mais presentes em questões críticas quanto ao futuro do empreendimento ou a possibilidade de geração de renda. Em outras situações se dá mais pela homogeneidade de demandas, dificuldades e interesses. Em outras palavras ocorre pela convergência de preocupações individuais e não necessariamente, pela preocupação com questões coletivas.

Quando às responsabilidades não são atribuições diretas de determinados trabalhadores e setores, a inação acaba se fazendo presente:

[...] seria bom para todo mundo, se chegasse a não precisar pedir para eles fazerem né, se eles chegassem a fazer, existe essa dificuldade. Às vezes, você pede para pessoa fazer e a pessoa acabada achando que está sendo mandada, agora se cada um fizesse a sua parte né, eu acho que dava mais resultado. E hoje a gente não consegue organizar mais o barracão, eu acredito que é por causa das pessoas, por essa questão, eles não verem o que tem para fazer, esperar as pessoas perderiam para fazer (Entrevistada D).

Eu acho que desde comunicação até no bag que deixavam fora do lugar, porque o ambiente que a gente trabalhava não é um ambiente pequeno, aí se torna pequeno pela falta de atitude de algumas pessoas, pegarem e organizarem né. Eu acho que falta muita visão disso aí ali dentro. A visão que eu tenho é que está bagunçado e precisa ser arrumado. Então você deixa o bag ali, eu não vou arrumar, não fui eu quem deixei. É que nem eu falo, falta muita compreensão (Entrevistada H).

Esta questão, segundo o Coordenador do NUPES, tem feito parte das pautas das formações promovidas pelo órgão e pelo UNEMAT/NECOMT/IOCASS desde o princípio do empreendimento:

*[...] no início da cooperativa teve muita dificuldade, justamente por causa disso, as pessoas vieram trabalhar na cooperativa, esperando alguém que mandasse nelas. [...] começamos a explicar que eles teriam que compreender que agora o empreendimento era deles. Que eles não eram mais sujeitos a um patrão, mas o que produzissem ali, ia impactar no próprio resultado da vida deles e para eles e foi uma dificuldade muito grande mesmo. Porque teve gente que ficava sentado na sombra, eu me lembro muito bem essas histórias “eu não vou trabalhar, eu sou dono dessa m**** aqui”. Ou seja, com essas palavras, percebemos a visão de mundo que vem de lá para cá. Começamos a perceber que o trabalho era bastante suado, não ia ser um trabalho rápido.*

Os cooperados demonstram em suas falas terem uma compreensão do que é necessário, ou pelo menos importante, para viver e atuar em forma cooperada. As falas se concentram principalmente, em torno de temáticas como união entre os pares, compreensão, respeito, amizade e colaboração. Dentre estes há uma divergência quanto à existência ou não destas práticas e comportamentos, para alguns inexistentes, para outros parcialmente. Se fazem presente na percepção de um terceiro grupo. Acreditamos que este posicionamento está muito relacionado com a questão das experiências e perspectivas usadas por cada um para construir suas respostas, se a partir do subgrupo do qual faz parte ou do coletivo como um todo, se de uma experiência de conflito com outros pares ou de ajuda já recebida destes.

Os que acreditam não existir estes elementos necessários são constituídos, em sua maioria, por cooperados mais jovens, público que mais se envolve em conflitos, que têm dois anos ou menos de vínculo, ingressaram na cooperativa por não conseguir emprego ou buscam

maior possibilidade de renda. Os trabalhadores que assumiram uma posição intermediária estão presentes em todas as faixas etárias, abarca desde novos a cooperados mais antigos, bem como apresentam diversas razões de ingresso no empreendimento. Já o grupo dos trabalhadores que acreditam existir os elementos necessários ao exercício da cooperação é bastante heterogêneo quanto à faixa etária, possuem menos de um ano ou vários anos de vínculo com o empreendimento. Um ambiente favorável ao exercício da cooperação tem contribuído para a permanência dos trabalhadores na organização e, ou ainda, com a experiência do trabalho cooperado, esses trabalhadores têm desenvolvido as atitudes e pensamentos favoráveis à prática da cooperação. Poucos trabalhadores acrescentaram à lista dessas atitudes e valores a autogestão e a solidariedade. São em sua totalidade trabalhadores mais velhos que estão na cooperativa desde o início ou ingressaram nos primeiros anos de sua formação. Isto corrobora com a tese apresentada anteriormente, de que a experiência do trabalho cooperado proporciona uma mudança na mentalidade destes trabalhadores que passam a desenvolver pensamentos e atitudes que favoreçam a prática da cooperação.

Ainda que haja essas problemáticas a serem superadas nas relações de trabalho e de cooperação, estes trabalhadores, não sendo possível distinguir se a partir de uma real tomada de consciência ou pela reprodução de discursos convencionados, apontam algumas atitudes e valores que acreditam favorecer o estabelecimento de relacionamentos mais saudáveis e produtivos entre os cooperados. Na concepção deles: *“[...] a gente que tá lá dentro não pode brincar com o serviço, tem que trabalhar, a gente fala isso, que tem que pegar no pesado [...] não ficar fazendo fuxico de outro”* (Entrevistado A). *“[...] tem uns que não gostam nem de participar das reuniões, tem dificuldade de assinar documento aceitar né, tem dificuldade de aceitar né, fica com dificuldade, tem que conversar muito para agradar a pessoa para poder conseguir se não, não”* (Entrevistada B).

É, falta de comunicação, às vezes, a pessoa tem pouco estudo, às vezes então a pessoa vai lá brinca e não gosta, fala uma coisa e não gosta é questão de tempo e aprendizagem [...] na verdade trabalhar em grupo é uma aprendizagem. Então a gente só trabalhando junto a gente pode aprender a convivência no grupo, com as pessoas, a gente passa a ter esse conhecimento (Entrevistado E).

O cotidiano de trabalho e a reflexão a partir do envolvimento em determinadas situações de conflitos tem contribuído para o desenvolvimento de posturas no sentido de amadurecimento das relações que evitam reincidências. *“Ah quando uma pessoa quer brigar com outro, chego lá e dou um conselho e digo que nós aqui somos uma família, não pode sair em cima do outro, que tem que fazer força para todos serem amigos né, todos os dias, estão no*

mesmo” (Entrevistado A). “Sei entender as pessoas, ser mais um pouco humilde, sobre ajudar os outros, que antes eu não sabia. Eu era muito fechada, sei lá, agora não” (Entrevistada F). “Ah eu acho que sempre alguém tem alguma questão para trabalhar. Eu sou assim, uma pessoa paciente, não sou muito explosiva, mas eu tenho um problema de não conseguir sempre falar o que eu quero né, de me expressar da maneira que eu gostaria” (Entrevistada H).

Antes não, mas agora eu consigo me controlar. Às vezes, eu guardava muita mágoa, hoje não guardo, algumas coisas que eu por exemplo, se você viesse falar alguma coisa comigo, alguma coisa na ignorância assim, eu ficava guardando para mim, a próxima vez que viesse falar comigo, eu surtava, hoje não compensa fazer isso (Entrevistada D).

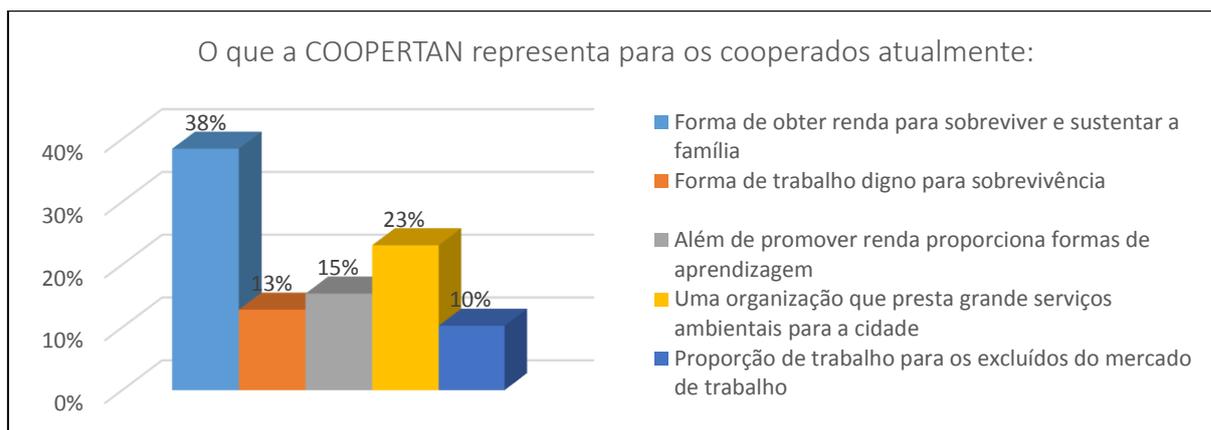
Dentre os aspectos positivos das relações de trabalho, os trabalhadores compreendem a amizade entre os cooperados como sendo o principal. Entretanto, tais amizades são condicionadas por outros vínculos, que não apenas o de cooperado. Na sequência veio segurança e boas condições de trabalho. Outros elementos característicos desse tipo de empreendimento, ou que devem se fazer presentes, como o empenho e comprometimento dos cooperados e a autonomia da realização do trabalho foram os menos apontados. Contraditoriamente às tendências sinalizadas até aqui, a autonomia na relação de trabalho foi um aspecto percebido por trabalhadores com menos de 25 anos e com até dois anos de cooperados, isso demonstra que, ainda não sendo a maioria, trabalhadores com pouca experiência no mundo do trabalho e na COOPERTAN têm despertado para os elementos característicos que tornam a produção associada de natureza distinta do trabalho assalariado.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores apontam como algo positivo as relações de amizade, na mesma proporção, veem como problema a falta de união e conflito entre os cooperados. Na medida em que constituem relações de amizade com alguns colegas, incorrem em conflito com outros. Emergiram também questões relacionadas à personalidade dos cooperados, conversas paralelas sobre a vida alheia e, segundo alguns, um tratamento não igualitário por parte da gestão. Em que pese essas contradições, existe a autogestão. Observou-se que a maioria dos sócios mais antigos já internalizou valores da autogestão, enquanto os recém-chegados ainda carregam valores mais próximos da heterogestão.

As diversas razões de ingresso, as experiências vividas, conquistas obtidas, processos educativos vivenciados, dentre outros fatores, contribuem para a relação que estes trabalhadores estabelecem com esta organização e o significado que ela assume para cada um. A maioria dos trabalhadores percebe no EES uma forma de obter renda para sua sobrevivência e sustento da família, em uma proporção menor, outros vislumbram a relevância ambiental para a sociedade.

Para outros ela significa uma forma de trabalho digna para a sobrevivência ou proporção de trabalho para os excluídos do mercado de trabalho. Apenas um pequeno número de trabalhadores reconhece a existência, o que compreendemos também a importância, da geração de aprendizagem.

Gráfico 5 – O que a COOPERTAN representa para os seus cooperados



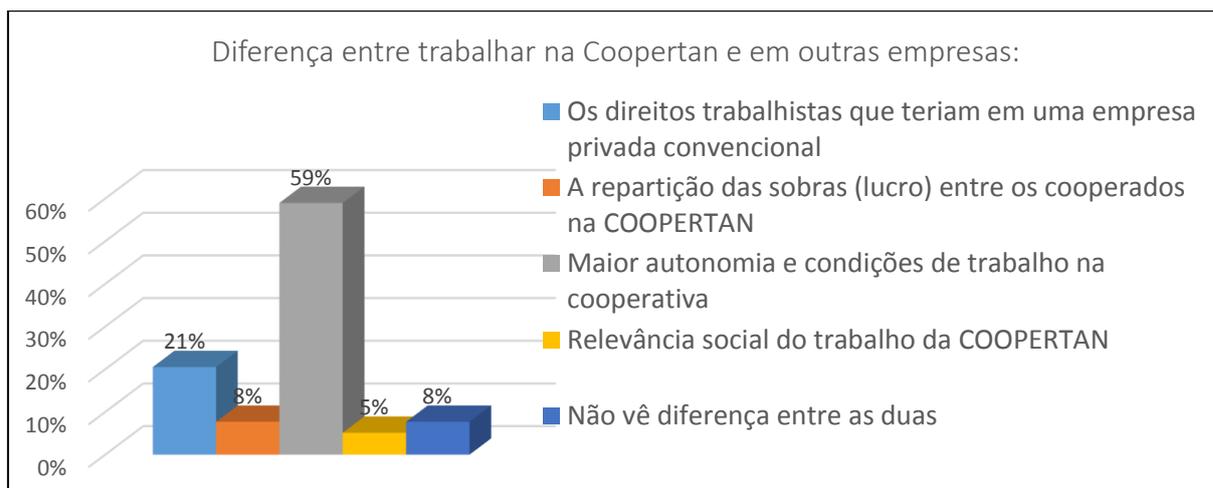
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Os trabalhadores que caracterizam a cooperativa como uma oportunidade de promoção de renda para os excluídos do mercado de trabalho possuem idade geralmente acima dos 40 anos, ou seja, percebem a sua dificuldade de ingresso no trabalho assalariado por causa da idade, ao passo que este EES se orienta sempre pelo princípio da inclusão, sem qualquer tipo de distinção. A percepção do empreendimento como um espaço de produção de aprendizagem se faz presente nas falas desde os trabalhadores com menos de um ano de atuação, até os fundadores que anteriormente atuavam como autônomos. Outro elemento característico do grupo de trabalhadores que apresentaram essa percepção da aprendizagem é o exercício do diálogo, troca de informações e decisões sobre o trabalho com os colegas, direção ou ainda nas assembleias, bem como em seu cotidiano de trabalho socializam a respeito não só do trabalho, mas também da cooperativa, família, problemas pessoais, economia, política e questões sociais.

Conforme o gráfico 06, a maioria compreende o EES a partir de características que tendem a ser distintas ou são mais difíceis de serem encontradas em uma organização pautada no trabalho assalariado. Percebem também diferenças positivas, ao trabalhar na cooperativa, em comparação a outras empresas. Um pequeno número de trabalhadores não percebe nenhuma diferença quanto à natureza do trabalho desenvolvido na cooperativa e o trabalho desenvolvido em outras organizações. Estes, em sua totalidade, possuem menos de um ano de atuação no EES e talvez ainda não tiveram a oportunidade de vivenciarem experiências mais profundas

que sinalizassem algumas destas diferenças. Contraditoriamente, há trabalhadores que mesmo trabalhando há vários anos na organização, ainda percebem a diferença a partir do reducionismo aos direitos trabalhistas contidos no trabalho assalariado.

Gráfico 6 – Percepção da diferença entre trabalhar na COOPERTAN e em outras empresas



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A diferença a partir da relevância social do trabalho desenvolvido pela COOPERTAN é percebida pelos trabalhadores que atuavam como autônomos anteriormente ou ingressaram na cooperativa pela crença na possibilidade de produção da subsistência humana pelo trabalho associado. Os trabalhadores que têm dificuldade em perceber algum tipo de diferença entre as duas modalidades de trabalho tendem, no cotidiano de trabalho, a reproduzirem elementos da cultura do trabalho assalariado da organização heterogestionária. Não estabelecem muitas relações de diálogo com os colegas para além das relacionadas à realização do trabalho, ou ainda costumam não fazê-lo sob a justificativa de não se distrair e prejudicar o andamento do trabalho.

Alguns depoimentos frisam a relevância social do empreendimento como a inclusão em um primeiro momento: *“Só que eu mesmo não consigo mais trabalhar de assalariado”* (Entrevistado A), *“Para mim, trabalhar de emprego não adianta [se referindo à idade e qualificação] [...] Prefiro a cooperada”* (Entrevistado G). Mas ao refletirem melhor percebem outros elementos ligados também a questão da autonomia e autogestão: *“Eu acho melhor aqui porque lá, você era mandado pelo patrão, aqui não, trabalha para a gente mesmo”* (Entrevistado A), *“A cooperativa, ela não tem ninguém que manda em você, não tem ninguém pegando no seu pé [...] E lá fora não, você tem alguém que te manda né”* (Entrevistada D).

A diferença é que você é empregado, assalariado, você tem hora de entrar, hora de sair, você não tem que descansar, não tem folga, não tem nada. E aqui não, na cooperativa, se você chega atrasado você trabalha, se quer ir embora mais cedo, você vai. Se um dia o grupo não quiser trabalhar, não trabalha, descansa, tem hora do café, então todos esses benefícios né. E aqui a gente não tem patrão, a gente tem uma liderança que é uma administração, mas patrão não, ninguém é patrão de ninguém (Entrevistado E).

Talvez essa seja a ação educativa mais importante para um público que vem de uma realidade de trabalho alienante e espoliado, ainda que a autogestão esteja restrita à cooperativa e os Catadores não tenham o domínio da cadeia produtiva. Mas é a partir da compreensão dessas contradições que eles poderão avançar no domínio da cadeia produtiva. Esse embrião já existe, está representado a Rede CATAMATO, na Rede FRS-UVA. É uma incipiente, mas com bastante vigor.

Há falas que reforçam a questão dos direitos trabalhistas e aspectos financeiros como ponto de partida da percepção da distinção: *“A diferença é pouca, o assalariado tem direito a carteira assinada, tem décimo terceiro, férias, a gente aqui não tem, mas em compensação eu acho melhor aqui do que assalariado, que a gente tem disposição para trabalhar, ganha mais do que o salário”* (Entrevistado F). Outras falas se orientam pelos preconceitos e condições de trabalho aos quais o Catador está sujeito:

Eu acredito que o trabalho cooperado é o trabalho ali onde você vai por gostar da causa, porque o trabalho não é um trabalho fácil e nem difícil também, só é um trabalho que existe muito ainda preconceito. E é um trabalho que não é todo mundo que vê como “é o que eu quero para minha vida”. E o trabalho assalariado, tem a questão de estar assegurado pelos benefícios, seguro desemprego, décimo terceiro salário e essas coisas (Entrevistada H).

Diante disso, verifica-se que há diferentes concepções de trabalho a partir dos diferentes trabalhadores que constituem a COOPERTAN. Compreendem que em muitos momentos o trabalho pode ser usado como um instrumento de exploração dos homens por outros homens, um dever de todos os homens, uma atividade necessária, porém penosa e desestimulante. Ao mesmo tempo reconhecem no trabalho um direito que deve ser estendido a todos, uma oportunidade de inserção social, um espaço de formação política, educação e aprendizagem, oportunidade desenvolvimento intelectual e de melhorar de vida, uma atividade prazerosa e fonte de satisfação social. Associam ainda o trabalho com as relações sociais e formação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que compreendem que ele identifica e determina a importância dos seres para a sociedade.

As percepções negativas com relação ao trabalho se manifestaram principalmente, no grupo de trabalhadores que tem um menor tempo de atuação na cooperativa. Ainda que tenham sinalizado percepções negativas quanto ao trabalho, os trabalhadores imersos há mais tempo na produção associada tem relacionado o trabalho, com maior frequência, a uma atividade prazerosa, fonte de satisfação pessoal, um direito estendido a todos e possibilidade de desenvolvimento pessoal. Os trabalhadores que no dia a dia de trabalho empreendem diálogo com os colegas que vão além das questões de trabalho como família, problemas pessoais, sociedade, política e economia manifestaram uma menor percepção de aspectos negativos do trabalho. A qualidade das relações de trabalho estabelecidas, a integração e contextualização das questões desse mundo com as de outros espaços de vivência, tem possibilitado a construção de uma concepção de trabalho menos negativa por parte destes trabalhadores.

A partir de sua concepção do que é o trabalho, foi questionado aos cooperados como acreditavam que o trabalho deveria ser ou ter. Os resultados mostram que, ainda que a maioria entenda que não, boa parte dos trabalhadores defendem uma remuneração heterogênea para os diversos tipos de trabalho. O mesmo ocorreu com relação ao trabalho administrativo e o trabalho operacional, no qual, mesmo não sendo a maioria, uma fração significativa dos cooperados se posiciona a favor da perpetuação desta dicotomia. Mostraram compreender também que a importância social dos sujeitos deveria se dar a partir do trabalho realizado por ele ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, defendem a mesma importância social de todas as profissões. O que há de maior consenso é que para estes trabalhadores o trabalho deve proporcionar a renda necessária à sobrevivência dos homens e é ao mesmo tempo um direito e um dever que necessita ser estendido a todos.

Os trabalhadores também expressaram a sua compreensão do que seja o trabalho na cooperativa a partir de diversos elementos que o caracteriza, apresentando uma percepção heterogênea. Alguns percebem uma separação entre o trabalho administrativo e o trabalho operacional, ao ponto que outra proporção quase equivalente compreende que não há esta cisão. O trabalho não tem proporcionado, ou se mostrado, uma oportunidade de formação política e social. O que tem aproximado a percepção dos trabalhadores quanto ao trabalho na COOPERTAN é de que ele tem se constituído em uma forma de geração de renda para a sobrevivência; tem criado oportunidade para melhorarem de vida; há a mesma importância de todas as formas de trabalho desenvolvidas e tem se convertido em um instrumento de educação e aprendizagem.

Ainda que no exercício de sua atividade laboral nos espaços de produção, nas assembleias, na relação com os colegas, estes trabalhadores desenvolvam, em maior ou menor

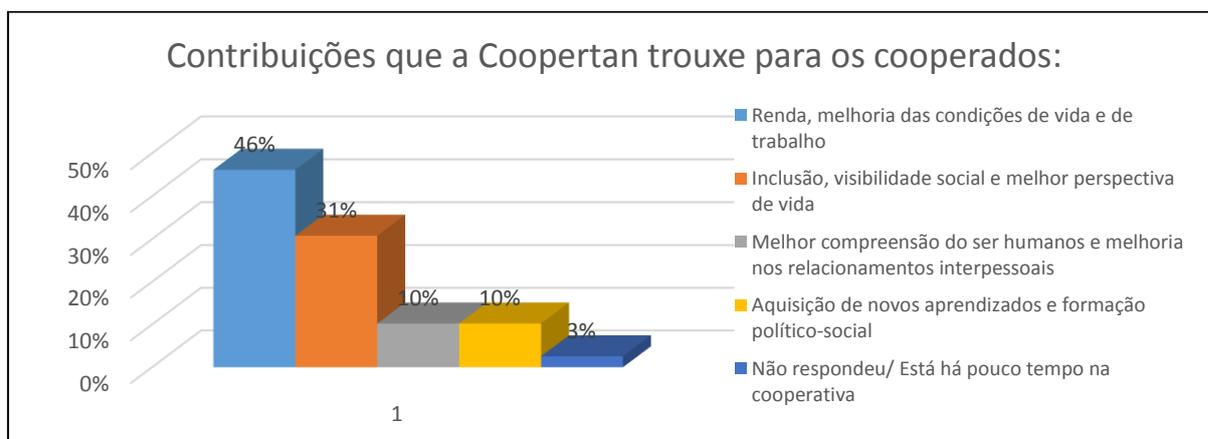
grau, práticas coerentes com os princípios da autogestão e da Economia Solidária, bem como as reconheçam como elementos característicos de seu trabalho, apresentam dificuldade em sistematizar estas práticas em conceitos que possam exprimir o seu significado. A dificuldade em conversão deste conhecimento tácito, apreendido pelo exercício diário, em conhecimento explícito, dentre outras razões, repousa na necessidade de acesso ao ambiente educacional formal para que desenvolvam conhecimentos e habilidades necessários à sistematização e compartilhamento dos saberes produzidos no âmbito de seu trabalho por outros meios complementares ao exercício prático.

3.4 Espaços e tempos de produção de saberes na COOPERTAN

3.4.1 Espaços e tempos do cotidiano de trabalho

A partir da reflexão de suas experiências como cooperados, mediante os diferentes resultados materiais e espirituais produzidos a partir de seu trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN têm apontado elementos relacionados à formação humana, inclusão e visibilidade social, a sua própria concepção de ser humano, a formação política e desenvolvimento de diferentes aprendizagens como contribuições promovidas em suas vidas, conforme informações apresentadas no gráfico 7.

Gráfico 7 – Principais contribuições que a COOPERTAN tem promovido na vida de seus trabalhadores



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Os extratos do gráfico não são excludentes entre si, os trabalhadores mencionaram as principais contribuições que lhes vieram à cabeça naquele momento e que refletem a sua

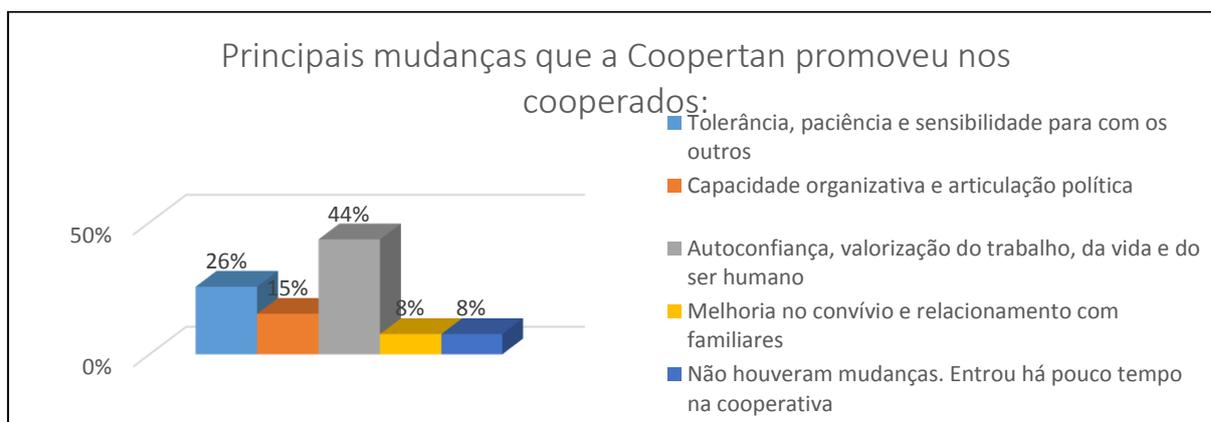
percepção sobre o empreendimento e sobre o seu trabalho, e essas estão relacionadas com as razões de seu ingresso, expectativas e possibilidade de experiências vivenciadas.

Aspectos ligados à renda, melhoria das condições de vida e de trabalho, inclusão, visibilidade social e melhor perspectiva de vida são contribuições percebidas pelos trabalhadores de todas as idades. Os trabalhadores com mais idade, e também com mais tempo de participação no ESS, têm destacado uma melhor compreensão do ser humano e melhoria dos relacionamentos, já os que estão nas faixas etárias iniciais do mundo do trabalho frisaram a promoção de novas aprendizagens e formação política e social.

Há uma relação entre os trabalhadores que ingressaram na cooperativa devido a questões de renda e subsistência e a sinalização destes da inclusão e melhores condições de vida como principais resultados. Da mesma forma os trabalhadores que se inseriram no processo por acreditar na possibilidade de produção e renda de uma forma solidária, demonstram que a produção associada tem lhes proporcionado melhor compressão do ser humano e melhorias nas relações interpessoais. Os trabalhadores cujas respostas evidenciaram uma melhor compreensão das dimensões coletivas da autoridade e responsabilidade em um empreendimento de produção associada, vislumbraram contribuições relacionadas à sua formação político-social, novos aprendizados e relações humanas.

Trabalhar de maneira associada tem promovido mudanças no próprio ser dos cooperados como suas atitudes, autoestima e habilidades (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Principais mudanças que a COOPERTAN tem promovido em seus trabalhadores



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O trabalho cooperado tem promovido uma melhoria no convívio dos trabalhadores com as outras pessoas, principalmente na percepção dos mais jovens. Os depoimentos atestam

que essas aprendizagens têm tido implicações em outros espaços da vida, no relacionamento com os familiares e no lar, desenvolvendo atitudes relacionadas à paciência, tolerância, sensibilidade e colaboração. Os resultados apontam uma tendência no sentido de que, nos anos iniciais de vínculo com a COOPERTAN, a experiência do trabalho tem proporcionado o desenvolvimento de habilidades e atitudes ligadas às relações interpessoais e melhoria nos relacionamentos, visto que a própria natureza do trabalho, que é qualitativamente distinta de suas experiências anteriores no trabalho assalariado, demanda isso.

Costumam geralmente, em seu cotidiano de trabalho, estabelecer com os demais membros do coletivo, diálogos, não somente sobre a cooperativa, mas também sobre questões e problemas da vida pessoal como família, filhos e relacionamentos. Na medida em que permanecem por mais tempo no empreendimento vão desenvolvendo sua autoconfiança, passam a valorizar mais o trabalho, a própria vida e as pessoas. Há uma identificação entre os trabalhadores que ingressam no empreendimento por acreditar na possibilidade de geração de renda pelo trabalho cooperado e solidário e a percepção de desenvolvimento de sua capacidade organizativa, articulação política, sua autoconfiança e valorização do trabalho, da vida e do ser humano.

Uma das trabalhadoras, a entrevistada F, relatou que a sua atuação na cooperativa tem lhe ajudado bastante a trabalhar a sua personalidade, melhorou seu relacionamento interpessoal no sentido de conseguir ouvir e compreender melhor os outros, e ao mesmo tempo a si mesma. Ou seja, se sente realizada em trabalhar na cooperativa. Há um trabalhador cuja experiência no mundo do trabalho está restrita à atividade de Catador que, ainda que não tenha tido a oportunidade de ter concluído, ao menos, o ciclo básico da educação, o seu mundo do trabalho tem sido o seu mundo da educação. No cotidiano tem desenvolvido habilidades humanas e relações de trabalho coerentes com os princípios da solidariedade e cooperação. Ainda que tenha maior experiência de trabalho e histórico como cooperado, sempre se coloca em condições de igualdade com os demais, tanto que apresenta tranquilidade e paciência no relacionamento com os menos experientes. Esse trabalhador é um dentre tantos outros exemplos da expressão do princípio e finalidade educativa do trabalho na COOPERTAN. O trabalho tem lhe possibilitado construir uma visão de mundo e o seu estar com o mundo e com os outros cooperados, tem se constituído em um terreno fértil para a solidificação dos princípios solidários e autogestionários.

O trabalho tem assumido um papel importante na formação e educação destes trabalhadores que, desligados muito cedo do sistema de educação escolar, tem seus espaços e tempos de aprendizagem cada vez mais restritos ao mundo do trabalho. Entretanto, a carência

da educação formal tem dado os sinais de sua importância e necessidade. A dificuldade na escrita e interpretação textual, em muitos momentos, compromete o tomar parte nos processos e acesso a outros conhecimentos como elaborar, interpretar e auditar uma ata, um demonstrativo de prestação de contas; estudar e recorrer sempre que necessário ao Estatuto Social e Regimento Interno; validar e refletir sobre suas práticas a partir das produções científicas dos parceiros ligados à UNEMAT/NECOMT/IOCASS; operar um computador e utilizar os seus programas para desenvolver atividades administrativas e sistematizar os próprios saberes produzidos. Ainda que a experiência da produção associada tenha proporcionado a estes trabalhadores a leitura, compreensão e construção de seu mundo, a ausência ou limitações de conhecimentos básicos proporcionados pela educação formal tem imposto restrições de apreensão e sistematização de certos conhecimentos.

Alguns cooperados, que tiveram a oportunidade de permanecer por mais tempo na educação formal e desenvolver habilidades ligadas à produção e interpretação textual, operações matemáticas mais sofisticadas, inclusão digital e passaram pela experiência de cargos de gestão, têm apresentado maior capacidade de iniciativa e significativos conhecimentos sobre o mercado de resíduos sólidos e sobre a gestão do empreendimento. Em uma tarde de trabalho com um dos cooperados com este perfil, suas falas expressaram a presença de conhecimentos sobre vários aspectos a respeito da cooperativa, seja conhecimento do material (tipos de plásticos, papel, papelão, dentre outros); valor de mercado; compradores; processo de reciclagem. Ou ainda, o conhecimento das questões institucionais da cooperativa como o Estatuto, Regimento Interno, liderança, gestão e relações interpessoais.

Para superar estas lacunas é importante que a produção material e a produção espiritual estejam em condições de igualdade nas inquietações de todos os que fazem parte do empreendimento. Embora necessitem ter uma produtividade mínima, que garanta a viabilidade e geração de uma sobra mínima para os seus cooperados, os espaços e tempo de trabalho devem ser compreendidos como sendo espaços e tempos de aprendizagem também. Na COOPERTAN há uma compreensão coletiva neste sentido. Em certa ocasião a secretária do Fundo CAJA precisava redigir a Ata de uma reunião anterior e providenciar alguns documentos para a reunião seguinte. Diante de sua inexperiência na elaboração desse tipo de documentos e inabilidade com o computador, a colaboradora do setor administrativo-financeiro interrompeu suas atividades e solicitou que ela saísse do barracão e passou quase dois dias assessorando-a nesta tarefa. A oportunidade de aprendizagem proporcionada teve como contrapartida o empenho que gerou, a partir daquele momento, senão ainda total, uma considerável autonomia da trabalhadora na realização daquela tarefa.

A cooperativa conta com o auxílio dos parceiros da Prefeitura Municipal/NUPES e UNEMAT/NECOMT/IOCASS para o desenvolvimento, sempre em conjunto, de algumas atividades como a intermediação de contato com o poder público, auxílio no atendimento de questões legais e burocráticas, possíveis fontes de captação de recursos, elaboração de projetos, organização administrativa e criação de formulários de registros de pessoal e financeiro. Por ter que atender a outras demandas, nem sempre é possível a estes parceiros estarem presentes nos momentos necessários, e assim as condições das circunstâncias podem acabar se tornando insumos para estes trabalhadores se desafiarem e crescerem diante do novo e das dificuldades. Em certa ocasião que presenciamos, os parceiros não puderam se fazer presentes como de costume na recepção e condução de uma reunião com um Deputado Estadual. A Presidente se viu obrigada, em conjunto com os demais cooperados, a assumir a total responsabilidade pela condução de todo esse processo. Tiveram um bom desempenho nas questões formais e diplomáticas na direção da reunião, expressaram de forma clara e com segurança as dificuldades enfrentadas pela cooperativa, os desafios, a sua relevância social e importância social da construção do barracão próprio, cujo objetivo da reunião era a busca de apoio para tal.

Em depoimento posterior a Presidente argumenta: *“E você aprende até mesmo lidar com as pessoas, conversar tudo isso. Eu não tinha, até hoje sou tímida para falar em público. Hoje até estou mais solta [...] eu não conseguia, travava e então essa foi uma mudança muito boa para mim, já consigo falar”*. O apoio das organizações parceiras tem se mostrado muito importante, e a orientação pela construção em conjunto com os trabalhadores e não para eles, tem possibilitado uma evolução de modo que os processos ocorram da mesma forma, tanto na ausência quanto na presença destes parceiros. É um apoio que tem se dado de forma coerente com a busca da emancipação do empreendimento e de seus sujeitos.

Os trabalhadores apontam diversas dimensões de seu crescimento pessoal, melhorias das condições de existência e autonomia a partir dos conhecimentos produzidos no seu espaço de trabalho: *“[...] Eu era mais tímido com as pessoas e aí melhorou [...] Então, coisas que eu não sabia na minha vida, aprendi tudo, sou analfabeto, o que eu procurei saber foi o negócio de reciclagem”* (Entrevistado A). *“[...] eu era mais fechada, conversava pouco [...] eu não tinha amizade com as pessoas e muito pouco. Hoje eu consigo conversar com uma pessoa que está com dificuldade, consigo ajudar, tenho facilidade em conversar com as pessoas, entender, pedir calma algumas horas”* (Entrevistada D). *“Eu não sabia falar com as pessoas, me aproximar e hoje eu me sinto uma pessoa melhor, sei entender os outros, que era uma coisa que eu não sabia. [...] depois que eu entrei na cooperativa, eu sei entender os outros, sei tratar bem”* (Entrevistada F). *“Eu aprendi porque tinha muita oportunidade para mim, se dependesse*

de mim estava só na enxada e na foice [...] O meu nome, eu sabia 'malemal', estou fazendo um curso aqui e a mulher ensinou, toda a quarta e sábado” (Entrevistado G).

O sentimento de pertença aflora a partir da percepção destas mudanças materiais e espirituais em suas vidas, restabelecendo o vínculo umbilical natural entre vida e trabalho:

Ah sei lá, eu gosto de trabalhar no meio do povo, eu sinto falta quando eu fico na minha casa. [...] quando falto, sinto falta do meu serviço, os companheiros, a gente sempre conversa, dá risada, alguma coisa, então eu sinto falta [...] Eu gosto demais da COOPERTAN, eu brigo por ela, fico nervosa, às vezes, com coisas que eu sei que não é certo do jeito que é. Eu aprendi a gostar daqui, eu aprendi a gostar do que eu faço (Entrevistada B).

Consegui muitas coisas, tenho mais amigos, mas consegui aprendizagem que a cooperativa trouxe um mundo de aprendizagem que eu não conhecia. Conheci outros lugares, cidades que eu jamais poderia conhecer se não tivesse na cooperativa, ela me proporcionou isso. O que eu tenho, hoje, na minha casa, o sustento da minha família é da cooperativa. Então eu falo isso com muito orgulho (Entrevistada H).

Os laços estabelecidos entre os trabalhadores os fazem despertar para valores e atitudes ligadas à cooperação e solidariedade:

Eu passei minha vida a dar mais valor às coisas, ver a questão do companheirismo, da amizade né. Então é como se fosse uma família né, é essa a diferença é como se fosse uma família, a gente se doa um pelo outro [...] eu chego em casa alegre, mais animado, de manhã cedo, quando eu levanto, tomo café da manhã, eu sei que tenho que trabalhar em grupo, fico contente. Então para minha vida foi ótimo [...] O que eu aprendi aqui no grupo é a questão da união, a união faz a força. Então eu aprendi que um grupo unido vai longe, então o respeito, a atenção de um pelo outro é como se fosse uma família. Eu aprendi que deve sim amar o próximo, ter aquele companheirismo, como se fosse uma família mesmo. Então eu aprendi bastante aqui dentro do grupo (Entrevistado E).

A apropriação de conhecimentos técnicos da atividade de Catador ou do mercado de reciclagem, para além das tarefas ligadas ao exercício da função, tem se mostrado bastante heterogênea. Pois, mostrou, em maior ou menor grau, uma relação com as funções desempenhadas pelos cooperados, a experiência de trabalho e transição por funções ligadas à gestão do empreendimento e por vários postos de trabalho. Os setores de trabalho que mais favorecem um conhecimento sobre os tipos de materiais, suas classificações e composição são a separação inicial e a mesa de separação. Os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com a coleta e a dobra de sacolas costumam não ter um contato direto com estas atividades, tendo a oportunidade de obtenção destes conhecimentos prejudicada. Os trabalhadores das prensas, ainda que já recebam o material separado, a proximidade do espaço de trabalho com o setor de

seleção e o considerável tempo de atuação na organização tem lhes proporcionado um bom conhecimento a respeito dos materiais.

A aprovação dos compradores, valor de comercialização, condições de estabelecimento de contratos e outras questões relacionadas, tendem a passar pela discussão e homologação em assembleias. Entretanto os conhecimentos efetivos do mercado da reciclagem, de valores, localização dos compradores e viabilidade do material tendem a ficar restritos aos membros da gestão que estabelecem um contato mais próximo com os compradores e potenciais compradores, ou ainda aos cooperados que já passaram pela função.

Alguns dos cooperados demonstraram ter um bom conhecimento dos materiais trabalhados e procuram repassar esse conhecimento para os colegas: *“Eu conheço tudo, se vejo os novatos jogar um errado, eu já vou lá e mostro que não vai aqui, vai lá. E tem material que não presta, já foi reciclado, você aperta e faz barulho, vai poder ir para o lixo que não aproveita não”* (Entrevistado A). Outros conseguem executar a atividade laboral de separação corretamente, porém não tem a compreensão das razões do aproveitamento ou não de determinados materiais, ou ainda o conhecimento a respeito das propriedades químicas e/ou físicas desse material: *“Então, eu não aprendi muita coisa não. Eu sei separar, o que não vai e o que vai, mas não sei o porquê do que não vai [...] Sei, o que vai, que tipo de plástico, do tipo de papelão, do papel. Sei o que vai, o que se recicla, o que não recicla também eu sei, mas não sei o porquê”*(Entrevistada B).

Dentre os trabalhadores que conhecem os tipos de materiais, grande parte não tem conhecimento do destino, de quem são os compradores, ou possuem uma informação incompleta: *“Nós vendemos para três pessoas”* (Entrevistado A). *“Sei, mais ou menos, uma parte aí. Sei que vai para Cuiabá, o material, o leite para São Paulo e é isso”* (Entrevistada B). Ainda assim, carecem de informações sobre viabilidade dos produtos comercializados e valor de mercado: *“Isso eu não estou a par não”* (Entrevistado A) e em alguns casos questionam o repasse de informações *“Não sei, ninguém fala, como que vamos saber. Se falassem que o PET é tanto, o PEAD é tanto, o papelão é tanto, mas a gente não sabe [...] Para nós que trabalhamos aqui, não é informado nada não. Só é informado quando ou conta da fulana de tal tem que pagar”* (Entrevistada F).

Um dos trabalhadores entrevistados, que tem uma atuação como Catador anterior à própria cooperativa, tendo atuado em quase todas as gestões em diferentes funções, demonstrou ter um conhecimento considerável sobre o material: *“Hoje tenho conhecimento sobre todos os tipos de material reciclado, papelão, plástico, filme incolor, colorido, treta Park, todos os tipos*

de PETs, os metais que são os materiais mais caros. Eu aprendi tudo a respeito de reciclado”
(Entrevistado E). E também sobre os compradores:

[...] um pouco deles eu tenho conhecimento, como a PET, a gente transporta até Cuiabá, que lá tem uma indústria em Cuiabá. Tetra Park, a gente manda direto para indústria da Tetra Park em São Paulo. Papelão também tem indústria em Cuiabá [...] papelão e os metais que é bem procurado, tem indústria em vários lugares no Brasil, Paraná, São Paulo (Entrevistado E).

Mostrou ter desenvolvido também a consciência de que são agentes ambientais e o trabalho desenvolvido tem uma relevância ambiental: *“Eu aprendi que a gente tem que aproveitar 100% do reciclado, aprendi a sua importância, por exemplo, no meio ambiente né. Aprendi também que através dessa forma de trabalho, a gente pode trazer uma renda boa para cada cooperado”*.

De maneira sistematizada a única forma de rodízio diante das funções é entre a equipe que atua na separação inicial e a que atua na mesa de separação, ocorrendo uma alternância a cada semana. As demais possibilidades de ocupação de outros postos de trabalho e de vivenciar novas experiências no espaço e, conseqüentemente, obter novos conhecimentos, ficam geralmente restritas às demandas imediatas e ocasionais como a substituição de colegas faltantes de alguns setores que não podem sofrer desfalques. Ocorre ainda uma troca voluntária infrequente de funções entre cooperados homens, que atuam na seleção no barracão e na coleta. Ainda assim, muitos cooperados estão a um tempo considerável no empreendimento e têm desenvolvido apenas uma função.

A oportunidade de transitar por diversos espaços de trabalho na organização se mostra mais presente com relação aos trabalhadores com maior tempo de atuação, sinalizando que a oportunidade de conhecer outros setores de trabalho tem se constituído em um processo gradual. O setor por onde menos trabalhadores tem passado é o da prensa. A transição pelo espaço da gestão tem contribuído para o aprendizado destes trabalhadores, ainda que alguns apresentem maior dificuldade por questão de habilidade com a produção e interpretação textual, bem como a operação do computador. As relações de parentesco entre os cooperados implicam em alguns impedimentos ou rearranjos no momento de composição dos cargos de gestão por questões estatutárias.

Aos que tiveram a oportunidade para transitar por este espaço as aprendizagens proporcionadas são de naturezas diversas: *“[...] eu aprendi a lidar com pessoas, não sabia nem ligar um computador, aprendi. Não sabia ir ao banco, não sabia nem tirar uma senha, aprendi”*
(Entrevistada D). Argumentou ainda que aprendeu a partir do exercício da função na gestão, a

elaborar planilhas no Excel, elaborar atas e outros documentos. Aprendem muito pela troca de informações e conhecimentos do cotidiano:

[...] na hora da prática a gente, quem sabe acaba ajudando quem não sabe.[...] eu não sei muito, mas quando nós fazíamos prestação de contas [...] sentava e as pessoas que sabiam mais ia passando e nós ia ficando sabendo de tudo [...] A pessoa é analfabeta, mas quando vai passando alguma coisa, vai pegando (Entrevistado A).

O compartilhamento de conhecimentos, a tolerância aos erros de quem está iniciando a prática de determinadas tarefas e o direito de todos à experimentação, são princípios importantes para democracia da aprendizagem por meio da democracia do trabalho. Uma das trabalhadoras relatou que, em períodos anteriores, um colaborador que atuava no setor administrativo da cooperativa tinha uma postura que os faziam ter medo do computador, pois ele sempre dizia para não mexer no computador, porque eles poderiam estragá-lo. Mas, segundo ela, agora tem uma familiaridade maior com a máquina e com a tecnologia, estimulados pela atual colaboradora deste setor e por outras pessoas das organizações parceiras que disseram que eles poderiam mexer e que qualquer coisa formatariam o computador, e assim estaria tudo certo, visto que o importante é que eles aprendam. O depoimento aponta para algumas barreiras criadas até mesmo nos mecanismos de comunicação e canais de relacionamento destes trabalhadores junto ao poder público a partir da concepção deste ex-colaborador em fazer para eles e não com eles:

Não entendo nada dessas coisas [sobre direitos e deveres, como funciona, como fazer para solicitar alguma coisa junto a um vereador, onde ir para conseguir o que] Muito pouca coisa. Nós se encostou muito no [ex-colaborador] então essas coisas aí política, a gente fica até sem o que falar, porque se a gente não tivesse ele, hoje conseguiria falar certinho, mas eu sei mais ou menos onde que eu vou. [...] ele fazia muito e ficava para ele. Esse é um problema, ele fazia e ficava para ele (Entrevistada D).

A iniciativa de ingressar na gestão em alguns casos se dá pela indisponibilidade ou impossibilidade dos colegas se inserirem neste processo: “É, foi para ajudar mesmo os cooperados, ajudar na cooperativa, a princípio, eu peguei esse cargo. Mas, na verdade, eu não entendo nada do cargo, só para ajudar mesmo” (Entrevistada B). Apesar da fala da trabalhadora estar orientada para uma concepção de que deve haver uma preparação para o cargo, a natureza autogestionária do trabalho, seu princípio e fim pedagógico, ao contrário, caminham no sentido de que esta preparação ocorra no exercício do trabalho, que é um direito estendido a todos que queiram exercê-lo. Conforme a própria trabalhadora relata posteriormente: “aprendi a ter mais paciência com as pessoas, que eu era mais agitada para

conversar com as pessoas, então nesse cargo eu aprendi a me comportar melhor com os cooperados, a falar com eles, agir com eles". É um processo contínuo de aprendizagem em que estes trabalhadores têm conseguido extrair, tanto dos sucessos quanto dos insucessos, ao assumir determinadas responsabilidades. O resultado operacional e a formação humana tornam-se indissociáveis e o fracasso do primeiro nem sempre encontra correspondência no segundo:

Então, eu estou aprendendo ainda, não aprendi ainda bem, por causa que eu sou uma pessoa muito agitada né, por exemplo, se gerenciar um grupo, antes eu era muito agitada, inclusive até tiraram meu cargo, de tão nervosa que eu era [...]Arrancaram eu de lá, porque sou muito nervosa, o povo não aceitava, não é, nervosa assim, vou explicar, por exemplo, eu falava que não, o povo não gosta que fale para ele o que tem que fazer não, "que não é assim", "vamos fazer assim", ele não aceitam falar e eles falaram que eu era muito nervosa, que mandava muito, ai tiraram eu (Entrevistada B).

Os processos pedagógicos vivenciados no espaço de trabalho têm gerado conhecimentos úteis para outros espaços da vida: *"Aprendi a fazer transferência, pagamento de pessoal que não sabia. [Sobre planejamento, registros e controles financeiros] Aprendi. Até na minha casa já faço, o que vou aprendendo, vou fazendo em casa"* (Entrevistada D).

Com a experiência do aprender fazendo e com a ajuda dos colegas, vão desenvolvendo as habilidades necessárias à elaboração de uma ata, como também fazer e auditar uma prestação de contas: *"Olha, não mexo muito nessa parte de prestação de contas, mas se precisar ajuda, a gente ajuda [...] [sobre a elaboração de atas e outros registros] Não, nunca tinha visto antes na vida, hoje já cheguei a elaborar, digitar"* (Entrevistada H).

Há fatores que colaboram para rupturas no processo de socialização dos conhecimentos, como o desligamento de profissionais com uma riquíssima leitura do mundo do trabalho e da profissão de Catador. A rotatividade engendra uma demanda por um processo contínuo de formação inicial dos novos ingressantes, formação que tem assumido uma direção mais para a questão do trabalho operacional e ainda assim, restrito ao exercício de tarefas de determinados setores de trabalho. Essa formação acaba reproduzindo um conhecimento automatizado, sabe-se o que se tem que fazer, mas não o porquê. A compreensão mais ampla dos processos de trabalho fica restrita a poucos trabalhadores.

Os avanços alcançados têm se dado mais no sentido da polivalência em detrimento da politecnicidade. Segundo Sguarezi (2011), nem todo o conhecimento produzido é apreendido pelos sócios da cooperativa, mas de alguma forma esses conhecimentos são revertidos em ações práticas que beneficiam a todo o empreendimento. Existem alguns tempos e espaços que podem ser melhores aproveitados para promover um maior grau de democratização da socialização dos

saberes produzidos no, e pelo trabalho do Catador cooperado, como as prazerosas conversas nos descansos do almoço e do café, as assembleias e as formações promovidas pelas organizações parceiras, tanto as esporádicas, quanto as continuadas. Trataremos com maior ênfase na sequência sobre este último espaço pedagógico.

3.4.2 Espaços e tempos da formação continuada¹⁶

A percepção da necessidade e a preocupação em como trabalhar a formação dos trabalhadores da COOPERTAN se fez presente desde o seu início e de lá para cá este processo vem sendo trabalhado com maior regularidade pela UNEMAT/NECOMT/IOCASS e pelo NUPES. A partir de uma discussão coletiva em assembleia em fevereiro de 2014, encaminhou-se para a realização de uma agenda de formação mais constante coordenada pelo NUPES e com plano de curso e datas previamente definidas. Na ocasião, decidiram ainda que o NUPES poderia estabelecer parcerias para as formações a partir da aprovação do grupo e que elas ocorreriam aos sábados entre às 08:00 e às 10:00 horas, para que os trabalhadores não corressem o risco de se cansarem com uma carga mais extensa.

Contudo, o início desta agenda de formação só foi possível, ainda que de maneira infrequente, no ano de 2015. As formações contemplam conteúdos relacionados às relações interpessoais, cooperação, princípios da Economia Solidária, autogestão e instrumentos executivos normativos da cooperativa como o Estatuto Social e Regimento Interno. Elas se institucionalizaram a partir do início da formação sobre o Fundo Rotativo Solidário, criado pelos cooperados entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016. O Coordenador do NUPES acredita que o momento é propício para a concretização da agenda de formação, pois há um apoio e comprometimento da gestão e dos próprios cooperados. Sobre o conteúdo programático:

Penso que essa formação deve seguir no viés geral de associativismo e de cooperativismo e depois nas partes mais pontuais. Acho que precisamos de formação para gestão, formação para a execução do trabalho, precisamos organizar o trabalho dentro da cooperativa, a forma de como se faz o trabalho, diminuir o esforço físico

¹⁶Como sequência das ações dos processos educativos formais, está em construção o Projeto Educação e Cooperativismo que está sendo organizado dentro de uma sala de formação na COOPERTAN. É uma proposta que está sendo construída pelos Movimentos Sociais vinculados à Frente Brasil Popular (FBP) (<http://www.frentebrasilpopular.org.br/>) e tem o apoio da UNEMAT/NECOMT/IOCASS e do Núcleo de Atividades, Estudos e Pesquisas sobre a Educação, Ambiente e Diversidade (NEED). A proposta é ofertar o Curso pré-vestibular UNE-Todos da UNEMAT lá na comunidade. A sala de formação também vai ofertar cursos de nivelamento do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e formação em Economia Solidária, autogestão e cooperativismo.

dos cooperados, por aí passa a formação técnica para que eles possam realmente fazer o seu trabalho, com maior rendimento e menor esforço. Também precisamos de apoio de outros profissionais, precisamos de psicólogas e assistentes sociais para que possam talvez ajudar, contribuir para que na família, as coisas possam melhorar. E a situação de vida de determinados cooperados possa melhorar também, acho que isso se consegue através de uma formação que é lenta, devagar, que é um processo educacional. Mas que se não fizer nós nunca vamos ter previsão de colher resultados (Coordenador do NUPES).

É possível perceber, a partir da proposição de conteúdo a ser trabalhado, uma sintonia entre as lacunas e gargalos dos processos educativos destes trabalhadores, discutidos aqui por nós, e a percepção da necessidade de formação por parte dos parceiros. É um programa que possibilitará contemplar as dimensões técnicas, humanas, sociais e políticas do trabalho associado desenvolvido pela COOPERTAN. A sua concretização certamente proporcionará uma contribuição importante no desenvolvimento destes trabalhadores sob diferentes abordagens. É importante que este processo de formação se constitua em uma pedagogia emancipatória, que respeite a visão de mundo desses trabalhadores, para que assim atuem desde o processo de elaboração deste programa. O depoimento do coordenador dos processos sinaliza uma orientação por estes princípios:

[...] acho interessantes os momentos de formação, não tanto talvez, que a gente vá passar o conhecimento para eles, é autoconhecimento, é nós estabelecermos os momentos e isso só vem se nós fizermos regularmente esses momentos de formação. Mas que possam eles mesmos debater, compreender e a gente só dar umas pinceladas. Talvez em determinado momento vão vir palestras, oficinas e outras estratégias.

Uma ação de formação destes trabalhadores e que perceptivelmente interferiu positivamente na sua moral e autoestima, foi um trabalho de alfabetização desenvolvido em parceria com professores e alunos do curso de Pedagogia de uma universidade particular do município. O projeto teve como proponente a Faculdade de Educação de Tangará da Serra – MT (FAEST)/ Unidade de Ensino Superior de Tangará Da Serra Ltda. (UNISERRA), foi coordenado pela professora Ma. Maria Aparecida de Lima Souza tendo como parceira e articuladora a UNEMAT/NECOMT/IOCASS. O trabalho foi desenvolvido tendo como base a proposta pedagógica de Paulo Freire, pautado na reflexão da vivência cotidiana dos associados, de onde seriam retiradas as palavras geradoras que serviriam de base para o processo de alfabetização dos cooperados. As aulas foram ministradas em dois dias por semana, com uma carga diária de 2 horas-aula e uma carga horária total de 128 horas-aula.

Nós mesmos testemunhamos os resultados e reflexos de tal fato ao formalizarmos o consentimento dos trabalhadores para a realização deste estudo aqui apresentado. Os que

participaram deste projeto de alfabetização sentiam orgulho e faziam questão, no momento da assinatura, de dizer que agora sabiam escrever o próprio nome e que até pouco tempo atrás precisavam assinar com a digital. Era muito expressiva a alegria da conquista estampada em seus rostos enquanto davam o depoimento. *“Consigo [sobre escrever]. Ano passado eu e o Luciano pegamos umas aulas, o senhor ficou sabendo? [...] Eu aprendi um monte de coisas, letras já conheço todas, só falta saber ler para aprender a falar o nome, para quem não sabia nada né”* (Entrevistado A).

Ainda precisam desenvolver algumas habilidades quanto à compreensão textual e outras práticas da escrita, mas esta conquista já é muito importante para estes trabalhadores. A expectativa era de que os trabalhos fossem retomados a partir de 2016:

Acho que continua nesse ano porque precisamos ter esses cooperados, pelo menos sabendo assinar seus nomes, é uma grande vontade que eles aprendam a ler. Acredito que a partir dessa formação, nós possamos ampliar a atividade da cooperativa, que tem “n” enfrentamentos para serem atacados e que a cooperativa pode atuar para melhorar o ganho dos cooperados, agregar mais cooperados e fazer um trabalho de referência na cidade, no município (Coordenador do NUPES).

A UNEMAT, principalmente através dos professores ligados ao NECOMT/IOCASS, tem desenvolvido ações de formação dos trabalhadores da COOPERTAN como atividades de extensão. A partir da visita técnica da disciplina Associativismo e Cooperativismo do Curso de Administração, o Prof. Dr. Sandro B. Sguarezi, em conjunto com os acadêmicos, desenvolveram um trabalho de planejamento e implantação dos 5 Sentidos (5S) no escritório da cooperativa e uma oficina sobre o uso de EPIs ministrada pelo Prof. Esp. Rafael Capriolli Gonçalves. O projeto foi desenvolvido nos meses de setembro e outubro de 2015, a equipe de coordenação foi composta por 10 acadêmicos e 4 cooperados. Dentre os resultados teve-se uma reorganização do arranjo físico do setor do escritório, organização de pastas e documentos, pintura do prédio. O Prof. Me. Gelciomar Simão Justen, também vinculado ao NECOMT/IOCASS, desenvolveu uma atividade de extensão em conjunto com os seus alunos, onde fizeram um trabalho de análise e melhoramento do layout do setor produtivo.

Há a preocupação de proporcionar mecanismos de uma formação democrática, corroborando com a perspectiva da escola democrática e da proporção das condições de governar a cada sujeito, de forma que nenhum cooperado tenha que atuar em todos os processos ou atuar em um ou em vários cargos da gestão, respeitando sua autonomia e liberdade de escolha. Mas que, caso seja o seu desejo, a formação lhe proporcione as condições necessárias

para concretizar a sua escolha e exercê-la de forma autônoma, no sentido de possuir os conhecimentos necessários para tal.

É importante ouvir também esses trabalhadores, o que eles têm a dizer sobre as formações já realizadas e suas expectativas futuras. *“Então para mim foi todas boas, as formações que davam assim para nós”* (Entrevistado A). *“As formações da cooperativa estão sendo muito bem feito, nós já tivemos várias né participação, tivemos formação do grupo em Cuiabá, Várzea Grande, Chapada juntos em Tangará. Tivemos aula lá na UNEMAT, três grupos lá na UNEMAT”* (Entrevistado E). *“A gente já veio aqui duas vezes, já falou com nós sobre o negócio do fundo que era uma coisa boa para a gente, um monte de coisas”* (Entrevistada F).

O reconhecimento da importância das formações contribui para a adesão e engajamento destes trabalhadores. Dentre os fatores que colaboram para esta avaliação positiva dos treinamentos está a forma de condução pelos formadores e a adoção de metodologias acessíveis a estes trabalhadores: *“Sim, compreendo. Igual a esse fundo que nós fez, vai que uma hora a gente não vende nada para pagar umas contas, tem o fundo lá, a gente pega o dinheirinho e depois colocamos de volta”* (Entrevistado A). *“[...] eles explicam de maneira que fica bem acessível”* (Entrevistada H). *“Tranquilo [...] ajuda bastante”* (Entrevistado G).

Os professores que vem aplicar a formação, eles são bem atentos faz muitas perguntas para os cooperados, foram bem questionados, muitas coisas a respeito da administração, da contabilidade, da cooperativa, da responsabilidade de cada um, da produção de cada sócio, do risco que a pessoa corre no trabalho, a importância dos EPIs. Os professores foram bem explicativos na sua área (Entrevistado E)

Os resultados das formações começam a dar sinais de forma gradual, em longo prazo, e nem sempre as expectativas têm sido atendidas. Uma das razões, segundo a Presidente, é que o comprometimento de todos em participar efetivamente das formações ou internalizar o que foi compreendido em suas práticas do cotidiano:

hoje já temos uma agenda de formação, é uma vez por mês né. [...] Só no dia a dia a gente vê que pouco muda. Até ouve, assisti uma formação, mas se dispersam muito, não prestam atenção. Então quando acaba a formação, no decorrer da semana, você vê que aquilo ali não teve muita diferença (Presidente da COOPERTAN).

A própria compreensão da necessidade da formação e o seu compromisso, demanda um processo educativo, visto que muitos destes trabalhadores não estão habituados a ficarem sentados por um longo tempo fazendo leituras ou ouvindo alguém falar sobre determinados assuntos, e ainda a própria manutenção da concentração é um exercício muito grande. Além

disso, muitos não possuem o conhecimento necessário para a leitura de materiais de apoio ou tem dificuldade em compreender certos vocábulos, o que contribui para a dificuldade de concentração. O senso de pertencimento e de responsabilidade para com o assunto que está sendo discutido também se mostrou influenciador. No período da pesquisa, também percebemos que se faz necessário ampliar a formação, de educação política dos Catadores¹⁷.

Ao presenciarmos uma destas reuniões de formação do Fundo CAJA, constatamos que os trabalhadores que participavam com maior frequência das discussões eram os próprios membros da gestão deste fundo ou da cooperativa, ou ainda alguns cooperados que já tiveram um histórico de participação na gestão e reconheciam a importância do tomar parte do processo. Estes participavam bastante, faziam perguntas e teciam esclarecimentos. Os demais se manifestavam mais no momento das votações. Em vários momentos, o facilitador da formação teve que dialogar com os cooperados no sentido de que eles eram os gestores do fundo rotativo solidário que estava sendo criado, e eles definiram como ficaria o Regimento Interno e o que poderia ou não poderia ser feito. Boa parte dos trabalhadores não reconheceu a importância do que estava acontecendo ali, não compreenderam que deveriam tomar as rédeas da situação coletivamente e serem protagonistas do seu próprio viver e formas de produzir as suas condições materiais de existência.

Uma problemática nas formações é que 7 cooperados que trabalham nos caminhões fazendo a coleta não podem parar o seu trabalho no sábado de manhã. Pelo fato das formações serem neste período acabam não participando. Uma facilitadora até se comprometeu a replicar a formação dada para estes trabalhadores no período noturno, mas acreditamos que esta seja uma questão que a cooperativa precisa repensar, pois isso não será possível sempre, e não é interessante trabalhar a formação e reuniões com alguns presentes e outros não. Uma das soluções paliativas apontadas foi esses trabalhadores ausentes nomearem representantes dentre os demais cooperados para decidir por eles. Houve uma preocupação com a legalidade das deliberações, mas não se atentaram para o mais importante, o caráter pedagógico do processo.

Outro espaço de formação explorado pelos trabalhadores da COOPERTAN é a participação de representantes em eventos ligados à atividade de Catador, Economia Solidária e autogestão. Quando se demanda um representante legal, o/a Presidente é quem participa, quando não há restrições de participação, os interessados manifestam o seu interesse e

¹⁷ Para suprir essa lacuna, três Catadoras da COOPERTAN foram selecionadas e estão participando do Curso Realidade Brasileira (CRB), que em novembro de 2016 foi para o terceiro módulo. O Curso CRB foi pensado e construído para promover a formação política junto com vários Movimentos Sociais, em especial o MST. Está sendo ofertado pela UFMT no Centro de Formação Olga Benário – Assentamento Dorcelina Folador em Várzea Grande-MT.

posteriormente precisam ser aprovados pelo coletivo. Ao que pudemos constatar pelos registros e conversas informais, estes representantes costumam ser os mesmos e há uma dificuldade da cooperativa, por diversas questões, em criar uma sistemática e disciplina de repasse das informações e conhecimentos apreendidos nestes eventos. Quando ocorre a socialização, geralmente, fica restrita aos membros da gestão ou aos colegas de trabalho mais próximos, sendo feita de maneira informal e espontânea.

Em outros momentos, já participaram de eventos regionais e nacionais, como o Encontro Nacional dos Catadores, onde a representante teve a oportunidade de aprender e conhecer novas pessoas e lugares, o que possibilitou a ampliação da rede de clientes da cooperativa: *“La em São Paulo, gostei muito de ir porque tem muita coisa para assistir, ver, falar, aprender. Ai quando eu fui dessa vez, eu trouxe os contatos para comprador de isopor, comprador de vidro e de papel picado, que eu trouxe que a gente queria contatos. Eu peguei e consegui “* (Entrevistada B). Ao mesmo tempo em que esta participação possibilita a troca de informações sobre práticas de trabalho, de gestão e diversificação do portfólio de materiais processados: *“Que nem, eles estavam, tem um lá que a gente viu roupa feito de latinha, de pet, de alumínio, bem bonito”* (Entrevistada B). Usam a criatividade e a tecnologia para registrar o máximo possível de informações para fazer um repasse mais fidedigno das informações para a gestão e demais cooperados: *“Até tirei foto, mandei para o pessoal as coisas deles [...]quando eu vou, coloco no celular o tempo todo para gravar porque eu gravo e trago para eles colocarem ali no computador”* (Entrevistada B).

Assim como Sguarezi (2011), compreendemos que há espaços para ampliar o aprendizado coletivo, entretanto é necessário tornar o processo de formação um processo contínuo entre os trabalhadores da COOPERTAN. Este é o caminho que contribuirá na transformação de sua realidade. O reconhecimento da importância desta atividade tanto por parte dos cooperados, quanto dos agentes apoiadores é um passo inicial muito importante. Entretanto, há que se avançar no sentido de priorizar igualmente espaços e tempos de trabalho e espaços e tempos de formação, bem como sistematizar tempos e espaços formais de socialização dos conhecimentos obtidos principalmente, em outras esferas que não as do cotidiano de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia produtiva da reciclagem, atualmente, se faz bastante presente nas experiências brasileiras ligadas à Economia Solidária e autogestão. Conforme dados do último levantamento nacional sobre os Empreendimentos de Economia Solidária, coordenado por Gaiger (2014) e realizado entre os anos de 2011 e 2013, 472 empreendimentos estavam relacionados às atividades de coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos (2,52%). Segundo dados do SEMPRE (2016a), atualmente existem 18 organizações entre cooperativas e associações, 30 empresas de sucata e 16 empresas de reciclagem atuando na cadeia produtiva da reciclagem no estado de Mato Grosso. Esse número não é somatório, pois algumas delas atuam em mais uma atividade como sucata e reciclagem, por exemplo. A organização pontua ainda que, desde a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, a ampliação da coleta seletiva nos municípios brasileiros foi de 138%, sendo realizada atualmente em 1055 cidades brasileiras, ou seja, apenas 18% das cidades disponibilizam o sistema, e atendem a 31 milhões de brasileiros (SEMPRE, 2016b). Dentre esses municípios, 44% têm como agente executor da coleta seletiva as cooperativas de Catadores (CEMPRE, 2016c). No estado de Mato Grosso a coleta seletiva é realizada em 38 cidades (SEMPRE, 2016b).

Ainda que o aumento dos números pareça animador após a implantação da PNRS, sinalizando uma maior preocupação com a gestão dos resíduos sólidos pelos municípios e sociedade brasileira, Marotta (2013) pontua que o surgimento da reciclagem no Brasil não está relacionado com os problemas ambientais causados pelo lixo, mas de uma realidade de extrema pobreza onde as pessoas procuravam no lixo uma forma de obter alimento. Argumenta ainda que até a década de 80, a coleta de materiais vendáveis às indústrias não era sistematizada, nem era do interesse imediato desses sujeitos. O setor da reciclagem só passou a se estruturar no país a partir da disponibilidade de um grande contingente de trabalhadores desempregados convertidos em catadores, constituindo-se em uma solução mais econômica de recolhimento e triagem dos materiais recicláveis para a indústria (BOSI, 2010 *apud* MAROTTA, 2013).

O trabalhador que tinha sua força de trabalho explorada a partir da relação patrão e empregado continua sendo vítima desta exploração em outro espaço da relação capital e trabalho. Agora essa exploração se dá a partir da relação entre elos diferentes da cadeia produtiva dos resíduos sólidos, entre catadores e demais organizações que atuam nesta atividade. A base destas relações de trabalho continua sendo a mesma, de um lado os que detêm o capital (máquinas de processamento sofisticadas, indústrias, canais logísticos, dentre outros) e do outro aqueles que dispõem da sua força de trabalho, ou quando muito, de alguns meios de

produção obtidos por alguma forma de produção coletiva. O mercado da reciclagem se configura como sendo um mercado oligopsônico (MAROTTA, 2013), o que faz com que haja poucas empresas disponíveis para comprar o material coletado e/ou prensado pelos Catadores. Como o poder de barganha das indústrias da reciclagem é maior por estarem em número reduzido e também por disporem das melhores máquinas, equipamentos e conhecimento técnico-científicos necessários para processar e agregar valor ao material coletado, acabam ficando com a maior parte da riqueza produzida nesta cadeia produtiva, em torno de 75% desta riqueza (PRIMO, 2012). Apesar dos novos contornos, dos novos espaços econômicos de relacionamento, a contradição capital e trabalho continua a mesma, expressando o mesmo antagonismo de classes.

A própria COOPERTAN e seus trabalhadores e trabalhadoras são expressões desta nova dinâmica do antagonismo de classes materializada na cadeia produtiva dos resíduos sólidos. Ainda que esta cooperativa e demais EES solidários atuantes na atividade da reciclagem busquem instituir novas relações de trabalho entre si, alicerçadas nos princípios da Economia Solidária e da autogestão no contexto de outra economia, as relações entre estes e os demais agentes desta atividade econômica ainda continuam pautados na desigualdade e na exploração, típicos do modelo econômico vigente. A própria estrutura do mercado da reciclagem compulsoriamente estabelece uma concorrência entre estes empreendimentos, uma vez que irão disputar os mesmos compradores, ou seja, a autogestão se restringe da porta para dentro dos EES. Dialogando com Brito (2014), os trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN, assim como os protagonistas das demais experiências de EES, apresentam como perfil característico pertencerem a setores pauperizados, marginalmente incluídos à lógica excludente de reprodução do capital. Buscam construir relações de solidariedade humana e de classe, de modo a assegurar a reprodução da vida de forma mais digna. As relações de trabalho estabelecidas entre si são entre trabalhadores, governantes de seu ser e de seu trabalho, e não mais entre força de trabalho e capital. Entretanto, a autonomia e a possibilidade de condições mais dignas de trabalho são condicionadas, e muitas vezes comprometidas, pela estrutura do mercado.

As condições materiais de criação, estruturação e desenvolvimento destas atividades residem no movimento histórico da reciprocidade entre o desenvolvimento da divisão do trabalho dentro das organizações e a divisão do trabalho no interior da sociedade (MARX, 1996). Semeraro (2004) reconhece o contexto socioeconômico atual como o novo ciclo do capital, no qual a busca por produtividade e produção não se limita aos muros das empresas, das indústrias, mas se dá também no operário por conta própria, na autoempresa, com os trabalhadores atuando coletivamente ou por conta própria. Isso reflete, como já discutido em

Tiriba (2001), nos pontos de interseção e confrontação entre essas experiências e o projeto econômico neoliberal. Se, de um lado, os trabalhadores criam instâncias para sua organização como trabalhadores autônomos ou como produtores associados, de outro, o governo, os empresários e seus agentes de apoio também estimulam o autoemprego, o cooperativismo e outras formas associativas nas quais os trabalhadores se tornem os proprietários e gestores de seu próprio negócio.

Desta forma, esta discussão engendrada aqui sobre as dimensões educativas do trabalho associado na experiência de produção associada desenvolvida pelos sujeitos da COOPERTAN se deu sob a perspectiva histórico-social, que considera as contradições da produção associada no seio da sociedade capitalista, reconhecendo que muitas destas experiências surgem ou são cooptadas pelo sistema do capital dentro do contexto da reestruturação produtiva necessária à organização flexível (TIRIBA, 2008). Embora a atividade do Catador esteja sendo bastante reconhecida em alguns espaços, na maioria das cooperativas e associações, esse ainda é um trabalho que continua espoliando esses trabalhadores e trabalhadoras. Mas não dá para negar os avanços dessa categoria.

Os sujeitos com os quais estabelecemos diálogo para a realização desta discussão a partir de suas histórias e razões de ingresso na atividade de Catador, individual inicialmente ou na cooperativa posteriormente, pertencem a esta classe de trabalhadores que a partir do novo ciclo do capital e da reestruturação produtiva, se viram forçados a escolher compulsoriamente o autoemprego como forma de garantir a sua subsistência. A atuação como Catadores autônomos reflete os novos vínculos estabelecidos entre capital e trabalho neste novo estágio do modelo econômico hegemônico. A atuação coletiva, concretizada em forma de cooperativa, foi uma decisão inicialmente estranha aos pioneiros nesta atividade, uma demanda do poder público, que em conjunto com os outros parceiros, buscaram sensibilizar estes sujeitos sobre a necessidade, e ao mesmo tempo a importância, de se organizarem coletivamente.

A adesão consciente e voluntária destes trabalhadores e trabalhadoras foi um resultado processual do trabalho de formação desenvolvido, principalmente, através da UNEMAT/NECOMT/IOCASS e Prefeitura Municipal/NUPEs, que se constituiu e se inseriu no decorrer deste processo. A política pública de Economia Solidária instituída no município e os processos de incubação desenvolvidos pela universidade tiveram um papel importante na criação das condições necessárias para a construção e desenvolvimento da COOPERTAN, ao mesmo tempo em que o setor público e as organizações parceiras também foram aprendendo com este processo.

Se comparado ao contexto mato-grossense ou nacional, a existência de uma política pública instituída constitui-se em um grande avanço no município de Tangará da Serra. A fala do Coordenador do NUPES, no sentido de que é necessário que sejam desenvolvidas mais ações no âmbito da Economia Solidária na região para que se tenha visibilidade junto ao poder público municipal, corrobora com a discussão desenvolvida em Singer (2002), visto que, estas cooperativas de produção são vistas de um lado como uma anomalia por parte dos governos conservadores e ao mesmo tempo como uma quimera pelos partidos políticos radicais de esquerda, por não ver nela uma possibilidade de transformação social. Somente nos momentos que à frente do Estado estejam correntes políticas que as percebam como desejáveis é que elas recebem o apoio que merecem para demonstrar sua viabilidade e seu potencial de desenvolvimento. A conjuntura política municipal na época foi fundamental tanto para a instituição de uma política pública de Economia Solidária, quanto para o apoio da constituição e desenvolvimento deste empreendimento.

Os desafios enfrentados por estes Catadores, suas limitações, todo o seu processo histórico discutido neste texto refletem as implicações do novo estágio da evolução do capital. Entretanto, as novas relações de trabalho aí estabelecidas têm dialogado com Tiriba (2008) ao demonstrarem que, ainda que incipientes e cheias de contradições, possuem potencial para constituírem-se em um espaço de gestão de uma nova cultura do trabalho alicerçada nos princípios da autogestão fazendo um contraponto à lógica do sistema capitalista. Os processos educativos têm criado espaços de trabalho mais democráticos, que proporcionam aprendizados tanto técnicos, quanto de gestão. Entretanto, é preciso avançar na formação política, articulando-a com um projeto maior de transformação social. Ainda que sua atuação enquanto Catadores seja uma condição imposta inicialmente, sua organização coletiva via cooperativa, e a articulação com outros empreendimentos atuantes nesta atividade através da Rede CATAMATO, como é o caso da Rede FRS-UVA, tem se estabelecido como uma possibilidade de resposta, de enfrentamento neste novo terreno de confronto de classes. Os processos de formação em rede, junto a outros movimentos sociais, têm se constituído como um processo de aprendizagem. Catadores se apropriando desse processo de gestão, autogerindo suas redes é uma conquista, embrionária, que perpassa pela educação.

Esta iniciativa autogestionária que se deu mais pela necessidade do que pelo ato de vontade dos trabalhadores, marcada pelo campo de oposição entre a expansão do capital e a intensificação da degradação da classe trabalhadora (NAKANO; ANCASSUERD; VILLAR, 2004), tem se expressado como uma possibilidade de retomada dos princípios do cooperativismo e da autogestão. Esse processo de construção de novas relações de trabalho, a

transição de uma perspectiva de sobrevivência individual para a perspectiva de uma emancipação coletiva, é eivada de contradições. Pois são explorados por um mercado oligopsônico e não mais por um patrão. Desprovidos dos recursos para ter acesso aos meios de garantir um maior índice de produtividade e eficiência, capazes de fazer frente às empresas capitalistas, estes trabalhadores e trabalhadoras têm o exercício de sua autonomia e autogestão comprometidas. Muitas vezes, possuem dependência do apoio público, de linha de crédito e de uma rede de parceiros, cujos interesses podem estar fundados em uma orientação político-econômica distinta da autogestão e da Economia Solidária.

Um estudo realizado pelo Insea e Núcleo Alternativas (2010), demonstrou que o custo da coleta seletiva para determinada prefeitura era cerca de quatro vezes maior que o custo da coleta convencional e que a média proporcional de custos destas atividades gira em uma relação de 5:1. Ainda que as prefeituras deem um suporte aos empreendimentos de Catadores como disponibilidade de estrutura (caminhões, motoristas, dentre outros), a contratação de cooperativas e associações de Catadores pode constituir-se em uma forma de terceirização de uma responsabilidade do poder público, mas também uma forma de baratear os custos do serviço de coleta. Oliveira Filho *et al* (2006), a partir do levantamento dos custos de implantação de unidades básicas para a operação de cooperativas de reciclagem com capacidade de geração de 160 postos de trabalhos, chegou a um custo que varia entre R\$ 3.094,04 e R\$ 4.979,31 por cada posto de trabalho criado. Este custo é bastante inferior se comparado ao custo de outros setores como construção civil, pizzaria, livraria, sorveteria, setor metalúrgico, setor automobilístico, dentre tantos outros. É um setor com grande potencial de inclusão socioprodutiva a custos relativamente baixos. O desafio é se preparar para atuar em todos os elos da cadeia produtiva da reciclagem, e a proposta da Rede CATAMATO vai nesse sentido.

Devido à necessidade de captação de recursos para iniciar ou expandir a atividade e a possibilidade de prestação de serviços de coleta seletiva e triagem a baixo custo, estas cooperativas de Catadores vêm atraindo investimentos não somente da esfera pública, mas também do setor privado. Como exemplo pode ser citado o caso da Nestlé, que desde 2005 desenvolve um trabalho de apoio à formalização e desenvolvimento de cooperativas de Catadores, atuando junto a 69 cooperativas e 1900 Catadores no ano de 2015, que separaram aproximadamente 51.000 toneladas de materiais recicláveis que retornaram à cadeia produtiva (CEMPRE, 2016d). Dito de outra forma, são 51.000 toneladas de matéria-prima de baixo custo para as grandes indústrias da reciclagem. Outro caso é a Danone (CEMPRE, 2016e) que desde 2011, em parceria com o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA) e o MNCR, faz um trabalho semelhante, pois a partir de recursos do Fundo Danone *Ecosystem*,

atua diretamente junto a 44 cooperativas de 35 cidades da região metropolitana de Belo Horizonte e do sul e sudoeste de Minas Gerais. Até 2015 o programa envolvia 836 catadores que ampliaram sua renda mensal média de R\$ 490,00, em 2011, para R\$ 1.136,00, ao mesmo tempo em que também levou à obtenção de um índice de 40% de reciclagem das embalagens dos produtos da empresa.

Desprovidos dos recursos necessários para se “capitalizarem” e se estruturarem, estas cooperativas terão mais ou menos dificuldades na aquisição destes recursos, na medida em que sua estruturação coadune mais ou menos com os interesses do setor público e do mercado. Com o financiamento externo tem o seu grau de autonomia limitado e condicionado por interesses externos. Sem ele dificilmente conseguirão subsistir e proporcionar a renda mínima necessária para a sobrevivência de seus trabalhadores e trabalhadoras. A COOPERTAN hoje, na medida em que é a opção mais viável econômica e socialmente para o poder público municipal de Tangará da Serra para realizar a coleta seletiva, também tem a sua viabilidade econômica condicionada à renovação anual do contrato de prestação de serviços junto ao SAMAE.

Ainda que a racionalidade social tenha precedido a racionalidade técnica, fundamentada na cooperação e tendo o trabalho como elemento central, buscando priorizar cada posto de trabalho em detrimento do aumento da lucratividade social, coadunando com Eid (2004), o grau de viabilidade econômica, ainda que não seja suficiente, tem se mostrado um fator necessário à perenidade da COOPERTAN e permanência de seus protagonistas. Embora não seja a centralidade, a dimensão econômica se faz importante, pois há que se garantir uma renda que seja no mínimo suficiente para suprir as necessidades básicas dos Catadores. Resguardadas as condições laborais insalubres e por vezes até degradantes, alinhadas a todos os problemas históricos desde a sua constituição, a possibilidade de renda gerada por esta cooperativa, longe de ser a mais adequada ou estar próxima de um valor médio de distribuição das riquezas produzidas pelo capital, é a expressão concreta de outras possibilidades do homem estar com o mundo por meio do trabalho, e também um ato de rebeldia da classe trabalhadora.

Rebeldia ao lutarem contra a precarização do trabalho no espaço da empresa capitalista, convertidos em força de trabalho, ou contra a precarização do autoemprego a serviço das empresas da reciclagem. A riqueza de sua produção material ainda é medida pelo valor de troca definido pelo mercado, condicionando o rendimento de seus trabalhadores que em valores quantitativos não é muito distante, às vezes até um pouco acima, do trabalho assalariado. Entretanto, trabalham agora enquanto homens “senhores de seu trabalho”. Os critérios de distribuição da riqueza produzida não lhes são impostos por um patrão, mas discutidos e decididos democraticamente em assembleia. Outro avanço é que também já não estão sob a

coerção e controle do proprietário dos meios de produção, e a produção não tem se convertido em um processo de reprodução do capital, ao contrário, tem se firmado como um processo de valorização do próprio trabalho (TIRIBA, 2001) e destes trabalhadores.

O trabalho associado comporta diferentes dimensões educativas, nas suas diferentes instâncias. Os mais variados espaços proporcionam que os saberes produzidos na COOPERTAN sejam socializados entre os Catadores e também com a sociedade e a academia. Mesmo assim, o analfabetismo funcional e o baixo nível de educação formal permeiam esse espaço. A realidade das instâncias proporcionadas e os saberes produzidos e socializados na COOPERTAN têm corroborado com Tiriba (2001), ao evidenciar que o baixo nível de educação escolar, que a questão da cultura e da educação e, sobretudo da socialização do conhecimento, tem-se tornado o calcanhar de Aquiles dos empreendimentos autogestionados pelos trabalhadores. A vontade de tomar parte do processo tem encontrado limitação nas condições de preparo, de conhecimentos ainda não apropriados, para participar efetivamente. Mesmo que o espaço escolar em muitos momentos produz e reproduz as relações sociais de desigualdade (FERNANDEZ ENGUITA, 1989) com uma pedagogia orientada para a empregabilidade (FRIGOTTO, 2002), a escola “é um lugar onde os trabalhadores podem sistematizar os conhecimentos históricos e socialmente produzidos, inclusive aqueles que eles mesmos produziram na ‘boca da máquina’” (TIRIBA, 2001, p. 330).

Estes trabalhadores conseguiram se organizar coletivamente, se apropriaram dos meios de produção que têm lhes possibilitado exercer sua atividade laboral criativa, mas ainda carecem da apropriação dos fundamentos científico-tecnológicos que dão sentido a seu trabalho (TIRIBA, 2001). Precisam avançar na articulação entre a teoria e a prática, entre os conhecimentos científicos e o exercício operacional. Há um avanço na transição da condição de trabalhador abstrato para a sua reafirmação como trabalhador genérico (MARX, 2008) ao se possibilitar a cada trabalhador transitar por todas as instâncias operacionais e gestionárias do trabalho. Entretanto, estão se constituindo mais enquanto trabalhadores polivalentes em detrimento da formação politécnica.

Este EES, enquanto novo modo de produção da vida social, ao instituir novas relações de trabalho, tem gerado novas riquezas espirituais ao produzirem suas riquezas materiais. Constitui-se em um projeto que, corroborando com Peixoto Filho (2004), tem reafirmado as estruturas democratizantes de decisões, as relações de igualdade e cooperação entre os seus trabalhadores e trabalhadoras na produção de seus bens materiais e espirituais, promove o seu desenvolvimento e criatividade. Porta uma pedagogia, uma prática social, que possibilita a articulação de saberes e conhecimentos, contribuindo para a realização de novos modos de

produção e construção de novas relações. Essa produção da vida material por caminhos diferentes dos dados pela esfera econômico-produtiva atual tem de alguma forma, contribuído para algumas transformações na esfera política-cultural.

A cultura do trabalho (TIRIBA, 2001, 2008) que vem sendo construída pelos trabalhadores e trabalhadoras da COOPERTAN, tem como elementos constitutivos as relações de trabalho, a origem de classe, as relações de parentesco, relações afetivas, e ainda sucinta a discussão de gênero. Apresenta traços constitutivos peculiares convivendo, e ao mesmo tempo é subordinada, aos processos de valorização do capital, condicionada pela lógica de mercado. Os elementos materiais são compostos por instrumentos de trabalho como prensas, balança, elevador e esteira (adquirida posteriormente à realização do trabalho de campo desta pesquisa), que lhes permitem realizar algumas tarefas de forma mais rápida, produtiva, automatizada e com menor esforço físico. Entretanto, seus meios de produção estão longe de fazer frente aos grandes índices de produtividade e eficiência das grandes empresas da cadeia produtiva da reciclagem.

Quanto aos elementos simbólicos não nos foi possível aprofundar uma discussão quanto à identidade com relação às questões étnicas e religiosas. A origem geográfica destes trabalhadores e o trajeto percorrido até chegar à cooperativa refletem as estratégias em curso da reestruturação produtiva, que empurra cada vez mais um maior número de trabalhadores para um autoemprego em condições precárias. Expressa uma luta não somente pelos seus meios físicos de vida, mas também pela aquisição de trabalho, pelos meios de poder efetivar sua atividade (MARX, 2008). Tem como espaços geográficos urbanos de residência e convívio as regiões periféricas do município, que carecem de uma estrutura adequada quanto à iluminação pública, asfalto, escolas, creches, segurança pública e espaços que ofereçam atividades de lazer e cultura, o que coaduna com a realidade nacional de condições de vida e trabalho dos Catadores.

Suas relações de produção remetem às determinadas formas de dispêndio e divisão da força de trabalho, de compreensão e relacionamento com o trabalho e com a própria organização. No tocante ao ingresso e divisão do trabalho, a inclusão daqueles que certamente não encontrariam espaço no mercado de trabalho assalariado precede a racionalidade produtiva, contrapondo-se a velhos paradigmas na construção de outro mundo do trabalho. Na divisão das tarefas e definição de funções, é considerada distribuição equitativa de tarefas o condicionamento físico, esforços exigidos, idade, necessidades temporárias ou permanentes que comprometeriam a permanência de alguns trabalhadores. A pré-disposição em cooperar com os demais trabalhadores é mediada principalmente, por outras relações distintas da relação

de sócio cooperados, o que incita aproximações e distanciamentos entre si, fragmentando o coletivo em pequenos grupos, que tiveram o seu início antes mesmo da constituição do EES.

A questão de gênero permeia a cultura do trabalho. Há um cuidado de reservar às mulheres, sempre que possível, as atividades menos desgastantes fisicamente. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, há a atribuição de algumas tarefas como limpeza de determinados espaços, exclusivamente para as trabalhadoras. Discutir emancipação, solidariedade e igualdade implica em discutir também a igualdade de gênero em direitos e também em responsabilidades. Singer (2002) pontua que a solidariedade só se realiza a partir do momento em que todos se colocam em condições de igualdade, todos precisam tomar parte igualmente na associação para produzir, comercializar, consumir e poupar.

Distantes de uma educação de fato democrática (GRAMSCI, 1982), já nos primeiros anos iniciais, a classe trabalhadora tem suas possibilidades de atuação restringidas aos postos de trabalho precários e de baixa qualificação, seja no mercado assalariado, como autônomos ou produzindo associativamente em experiências como a COOPERTAN. A partir dos 40 anos de vida são descartados, até mesmo do trabalho assalariado, se vendo obrigados a criar seus próprios e precários postos de trabalho. A realidade da COOPERTAN sinaliza que a precarização do trabalho atinge com maior intensidade as trabalhadoras. Mulheres que devido à maternidade e ao fato de não terem o suporte necessário, inclusive da própria família e/ou do pai dos filhos, tiveram que precocemente abandonar o processo educacional escolar, e paralelo a isso, encontrar formas de promover a sua subsistência e de seus filhos. Não por acaso, apesar das condições insalubres e de exaustão física de trabalho, quase dois terços deste empreendimento é constituído por mulheres. Ainda que internamente haja alguns elementos da cultura patriarcal, que incida em determinados papéis de gênero, estas trabalhadoras têm encontrado espaço para exercerem não só sua atividade laboral criativa e criar as condições de subsistência de sua família, mas para também serem as principais protagonistas e lideranças neste EES.

A experimentação (NASCIMENTO, 2015) de novas relações de trabalho tem possibilitado uma importante ressignificação do binômio autoridade/responsabilidade para estes trabalhadores. Entretanto, há que se avançar melhor na compreensão de que tonar-se senhor de seu trabalho não implica em se tornar patrão. É preciso se desalinhar deste referencial de patrão e compreender que seus frutos, seu gozo é produto da exploração do trabalho alheio (FREIRE, 1987). Ainda que tenham se mostrado um coletivo bastante coeso, em alguns momentos críticos da história da COOPERTAN, as relações de solidariedade e cooperação no dia a dia de trabalho se dão mais por outros vínculos, como relações de amizade ou de

parentesco, do que por uma percepção de identidade coletiva de cooperados, Catadores ou classe trabalhadora. A constituição de subgrupos dentro do coletivo e os conflitos existentes, principalmente entre os mais jovens, tem comprometido a solidariedade entre os cooperados.

Neste contexto a cooperativa é um espaço de produção onde, para além das relações entre cooperados, muitas outras relações são construídas. Relações autênticas e de vida, relações humanas, intensas e espontâneas, que apresentam tanto momentos de coesão e aproximações, quanto de divergências e distanciamentos internos. A cooperação é voluntária, espontânea e consoante a estas aproximações e distanciamentos. Esta espontaneidade em alguns momentos, converge para a ocorrência de alguns conflitos entre estes trabalhadores, que já não são seres condicionados a assumir determinados comportamentos e posturas ditados pelo governo do capital, que premia a conduta correspondente e, ao mesmo tempo, rejeita-se e penaliza tudo o que possa provir de suas outras características como indivíduos (FERNANDEZ ENGUITA, 1989). Relações de amizade, relações familiares, relações amorosas, casais constituídos, e que tem gerado novas unidades familiares, emergem a partir das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação dinâmica com estas últimas.

A cultura do trabalho que vem sendo construída pelos sujeitos da COOPERTAN, mediada pelos processos educativos, tem lhes possibilitado maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho (TIRIBA, 2001) e com a própria cooperativa, e isso imprime diferentes significados para cada trabalhador ou trabalhadora. As diversas razões de ingresso, as experiências vivenciadas, conquistas obtidas, processos educativos vivenciados, tempo de atuação no EES, dentre outros fatores, têm contribuído para a relação que cada trabalhador estabelece com a organização e o significado que ela assume para cada um. O exercício do diálogo, troca de informações e decisões sobre o trabalho com os colegas, com a direção ou ainda nas assembleias, bem como a socialização em seu cotidiano, a respeito não só do trabalho, mas também da cooperativa, família, problemas pessoais, economia, política e questões sociais, tem possibilitado a estes trabalhadores e trabalhadoras o exercício da produção e socialização de saberes.

Ao vivenciarem a experiência de outra forma de produzir e instituir novas relações de trabalho, esses trabalhadores têm conseguido compreender a distinção entre o trabalho assalariado e este outro mundo do trabalho em construção. A dificuldade em desenvolver uma formação continuada regularmente tem dilatado este tempo de aprendizagem requerido, sobretudo dos que anteriormente atuavam como assalariados. No decorrer deste processo pedagógico, reproduzem no cotidiano de trabalho elementos da cultura do trabalho assalariado

das organizações heterogestionária, ao mesmo tempo em que vão absorvendo e desenvolvendo elementos desta outra cultura do trabalho.

Portam elementos de uma nova cultura do trabalho e ao mesmo tempo da velha, no cotidiano do processo de trabalho, em muitos momentos prevalece a liberdade individual frente aos interesses do coletivo de trabalhadores, dando a propriedade de natureza coletiva um caráter de propriedade privada (TIRIBA, 2001). Nicolletti (2011) nos ajuda a compreender melhor este processo ao argumentar que é difícil pensar, mais ainda vivenciar, outra organização do trabalho quando estamos mergulhados durante longos anos em uma forma específica de organização em determinado momento histórico, cuja vida está estruturada em torno dela, o que torna difícil vislumbrar outras possibilidades, tanto conceitual quanto práticas.

A coexistência de elementos de distintas culturas do trabalho tem proporcionado diferentes concepções de trabalho a partir dos diferentes trabalhadores que constituem a COOPERTAN. Aqueles que ainda reproduzem elementos da cultura do trabalho assalariado compreendem o trabalho a partir de uma percepção negativa, como um instrumento de exploração dos homens por outros homens, uma atividade necessária, porém penosa e desestimulante. Já aqueles que têm desenvolvido uma formação aderente à nova cultura do trabalho, compreendem este como um direito que deve ser estendido a todos. Como uma oportunidade de inserção social; um espaço de formação política, educação e aprendizagem, além de oportunizar o desenvolvimento intelectual e de melhora de vida, é uma atividade prazerosa e fonte de satisfação social. A produção associada tem provocado uma resignificação dos sentidos, que até então os trabalhadores tinham sobre sua vida e seu trabalho ao se depararem com o trabalho enquanto processo criativo voltado para a reprodução ampliada da vida, e não mais como um trabalho abstrato subordinado aos interesses do capital.

Reconhecem no trabalho desenvolvido na COOPERTAN uma forma de geração de renda para a sobrevivência, oportunidade para melhorarem de vida e um instrumento de educação e aprendizagem. Há uma compreensão do trabalho como trabalho útil, condição da existência humana, independente de todas as formas de sociedade, mediação do metabolismo entre o ser humano e a natureza (MARX, 1996). Ao atender suas necessidades materiais, como ser biológico, na sua relação com a natureza e com os outros homens, enquanto seres sociais (SEMERARO, 2004), os trabalhadores da COOPERTAN têm criado condições para o seu sustento, ainda que o mínimo necessário, e desenvolvido sua consciência. Assim, ao transformar o seu mundo eles vêm elaborando suas culturas e estabelecendo relações sócio-políticas.

Os trabalhadores, com os quais estabelecemos diálogo nesta pesquisa, foram empurrados, não somente para o autoemprego, mas também para a autoeducação. A grande maioria não teve a oportunidade de terminar nem mesmo o Ensino Fundamental. Reflexo de uma sociedade em que trabalho e poder restringem a alguns privilegiados certas oportunidades, o próprio sistema de educação escolar tende, de forma conexas a outros processos e práticas sociais de reprodução, exercer o controle e manipulação da própria desigualdade a corroborar com este processo (BRANDÃO, 2006). Uma educação escolar que precisa não ser oferecida a todos da mesma maneira, para que seus “formados” em diferentes graus do conhecimento, saiam desigualmente repartidos para a vida e o trabalho. Entretanto, imputa-se a estes trabalhadores a responsabilidade pelas condições de trabalho e renda nas quais se encontram, como se esta desigualdade já não estivesse sido dada anteriormente, condicionando as suas oportunidades, como se a criação de oportunidades e de riquezas fossem mediadas pelo esforço individual e não pelos interesses do capital.

Em tempos de um projeto educacional em curso, cada vez mais voltado para a formação de um cidadão mínimo, materializado, dentro outros tantos instrumentos, na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 e Medida Provisória (MP) 746/2016, estamos nos distanciando ainda mais da possibilidade de uma educação que propicie efetivamente aos trabalhadores as condições de se tornarem senhores de seu trabalho. Uma possibilidade que, por meio de uma formação unitária, contribua para a rearticulação dos saberes fragmentados, que possibilite a apropriação dos conhecimentos científico-filosóficos em consonância com os saberes construídos na produção da própria vida (TIRIBA; PICANÇO, 2004). Conhecimentos a respeito do mundo da produção, da cultura e da vida em sociedade, cujo acesso da grande maioria dos trabalhadores continua sendo negado pela sociedade capitalista (TIRIBA, 2001).

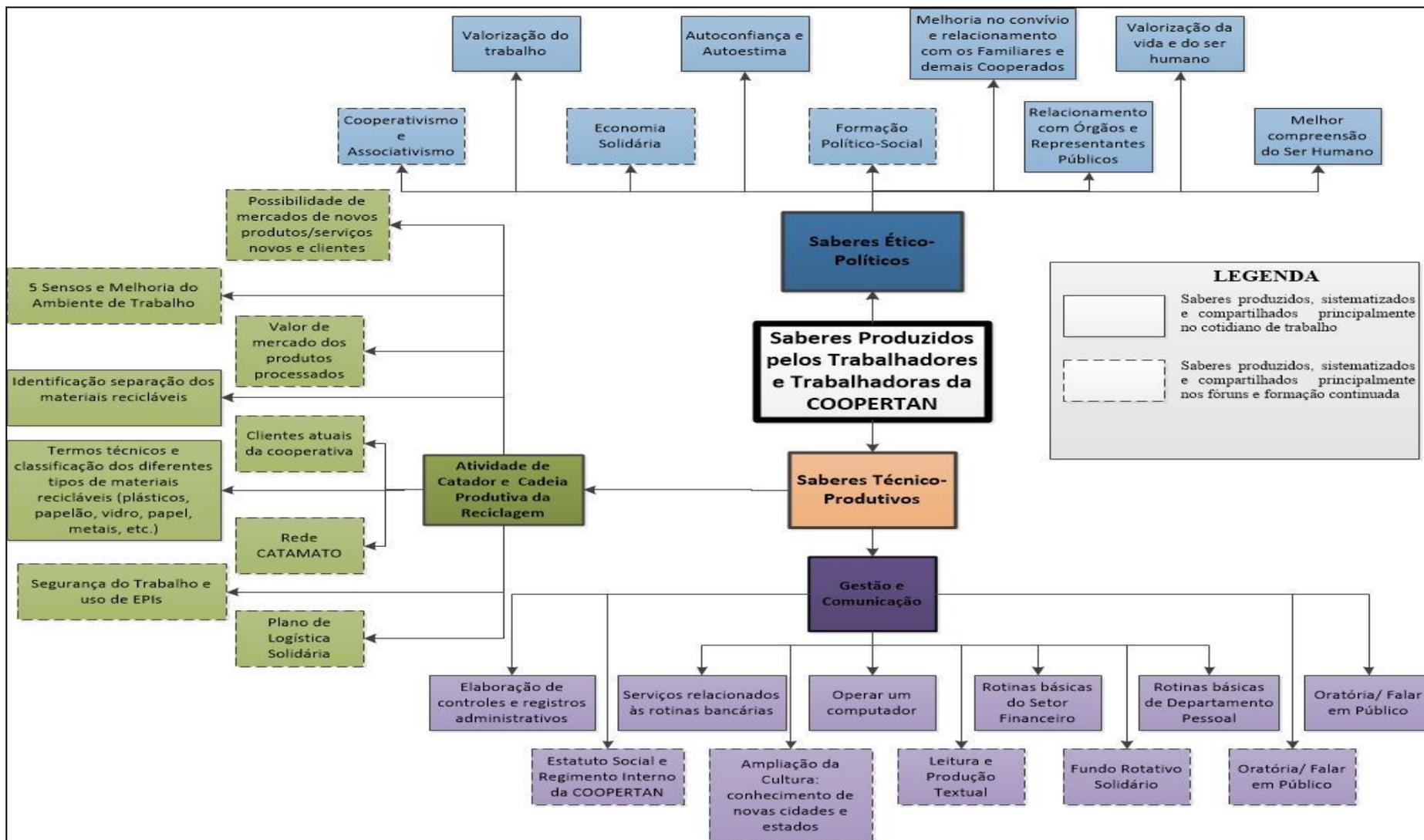
Em um trabalho conjunto com os agentes apoiadores da formação, estes Catadores têm buscado constituir em seu próprio seio seu corpo intelectual, a partir de suas instâncias educativas, seja no processo de produção em seu cotidiano, seja também em outros espaços. Retomando Tiriba (2001), a constituição de um intelectual de novo tipo demanda que os atores da produção associada estabeleçam uma sólida relação entre teoria e prática, pelo criar de novas instâncias educativas, que contribuam para que o conjunto de trabalhadores se torne governantes de si mesmos e de seu trabalho. Seja no seu cotidiano de trabalho, nas reuniões, assembleias, encontros de formação, reuniões com os demais empreendimentos da Rede CATAMATO ou com o MNCR, estes trabalhadores estão refletindo e reconstruindo historicamente sua *práxis*, produzindo e socializando saberes, construindo sua leitura de mundo e o seu estar com o mundo.

Nestes contextos de trabalho de produção associada, segundo Tiriba e Magalhães (2016, p. 263), há os saberes técnico-produtivos que “são mobilizados e recompostos em função de um determinado projeto societário, o que requer a relação dialética como os saberes ético-políticos regidos pelos princípios econômico-filosóficos, políticos, sociais e culturais que fundamentam o processo de trabalho e o processo educativo”. Tiriba (2001) compreende os espaços de sistematização destes saberes e ampliação da cultura em processos educativos formais e informais. A partir das autoras, elaboramos uma síntese das instâncias e principais saberes produzidos, sistematizados e compartilhados por estes Catadores na sua relação entre trabalho e educação, apresentados na Figura 4.

Os saberes referentes ao desenvolvimento de relacionamentos humanos têm uma relação com a idade e tempo de atuação no EES, atividade desenvolvida anteriormente e a busca de outros objetivos, além da garantia de renda para a sua subsistência. À medida que estes trabalhadores têm consigo, senão transformações, ao menos progresso com relação às suas condições de vida material, se apropriando de novos conhecimentos e habilidades, têm se tornado mais confiantes em si mesmos, refletindo de diversas formas em sua autoestima. Quanto aos conhecimentos sobre a reciclagem tem-se uma heterogeneidade muito grande ao pensarmos a formação destes trabalhadores a partir de uma formação politécnica. Formação que esbarra na infrequência dos processos de formações realizadas, baixa escolarização e o não trânsito por outros espaços de trabalho e de gestão, seja pelo pouco tempo de atuação, seja pelas dificuldades impostas pela baixa escolarização.

Institucionalmente, a democracia nas decisões e o direito de atuar nos espaços de gestão têm sido garantidos a todos os trabalhadores e, salvo algumas exceções, há uma renovação destes quadros. Entretanto, muitas pessoas que têm transitado por este espaço não têm conseguido exercer efetivamente a função e se apropriar dos conhecimentos possibilitados, por dificuldades relacionadas à leitura, produção textual e operações matemáticas básicas. Não é uma relação com a capacidade individual intelectual, mas com as condições iniciais dadas de possibilidades de acessos. Buscam superar esta questão com a socialização dos conhecimentos que cada um possui sobre determinadas atividades com os colegas. Rompem com a lógica da competição, quanto melhores todos forem, tanto maior o ganho de cada um, assim há o apoio quando necessário e diante das dificuldades e limitações contam com a solidariedade do grupo (SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2007). Conforme Novaes (2009) na perspectiva de uma nova forma de produção social por meio da Economia Solidária não se deve limitar apenas à geração de trabalho e renda, mas é preciso avançar e abarcar também as áreas da produção e do conhecimento que interferem na racionalidade deste modo de produção.

Figura 4–Saberes produzidos pelos Trabalhadores e Trabalhadoras da COOPERTAN



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da Pesquisa de Campo (2016).

Quanto aos processos educativos formais, estes trabalhadores se deparam com o desafio de sua autonomia sobre o tempo destinado para o seu desenvolvimento e formação, tendo dificuldade de conciliá-lo com as demandas do setor produtivo, sobretudo os trabalhadores que atuam na coleta. É preciso repensar estas questões, pois como já alertava Marx (1996), o tempo é o campo do desenvolvimento humano. Precisam avançar no sentido de priorizar igualmente espaços e tempos de trabalho e espaços e tempos de formação, bem como sistematizar tempos e espaços formais de socialização dos conhecimentos obtidos principalmente em outros espaços que não os de trabalho. A própria dificuldade de tempo para a realização das formações é uma reafirmação de sua necessidade. Singer (2002) pontua que para fazer frente ao capitalismo em critérios econômicos, experiências como a COOPERTAN precisam do apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários para alcançar os mesmos níveis de eficiência de produção e distribuição de seus produtos.

Dentro do próprio programa de formação, a gestão e os agentes apoiadores precisam trabalhar uma conscientização, o despertar para a importância da formação para que estes trabalhadores passem a ter uma postura mais ativa e participativa nestes momentos. Outra questão que deve estar na agenda de discussões é a institucionalização de socialização dos conhecimentos obtidos nos espaços onde a COOPERTAN se faz presente pela forma de representação. Eid (2004) argumenta que a educação unitária deve buscar superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos.

Há espaços para ampliar o aprendizado coletivo, entretanto é necessário tornar o processo de formação um processo contínuo. A Economia Solidária, segundo Tiriba (2001), tem condições de constituir-se em um processo prático-educativo, uma escola que, mais do que atenuar os problemas do desemprego, vivida no seu cotidiano, mostre para esses próprios trabalhadores e para a sociedade ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais, tanto no espaço de trabalho, quanto na sociedade. É preciso se apropriar dos avanços científicos e articulá-los com um projeto de sociedade que possibilite a socialização de bens materiais e simbólicos (SEMERARO, 2004).

Este trabalho de pesquisa, situado historicamente, expressa uma continuidade de um diálogo entre a Universidade e estes trabalhadores e trabalhadoras, que se iniciou antes mesmo da constituição da própria cooperativa. De lá para cá algumas discussões já foram empreendidas a respeito da relação trabalho e educação. Desde sua constituição este empreendimento vem passando por transformações em diversos aspectos e suas instâncias educativas têm sido desenvolvidas e ampliadas. O trabalho desenvolvido por nós compreende um avanço ao

recuperar e atualizar estas discussões e o nosso ponto de chegada nada mais é do que um ponto de partida para continuidade dos diálogos. Esse ponto de partida implica em considerar algumas possibilidades de pesquisa da totalidade desta cooperativa, em seus quase 10 anos de existência, que não foi possível de serem abordadas por nós ou ainda necessita de aprofundamento.

Muitos dos trabalhadores que antecederam e até mesmo chegaram a ingressar inicialmente neste EES, acabaram se desligando nos anos iniciais da experiência. Dessa forma, houve o rompimento do vínculo com a COOPERTAN, mas não com a condição de classe trabalhadora. É importante identificar onde estão estes trabalhadores hoje, suas condições de trabalho e de vida, se continuam atuando ou não como Catadores. Pois, suas trajetórias refletem em maior ou menor grau o movimento da reestruturação produtiva do capital, sobretudo da cadeia produtiva da reciclagem, a quem interessa uma desmobilização e atuação individual destes trabalhadores. Neste sentido, outro ponto que merece maior atenção são as origens e trajetórias dos sujeitos que atualmente estão na cooperativa. Sabemos sua origem de classe, um pouco da trajetória e origens daqueles que têm uma história como Catadores anterior ao empreendimento, mas muito pouco sobre os que ingressaram posteriormente. Por isso se faz importante conhecer as atividades econômicas desenvolvidas pelas últimas gerações familiares, suas raízes étnicas, geográficas, crenças, dentre outros elementos constituintes da dimensão econômico-cultural do trabalho.

Ainda que tenha se mostrado um elemento importante da cultura do trabalho, não foi possível, nesta pesquisa, aprofundarmos a discussão sobre gênero na COOPERTAN. O trabalho de campo evidenciou a importância das trabalhadoras no processo histórico e contexto atual deste empreendimento. Entretanto, é preciso avançar na discussão de como estão instituídas as relações de gênero nas relações de trabalho dentro desta cultura do trabalho que vem sendo construída pelos trabalhadores e trabalhadoras deste empreendimento.

A constituição da Rede CATAMATO suscita também uma análise de como está estruturada esta cadeia produtiva no estado de Mato Grosso, identificando as organizações envolvidas, tanto da esfera pública quanto privada, a realidade na qual se encontram e como tem atuado, individual ou coletivamente, os Catadores que ainda não estão inseridos nesta rede.

Quanto ao aspecto temporal, esta pesquisa dialoga com a realidade criada e vivenciada por estes trabalhadores até o mês de janeiro de 2016. Com o trabalho ainda em andamento ocorreram algumas mudanças que terão algumas implicações nas relações de trabalho instituídas e também nas relações entre trabalho e educação, o que sinaliza a importância e necessidade de continuidade desta pesquisa, que estará sempre em construção. No espaço de produção foi inserida uma esteira e carrinhos para a movimentação dos *bags* com material

separado e rejeitos. Isto certamente tem provocado mudanças na produtividade e uma completa reorganização do espaço de produção e da divisão de trabalho entre os cooperados. Somando-se a isto, houve a mudança de endereço, novos trabalhadores e trabalhadoras se juntaram ao empreendimento e um novo Conselho Diretor assumiu a gestão renovando parte do quadro. Esses fatos possivelmente afetarão a dinâmica das relações humanas e de trabalho, implicando nos processos educativos.

Ainda que tenhamos trabalhado em alguns momentos deste texto as relações estabelecidas com outros EES, em outros espaços como o Fórum Municipal de Economia Solidária e a Rede CATAMATO, eles carecem de uma maior atenção e análise. No âmbito municipal a COOPERTAN estabelece diálogo e atua em conjunto com outros empreendimentos na busca do desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária. Na esfera estadual tem buscado melhores condições de trabalho e renda, por meio de articulação com outras organizações de Catadores. São espaços que proporcionam oportunidades de formação técnica, de gestão, política, econômica e cultural, o que abrange várias dimensões da formação humana.

Analisar e avaliar as políticas públicas de inclusão socioproductiva de Catadores e a sua interface com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e outros programas e ações é outro ponto que merece atenção em futuras pesquisas, principalmente no que se refere a Educação de Jovens e Adultos com foco nesse público específico.

Para muitos destes trabalhadores os tempos e espaços de trabalho equivalem aos seus tempos e espaços de vida e o estabelecimento de outros tipos de relações, de autodesenvolvimento, de criação e apropriação e saberes. Conforme vão produzindo uma riqueza material que lhes permita proporcionar ao menos as condições mínimas de subsistência de suas famílias, tendo o trabalho como princípio e fim educativo, buscam, a partir das condições objetivas dadas, construir sua formação multidimensional. Um processo que, de acordo com Fischer e Tiriba (2009), para além da simples apropriação dos meios de produção, proporciona a estes trabalhadores a rearticulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e avançar na construção de uma nova cultura do trabalho e de um novo projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Uso e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. p. 637-651.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco et al. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In: IV Encontro de Ensino Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013. **Anais...**Brasília-DF, set., 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. Lisboa - Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade individualizada:** vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

BEATRIZ, M. Z. **Os Sentidos da economia solidária:** os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

BOIN, Tassyane dos Santos. **Conflitos:** um estudo de caso com os sócios de uma Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra – MT. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2013

BORGES, J. L.. Política de economia solidária em Tangará da Serra-MT. In: 62ª Reunião Anual da SBPC, 2010, Natal. **Anais/Resumos da 62ª Reunião Anual da SBPC.** Natal: UFRN, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas.** Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social, Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília, 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária:** para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 27. Jul., 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC: relatório final.** Recife, 2011.

_____. **Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em: 27, jul., 2016.

BRITO, José Eustáquio de. O caráter educativo da produção associada: o aprendizado da autogestão. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.** 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 103-124.

CARVALHO, Ricardo; TRAJANO, Ana Rita. Oficinas de autogestão como produtoras de novas identidades laborais no contexto da economia solidária. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.** 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 125-145.

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CEMPRE. Centro Empresarial Para a Reciclagem. **Serviços.** Disponível em: <http://www.cempre.org.br/>. Acesso em: 19, nov., 2016a.

_____. _____. Desafios e oportunidades: coleta seletiva ainda é um desafio para o país, aponta Ciclossoft 2016. **Cempre Informa**, n. 147, maio/jun., 2016. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre-informa/m/educacao/147>. Acesso em: 19, nov., 2016b.

_____. _____. **Ciclossoft 2016.** Disponível em: <http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>. Acesso em: 19, nov., 2016c.

_____. _____. Apoio a Catadores é destaque em relatório global da Nestlé. **Cempre Informa**, n. 147, maio/jun., 2016. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre-informa/id/69/apoio-a-catadores-e-destaque-em-relatorio-global-da-nestle>. Acesso em: 20, nov., 2016d.

_____. _____. Danone impulsiona reciclagem em 59 municípios. **Cempre Informa**, n. 148, jul./ago., 2016. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre-informa/id/69/apoio-a-catadores-e-destaque-em-relatorio-global-da-nestle>. Acesso em: 20, nov., 2016e.

COOPERTAN. Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra. **Estatuto Social: primeira versão.** Tangará da Serra, jun., 2007.

_____. Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra. **Estatuto Social: primeira alteração.** Tangará da Serra, mar., 2015.

CRISTALINO, Eliane Simone. **A prática de educação ambiental a partir da realidade local de coleta seletiva em Tangará da Serra-MT.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso.

(Graduação em Administração em Agronegócios) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2012.

CRUZ, A. **A diferença da igualdade:** a dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2006.

DORNELES, S. B. **Autogestão:** uma alternativa para o desenvolvimento regional. Disponível em: <www.mtb.gov.br>. Acesso em: 10, abr., 2011.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 167-188.

_____. **Sobre a concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia Solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação.** Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/sobre-concepcao-de-incubadora-universitaria-de-empreendimentos.pdf>. Acesso em: 18, jul., 2016.

ESTANQUE, Elísio. A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **Trabalhar o mundo:** os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FALKEMBACH, Elza Maria F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto e Educação.** Ijuí. vol. 2, n. 7, jul/set, 1987. p. 19-24.

FARIA, José Henrique. **O autoritarismo nas organizações.** Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.

FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio David *et al* (Orgs). In: **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra/São Paulo: Edições Almedina, CES (Série Políticas Sociais), Almedina Brasil, 2009. p. 293-298.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS Luiz C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 6. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

_____. Materialismo histórico dialético: pontos e contrapontos. In: I Seminário de Pesquisa do Setor de Educação do MST, 2008, Luiziania. **Anais....** Brasília: MST, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Educação politécnica. In: CALDART, Roseli S. et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 274-281.

_____; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli S. et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. 750-757.

GAIGER, Luiz Inácio G. (Coord.) KUYVEN, Patrícia Sorgatto; OGANDO, Cláudio Barcelos; KAPPES, Sylvio Antonio; SILVA, Jardel Knecht da. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. 1. reimp. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elabora projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Volume 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: mudança radical**. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

INSEA. Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável. NÚCLEO ALTERNATIVAS – Engenharia/UFMG. **Análise comparada de custos da coleta seletiva realizada pelos catadores, pela prefeitura e por empresas contratadas**. Belo Horizonte, nov., 2010. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/analise-comparada-de-custos-da-coleta-seletiva-realizada-pelos-catadores-pela-prefeitura-e-por-empresas-contratadas>. Acesso em: 20, nov., 2016

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social das Catadoras e dos Catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Cecília Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Fabio Roberto Moraes. A inserção da economia solidária no mercado: contradições e possibilidades. **Otra Economía** - Volumen II - Nº 2 - 1º semestre/ 2008, p. 52-67. ISSN 1851-4715.

LIBONI, Maria Therezinha Loddi; PEREIRA, Magali Cecili Surjus. Entre contradições e inovações: a pesquisa de uma empresa de autogestão: o risco da naturalização da realidade. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Administração - EnANPAD, 2002, Bahia. **Anais...** CD-ROM, 2002.

LIMA, Ana Maria de. **Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos:** um estudo de caso na COOPERTAN de Tangara da Serra – MT. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós – Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, São Carlos, 2010.

_____ et al . Desenvolvimentos de projetos para fomento de trabalho coletivo e solidário: o caso da coleta seletiva em Tangará da Serra-MT. In: 48º Congresso SOBER, 2010, Campo Grande. 2010. **Anais...** Campo Grande-MS, 2010.

LUCONI JR, Wilson. **No lixo? na arte?:** um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em empreendimentos de economia solidária em Tangará da Serra – MT. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio do Sinos, Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2011.

MACHADO, L. R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: _____. **Trabalho e Educação.** Campinas: Papiros, 1994. p.9-23.

MALDONADO, Carlos Alberto Reyes. **Unemat:** uma universidade para o 3º milênio. Cáceres: Edições Aguapé, 1995.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Tradução de Newton Ramos de Oliveira. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Biblioteca da Educação, Série 1. Escola, v. 5).

MAROTTA, Erica Pellucci Barreto. **Trabalhos associados e formação de trabalhadores/catadores:** contradições entre capital e trabalho. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro-RJ, 2013.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. **Trabalho emancipado empresas recuperadas pelos trabalhadores:** a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

_____; GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. A autogestão como escola da vida política para além do capital. In: I Seminário Internacional e I Fórum da Educação da Região Sul do RS, 2012, Pelotas. **Anais...** Pelotas, 2012. v. 1. p. 10-22.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Tradução e Notas de Jesus Ranieri. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Tomo I. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 02, ago., 2016.

NAKANO, Marilena; ANCASSUERD, Marli Pinto; VILLAR, Maria Elena Villar e. Educação autogestionária: entre a experiência e o mito da administração científica e o projeto de educação da Anteag. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 147-166.

NASCIMENTO, Claudio Araújo. **Do “beco dos sapos” aos canais de catende**. Texto de Apoio. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília: SENAES, 2005. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog_becosapos.pdf. Acesso em: 03, jun. 2015.

_____. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/ pedagogia da autogestão. In: NASCIMENTO, Cláudio Araujo. **Cartilha da autogestão**. Disponível em: <https://cirandas.net/articles/0011/2010/cartilha-autogestao.pdf>. Acesso em: 25, set., 2015. p. 5-22.

NICOLLETTI, Mariana Xavier. **Economia solidária e identidade: a autogestão no trabalho como experiência emancipatória**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

NOVAES, Henrique T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.5, n.1, dez., 2009.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Princípios: sete linhas que orientam o cooperativismo**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>. Acesso em: 18, jul., 2016.

OLIVEIRA, Fagner Barreto de. **A prática da população tangaraense em relação a separação do lixo para coleta seletiva realizada pela COOPERTAN**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2013.

OLIVEIRA, F. de. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. Porto Alegre, **Psicologia & Sociedade**, v. 19, edição especial, 2007. p. 75-83.

OLIVEIRA, Verônica Macário de; MARTINS, Maria de Fátima; VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa. Entrevistas “em profundidade” na pesquisa qualitativa em administração: pistas teóricas e metodológicas. In: XV SIMPOI, 2012, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Damásio de (Coord.) et al. **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores de materiais recicláveis:** relatório técnico final. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação popular. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.) **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. Puxando o fio da meada: educação popular e produção associada. In: PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 33-53.

PERIPOLLI, Odimar João. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense:** a mercantilização da terra e da escola. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PRIMO, Rilton G. B. Política transversal de regulação do mercado oligopsônico de resíduos sólidos. **Isegoria– Ação Coletiva em Revista**, Ano 1, v.1, n.2, set. 2011/fev. 2012.

POLINI, Ilza Nunes da Cunha. Pedagogia da produção associada: as relações educativas construídas no processo de autogestão do trabalho. In: I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social. 2011. Sumaré-SP. **Anais...** CEMOP. 2011. Disponível em: <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/306.pdf>. Acesso em: 04, jun., 2015.

QSR INTERNACIONAL. **NVivo:** o software n 1º para análise qualitativa de dados. Disponível em: <http://www.qsrinternational.com/nvivo-portuguese>. Acesso em: 03, ago., 2016.

REDE CATAMATO. Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos de Mato Grosso. **Ata 001 - Assembleia Geral Criação da Rede CATAMATO.** Cuiabá, jul., 2012.

RIBEIRO, Ricardo. O Trabalho como princípio educativo: algumas reflexões. **Saúde e Sociedade**, v.18, supl. 2, 2009.

RUFINO, Sandra. **As contradições da ECOSOL e como superá-las no atual modelo sócio, político, econômico e cultural do Brasil?** Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/as-contradicoes-da-ecosol-e-como-supera-las-no-atual-modelo-socio-politico-economico-e-cultural-do-brasil/>. Acesso em: 16, out., 2016.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Análise da produção do conhecimento em educação: ampliação de sentidos e de desafios. In: SILVA, M. R.; PAIM, E. A.; BERTICELLI, I. A. **Educação em análise: formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades socioculturais**. 1. ed. Passo Fundo: UFP Editora, vol. 1, 2013. p.19-36.

_____. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: Praxis. 1998.

_____. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2.ed. Chapecó: Editora Argos, 2012.

SEMERARO, Giovanni. Especializados e políticos: trabalhadores “dirigentes” de uma democracia popular. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 257-274.

SENGER, N. E; **Autogestão: a organização coletiva do trabalho na COOPERTAN**. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Economia Solidária).Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2008.

_____; SQUIRE, Sandro B. . Autogestão: organização coletiva do trabalho na Coopertan. In: SQUIRE, Sandro B.; BORGES, Juliano, L.. (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: práxis educacional e desenvolvimento social**. 1. ed. Curitiba-PR / Cáceres-MT: CRV co-edição Ed. Unemat, 2011, v. 1, p. 179-190.

_____; SQUIRE, Sandro Benedito. Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na COOPERTAN. **Revista Territórios e Fronteiras** (Online). Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História do ICHS/UFMT. v. 3, n.2 – Jul/Dez 2010. p. 212-226.

SQUIRE, Sandro B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2011.

_____; LIMA, A. M. ; BORGES, J. L. . Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores em Tangará da Serra-MT. In: XXVII CONGRESO ALAS, 2009, Buenos Aires-AR. **Anais...** Buenos Aires-AR, 2009.

SILVA, Maria das Graças Martins da. **Método do materialismo histórico dialético: material de apoio à produção de pesquisa**, (mimeo). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A Economia Solidária como ato pedagógico, In: KRUPPA, S. (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação, Brasília, 2005.

_____. **Reflexões sobre o socialismo**, (mimeo.). 2005.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOCIEDADE ALTERNATIVA LA COMUNCA. **Estatuto Social**. Tangará da Serra, fev., 1997.

TANGARÁ DA SERRA. **Lei nº 2.460/2005, de 16 de dezembro de 2005**. Institui a Política Municipal de Fomento À Economia Popular Solidária no Município de Tangará da Serra, e dá outras providências. Tangará da Serra-MT, dez., 2005.

_____. **Lei nº 2.752/2007, de 30 de agosto de 2007**. Cria o Núcleo de Participação Social e Economia Solidária – NUPES (atualmente denominado Núcleo de Políticas para Economia Solidária), e dá outras providências. Tangará da Serra-MT, ago., 2007.

_____. **Lei nº 2991, de 01 de outubro de 2008**. Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária, e dá outras providências. Tangará da Serra-MT, out., 2008.

TIRIBA, Lia Vargas. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Organizadoras). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 75-101.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**. Revista do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, vol. 26, n.1, jan./jun., 2008. p. 69-94.

_____. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Tradução de Ricardo Saboya Filho, Diego Tiriba e Daniel Tiriba. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Fronteiras da Educação).

_____; FISCHER, Maria Clara Bueno. Produção Associada e autogestão. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 612-618.

_____; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Tensões entre educação ético-política e técnico-produtiva na produção capitalista e na produção associada. In: XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana: Historia de las prácticas, instituciones y saber pedagógico en Iberoamérica. **Anais...Eje temático N° 4 Movimientos pedagógicos, sociales y luchas por la educación**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2016. p. 257-273.

_____; PIKANÇO, Iracy. Introdução: O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Orgs). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 2. ed. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2004. p. 19-32.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005.

UNITRABALHO. **Sobre a Unitrabalho.** Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3>. Acesso em: 18, jul., 2016.

VARGAS DE FARIA, José Ricardo. Autogestão. In: GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania.** Curitiba: UFPR, 2005.

_____ et al. Autogestão e poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO), 2008. Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

VERONESE, Luciane. **Coopertan:** aspectos sociais, econômicos, ambientais e a viabilidade do empreendimento. 2009. Monografia (Pós-Graduação Latu Sensu em Gestão Organizacional). Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Tangará da Serra. Tangará da Serra, 2009.

_____;SGUAREZI, Sandro B.; CHAVIER MARTINS, Elei. Coopertan: aspectos sociais, econômicos e a viabilidade do empreendimento. In: BORGES, Juliano, L. SENGER, Neuri, E.; SGUAREZI, Sandro B.. (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária:** perspectivas para o desenvolvimento local. 1. ed. Curitiba-PR / Cáceres-MT: CRV co-edição Ed. Unemat, 2011, v. 1, p. 181-191.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PRODUÇÕES ACADÊMICAS RELACIONADAS À COOPERTAN

2008

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

MOREIRA, Jucinei Rodrigues. **Identificação dos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho da Cooperativa de Material Reciclável de Tangará da Serra – COOPERTAN.** 2008. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2008.

SENGER, N. E; **Autogestão:** a organização coletiva do trabalho na coopertan. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Economia Solidária) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2008.

VIEIRA, Maila Karling. **Contabilidade de cooperativas:** um estudo de caso acerca da contabilidade da COOPERTAN. 2008. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2008.

2009

ARTIGOS:

SGUAREZI, Sandro B.; LIMA, A. M. ; BORGES, J. L. . Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores em Tangará da Serra-MT. In: XXVII CONGRESO ALAS, 2009. **Anais do XXVII CONGRESO ALAS.** Buenos Aires-AR, 2009.

SZNITOWSKI, A. M.; MOREIRA, Jucinei Rodrigues. **Identificação dos riscos ambientais presentes na cooperativa de produção de materiais recicláveis de Tangará da Serra (COOPERTAN).** In: III Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e V Mostra Interdepartamental de Trabalhos Acadêmicos, v. 5, 2009.

RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS:

VIEIRA, Maila Karling. **Demandas contábeis:** um estudo de caso em uma cooperativa popular. In: III Colóquio Internacional da Cátedra Unesco - Trabalho e Sociedade Solidária, 2009, São Leopoldo. A Economia Social e Solidária em perspectiva internacional: Programa geral e resumo dos trabalhos. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 28-28.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

VERONESE, Luciane. **Coopertan:** aspectos sociais, econômicos, ambientais e a viabilidade do empreendimento. Tangará da Serra, 2009. Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Organizacional). Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Tangará da Serra. Tangará da Serra, 2009.

2010

ARTIGOS:

BORGES, J. L. ; SENGER, Neuri Eliezer. . Coleta seletiva, poder público e o fortalecimento do cooperativismo. In: III Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG; CEFET-MG; UEMG; UFOP, 2010. v. 1. p. 1-11

LIMA, A. M.; SZNITOWSKI, A. M. ; EID, F. ; VARGAS, A. R. ; LAFORGA, G. . Desenvolvimentos de projetos para fomento de trabalho coletivo e solidário: o caso da coleta seletiva em Tangará da Serra-MT. In: 48º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2010 **Anais...** Campo Grande-MS, 2010.

LIMA, A. M.; OLIVEIRA, Fabiana Pereira Leite Lancelotti de; SILVA. José Jaconias da; BAGGENSTOSS, Salli; ANDRADE. Mario Geraldo Ferreira de. Proposta de procedimentos para implantação de coleta seletiva. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2010, São Carlos. **Anais...** São Carlos, 2010.

SENGER, Neuri, E. ; SGUAREZI, Sandro B. . Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na Coopertan. **Territórios e Fronteiras** (Online), v. 3, p. 212-226, 2010.

RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS:

BORGES, J. L.. Política de economia solidária em Tangará da Serra-MT. In: 62ª Reunião Anual da SBPC, 2010, Natal. **Anais/Resumos da 62ª Reunião Anual da SBPC**. Natal: UFRN, 2010.

SGUAREZI, Sandro B.; SENGER, N. E ; PEREIRA FILHO, J. ; LIMA, A. M. . A organização coletiva do trabalho: a construção do regimento interno na Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT COOPERTAN. In: VII Colóquio sobre Economia Solidária: Alternativas de Desenvolvimento, 2010, Jaboticabal-SP. **Anais eletrônicos...**Jaboticabal-SP, 2010.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

LIMA, Ana Maria de. **Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos:** um estudo de caso na Coopertan de Tangara da Serra – MT. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós – Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, São Carlos, 2010.

2011

ARTIGOS:

LUCONI, WILSON. **Cooperando o viver:** um estudo de caso da coopertan. In: Seminário Educação 2011 - SEMIEDU, 2011, Cuiabá. Seminário Educação 2011 - educação e relações raciais - 10 anos de estudo e pesquisa na UFMT, 2011.

RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS:

LIMA, A. M.; EID, F. . **Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos:** um estudo de caso da COOPERTAN de Tangará da Serra-MT. In: SZNITOWSKI, Adelize Minetto; LIMA, Ana Maria de; PAES, Maria Helena Rodrigues (Orgs.). III Simpósio de Produção e Conservação: Sustentabilidade Limites e Possibilidades e IV Semana de Administração: Buscando Excelência com o Uso de Tecnologia da Informação. Tangará da Serra: Editora Sanches Ltda, 5 a 7 de out., 2011. p. 74.

LUCONI Jr, WILSON; VIEIRA, M. K. . Globalização e economia solidária: um estudo de caso em cooperativa de catadores. In: XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, 2011, Recife. **Psicologia social e seus movimentos:** textos completos do encontro nacional de psicologia social da ABRAPSO, 2011. v. 16.

MONOGRAFIAS, TESES E DISSERTAÇÕES:

SGUAREZI, Sandro B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades.** 2011. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2011.

LUCONI JR, Wilson. **No lixo? na arte?: um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em empreendimentos de economia solidária em Tangará Da Serra – MT.** 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio do Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2011.

CAPÍTULOS DE LIVRO:

BORGES, J. L. ; SENGGER, Neuri Eliezer. . Coleta seletiva, poder público e o fortalecimento do cooperativismo. In: BORGES, Juliano Luis; SENGGER, Neuri Eliezer; SGUAREZI, Sandro Benedito. (Org.). **Educação e socioeconomia solidária: perspectivas para o desenvolvimento local.** 1. ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011, v. 1, p. 171-180

SENGER, Neuri, E. ; SGUAREZI, Sandro B. . Autogestão: organização coletiva do trabalho na Coopertan. In: SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano, L.. (Org.). **Educação e socioeconomia solidária: práxis educacional e desenvolvimento social.** 1. ed. Curitiba-PR / Cáceres-MT: CRV co-edição Ed. Unemat, 2011, v. 1, p. 179-190.

SGUAREZI, Sandro B.; LIMA, Ana Maria de; PEREIRA FILHO, J.; SENGGER, Neuri, E.; BORGES, Juliano, L. Desafios e contradições no processo de incubação da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela, F.. (Org.). **Cooperativa de Catadores: reflexões sobre as práticas.** 1ed.São Carlos: Claraluz, 2011, v. 1, p. 282-322.

VERONESE, Luciane; SGUAREZI, Sandro B.; CHAVIER MARTINS, Elei. Coopertan: aspectos sociais, econômicos e a viabilidade do empreendimento. In: BORGES, Juliano, L. SENGGER, Neuri, E.; SGUAREZI, Sandro B.. (Org.). **Educação e socioeconomia solidária: perspectivas para o desenvolvimento local.** 1. ed. Curitiba-PR / Cáceres-MT: CRV co-edição Ed. Unemat, 2011, v. 1, p. 181-191.

2012**MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:**

CRISTALINO, Eliane Simone. **A prática de educação ambiental a partir da realidade local de coleta seletiva em Tangará da Serra-MT.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração em Agronegócios) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2012.

2013**ARTIGOS:**

LIMA, A. M. ; JUSTEN, G. S. ; JESUS, L. M. M. ; LUPPI, L. . Gestão de resíduos sólidos: a percepção da população de Tangará da Serra-MT em relação a coleta seletiva. In: IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2013, Rio de Janeiro/Niterói - RJ. **Anais IX CNEG.** Rio de Janeiro/Niterói – RJ, 2013.

LUCONI JR, W. ; SGUAREZI, Sandro B. ; KARLING, M. V. . Tratamento de resíduos sólidos: criação e incubação de uma rede de catadores no estado de mato grosso. In: XXIII Seminário

Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas: Tema Parques Tecnológicos e Incubadoras modelando novas cidades, 2013, Recife. **Anais...**Recife, 2013.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

CALHAU, Luana Santos. **Planejamento estratégico na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (COOPERTAN) de Tangará da Serra-MT.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração em Agronegócios) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2013.

OLIVERIA, Fagner Barreto de. **A prática da população tangaraense em relação a separação do lixo para coleta seletiva realizada pela COOPERTAN.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2013.

BOIN, Tassyane dos Santos. **Conflitos: um estudo de caso com os sócios de uma Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Tangará Da Serra – MT.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) - Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, 2013.

2014

ARTIGOS:

SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, J. L. ; SILVA, J. J. . Educação popular e construção coletiva do plano de logística. In: IV Seminário Internacional de Práticas Educativas ? IV SECAMPO/Seminário de Práticas Educativas/Práticas metodológicas na educação em busca da liberdade. Lema ?Metodológicas emancipatórias na América Latina e Caribe?., 2014, Mamanguape/Rio Tinto-PA. **Anais...** GT 4 Educação, Metodologias da educação, Mamanguape/Rio Tinto-PA, 2014.

CAPÍTULOS DE LIVROS:

SGUAREZI, Sandro Benedito; SILVA, J. J. ; BORGES, J. L. ; LIMA, A. M. ; LUCONI JR, W. ; VIEIRA, M. K. . Plano de Logística Solidária: O Caso da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO). In: ZART, Laudemir L.; VAILANT, Clóvis. (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: incubação em economia solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa.** 01ed.Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014, v. IV, p. 98-113.

APÊNDICE B – ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE REALIZADA JUNTO AOS MEMBROS DA COOPERTAN

- 1) Quando surgiu a COOPERTAN? Por que ela foi criada?
- 2) Como você conheceu a COOPERTAN ou se envolveu com a atividade de Catador?
- 3) Quando você se tornou um(a) cooperado(a)? Quais os motivos que te levaram a participar da cooperativa?
- 4) Conte-me a respeito de como o trabalho era organizado inicialmente na cooperativa? Quais as principais dificuldades com as quais vocês se depararam no início?
- 5) Para você existem diferenças entre o trabalho cooperado e o trabalho assalariado? Se sim quais seriam elas?
- 6) Quais as principais mudanças que o trabalho cooperado promoveu em você e na sua vida?
- 7) Como você avalia o seu relacionamento com os demais cooperados no dia-a-dia? Quais as principais dificuldades de relacionamento com os colegas que você apresenta? Já se envolveu direta ou indiretamente em conflito com outro(a) cooperado(a)? Se sim como isso foi resolvido?
- 8) Como você percebe o relacionamento entre os demais cooperados no dia-a-dia? Quais as principais dificuldades de relacionamento entre os colegas que você consegue identificar? Já presenciou algum tipo de conflito entre os(as) demais cooperado(a)?
- 9) Trabalhar de forma cooperada promoveu alguma mudança na sua forma de se relacionar e tratar as pessoas?
- 10) Houve muitos colegas que deixaram a cooperativa desde que você ingressou na COOPERTAN? Quais as possíveis razões do desligamento?
- 11) Comente a respeito das alterações ocorridas na maneira de realizar o trabalho, divisão de tarefas e responsabilidades pelas quais a cooperativa passou?
- 12) Quais melhorias e avanços obtidos nas relações e organização do trabalho a partir destas alterações ocorridas?
- 13) Quais melhorias e avanços você acha que ainda precisam ser feitas? Mudanças na forma de realizar o trabalho, divisão de tarefas e responsabilidades seriam necessárias para realizar estas mudanças?
- 14) Quais mudanças a atuação na COOPERTAN promoveu na forma de ver a si mesmo, o trabalho, a sociedade, o mundo?
- 15) Quais os principais tipos de aprendizados que a atuação na cooperativa lhe proporcionou?
- 16) O que você compreende hoje por Autogestão e Economia Solidária?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO REALIZADO JUNTO AOS MEMBROS DA COOPERTAN

1) Sexo

Feminino masculino

2) Idade

de 18 a 25 anos de 40 a 45 anos
 de 25 a 30 anos de 45 a 50 anos
 de 30 a 35 anos acima de 50 anos
 de 35 a 40 anos

3) Escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Médio Completo
 Ensino Fundamental Completo Ensino Técnico Incompleto
 Ensino Médio Incompleto Ensino Técnico completo

4) Há quanto tempo é membro da COOPERTAN

menos de 1 ano de 4 a 5 anos
 de 1 a 2 anos de 5 a 6 anos
 de 2 a 3 anos acima de 6 anos
 de 3 a 4 anos

5) Assinale a principal razão que te levou a entrar para a COOPERTAN

Saiu do trabalho anterior e não estava conseguindo emprego
 A atividade como autônomo não estava mais dando certo
 Maior possibilidade de renda com relação à ocupação anterior
 A crença no trabalho cooperado como forma de resistência e fortalecimento das minorias
 A possibilidade de produzir renda e subsistência em um modo de produção solidário
 Outro. Especifique _____.

6) O que você fazia antes de entrar na COOPERTAN

Trabalhava como empregado com Carteira de Trabalho Registrada Atuava como autônomo em outra atividade ocupacional
 Trabalhava como empregado mas sem registro em Carteira de Trabalho Era membro de outra cooperativa
 Atuava como catador autônomo Outro: _____

7) Assinale a alternativa que represente a sua principal ocupação atual dentro da cooperativa atualmente:

Atua no processo de coleta junto aos caminhões na cidade
 Atua no processo de separação inicial do material quando o caminhão chega
 Atua no processo de triagem e separação por tipo de material reciclável
 Atua no processo de prensa e separação do material prensado pronto para a comercialização

8) Assinale as alternativas (pode ser mais de uma) que representem as atividades que você já desenvolveu antes de sua ocupação atual na cooperativa:

- () Já atuei no processo de coleta junto aos caminhões na cidade
 () Já atuei no processo de separação inicial do material quando o caminhão chega
 () Já atuei no processo de triagem e separação por tipo de material reciclável
 () Já atuei no processo de prensa e separação do material prensado pronto para a comercialização

9) Sobre a forma, técnicas e métodos de realizar o seu trabalho:

- () Eu defino a forma de realizar o meu trabalho, podendo alterá-la a qualquer momento
 () Defino a forma de realizar o meu trabalho e faço melhorias a partir do diálogo e troca de ideias com os demais colegas que trabalham na mesma atividade que eu
 () A Diretoria é quem diz como devo realizar o meu trabalho e determina quando esta forma deve ser mudada
 () A forma de realizar o meu trabalho é definida e alterada quando necessário por todos cooperados em reunião ou assembleia

10) Na realização de suas funções no dia-a-dia da COOPERTAN com relação aos seus colegas, você geralmente:

- () Procura não conversar muito para não se distrair e não prejudicar a produtividade no trabalho
 () Conversa o essencial, de assuntos relacionados a realização do trabalho
 () Conversa sobre assuntos gerais a respeito da cooperativa
 () Além de conversar sobre o trabalho e a cooperativa conversa sobre aspectos da vida pessoal como experiências, família, filhos, relacionamentos, problemas pessoais, dentre outros.
 () Além de conversar sobre trabalho, a cooperativa e vida pessoal conversa sobre o cotidiano como política, economia, questões ambientais, problemas sociais e outros.

11) Sobre o trabalho, você ACREDITA QUE ELE É:

Uma forma de exploração do homem pelo homem	() sim	() não	() às vezes
Forma de obter renda para a sobrevivência humana	() sim	() não	() às vezes
Atividade necessária, porém, penosa, desestimulante	() sim	() não	() às vezes
Um dever de todos os seres humanos	() sim	() não	() às vezes
Um direito que deve ser estendido a todos	() sim	() não	() às vezes
Proporciona a formação política das pessoas	() sim	() não	() às vezes
Oportunidade de inserção social	() sim	() não	() às vezes
Instrumento de educação e aprendizagem	() sim	() não	() às vezes
Interfere nas relações sociais e formação dos sujeitos	() sim	() não	() às vezes
Cria oportunidade para todos melhorarem de vida	() sim	() não	() às vezes
Permite às pessoas desenvolverem seu potencial intelectual	() sim	() não	() às vezes
Determina quem somos e nossa importância social	() sim	() não	() às vezes
Atividade prazerosa e fonte satisfação pessoal	() sim	() não	() às vezes

12) Sobre o trabalho, você ACREDITA QUE ELE DEVERIA SER/TER:

A mesma remuneração para todos os tipos de trabalho	() sim	() não	() às vezes
Forma de obter renda para sobrevivência humana	() sim	() não	() às vezes
Mesma importância social de todas as profissões	() sim	() não	() às vezes
Um dever de todos os seres humanos	() sim	() não	() às vezes
Um direito que deve ser estendido a todos	() sim	() não	() às vezes

Eliminação da separação entre trabalho ligado ao planejamento/ administrativo e trabalho operacional	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Instrumento de educação e aprendizagem	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Forma de ganhar dinheiro e ficarmos ricos	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Remunerado de acordo com a produção	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Permite às pessoas desenvolverem seu potencial intelectual.	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Determinar quem somos e nossa importância social	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Atividade prazerosa e fonte satisfação pessoal	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Remunerado de acordo com as necessidades de cada um			

13) Sobre o SEU TRABALHO NA COOPERTAN, ele É/ REPRESENTA:

A mesma remuneração para todos os tipos de trabalho	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Forma de obter renda para sobrevivência humana	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Atividade necessária, porém, penosa, desestimulante	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Mesma importância de todas as formas de trabalho desenvolvidas pelos cooperados	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Eliminação da separação entre trabalho ligado ao planejamento/ administrativo e trabalho operacional	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Proporciona a sua formação política e social	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Oportunidade de inserção social	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Instrumento de educação e aprendizagem	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Determina quem você é e sua importância social	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Cria oportunidade para você melhorar de vida	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Te permite desenvolver sua inteligência e potencial intelectual	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Remunerado de acordo com a produção	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Atividade prazerosa e fonte satisfação pessoal	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> às vezes
Remunerado de acordo com as necessidades de cada um			

14) O que representa a COOPERTAN para você hoje?

15) O que você considera importante para viver em cooperativa/associação? Você vê isso na COOPERTAN?

16) Comente sobre os aspectos positivos e negativos das relações pessoais e de trabalho entre você e os demais cooperados:

17) Qual a diferença entre trabalhar em uma cooperativa como a COOPERTAN e em uma empresa privada?

18) Quais as contribuições que a participação na COOPERTAN trouxe para a sua vida? O que mudou no trabalho, na família, na comunidade?

19) Você participa de lutas, movimentos sociais, grupos comunitários ou conselhos fora da COOPERTAN? Por quê?

20) Quais as principais mudanças a atuação na COOPERTAN promoveram na sua forma de se ver, de ver o trabalho e a sociedade?